



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**PODER LOCAL EM TOCANTINS:
DOMÍNIO E LEGITIMIDADE EM ARRAIAS**

Magda Suely Pereira Costa

Brasília, 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**PODER LOCAL EM TOCANTINS:
DOMÍNIO E LEGITIMIDADE EM ARRAIAS**

Magda Suely Pereira Costa

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Sociologia do Departamento de Sociologia,
Universidade de Brasília, como parte dos pré-
requisitos para obtenção do título de doutor.

Brasília, julho de 2008

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

**PODER LOCAL EM TOCANTINS:
DOMÍNIO E LEGITIMIDADE EM ARRAIAS**

Magda Suely Pereira Costa

Orientadora: Professora Doutora Mariza Veloso Motta Santos

Banca Examinadora:

Professora Doutora Mariza Veloso Motta – Presidente (UnB)

Membro Prof^a Doutora - Mireya Suárez (UnB)

Membro Prof^a Doutora M^a Francisca Pinheiro Coelho (UnB)

Membro Prof^a Doutor - Pedro Célio Borges (UFG)

Membro Prof^a Doutora Fernanda Antônia da Fonseca Sobral (UnB)

Dedico

Aos meus alunos e ex-alunos, na esperança de que este estudo lhes permita práticas políticas e gestos democráticos,

Aos arraianos (de todo município), uma leitura, uma reflexão, uma compreensão da realidade social,

Aos meus pais Honorato Pereira Silva e Alice Costa Pereira, meus filhos Eduardo e Thaísa e esposo João Luiz D'Agostino. Aos meus irmãos Marly e Wanderley e todos os meus familiares A família São Bernardina - São Paulo.

Afinal, só vocês sabem da minha luta para que hoje pudéssemos ler estas páginas.

Não, não tenho caminho novo,
O que eu tenho de novo
é o jeito de caminhar.
Thiago de Melo

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha força maior, que permitiu persistir e concluir este trabalho.

À Professora Dr^a Mireya Suárez, agradeço-a primeiro, pela sua paciência, generosidade, dedicação, acolhidas e amizade. Mireya soube ser dura e suave no momento certo, conduzindo-me nesse duro processo de “travessia do nativo ao intérprete”. Agradeço-a também por, pioneira, ter sido a dedicar seu tempo de pesquisadora à comunidade Arraiana – um interesse acadêmico que ninguém havia se dado ao trabalho de demonstrar. A ela, minha eterna gratidão, admiração e respeito.

À Professora Dr^a Mariza Veloso Motta por ter me aceito como orientanda, num momento confuso da minha vida acadêmica. Pelas cobranças para “sair do umbigo” e passar a ver a realidade social como a necessária distinção de uma pesquisadora. À Professora Dr^a M^a Francisca P. Coelho, orientadora original na entrada do meu doutoramento. Seu apoio inicial foi fundamental para a minha migração da temática “a participação da Família na Escola” para a temática do Poder local.

A Professora Dr^a Fernanda Sobral, pela avaliação na minha qualificação, carinho, leitura e pelas importantes contribuições para minha tese. Aos demais professores do Departamento de Sociologia e aos funcionários, Evaldo Amorim, Abílio Maia, Samuel Dias e Edilva Tavares – apoio administrativo sempre carinhoso e imprescindível.

Ao meu amigo-irmão André Afavacho, que, para me apoiar tornou o caminho de Arraias a Belo-Horizonte o menor caminho do território. O nosso “*abraço-árvore*” valerá para sempre em nossas vidas. Ao amigo Márcio Ricardo Ferreira Machado pela dedicação, carinho, discernimento e crítica rigorosa. Trago-lhe no pensamento e no coração.

À prima Odiva Xavier e Samuel pelo desprendimento, dedicação e leituras minuciosas, apoio constante em Brasília. Anita, Ricardo e Alexandre, suportes e carinho de primos-irmãos, meu beijo agradecido. Aos leitores, Rosolindo Neto, M^aDivina Cardoso, Dilsilene Aires, Sandra Faleiros, Marilene Andrade, Valdirene Gomes, Isamara Martins, Lauro, Sônia Neiva pela discussão de muitas idéias. Aos colegas do Doutorado: Gabriel, Giana, Raísa, João Pedro, Eloísa Barroso, Rubens, Eugênio, Hέλvia, Suylan, Magda Lúcio, Erlando, Agnaldo José e tantos outros.

Professores e administrativos na Universidade Estadual de Goiás (UEG) e da Universidade Federal do Tocantins (UFT), pela colaboração em momentos que me pouparam de desviar o sentido da pesquisa e escrita da tese.

Aos arraianos, do sertão, das caatingas ou da cidade. Seus depoimentos foram fundamentais na reconstrução dos fatos e cenários. Ao Sr. Luiz de Moura, Messias S. Balduino, Josefa de Deraldo, Sr. Doca Cordeiro, Sr. Joaquim Cordeiro que em seus mais de noventa anos trouxeram suas lembranças à esta pesquisa. D. Belquiz, Neuza Flores, Walter Magalhães, Socorro Bueno, Divina Gomes, Joana Luiz, M^a do Socorro Bueno, Dr. Palmeron de Sena e Silva, Ariosvaldo Marques, Maria Guilhermina, Maria Narcisca Cordeiro, Alice e Honorato, e tantos outros, pelos dados importantíssimos.

A Sonia Maciel, pelo acolhimento e ajuda na coleta dos dados no IBGE, ao Rafael Noleto e Elias Rosa de Moura, pela atenção carinhosa, pelos dados da Adapec e na construção dos gráficos e figuras. Adriana Stephani, companhia constante, amizade, paciência e humor na árdua tarefa de correção deste trabalho. Adriana Sacramento, Andrey S. Soares pelas correções e sugestões tornando esta tese mais compreensível. Rubinho Soares, competente assistência técnica. À Meire Helena, amiga de infância, que não se deixou de vir dar o seu olhar e apreciação nos meus escritos.

Institucionalmente, agradeço ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Financiamento do Conselho Nacional de Pesquisa e da Comissão de Aperfeiçoamento de Professores do Ensino Superior, por ter investido na minha formação de pesquisador com bolsa de estudo. À Secretaria de Educação do Estado do Tocantins e posteriormente a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), pelo licenciamento remunerado que me permitiu custear a manutenção e estadia em Brasília.

Ao Olimpo Ordoñez, pelas acolhidas quando cursei disciplinas do Doutorado. Léo Vailton e Bhernar, companheiros de apto na 410. Obrigada, pelo respeito, solidariedade e amizade. Ao Sr Nonato, D^a Maria e Verônica, parte da minha vida vivido na Colina. Aos amigos Walter Pereira, as Anas Claudias Paulistas, Yamile e Hernan, da Colômbia. Obrigada pela amizade comprometida.

Obrigada. aos amigos e colaboradores, que por lapso de momento, posso não estar mencionando, mas que contribuíram de alguma forma para que meu caminho não fosse interrompido por qualquer percalço. João Luiz, Eduardo, Thaísa, Karla, Marly e Wanderley pelo amor e tolerância diante das angústias durante o curso, onde alternar trabalho e estudo, período de receios de não conseguir concluir o curso – o processo da escrita, as viagens e ausência de casa pareciam intermináveis. Somente o amor de vocês me ajudou a atingir esse objetivo.

SUMÁRIO

RESUMO	VIII
ABSTRACT	XIX
RESUMÊ	X
LISTA DE SIGLAS	XI
LISTA DE FOTOS, TABELAS E GRÁFICOS	XII
INTRODUÇÃO	13
Capítulo I	
1. O poder: concepções e abrangências	22
O poder	22
O domínio tradicional	25
O domínio racional-legal	26
As ordens de legitimação do domínio tradicional	28
As ordens de legitimação do domínio racional-legal	35
A esfera religiosa e o poder	51
1.6.1 A legitimação da ordem religiosa em Goiás	54
1.6.2 A legitimação da ordem religiosa no Estado do Tocantins	56
Capítulo II	
2 Arraias e suas raízes: histórica, geográfica e cultural	61
2.1.1 O sentimento de exclusão da Arraias tocantinense	72
2.1.2 O sentimento de pertença da Arraias tocantinense	88
2.1.3 Arraias na Modernidade	99
Capítulo III	
3 Constituição e Consolidação do Poder Local em Arraias	125
3.1 Povoamento e Origens do Poder Local	125
3.2 Da constituição do Município	134
3.3 O Distrito da Canabrava	137
3.4 O Povoado Mimoso	140
3.5 Da história religiosa do município	144
3.6 Controle dos Bens Econômicos e Estratificação Social	152
3.7 O Governo Municipal e as Linhagens Familiares	162
3.8 Controle do Legislativo	185
3.9 Novo Cenário de Arraias	188
Capítulo IV	
4. Festas, catolicismo oficial e rústico – rituais e trocas como meios de legitimação do poder local	199
4.1 Festas Oficiais	201
4.2 Festas Religiosas	230
CONSIDERAÇÕES FINAIS	264
REFERÊNCIAS	281
ANEXOS	289

RESUMO

Esta tese examina o poder local em Arraias, Tocantins, e descreve a dinâmica política e social vigente no município. Conforme argumento, trata-se de um município que, mesmo ao viver mudanças seculares, evidencia formas análogas ao que Max Weber descreve como os domínios tradicional e racional-legal e legitimadas pelo recurso de diferentes ordens sociais, a saber: a religiosa, a patriarcal, a da reciprocidade, a político-partidária e a governamental. A base de dados é constituída por informações históricas, etnográficas e estatísticas e por um trabalho de campo que abrange a sede do município tocantinense de Arraias, como também o distrito da Canabrava e o povoado do Mimoso. A partir da análise deste conjunto de dados, concluo que em Arraias o poder local é exercido pelos fazendeiros, normalmente políticos, oriundos de linhagens tradicionais que utilizam as diferentes ordens sociais para legitimar o seu domínio sobre a sociedade local. Também enfatizo como, a despeito de tal continuidade política, a Arraias de hoje exhibe uma paradoxal dinâmica de transição na qual a mesma sociedade que convive com a cultura da tradicionalidade busca adequar-se à normatização imposta pelo domínio racional-legal moderno. O resultado, argumento, é um movimento reflexivo e marcado por uma consciência crescente da responsabilidade individual e coletiva em promover a autonomia, a liberdade e a democracia. Para compreender estas relações de domínio, retorno à teoria de dominação e poder de Max Weber. Para descrever e evidenciar a instrumentalização do espaço sagrado, as diferentes trocas materiais e simbólicas e as formas pelas quais eleições e ações do Legislativo, Executivo e Judiciário se legitimam no cotidiano do município, também recorro a outros conceitos referentes à dádiva, ao patriarcalismo, ao catolicismo romanizado e rústico, ao sistema eleitoral e ao sistema governamental. Finalizo examinando as festas, em especial as oficiais e religiosas nas quais diferentes trocas geram uma sacralização do político e concomitante profanação do religioso. Nessa relação, argumento, políticos, religiosos, fazendeiros e linhagens utilizam meios modernizados de negociação e reciprocidade para perpetuar uma tradição de exercício do poder sobre a sociedade arraiana. Entretanto, foram verificadas mudanças que têm se afirmado e fortalecido nas últimas décadas. Dentre elas, a atuação mais vigorosa das esferas legislativa e judiciária, a utilização constante das normas constitucionais em prol da cidadania e a maior conscientização da sociedade civil.

Palavras chaves: poder, dominação legitimidade e mudanças.

ABSTRACT

This thesis examines the local power in Arraias, a municipality in the Brazilian state of Tocantins, with the objective of identifying its social and political dynamics. In it, I argue that the municipality, even as it undergoes secular changes, it evidences analogous forms what Max Weber describes as the traditional and the rational-legal dominations - are legitimized through the instrumentation of various social orders, namely: the religious, the patriarchal, the reciprocal, the politico-partisan and the gubernatorial. The database consists of historical, ethnographic and statistical information and of fieldwork which covers not only the municipal seat of Arraias, Tocantins, but also the district of Canabrava and the town of Mimoso. By analyzing this data, I conclude that power is exercised in Arraias by local farmers, usually politicians and members of traditional lineages who use the different social orders to legitimize their domination of the local society. I also emphasize how, despite this political continuity, Arraias today displays a paradoxical and transitional cultural dynamic where the same society which lives with traditionalist culture seeks to adapt itself to the normalization imposed by the modern rational and legal field. The result, I argue, is a reflexive movement marked by a growing consciousness of the individual and collective responsibility to promote independence, freedom and democracy. To understand these relationships of domination, I resort to Max Weber's theories of domination and power. To evidence and describe the instrumentation of sacred space, the various material and symbolic exchanges used to legitimize both elections and different types of Executive, Legislative and Judicial action, I resort to concepts related to the gift, patriarchy, rustic Roman Catholicism and electoral and governance systems. I conclude examining the festivities – especially religious and official festivities in which different exchanges lead to a sacredization of the political along with a simultaneous desecration of religious. In this regard, I argue, politicians and clergy, farmers and their lineages, all use modernized means of negotiation and reciprocity to perpetuate their traditional exercise of power over the society of Arraias. However, changes have been established and strengthened itself in recent decades, including the performance of more vigorous legislative and judicial spheres, the constant use of constitutional rules in favor of citizenship and the greatest civil society awareness.

Key words: power, domination, legitimacy and changes.

RÉSUMÉ

Cette thèse examine le pouvoir local à Arraias, Tocantins, et décrit la dynamique politique et sociale qui a cours dans la municipalité. Ainsi que nous le décrivons, il s'agit d'une municipalité qui, même après siècles de changements, montre des formes analogues à ce que Max Weber décrit comme dominance traditionnels et rationnel-légaux et légitimes à travers différents ordres sociaux, à savoir: le religieux, le patriarcal, celui de réciprocité, les partis politiques et le gouvernemental. La base de données est constituée d'informations historiques, ethnographiques et statistiques et par un travail de terrain qui prend en compte le lieu même de la ville tocantinense de Arraias, ainsi que le district de Canabrava et le village de Mimoso. A partir de l'analyse de cet ensemble de données, nous arrivons à la conclusion que le pouvoir local à Arraias est exercé par les fermiers, normalement des politiciens provenance de lignée traditionnelle qui utilisent les différents ordres sociaux pour légitimer leur domination sur la société locale. Nous mettons également en évidence comment, en dépit de cette continuité politique, le Arraias d'aujourd'hui montre une dynamique de transition paradoxale – dynamique dans laquelle la même société qui cohabite avec la culture de traditionalité cherche à se mettre en adéquation avec la normatisation imposée par la domination rationnelle-légale moderne. Nous attestons ainsi que le résultat en est un mouvement de réflexe marqué par une conscience croissante de la responsabilité individuelle et collective de la promotion de l'autonomie, la liberté et la démocratie. Pour comprendre ces relations de domination, nous nous référons de nouveau à la théorie de la domination de Max Weber. Pour décrire les preuves de l'instrumentalisation de l'espace sacré, les différents échanges matériels et symboliques et les formes par lesquelles les élections et les actions du Législatif, de l'Exécutif et du Judiciaire se rendent légitimes dans le quotidien de la ville, nous avons aussi recours à d'autres concepts se référant à offre, au patriarcalisme, au catholicisme romanisé et rustique, au système électoral et au système gouvernemental. Nous terminons en examinant les fêtes, en particulier les officielles et les religieuses, dans lesquelles divers échanges génèrent une sacralisation du politique et en même temps, une profanation du religieux. Dans cette relation, nous mettons en évidence que les politiques et les religieux, les fermiers et leurs lignées utilisent des moyens modernisés de négociation et de réciprocité pour perpétuer une tradition d'exercice du pouvoir sur la société arraiane. Toutefois, les changements qui ont été établies et se renforcer au cours des dernières décennies, y compris le fonctionnement de plus vigoureuse législatif et judiciaire domaines, l'utilisation constante des règles constitutionnelles en faveur de la citoyenneté et une plus grande sensibilisation de la société civile.

Mots clés: puissance, domination, légitimité et changements

LISTA DE SIGLAS

AABB – Associação Atlética do Banco do Brasil
ADAPEC – Agência de Defesa Agropecuária
AFA – Associação dos filhos e Amigos de Arraias
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CAD – Cargo Administrativo
CEBS – Comunidades Eclesiais de Base
CENOG – Casa do Estudante do Norte Goiano
CIPM – Companhia Independente da Polícia Militar
CLT – Consolidação das Leis trabalhistas
CONORTE – Comissão de Estudos dos Problemas do Norte
DEPASA – Destilaria de Álcool e Açúcar
DETRAN – Departamento de Trânsito
EDUCON – Educação Continuada
EJA – Educação de Jovens e Adultos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária
INSS – Instituto Nacional de Serviço Social
IPOL – Instituto de Ciência Política
LDB – Leis de Diretrizes e Bases
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
ONU – Organização das Nações Unidas
ONG – Organização não governamental
PSD – Partido Social Democrático
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PMDB – Partido Democrático Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PDS – Partido Democrático Social
PNUD - Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PT – Partido dos Trabalhadores
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PP – Partido Popular
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PFL – Partido da Frente Liberal
PPR – Partido Republicano Progressista
PSDB – Partido Social da Democracia Brasileira
PL – Partido Liberal
PV – Partido Verde
SANEATINS – Departamento de Saneamento do Estado do Tocantins
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UDN – União Democrática nacional
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UNB – Universidade de Brasília
UNITINS – Universidade Estadual do Estado do Tocantins

LISTA DE FOTOS, TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Foto 1 – As cercas de pedras que contornam a cidade	133
Foto 2 – Adesivo de carro para a campanha eleitoral	217
Foto 3 – Camiseta usada pelos correligionários na carreata e na missa	218
Foto 4 – Os símbolos do criador apresentados na missa	219
Foto 5 – Ator religioso na campanha política (no altar e no aeroporto)	223
Foto 6 – Simbiose entre o altar e palanque	223
Foto 7 – O ator político no altar (Festejos do Senhor do Bonfim)	238
Foto 8 – Propagandas políticas nas camisetas das festividades	242
Foto 9 – O carro com a imagem religiosa e os girassóis	243
Foto 10 – Festa de São Sebastião (Arraias -Tocantins)	248
Tabela 1 – Pessoas residentes por faixa etária e orientação política	104
Tabela 2 – Rendimento Mensal das Pessoas de 10 anos e mais	105
Tabela 3 – Escolaridade dos arraianos de 10 anos e mais	106
Tabela 4 – Ocupação e Posição na Ocupação dos arraianos de 10 Anos e Mais	107
Tabela 5– Evolução da população de Arraias	137
Tabela 6– Sítios de Lavouras e Fazendas de Gado em Goiás –1796-1828	153
Gráfico 1 – Evolução do gado bovino no Tocantins.....	155
Gráfico 2 – Evolução do rebanho de 1999 a 2006	157
Gráfico 3 – Rebanho por Região no Município de Arraias	158
Gráfico 4 – Produtores de Bovinos em Arraias	159
Gráfico 5 – Pequenos produtores de Bovino no Município de Arraias.....	160
Gráfico 6-Famílias de Médios produtores de Bovino município de Arraias	161
Gráfico 7 – Origens dos maiores produtores de bovino no município de Arraias ...	162
Figura 1 - Chefe do executivo Local de 1835 a 2008	164
Figura 2 - Relação de Prefeitos e Vereadores de 1947 a 2008	169

INTRODUÇÃO

Os municípios rurais brasileiros apresentam realidades peculiares e relevantes para os estudos sociológicos. À primeira vista, parecem lugares tranqüilos, harmoniosos e simples. A observação aprofundada, entretanto, revela sob esta aparente transparência as efervescências, divergências e complexidades de uma sociedade em que alguns poucos regulam toda a coletividade.

Na medida em que pessoas e grupos sociais dirigem a vida coletiva dos que nela habitam, são inúmeras as possibilidades de relações, formas de interações e práticas sócio-políticas. Os escritos de Victor Nunes Leal (1976) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) mostram particularidades dessas relações sociais em algumas sociedades locais, onde suspendem as relações de participação democrática, suscitam incredibilidade sobre as ordens político-partidária e governamental e geram desigualdade e exclusão social – muitas vezes desencadeando a revolta e o conflito de classe e gênero. São vários os tipos de convivência, conivência, conflito, troca e acordo que revelam de forma explícita ou velada a força latente que marca e reproduz a vida dos moradores desses municípios.

Depois de obter os créditos exigidos para a obtenção do Doutorado, realizei entre julho de 2005 e setembro de 2007 uma observação sistemática de um município com elevado ruralismo – Arraias, no Estado de Tocantins – a fim de entender seu poder local e o modo como este se legitima. Quando afirmo que realizei uma *observação sistemática* quero dizer que, por ter nascido em Arraias e ali residir, fui obrigada a fazer um grande esforço para distanciar-me do que me é demasiadamente familiar e por isso tanto apreciado quanto detestado.

Minhas reflexões iniciais levaram-me a indagar qual era a natureza dessa força latente e freqüentemente invisível que se expressa na estreita relação entre as esferas política e religiosa. Na medida em que o olhar sociológico substituiu minha intuição nativa, entretanto, a própria idéia de uma *força latente* foi substituída pela de um *poder situado em quase* todas as relações sociais. Onde buscava uma força latente, acabei por encontrar um poder situado na malha social.

A percepção da íntima relação que existe entre as esferas política e religiosa levou-me a pensar que o poder se situava nessa relação, de modo que tanto fazendeiros quanto religiosos – neste caso, o clero católico – seriam os detentores do poder¹. Com efeito, tal relação é significativa não apenas em Arraias, mas em todo o Brasil, embora seu nível de importância varie segundo as especificidades e o nível de desenvolvimento urbano industrial de cada localidade. Em municípios onde esse desenvolvimento é elevado e que contam com cidades de grande porte, essa relação tem lugar de forma descontínua. Manifesta-se em espaços e períodos delimitados. É o caso, por exemplo, dos períodos eleitorais, quando agentes políticos entram em acordos e trocam favores com lideranças dos diferentes credos religiosos, sejam espíritas, evangélicas ou católicas.

Já em municípios predominantemente rurais, como Arraias, cujas sedes são pequenas, o íntimo relacionamento entre a esfera política e as lideranças católicas estrutura os acontecimentos. Ou seja, os acordos e as trocas de favores entre elas constituem eventos do cotidiano local, permeiam todas as relações sociais e são percebidos como fatos naturais do convívio das pessoas. Minhas reflexões posteriores, entretanto, indicaram que – por mais marcante que seja a relação entre fazendeiros e religiosos, não é somente na religiosidade que o poder se assenta, mas também em outras ordens como o domínio cultural e o domínio racional-legal.

Arraias é um município de longa tradição coronelista, e por essa razão o mandonismo, o clientelismo e o assistencialismo ainda se fazem presentes, mesmo quando modificados, em praticamente todas suas relações sociais. Estas realidades locais tornam-se intrigantes para aqueles que, estimulados pelas políticas federais de integração nacional, vieram a residir no município nos últimos vinte anos.

É quase anedótico como os recém-chegados que moram na sede municipal são inicialmente fascinados pela tranquilidade e simplicidade do lugar, mas passam com o tempo a viver uma inquietante dúvida diante da dificuldade de compreender as múltiplas dimensões e abrangência das relações sociais que ali encontram. O mesmo não ocorre, naturalmente, com os nativos. Pelo mesmo fato de conhecerem desde sempre esta

¹ Grupo que corresponde, como se verá adiante, aos médios e grandes criadores de gado. É este segmento que controla os recursos econômicos, lidera linhagens tradicionais e exerce o poder local.

realidade, têm dificuldade de perceber sua especificidade e, portanto, de fazer uma crítica distanciada das relações sociais que prevalecem no município.

O conceito de *poder* tem lugar central neste trabalho e, por motivos que serão examinados em seção oportuna, adotamos a definição weberiana do mesmo, que significa apenas a capacidade de influenciar ou de sobrepor a própria vontade sobre os demais.

O poder, nessa linha de análise por certo clássica no pensamento sociológico, é definido como “... toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade” (WEBER, 1991:219). Ou seja, o conceito exprime a possibilidade que um ator tem de realizar a sua vontade no âmbito de uma relação social – embora os outros envolvidos na relação possam resistir. Por escolher como registro a capacidade de influenciar ao outro, tal definição – evidentemente, deve contemplar os domínios e as esferas em que o poder se assenta.

O objeto de estudo desta tese é a dinâmica do poder local em Arraias, entendido como as relações de dominação geradas e reproduzidas localmente, tanto pela via da tradição, quanto pela apropriação dos sistemas de dominação estadual, regional ou federal. Como será demonstrado, por essas duas vias - cada qual à sua forma – se estabelecem relações de paternalismo, mandonismo e clientelismo presentes em Arraias, como em tantos outros municípios brasileiros desde o período colonial.

A respeito desse poder local, e seguindo a conceitualização weberiana, me faço duas perguntas iniciais. A primeira é: como os fazendeiros impõem seus interesses e vontades aos diferentes segmentos do município – ou, para ser mais específica, em quais domínios sociais assentam seu poder? A segunda, por sua vez, é: quais são os mecanismos desses domínios que contribuem efetivamente para viabilizar e legitimar seu poder?

Essas indagações orientam o desenvolvimento desta tese, que se propõe a mostrar que o poder local em Arraias se situa nos domínios racional-legal e tradicional e que é legitimado por cinco ordens: o sistema eleitoral, o sistema governamental, o catolicismo, o patriarcalismo e os mecanismos próprios do sistema da dádiva.

O dinamismo do poder local se observa na modernização das ordens acima mencionadas, como na crescente prevalência do poder estatal sobre o poder local; na entrada em cena de novos sujeitos políticos; na dessacralização do ritual católico por meio

da comercialização e politização dos seus significados; na afirmação crescente da importância do indivíduo, que passa a ter seu valor não mais baseado na pertença a uma linhagem familiar, mas nas suas competências cognitivas e profissionais. Atualmente ocorre também a emergência de novos objetos trocados na relação de favor, tais como a obtenção de um emprego, ou encaminhamento de processos, apoio intelectual a campanhas eleitorais etc.

Para responder a estas questões é necessário descrever a metodologia utilizada, não apenas para explicitar as ordens implícitas nos discursos e rituais praticados nas diferentes esferas sociais, como também para desvelar as propriedades destas relações a partir da análise do sentido que é dado a elas. Afinal, são os significados produzidos dentro de uma cultura que fundamentam e possibilitam a compreensão da mesma. Pela natureza do problema, esta pesquisa se caracteriza como etnográfica, embora apresente também dados estatísticos, provenientes de Censos (IBGE, 2000), Enciclopédia dos Municípios (IBGE, 1958) e Adapec (2007).

Os estudos etnográficos, segundo Hymes (1974), pressupõem uma participação ativa do pesquisador na comunidade investigada, e registros cuidadosos são feitos sobre o que acontece em seu interior. Assim, a descrição etnográfica direciona e desvela a pesquisa, e pretendi por meio dela apreender as relações demonstradas no cotidiano do município – o que, nos dizeres de Abreu (1999), pode ser uma alternativa para revelar realidades que, de tão familiar, ficam escondidas.

Para isso, foi necessário recorrer à observação, registros, entrevistas, gravações em áudio e fotografias, entre outros recursos de coleta de dados úteis na elucidação dos significados imediatos das ações sociais locais. Entendo, portanto, que esta tese é predominantemente um estudo de caso, por examinar uma realidade com suas especificidades recorrentes e repetitivas. Arraias é um entre muitos casos de municípios brasileiros que, em processo de modernização, apresentam uma mescla de elementos tradicionais e modernos.

Segundo Bogdan & Biklen (1994), a observação se configura no estudo de caso de forma semelhante a um funil. Começa abrangente. Na medida em que a pesquisa avança, entretanto, objetivos e análises vão se afunilando em direção ao que é mais específico ao

objeto. Assim, além da minha experiência de vida, a base informativa deste trabalho está constituída de dados decorrentes de uma observação que examina sistematicamente o contexto cotidiano social em que vivem os seguintes tipos de atores: a) políticos (como cabos eleitorais, eleitores, articuladores, agentes públicos e chefes políticos); b) religiosos (como padres, beatos, festeiros, foliões, ministros da eucaristia, associações dos vicentinos e do apostolado da oração) e c) fazendeiros e famílias tradicionais.

Muitos desses atores se dispuseram a falar sobre suas lembranças, sobre histórias que faltam nos livros. Afinal, as redes de relações formam o contexto social e exigem, por isto, um mapeamento que inclua descrições minuciosas de lugares, pessoas e situações observadas.

Enriquecendo a observação sistemática desses atores políticos, religiosos e linhagens tradicionais, foram realizadas entrevistas em dois momentos. No primeiro, foram escolhidas oito pessoas idosas entre 80 e 93 anos de idade, das quais obtive dados sobre as origens de diferentes linhagens e de muitas práticas políticas e religiosas – origens que, resgatadas pelas lembranças e narrativas, ampliaram a base de dados. Já no segundo momento foram realizadas entrevistas com pessoas mais jovens das comunidades rurais e da sede urbana. Da cidade, foram escolhidos 10 moradores entre 50 e 70 anos, os quais relembrou com prazer histórias e casos mais recentes sobre a organização e administração do município. Das comunidades rurais foram entrevistados oito moradores, sendo quatro do sertão e quatro da caatinga.

Para garantir uma aproximação maior com os entrevistados e facilitar o processo de entrevista, foi elaborado um roteiro semi-estruturado, numa linguagem acessível e em estilo informal. Ao longo das conversas, todos os participantes demonstraram reter na memória histórias que ilustravam cenários e relações do município arraiano.

Demonstraram ainda grande satisfação em saber e poder colaborar, revivendo o passado. Alguns deles riam, outros se emocionavam diante das lembranças. Em algumas situações, até solicitavam a volta da pesquisadora para complementar algumas de suas falas. Em grande parte das entrevistas, não foi possível o uso do gravador, uma vez que o entrevistado se dispôs a colaborar com o que sabia, mas sem gravação. Nesses casos os

registros das suas falas foram feitos simultaneamente pela pesquisadora, que buscou ser o mais fiel possível ao discurso proferido.

Pela idade avançada de alguns entrevistados, foi realizado um cruzamento de informações acerca de cada fato histórico, a fim de garantir a fidedignidade da pesquisa e compensar eventuais falhas de memória por algum deles. Assim foi utilizada, nas análises, a maior frequência de respostas.

Na análise do discurso, o texto é entendido como um processo significativo cujo(s) sentido(s) depende(m) da interação verbal entre interlocutores, consideradas as condições sociais de sua produção. A interpretação, segundo Orlandi (1999:77), “não pode se constituir apenas do conteúdo das palavras num determinado texto, pois onde está a interpretação está a relação da língua com a história para significar”. Por isso, acredito ter chegado pela análise desses discursos a uma compreensão de como se articulam os diferentes mecanismos de poder local em Arraias.

A pesquisa documental foi outra fonte de dados utilizada com o propósito de ajudar a desvelar essa intrincada rede de relações que caracteriza o poder local no município. Dados documentais dos séculos XVIII e XIX foram incluídos com o propósito de possibilitar um entendimento mais amplo da história das esferas política, religiosa e familiar e assim demonstrar como estas relações sociais estabeleceram as bases da dinâmica do poder local que hoje predomina no município.

Ao analisar a dinâmica do poder, fez-se necessário, com o avançar do trabalho de campo, recorrer a arquivos documentais, em um exame histórico que exigiu grandes esforços e apresentou diversos desafios. Em primeiro lugar, havia a falta de organização e sistematização dos dados históricos recolhidos. Havia também uma escassez bibliográfica sobre as origens da dinâmica de poder local em Arraias – escassez que, apesar das dificuldades que impôs ao trabalho, também eleva a pertinência deste estudo. Finalmente, foi necessária grande persistência para ler e compreender o mosaico de reduzidos fragmentos de documentos dos séculos XVIII e XIX encontrados em arquivos da Paróquia Nossa Senhora dos Remédios, do Cartório do 1º Ofício e da Câmara Municipal.

Apesar da dificuldade de manusear documentos em plena deterioração, foi possível encontrar relatórios, cartas e atas que ofereceram um lampejo – ainda que

fragmentário – das práticas dos atores que administraram o município, bem como dados sobre as origens das linhagens tradicionais que permitiram tecer uma genealogia. Enfim, foram encontrados dados relativos à organização da Igreja e o funcionamento da paróquia nos fins dos séculos XIX e início do século XX, dados que ajudaram a elucidar suas relações com a ordem político partidária, com as linhagens familiares e com a ordem governamental – incluindo o Legislativo, o Judiciário e o Executivo. Vale ressaltar que outros fatores também dificultaram a coleta destes dados – muitos deles, preservados por manuscritos em tinta borrão, enodados pelo tempo e escritos em letra pouco legível.

Outros dados, estes dos séculos XX e XXI, também ajudaram a identificar cinco festas do calendário da cidade que, por seu caráter tradicional, mereciam ser descritas com mais detalhes. São eventos fundamentais por evidenciar e explicitar as relações entre as práticas do catolicismo, as trocas materiais e simbólicas entre atores, as particularidades da ordem político-partidário e governamental e as estratégias de exercício de poder adotadas pelas linhagens. Outras festas são descritas apenas como simples evento, momento de encontro dos diferentes grupos sociais.

Além das fontes já descritas, foram utilizados dados estatísticos coletados dos Censos do IBGE (2000) e dados da ADAPEC² (2006/2007). A partir deles foram construídos gráficos e tabelas que apresentam os indicadores sociais e econômicos mais significativos sobre o município e seus habitantes.

Dessa forma, a tese se divide em quatro capítulos. Considerando que o poder está patente em todas as estruturas sociais humanas, o primeiro capítulo trata da sua concepção elaborada por alguns autores, e em especial na formulação teórica em Max Weber. Além das elaborações de Weber, outras noções conceituais foram trabalhadas para melhor levar em conta o fato de que o poder é um exercício que não emerge *per si*, mas das relações entre os homens. Para que o alcance de determinadas metas e vontades de quem está no exercício do poder se concretize, muitos mecanismos são utilizados, dentre eles a *dádiva*, que implica a troca, ou seja, o dar para receber, e o uso de ordens religiosas, político-partidárias e governamentais nesse processo.

² Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.

O segundo capítulo descreve Arraias dentro do contexto histórico dos estados de Goiás e Tocantins. Enfatiza-se a fundação do município e sua emergência como cidade de Goiás – emergência marcada tanto pela dificuldade de inserção do estado no cenário político nacional quanto pelos entraves econômicos e políticos ao desenvolvimento dos municípios do Norte e Nordeste goiano. Este capítulo traz também a história da criação do estado de Tocantins, que decorre não apenas de necessidades políticas e interesses da comunidade tocantinense, como também e especialmente dos interesses de políticos estaduais e municipais em garantir espaço e manter seu poder de mando na região. Este tópico discute ainda a postura dos arraianos diante do novo contexto político e da assimilação da nova identidade tocantinense.

O capítulo três aborda algumas das relações dos domínios tradicional e racional-legal que fundamentam o exercício do poder local, bem como, as esferas que o legitimam. Aqui, dados históricos, sociológicos, econômicos, culturais e religiosos são usados para delinear as formas pelas quais o poder se constituiu e se consolidou ao longo da história do município. Para melhor situar o leitor no contexto do município, são explicitadas e descritas as relações econômicas, os rituais políticos e religiosos, as formas de administração e a organização familiar, especialmente a da linhagem tradicional que é sinônimo, neste trabalho, de família tradicional cuja composição familiar é extensa e se comporta como clãs, ou seja, estão sob o comando de um ancestral comum, e no qual todos se consideram como parentes, mesmo que o grau de parentesco seja longínquo.

O quarto capítulo examina as festas comunitárias, particularmente aquelas que fazem parte do calendário católico e são vividas pelas comunidades de Arraias, tanto nas áreas urbanas como nas rurais. Estas festas oficiais e religiosas são usadas para analisar como as trocas materiais e simbólicas se materializam. Assim como a ordem patriarcal, festas e trocas são formas de domínio tradicional e, portanto, se constituem em importantes esferas de legitimação do poder local.

Destaca-se o catolicismo oficial e o rústico como uma forma de religiosidade existente desde sempre nas comunidades rurais, e que é transformado também em instrumento de apoio para os políticos locais. O capítulo sugere ainda que a forma como esta imbricação acontece, gera uma sacralização do poder político e das linhagens pelo

clero religioso. Ou seja, a Igreja Católica reafirma e legitima o poder político da localidade em uma prática, há muito tempo, combatida pela secularização.

Ao explicitar os diferentes mecanismos utilizados na comunidade, espero que este estudo contribua para a compreensão da rede de relações que sustenta a dinâmica do exercício do poder local arraiano, bem como suas formas de legitimação. Sob uma perspectiva mais geral, espero ainda que o estudo ajude a revelar o sentido das ações que envolvem o poder local nos pequenos municípios, sobretudo, aqueles que cuja prática política é ainda marcada por comportamentos e valores paternalistas³, patrimonialistas⁴ e clientelistas.

Neste sentido, espero também que os atores nas diferentes esferas – sejam elas política, religiosa e familiar – de Arraias e outros municípios semelhantes consigam lançar um olhar mais crítico sobre suas comunidades. Seria salutar se tais atores percebessem a interpenetração do religioso e do político e as relações de ambos com as linhagens tradicionais e instâncias governamentais – muitas delas alianças e parcerias usadas como mecanismos de manutenção e legitimação de poder para garantir o domínio de alguns grupos em detrimento da participação da maioria.

Visto que a dominação paternalista corrói os princípios da democracia, bem como o exercício da cidadania, estas relações têm uma influência negativa sobre o trato e o convívio dos indivíduos em sociedade. Mesmo assim, não são os únicos fatores a obstruírem o pleno exercício da cidadania pelos brasileiros de muitos pequenos municípios. Há, certamente, outros que com igual certeza serão estudados em pesquisas futuras.

3 O paternalismo é um modo de administrar ou governar baseado na autoridade patriarcal. Uma forma autoritária de governar, ela apresenta-se – entretanto – como uma proteção na qual o político assume a figura do pai protetor, dissimulando assim a opressão à qual sujeita os governados.

4 Patrimonialismo em Weber (apud SCHUWARTZMAN, 1982:43) é uma forma de dominação política onde não existem divisões nítidas entre a esfera pública e privada.

Capítulo I

1. O poder: concepção e abrangências

Este capítulo tem com objetivo discutir e aplicar o conceito de poder às ordens patriarcal, religiosa, governamental e político-partidária no Brasil, em Goiás e no Tocantins. Também pretende detalhar a organização da esfera religiosa no Brasil, em Goiás e no Tocantins, e sua importância na estruturação do município de Arraias.

1.1 O poder

Para desvelar a dinâmica do poder local em Arraias, é necessário primeiro problematizar o conceito de poder, que foi revisitado ao longo da história por diferentes autores. O dicionário de Política de Bobbio et alli (2004:934) o define “como capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos”, capacidade que pode abranger o indivíduo, grupos ou mesmo objetos e fenômenos naturais.

Lebrun (2000) define o poder como uma “força” presente nas várias instâncias da vida coletiva que se manifesta nas diversas configurações do universo social. Para Foucault (1996), “o poder” tanto produz quanto reproduz realidades sociais por meio de ações relacionais, reafirmando assim sua presença em diferentes instituições, do Estado à Igreja, passando pela família, a escola, as relações familiares e outras micro-instâncias. Nestes espaços, o poder é exercido sob diferentes modalidades, incluindo mecanismos de coerção, de manipulação, de monitoramento, de persuasão e até de participação.

Diante desta variedade de enfoques, qualquer análise do poder exige uma visão clara e delimitada do conceito, uma definição funcional elaborada especificamente para o objeto que se pretende estudar. Nessa investigação, interessa o conceito de poder enquanto dominação, utilizado por Max Weber em obras como *Ciência e Política: Duas Vocações* (1998) e *Economia e Sociedade* (1991).

Weber define o poder como “toda probabilidade de impor a própria vontade em uma relação social mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa

probabilidade” (1991:33). É, portanto, a capacidade que um indivíduo tem de usar suas relações e ações para influenciar um grupo social, sobrepondo a própria vontade a qualquer oposição, protesto ou relutância. Podemos, de fato, imaginar diversas formas, manifestas ou implícitas, de exercer tal influência: a ordem direta, o favor aparentemente desinteressado, a insinuação discreta ou mesmo o exemplo.

Ou seja, a categoria “poder” é para Weber coisa abstrata, difusa e multifacetada – talvez multifacetada demais. De fato, o sociólogo alemão enfatiza o seu caráter “sociologicamente amorfo” surgido do fato de que “todas as qualidades imagináveis de uma pessoa e todas as espécies de constelações possíveis podem por alguém em condições de impor sua vontade em uma situação dada” (IBDEM:33).

Weber, acredito, manifesta um problema metodológico decorrente da própria abrangência do conceito que busca definir. Reconhece a dificuldade que assombra toda e qualquer análise do tema: a polivalência do poder e a conseqüente necessidade de ser abordado por meio de sua localidade. Daí a importância que dá a outra categoria analítica: a dominação – que define como “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem em determinado conteúdo, entre determinadas pessoas indicadas” (IBDEM:33).

Diferentemente do abstrato poder, a dominação se manifesta com clareza através de dois atos claros e verificáveis – a ordem e o seu cumprimento. A dominação não seria, portanto, sinônimo de poder. Mas seria sua manifestação mais visível – e, em um ponto crucial para Weber – verificável. Weber não nega de forma explícita a existência de formas de poder que não sejam dominação. Sequer nega a possibilidade destas formas serem conhecidas. Mas, pragmático, privilegia a dominação por ser seu aspecto mais fácil de identificar, analisar e demonstrar.

É preciso enfatizar que, ainda que use o termo “ordem”¹ no sentido de “comando”, Weber não percebe a dominação como mera imposição unidirecional e socialmente descontextualizada. Enfatiza que a dominação é fundamentalmente relacional na medida em que a obediência a um comando requer que o mesmo seja legítimo na ordem social vigente. Ainda que de forma discreta, a dominação opera dentro e por meio de

¹ O termo exato usado por Weber é *Befehl* – substantivo alemão que, segundo o Dicionário Escolar Alemão Michaelis online, significa “ordem” ou “comando”.

relações sociais legitimadas – por um aparato administrativo-burocrático ou pelas tradições, em razão do que Weber usa a expressão “associação de dominação” para se referir aos grupos sociais, cujos membros estão “submetidos a relações de dominação em virtude da ordem vigente” (IBDEM:33).

A dominação representa em suma, a capacidade – fundamentada em relações sociais – que o dominador tem em fazer com que os dominados sigam seus comandos. Compreendê-la exige, portanto, que se observe o grau de aceitação da imposição como norma válida pelos dominadores (que afirmam ter autoridade para o mando) quanto pelos dominados (que crêem nesta autoridade, legitimando a dominação). Weber estabelece a interiorização – mesmo que parcial – de tal autoridade como condição necessária para toda e qualquer dominação: “certo mínimo de vontade de obedecer, isto é, de interesse (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação” (IBDEM:139).

Aproximando este tipo de poder às relações vividas em Arraias, pode-se dizer que o poder reside, portanto, na probabilidade que os antigos coronéis e atuais chefes políticos e fazendeiros têm de fazer valer sua vontade. A dominação, por sua vez, resulta da capacidade secular que estes mesmos chefes têm de usar as esferas política e social locais, de forma a garantir a obediência às suas determinações. Sem recorrer à violência ou à coerção, logram – por uma série de estratégias que serão descritas ao longo deste trabalho – exercer a dominação sobre outras categorias sociais, tais como: agregados, sertanejos, catingueiros, eleitores, grupos religiosos e agentes governamentais.

Como na maior parte do Brasil, o poder político em Arraias se manifesta, predominantemente, através de uma dominação que tem como base, uma peculiar relação de mando e obediência que – não se resume à coerção ou à subserviência forçada – se apóia principalmente no fundamento de legitimidade. Como Weber faz bem em lembrar, a dominação não é legítima por si. Pelo contrário, funda-se em diversos motivos² e costuma encontrar legitimidade nos domínios da legalidade, da tradição e do carisma.

Dentre esses três tipos puros de dominação, apenas os dois primeiros são de utilidade para a presente análise. Isto porque em Arraias não se constata a presença de um

² Motivo em Weber é uma conexão de sentido que, para o próprio agente ou para o observador, constitui a razão de um comportamento (1991:8).

domínio carismático que conforme Weber pressupõe a existência de um líder dotado de poderes sobrenaturais. É preciso lembrar que, como o próprio Weber (1991:141), reconhece, os domínios por ele formulados são tipos ideais. Não existem em forma pura “no mundo” e não podem por isso, serem impostos diretamente a uma realidade social sem levar em consideração as características particulares da mesma. Como toda categoria são – em última instância – metáforas que devem ser percebidas não como verdadeiras ou falsas, mas como capazes ou incapazes de informar uma análise.

1.2 O domínio tradicional

Para Weber, o domínio de caráter tradicional se baseia na crença cotidiana, nas relações pessoais, no respeito a costumes vigentes e na legitimidade daqueles que, em virtude destes costumes, encarnam a autoridade. Trata-se de um domínio de natureza não universal que – exercido por um senhor ao qual a tradição atribui uma “dignidade pessoal” (199:148) – fundamenta-se em relações de lealdade e fidelidade, no mais das vezes, desenvolvidas à margem das instituições Estatais. Ou, como resume Weber:

Obedece-se à pessoa do senhor, nomeada pela tradição e vinculada a ela (e dentro do âmbito da vigência dela), em virtude de devoção aos hábitos costumeiros [...] O dominador não é um superior, ao contrário, ele é um senhor pessoal. Seu quadro administrativo não se compõe primariamente de funcionários, mas de servidores pessoais e os dominados não são membros da associação, mas companheiros tradicionais ou súditos (1991:148).

A relação desenvolvida entre o senhor e o quadro administrativo é a de fidelidade pessoal deste último que seria, freqüentemente, parente e que não dispõe de um poder e honra social próprio (WEBER, 1991:148-9). Portanto, a legitimidade da dominação resulta das ações não apenas do senhor e de seu quadro administrativo, mas também daqueles que os antecederam. Seus limites, por outro lado, não são estabelecidos por qualquer estatuto legal, mas pela propensão dos súditos a obedecer ou resistir. “Essa resistência, quando surge, dirige-se contra a pessoa do senhor, ou do servidor que desrespeitaram os limites tradicionais do poder, e não contra o sistema como tal” (1991:148).

No domínio tradicional, os poderes são determinados por uma esfera arbitrária e aberta a critérios variados na qual inexistente separação entre a autoridade e a competência

privada do indivíduo que a detém. Weber aponta para dois tipos de autoridade tradicional: a gerontocracia e o patriarcalismo. Na primeira, a autoridade dos mais velhos se sobrepõe sobre os mais novos; na segunda, a autoridade do "chefe" se sobrepõe sobre os súditos. Em ambos os casos, a autoridade necessita de um corpo administrativo para o exercício de seu poder, não se constituindo necessariamente de funcionários, mas de servidores pessoais, companheiros tradicionais ou súditos.

A autoridade tradicional segue uma lógica que visa a conservar o conhecimento, a prática de transmissão oral e os hábitos inveterados. Baseia-se em procedimentos cuja legitimidade deriva precisamente do fato de serem considerados atemporais. Já comentando Weber, diria que sua economia é a de uma prática repetitiva que – mesmo sendo tautológica – é reconhecida como válida: as coisas são como são, porque sempre foram assim. De certa forma, sua operação básica é a negação da própria história como palco de mudanças permanentes gerando uma sensação de constância e repetição que, se confortante, também dificulta a adaptação e fomenta a inércia.

O tipo ideal weberiano de dominação tradicional aproxima-se em diversos aspectos da vida política do município, onde costuma se manifestar – como se verá adiante – na instrumentalização, pelos chefes políticos, de três ordens sociais: a da reciprocidade, a patriarcal e a religiosa. Como o dominador de tipo tradicional mantém o poder sobre o dominado em Arraias? Pela utilização da obrigação de reciprocidade, do prestígio das linhagens e do espaço sagrado.

1.3 O domínio racional-legal

Weber justapõe o domínio tradicional a um outro tipo ideal: o racional-legal. Segundo o sociólogo alemão, tal organização se fundamenta na legitimidade dos estatutos legais, da competência funcional e das regras racionais de organização e convívio social. Ou seja, depende da crença – pelo cidadão – na funcionalidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que elas designam para o exercício da dominação legal. Exercida não mais por um senhor, mas por um superior, a autoridade racional-legal encontra seus limites na mesma ordem institucional que a constitui: tem esfera de competência, espaço de jurisdição e tempo de duração definidos. Vale ressaltar, na citação abaixo, a importância que o sociólogo alemão dá à idéia de um domínio limitado e delimitado:

O senhor legal típico, o “superior”, enquanto ordena e, com isso, manda, obedece por sua parte à ordem impessoal pela qual orienta suas disposições [...] Os membros da associação, ao obedecerem ao senhor, não o fazem à pessoa deste mas, sim, àquelas ordens impessoais [...] Por isso, só são obrigados à obediência dentro da competência administrativa objetiva, racionalmente limitada, que lhe foi atribuída por essas ordens (1991:142).

A autoridade do domínio racional-legal surge assim da ordem impessoal e universalista que o sustenta; seus poderes, da competência e da eficácia prevista por esta ordem. Trata-se, evidentemente, de um tipo que tem como modelo o Estado moderno – organização pela qual sociedade é estruturada em esferas autônomas, mas não independentes. Descritas por Weber como diferentes áreas da experiência humana – como a moral, a religião, a política e a economia – tais esferas possuem lógicas próprias, mas não exclusivas: como não existe uma separação nítida entre elas, o indivíduo pode transitar entre uma e outra. Existe uma autonomia, mas, ao mesmo tempo, uma interdependência. Cada esfera torna-se um lócus suscetível de ser visitado, revisitado e reconstruído constantemente.

O ponto é que Weber, ao descrever o sistema racional-legal, tem como modelo o Estado liberal, cujo objetivo primordial seria manter a coesão e a funcionalidade do espaço social sem – entretanto – impedir a diversificação e especialização dos indivíduos que o compõem. Contemplando a fluidez, a incerteza e³ a diversidade do social, o domínio racional-legal geraria assim um sistema mais dinâmico do que o tradicional.

O domínio racional-legal pode ser percebido em Arraias a partir especificamente, das ordens político-partidária e governamental, as quais são exercidas por meio de um “quadro administrativo burocrático”, hierárquico, profissionalizado e composto

³ Conceitualmente, esta abertura para o trânsito dos indivíduos permite um movimento, uma acessibilidade e uma fluidez que falta – por exemplo – ao “campo” de Bourdieu. Embora os termos “esfera” e “campo” sejam sinônimos no vernáculo, Bourdieu define este “campo” de forma bastante específica. Para o sociólogo francês, cada campo possui uma lógica distinta. A que orienta um político seria, por exemplo, diferente da que orienta um empresário ou um intelectual. Além de autônomos, os campos seriam também excludentes, funcionando como os *loci* específicos lutas entre atores. Ou seja, seriam espaços nos quais se “manifestam relações de poder a partir de uma distribuição desigual de capital social entre os dominantes e os dominados” (ORTIZ, 1994: 21). À primeira vista, tal ênfase na desigualdade e no conflito agônico entre dominador e dominado tornam “campo” um conceito tentador. A insularidade que Bourdieu impõe ao conceito, entretanto, compromete sua utilidade para um trabalho que – como este – se propõe a criticar as formas pelas quais chefes políticos arraianos usam a fluidez entre esferas para apropriar-se de espaços sagrados.

por cidadãos livres. Fundamentados na validade do estatuto legal e em regras racionalmente estabelecidas, tais ordens têm um papel central na organização das sociedades modernas.

Embora sejam regidas por normas e estatutos diferentes, permitem que seus atores transitem entre instâncias diferentes – podendo visitar, construir e reconstruir as leis e os procedimentos normativos que regem, por exemplo, o sistema eleitoral ou os poderes Judiciário, Executivo e Legislativo.

Weber, entretanto, aponta ainda um terceiro tipo ideal de domínio: o carismático. Este se assemelha de muitas formas ao tradicional. Igualmente pessoal, também independe de qualquer estatuto legal ou instituições formais, surgindo de relações de lealdade pessoal. A grande diferença é que tem como fundamento um único líder, um indivíduo histórico de qualidades pessoais tão extraordinárias que logra reunir a seu redor um grupo de adeptos, sobre os quais e por meio dos quais exerce a dominação. Como na realidade em estudo não se percebe algum tipo de liderança que aproxime desse tipo ideal weberiano, não enfocarei e nem me delongarei em seus pressupostos.

1.4 As ordens de legitimação do domínio tradicional

A existência da categoria “ordem”, utilizada por Weber, pode tanto significar o comando que transforma o poder em ação, como pode significar um sistema de regras, normas, valores, relações sociais e simbólicas que geram legitimidade. Definições que me sugeriram a formulação de outras categorias funcionais, tais como, ordem patriarcal, ordem da reciprocidade, ordem político-partidária e ordem governamental, que passarei a utilizar no decorrer deste trabalho.

a) A ordem da reciprocidade

O termo “ordem da reciprocidade” descreve as formas pelas quais a dádiva está inserida e que ajuda a constituir as diferentes formas de organização social. A expressão, como se sabe, nasce dos estudos de Marcel Mauss sobre a importância da troca nos mais diversos grupos e regiões – dos Celtas à Índia, passando pela China, a Oceania e os povos nativos do noroeste dos Estados Unidos. Muito resumidamente, o argumento de Mauss é que a dádiva, ao permitir as alianças entre comunidades e famílias, é um dos principais, senão o principal, operadores das relações sociais. Ou, nas palavras de Marcos Lanna:

[A economia da dádiva possibilita] alianças matrimoniais, políticas (trocas entre chefes ou diferentes camadas sociais), religiosas (como nos sacrifícios, entendidos como um modo de relacionamento com os deuses), econômicas, jurídicas e diplomáticas (incluindo-se aqui as relações pessoais de hospitalidade) (2000:175).

As pertinentes observações de Mauss foram ampliadas e aperfeiçoadas por antropólogos como Lévi-Strauss (1981), que reconheceu na dádiva o fundamento mesmo das estruturas elementares do parentesco – estruturas que incluem, evidentemente, o conceito de “linhagem” que norteia as análises incluídas neste trabalho. Em seu Ensaio sobre a dádiva, Mauss (2003) apresenta a dádiva de modo amplo. Trata-se, para ele, de uma prática que, “constitutiva da vida social”, é marcada por um constante dar e receber. Tão universalmente específica quanto o próprio parentesco, é encontrada nos diferentes tempos e lugares, assumindo formas variadas em cada cultura. A economia do dar e retribuir inclui não apenas presentes como também visitas, festas, comunhões, esmolas, heranças, e um sem número de “prestações” (MAUSS, 2003:147).

Mauss ressalta ainda como o “dar e receber” pode implicar não apenas a troca material como também a espiritual. É o caso, por exemplo, da comunicação entre almas que o antropólogo percebe na condição de anfitrião. O ato de dar pode assim se associar em maior ou menor grau a uma ideologia da generosidade. Eis aí a dualidade posta por Mauss quando afirma que a dádiva é um ato simultaneamente espontâneo e obrigatório no qual a reciprocidade que não se exige, se espera.

Ainda que praticadas nos mais diversos contextos, as trocas tendem a ser, segundo Mauss, prerrogativas de chefias. Trata-se de uma observação importante. Pois tal prerrogativa não deixa de favorecer quem a detém. Afinal, se o poder é a possibilidade de determinar os atos de outros e se a troca é um dos atos constitutivos das relações sociais, a prerrogativa sobre a troca – a capacidade de conduzir sua economia, de decidir onde, quando, porque e em quais termos ela se dá – acarreta, necessariamente, um poder.

Em outras palavras, qualquer prerrogativa sobre a dádiva, resulta em uma prerrogativa de poder. Legítima nas diferentes civilizações, a troca é uma forma de comunicação, reciprocidade e sociabilidade entre os homens. Qualquer influência sobre sua localidade escala e forma é também uma influência sobre as próprias relações sociais. E a economia da troca torna-se, portanto, um palco potencial para o exercício da dominação.

No caso de Arraias, o dado de campo confirma a observação e de fato, a importância da dívida para este trabalho reside precisamente no fato de ser um instrumento de domínio usado não apenas pelas linhagens tradicionais, mas também pelas ordens religiosa, político-partidária e governamental.

b) A ordem patriarcal

A ordem patriarcal, por sua vez, tem por característica a concentração de poder e de prestígio no líder da organização familiar. O patriarca exerce sobre o dominado um poder freqüentemente absoluto e incontestável. Em Arraias, as primeiras famílias se organizaram em torno dos seus patriarcas, que comumente eram os donos das terras, fazendeiros e políticos que representavam o município nas esferas federal e estadual. Com o tempo, estas famílias formaram longas linhagens que perpetuaram os costumes e o poder dos patriarcas, aos quais continuam vinculadas até pelo sobrenome, pelas terras herdadas e pela tradição política ou religiosa.

No livro *Las estructuras elementales del parentesco*, Lévi-Strauss define as estruturas familiares a partir de três relações de parentesco elementares: a consangüinidade compartilhada por irmãos; a filiação, que vincula pais e filhos; e a aliança, que une genros, noras, padrastos e madrastas (1981:79-90).

Termos como “família”, “descendente” e “linhagem” remetem ao trabalho dos primeiros grandes antropólogos, Bronislaw Malinowski (1884-1942) e Claude Lévi Strauss (1981), que transformaram o parentesco em tema de estudo próprio, específico e vital para a compreensão das relações sociais. Também Radcliffe Brown ressalta em sua obra *Social Organizations of Australian Tribes* (1913) a importância do parentesco como forma de estruturação e organização social – forma que fundamenta o próprio sistema de referência de qualquer sociedade.

Ainda que varie entre culturas, o parentesco é, portanto, um traço social não apenas universal como também universalmente específico: toda sociedade tem uma rede de parentesco e não há duas redes absolutamente idênticas. Ainda assim, há constantes, como a existência da família, que embora em formatos variados, encontra-se presente em praticamente todas as sociedades. Dada esta especificidade universal, portanto, a compreensão de qualquer sistema de parentesco depende necessariamente de uma

cuidadosa análise de sua estrutura, seus desdobramentos e as diferenças e identidades que definem as relações entre seus componentes. Pois são estas dinâmicas que fundamentam as formas de cooperação, as vivências e as trocas que – orientadas por regras comportamentais – estabelecem a especificidade de cada cultura.

Segundo Alain Marie⁴, o parentesco pode surgir de dois tipos de laço, um vertical, outro horizontal: “se um descende do outro (laços de filiação direta) ou se ambos descendem ou afirmam descender dum (ou duma) antepassado (a) comum” (1978:13). O parentesco, entretanto, pode ser tanto real e baseado em laços efetivos de consangüinidade quanto mítico. Neste último caso “parentes, consideram-se e comportam-se como tais, mesmo se, de fato, nenhum laço de consangüinidade existe entre um e outro; é determinado pelo fato de provirem – ou afirmarem provir – de uma mesma filiação” (MARIE, 1978:13).

Tal ressalva é fundamental para entender a economia das linhagens familiares de Arraias. De fato, elas se mantêm coesas no parentesco não apenas a partir do reconhecimento dos vínculos reais, mas também e, sobretudo, por meio da base “mítica”. Mas o que seria uma relação de parentesco mítica? Marie usa o termo para definir uma relação que, mesmo existindo “apenas na consciência dos homens”, é “essencial para determinar e exprimir um comportamento efetivo entre todos aqueles que, de perto ou de longe, afirmam compartilhar a mesma filiação, existem formas de solidariedade, entre-ajuda, cooperação, ritual etc.” (IBDEM,1978:13).

Em Arraias, é por acreditar que participam de uma linhagem, mesmo que num grau de parentesco muito distante, que indivíduos se esforçam em preservar um sobrenome e se orgulham de fazer parte dela. Esta crença em uma origem comum e compartilhada permite ainda a coesão nas ações políticas e religiosas. O mito – e a reivindicação – de um ancestral fundador permeia o imaginário de parentes reais e fictícios. Tal figura – com seus valores, suas graças e seu poder, para usar a linguagem honorífica do parentesco – torna-se um exemplo a ser imitado, respeitado e seguido.

Para tratar das relações de família e parentesco – sejam elas por afinidade ou consangüinidade – uso neste estudo o termo “linhagem”. Segundo Paul Mercier, a linhagem

⁴ MARIE, Alan. "Filiação, consangüinidade, alianças matrimoniais". In: AUGÉ, Marc (dir.). **Os Domínios do parentesco: filiação, aliança matrimonial, residência**. Tradução de Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70, 1978.

é uma unidade social, econômica e religiosa expressa por uma genealogia precisa, em que as tensões internas que antecedem as clivagens e as segmentações estão sempre presentes (apud MARIE, 1978).

É difícil saber se as linhagens de Arraias possuem estas tensões internas, pois são todas reservadas e privadas. De qualquer forma, serão aqui descritas como “linhagens tradicionais” pelo fato de serem organizações que – também expressas por uma genealogia precisa, mesmo quando imaginada – remontam a uma formação antiga e numerosa. Detinham – e ainda detêm – prestígio, poder político e influência religiosa. Desde sua formação, estas linhagens tradicionais buscam preservar os laços com parentes, vizinhos e amigos, por meio de um conjunto diverso de dádivas – que pode incluir o cumprimento cordial cotidiano no dia a dia, a assistência material e o voto.

c) A ordem religiosa

As ordens religiosas em geral são compreendidas como organizações de homens e mulheres dedicadas às atividades pastorais e à propagação não apenas de crenças metafísicas como também dos sistemas de valor e poder que estas implicam. No caso da política arraiana enfocada neste trabalho, a expressão se refere ao Catolicismo Romano. As ordens religiosas evangélicas, embora tenham objetivos semelhantes, seguem outros procedimentos e normas e não reconhecem na Igreja Católica uma autoridade teológica exclusiva.

Como aqui o foco assenta-se especificamente na ordem católica, este trabalho prioriza a organização da mesma em Arraias – organização constituída por padres, freiras, beatos, ministros da eucaristia, festeiros, foliões e associações de fiéis como o Apostolado da Oração e a Organização São Vicente de Paula que congrega os vicentinos. Estes agentes religiosos cumprem regras de convivência criadas dentro de hierarquias que – ora formais, ora implícitas – buscam cobrir quase todos os aspectos da vida quotidiana da comunidade. Ou seja, as orientações desta ordem definem as obrigações dos fiéis quanto aos tempos de oração, aos deveres mútuos, às formas de resolução de conflitos, às obras de caridade e aos trabalhos de evangelização e catequização. Definem também os espaços sagrados como o púlpito e a liturgia de sacralização de eventos como procissões e romarias. Dada sua coesão

e amplitude, a ordem religiosa é uma poderosa fonte de legitimação, mesmo depois da secularização que a distanciou das outras esferas sociais.

Para entender a importância da ordem religiosa no cenário político arraiano, torna-se preciso aqui fazer uma pausa e buscar no passado o que se vê no presente. Historicamente, as esferas política e religiosa nasceram juntas no Brasil – a primeira, com capitâneas criadas pela Coroa; a segunda, com os esforços de evangelização da Igreja. Ou seja, o próprio país surge de um projeto colonial, no qual o Estado Português e a Igreja Católica associaram-se política e materialmente para a “conquista de terras e almas”. Esta fusão inicial de esferas é marcada por uma profunda interdependência: Coroa e Igreja foram aliadas incontestes e imprescindíveis no trabalho conjunto de evangelizar para colonizar e colonizar para evangelizar.

Segundo Brunéau (apud VAZ, 1997:12), a Igreja garantiu, com tal aliança, quatro vantagens que até hoje marcam a realidade brasileira: 1) Esteve presente em todo o território nacional através das missões, das capelas, paróquias e dioceses; 2) Deteve o monopólio sobre a conversão e evangelização, muitas vezes à força, dos fiéis, fossem eles brancos, negros e índios; 3) Garantiu o direito de constituir e regulamentar a sociedade desde o batismo até a extrema-unção, mediante ensinamentos religiosos e morais; 4) Teve pleno acesso aos grupos sociais e à estrutura do Estado como instrumentos de influências.

Estas íntimas relações sugerem que Igreja e Estado constituíam na experiência colonial brasileira esferas no sentido mais weberiano do termo. Não havia, afinal, uma separação nítida entre os dois. De fato, esta confluência, que beirava a fusão, perdurou por séculos. Apenas recentemente a secularização e o princípio republicano da separação entre o secular e o religioso permitiram que a relação entre as duas esferas fosse revista, impondo às duas uma autonomia gradual e, às vezes, traumática para as organizações eclesiais.

Além de reduzir o poder político da esfera religiosa, diminuiu também a sua capacidade de influenciar diretamente nos procedimentos normativos do aparato estatal. A cisão entre a Igreja e o Estado é acompanhada por uma gradual laicização da própria

sociedade⁵. Ou seja, não são apenas as instituições estatais que passam a resistir às interferências eclesiais: as civis também o fazem.

Entre os fatores que influenciaram e catalisaram tal mudança, talvez o mais importante tenha sido a influência de um positivismo para o qual o conhecimento deriva da razão e da experiência humana, e não de crenças sobrenaturais ou verdades divinamente estabelecidas. Segundo Wilson (apud OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996:679), outra causa da secularização seria o rechaço ao acúmulo de riquezas e à ocasional ostentação de instituições religiosas como a Igreja Católica, excesso que teria contribuído para que o “pensamento, a prática e as instituições religiosas perdessem o significado social”.

Diante da secularização, a Igreja Católica deixa de ser a peça mestra do dispositivo de socialização e do controle social das sociedades. Ainda assim, ela reage e inicia uma luta para reconquistar seu espaço como aliada preferencial do Estado. Para tanto, rebate as críticas à sua atuação e organização e delinea uma reestruturação jurídica e hierárquica. Com doutrina e objetivos claramente definidos, tal reforma enaltece a figura do papa como chefe universal da Igreja – isto além de investir nas instituições educacionais religiosas como instrumento de legitimação e rever suas relações com o Estado e a sociedade civil.

Com esta reorganização, a Igreja busca recuperar parte da influência que teve sobre as diferentes esferas da sociedade no decorrer dos séculos. De fato, o catolicismo continua sendo a principal denominação religiosa do Brasil. Segundo o Censo de 2000, 73% dos brasileiros são católicos, contra 23% de protestantes. Ainda que não hegemônica, portanto, a Igreja Católica é uma força social influente cujos valores morais e éticos pesam nas decisões políticas do país. Tal influência, entretanto, é também diluída por sua própria heterogeneidade interna.

Dependendo do momento e do lugar, a Igreja pode defender a sociedade civil e os mais pobres, como ocorreu nas décadas de 70 e 80 com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Mas pode também omitir-se diante das relações de dominação ou da

⁵ A secularização pode ser entendida pelo processo através do qual o papel cultural agregador da Igreja é gradual e progressivamente transferido a outras instâncias, especialmente o Estado – reduzindo a presença religiosa nos sistemas legais e normativos de uma dada sociedade. O termo “laicização” denota um processo semelhante, ainda que tenha conotações mais sociais e culturais e menos políticas que “secularização”.

apropriação do Estado impostas por chefes políticos locais – ou mesmo participar de tal apropriação como forma de recuperar sua influência.

Em Arraias, a Igreja não poupa esforços para preservar a sua histórica união com a esfera política. Perdurando até os dias atuais, tal união permite que indivíduos de cada esfera transitem na outra, influenciando suas ações. Dado o poder simbólico e a aparente legitimidade do clero na cidade, ela permite ainda que este exerça uma influência significativa na sociedade civil e nos processos eleitorais. A relação entre as duas esferas propicia, por um lado, a legitimidade dos chefes políticos locais e, por outro, uma crescente desacralização dos rituais religiosos.

Tal desacralização varia em intensidade segundo a formação, as convicções políticas e os interesses imediatos dos dirigentes religiosos locais. Mas é sempre marcada pela abertura da instituição ao trânsito dos chefes políticos. Os espaços religiosos tornam-se assim palcos nos quais tais chefes demonstram prestígio, prosperidade e generosidade – seja pela oferta de prendas valiosas nos leilões de novena, pela distribuição de brindes em festejos religiosos ou pela ocupação de espaços de grande visibilidade durante as missas. Liturgia e espetáculo se encontram assim nestes espaços, onde pessoas influentes das linhagens familiares – incluindo chefes políticos, festeiros, beatos e membros de associações – elaboram cuidadosas estratégias para lograr a projeção e a visibilidade necessárias para amparar o exercício do poder local. Usando uma indistinção de esferas que remonta ao período colonial, buscam assim fortalecer uma dominação que, mesmo existindo há séculos, está longe de ser secular.

1.5 As ordens de legitimação do domínio racional-legal

a) A dominação na política brasileira e seus desdobramentos locais

Etimologicamente, o termo “política” escreve tudo o que diz respeito à *polis*, ou cidade – ou seja, ao que é urbano, civil e público. Weber distingue duas acepções para o termo. A primeira diz respeito a qualquer tipo de liderança independente nas ações humanas. Mais específica, a segunda indicaria a liderança exercida pelo Estado sobre uma comunidade específica dentro de um território determinado – liderança que pretenderia o monopólio do uso legítimo da força física (1991:291). Para Weber, entretanto, a natureza

do Estado⁶ não se manifestaria na liderança apenas, mas também na autoridade e na legitimidade. A primeira seria a capacidade de impor leis, exigir obediência, dar ordens, tomar decisões e – enfim – agir. E teria sua origem na própria legitimidade – uma qualidade ou estado de validar, entre os membros de um agrupamento social, certos conteúdos ou disciplinas cujo objetivo é fazer com que todos adiram àquela crença como uma verdade a respeitar e seguir.

O Estado é um organismo político-administrativo governado por indivíduos ou associações que formam o quadro administrativo. Possui jurisdição ou vigência dentro de um determinado território dentro do qual pode exercer a autoridade com legitimidade. Como instituição política, entretanto, o Estado necessita de uma população que o reconheça como autoridade legítima – reconhecimento que, quando negado pelos governados, pode levar tanto ao uso da força e da coação física para se restabelecer o domínio quanto à reestruturação do próprio Estado.

Weber faz bem em ressaltar, todo domínio racional-legal encontra seu limite na mesma ordem institucional que o constitui e que, no caso do Estado, o outorga um monopólio sobre o uso legítimo da força. E precisa, para preservar tal legitimidade, respeitar os estatutos legais, exercer a competência funcional, preservar a racionalidade organizativa e atender às exigências dos governados. Precisa, em suma, justificar a autoridade exercendo-a com um propósito socialmente aceito. O poder racional-legal não pode, por definição, ser autotélico.

Como será demonstrado ao longo deste trabalho, não é este o caso em Arraias, onde a preponderância de um domínio de tipo tradicional e vertente patrimonialista gera um poder fundamentalmente circular. De fato, o exercício da autoridade confunde-se frequentemente no município com a imposição, pela autoridade de quem domina, da autoridade de quem domina. Trata-se, evidentemente, de um exercício autotélico. Governar bem na realidade arraiana é governar de forma a manter o poder hegemônico de quem governa.

⁶ Weber entende “Estado” em sua acepção moderna – um organismo de associação involuntária marcado pela existência de uma ordem administrativa e jurídica que pode ser modificada por meio de estatutos que orientam o funcionamento e as ações de seu quadro administrativo.

Há, por exemplo, um claro contraste entre tal circularidade e o exercício do poder local descrito por Bourdin⁷ (2001) em seu estudo sobre os Edge Cities que são distritos comerciais suburbanos cujos atores políticos utilizam um sistema de regras que, respeitando os princípios democráticos, buscam fomentar a soberania popular, a distribuição equitativa do poder e o controle da autoridade. São fundamentos simples, mas que obedecem a uma condição que o próprio Aristóteles já estabelecia para qualquer bom governo: a correspondência entre os interesses dos governantes e dos governados. Ou, como escreve o próprio Estagirita: “[Tal correspondência ocorre] apenas nas formas corretas de governo, pois nas viciadas, o característico é que, o poder seja exercido em benefício do governante” (apud BOBBIO, 2004:954).

Já Ladislau Dowbor associa o bom governar ao empoderamento, por quem governa, do indivíduo governado. Em uma visão que quase dissocia o governar do próprio poder, sugere que a boa gestão visa “a recuperação do controle por parte do cidadão, no seu bairro, na sua comunidade, sobre as formas do seu desenvolvimento, sobre a criação das dinâmicas concretas que levam a que nossa vida seja agradável ou não” (DOWBOR, 1994: 09).

Tal empoderamento, entretanto, também implica em uma responsabilidade. Para Dowbor, é preciso que o cidadão se torne mais exigente diante dos avanços tecnológicos, das formas de crescimento econômico e da “mão invisível” do mercado. Mas é preciso também e acima de tudo que ele rechace a perigosa idéia de que a organização do cotidiano pertence naturalmente a uma misteriosa esfera superior chamada Estado – esfera que, por seu planejamento central, porá ordem na vida das comunidades.

As utopias políticas de Bourdin (2001) e Dowbor (1994) ambas pressupõem o ordenamento político e econômico, o resgate da participação e a determinação, pela comunidade local, dos interesses e destinos do município. Também descrevem realidades

⁷ As chamadas Edge Cities – ou cidades de margem – são um fenômeno urbano descrito pelo jornalista norte-americano Joel Garreau e caracterizado por conglomerados de empresas, lojas e opções de entretenimento em zonas suburbanas. Organizadas, ricas e prósperas, tornam-se alternativas aos tradicionais centros urbanos. Mais do que cidades são de distritos comerciais que – mesmo sem autonomia política – apresentam organizações locais atuantes e eficazes. Bourdin descreve a Edge City como um exemplo de organização civil, uma “localidade que corresponde à ação conjunta de diversos atores” (2001:106). Neste esforço, a atenção e o trabalho de cada ator político volta-se para o conjunto dos moradores – cada um dos quais também buscava assumir a responsabilidade pelo todo.

diametralmente opostas à vigente em Arraias, onde a dominação silencia a participação, a acomodação se sobrepõe à consciência e os interesses da comunidade são apropriados por um grupo privado “bem sabe governar”.

Mas de onde surge esta circularidade que tanto marca a esfera política de pequenos municípios como Arraias – e do país em geral? O exercício autotélico do poder tem suas raízes na história da política brasileira, assim como as relações de dependência não apenas entre indivíduos e políticos, como também entre as esferas locais e suas contrapartidas no âmbito estadual e federal. A própria administração Imperial já se baseava em uma estrutura na qual municípios dependiam de províncias que por sua vez dependiam do governo central. Como bem ressalta Luiz Alencastro:

O governo central subtraía a autonomia das municipalidades, e, sobretudo, a competência jurídica e policial dos juízes de paz eleitos em cada cidade, e dos juízes municipais indicados pelas câmaras. Ora, o exercício do poder público por autoridades designadas pelos presidentes das províncias, ou seja, pelo governo central – em detrimento das autoridades locais, escolhidas pelos proprietários, eleitores qualificados da região –, afigurou-se como uma ameaça à ordem privada, isto é, à ordem em geral (1997:17).

Ou seja, a dependência das esferas locais, longe de ser um fator incidental na política brasileira, pode ser compreendida como um princípio norteador de sua própria constituição. Tal prática, entretanto, é ainda mais antiga que o próprio Império. Encontra sua origem ainda no período colonial e na estruturação política imposta pela carta régia de D. João VI. Nesta forma de administração, os assuntos de interesse comum eram tratados por uma câmara de juízes e vereadores – gerando assim um precedente que legitimava privilégios e fortalecia o clientelismo. Holanda argumenta que:

As providências reais, todavia, não foram de molde a eliminar os vícios que eivavam o processo de escolha dos administradores municipais, resultando daí as queixas apresentadas às Cortes: motivaram-nas, principalmente, a interferência dos nobres e poderosos em favor de pessoas de sua confiança e a prepotência dos corregedores desrespeitando abertamente o sistema em vigor entregando os postos a quem bem entendessem (1981:23).

As práticas políticas das instituições coloniais assentavam assim as bases para as práticas do clientelismo e patronagem no Brasil, estabelecendo uma hegemonia de elites

políticas locais que perdura ainda hoje em vários municípios brasileiros. É uma herança que, conforme Emilia Viotti Costa ajuda a “entender a fraqueza das instituições democráticas e da ideologia liberal, assim como a marginalização política, econômica e cultural de amplos setores da população brasileira, problemas básicos do Brasil contemporâneo” (1999:17).

Tal herança sugere ainda uma tradição de autoritarismo⁸ político que a cada período histórico centralizou o poder no Estado, ao qual atribuiu um controle excessivo sobre a sociedade civil. Trata-se de um Estado, portanto, que atua como senhor de cada época. Ou, como resume Souza:

O Estado escravagista era o Estado dos senhores e não dos escravos; no feudalismo era o Estado dos senhores feudais e não dos servos; assim como na sociedade capitalista o Estado é o senhor da burguesia e não dos trabalhadores (1990:66).

Ou seja, a história política brasileira constitui-se, desde o período colonial, como uma história de dominação, marcada pela alternância entre períodos de subordinação latente e de autoritarismo explícito. O resultado em ambos os casos não deixa de ser parecido: o cerceamento da democracia e a prevalência do Estado como poder único, hegemônico, arbitrário e autotélico.

d) Da organização político-partidária em Goiás e seus municípios

Na organização da ordem político-partidária de Goiás, o poder esteve até a República Nova (1930-1964), nas mãos de dois velhos e conservadores partidos – a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD). Com o tempo, novos partidos foram criados – como o Social Republicano, o Libertador de Goiás, o Democrático Nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Duas oligarquias, entretanto, mantiveram um controle virtualmente hegemônico sobre o estado: os Bulhões, do partido Republicano, e os Caiados, do partido Católico de Goiás.

⁸ O autoritarismo pode aqui ser definido como um sistema tradicional de controle político da sociedade no qual a coerção, o estiolamento das liberdades individuais e a cooptação de lideranças eram práticas comuns para fazer prevalecer a força e o poder do Estado. Simon Schwartzman aborda o tema em Bases do autoritarismo brasileiro (1982), livro no qual detalha a longa tradição autoritária do país, cuja origem, atribui aos padrões de relacionamento entre Estado e sociedade. Compreende a história autoritária do país como um condicionamento poderoso, mas não um traço congênito e insuperável, da brasilidade.

Em Arraias, os coronéis dividiam-se entre a UDN e o PSD. A comunidade acompanhava um ou outro partido. Quando um estava no poder, o coronel que o representava tinha toda a força de mando e o controle sobre o município, os cargos e as pessoas. Exercia o poder pela dominação, impedindo a ação da polícia, protegendo parentes e amigos e fomentando a impunidade. Utilizava o cargo público para o enriquecimento pessoal e perseguia inimigos pessoais e adversários políticos.

Ao mesmo tempo, o coronel derrotado e seus companheiros passavam o mandato tentando destituí-lo. Denunciava ações ilegais, criticava a apropriação da máquina política em causa própria e buscava desmoralizar a imagem do adversário. Tais denúncias, entretanto e evidentemente, não visavam a defender o interesse público nem respondiam a qualquer compromisso com a democracia ou com a impessoalidade administrativa. Eram, simplesmente, parte de uma economia simbólica na qual os preceitos do domínio racional-legal, não orientavam a ação dos atores. Eram aparentemente superficiais.

Tal dinâmica era comum, sendo interrompida apenas diante de eventos mais graves ou quando o partido do governo local era de oposição ao governo estadual. Nestes casos, a insularidade política do município era temporariamente suspensa e o estado goiano intervinha. Na maioria dos casos, entretanto, os excessos no exercício da dominação pelo poder local não geravam respostas na esfera estadual ou, muito menos, na federal.

Por que o Governo Federal não intervinha? Porque não era de seu interesse fazê-lo. De fato, a política da República Nova era caracterizada pelo que pode ser descrito como um federalismo clientelista. Trata-se de um sistema no qual as oligarquias de estados periféricos como Goiás votavam no Congresso Nacional com o governo de cujo sustento político e financeiro dependiam, recebendo em troca uma promessa implícita de não-interferência em suas práticas políticas locais.

Esta “autonomia” das oligarquias, entretanto, não implicava em uma autonomia do estado – cuja própria configuração política era, segundo Shoruspski, imposta: As ingerências externas que influenciavam na definição das composições políticas do Estado estavam presentes até mesmo na origem do grupo Bulhões, este influenciado pelos liberais, especialmente do Rio de Janeiro e São Paulo (SHORUSPSKI apud BORGES, 1998:48).

Ou seja, as próprias oligarquias dependiam de forças políticas das principais metrópoles, às quais deviam uma total subserviência em discussões federativas ou nacionais. Gozava nas práticas políticas locais de uma autonomia que se espelhava na completa dependência e submissão do estado na esfera federal. Em uma observação que, mesmo contestada por Borges, Shoruspski ressalta que:

Nos primórdios, enquanto mero fornecedor de matérias primas e riquezas minerais (Goiás), sua voz política era praticamente nula, vez que até os cargos públicos locais, prática política e organização interna eram definidos pelo poder central. Em meados do século XIX, com a “descontinuidade administrativa” vivida pela divisão entre comarcas do sul e do norte e com a “ausência de identidade social diante do conjunto nacional” (apud BORGES⁹, 1998:57-8).

Desta forma, a inexpressividade de Goiás no cenário político nacional – manifesta, entre outras formas, pela ausência de representantes de peso no Legislativo, Executivo e até Judiciário nacionais – contribuiu até a década de 30 para a desorganização do estado. Além de agravar a fratura entre as regiões Norte e Sul, tal desorganização culminou no enfraquecimento da identidade goiana e na incapacidade, pelo estado, de elaborar um projeto próprio. Segundo Borges,

Muitas vezes as elites locais mostraram-se incompetentes, ou impotentes para enunciar com autoridade, nos termos de Bourdieu, a região goiana, bem como declarar, de dentro, os dois sentidos de sua finis, o de fronteira e o de definição. Sempre vieram “de fora” as expectativas e atribuições de Goiás, desde a origem mineradora seja na economia, na política e no território (1998:51).

O que esperar de um estado cuja liderança, subordinada e incapaz, não tinha a autonomia necessária para elaborar um propósito político próprio? A historiografia goiana demonstra que as oligarquias lideradas por personagens como José Leopoldo de Bulhões, Xavier de Almeida e Antônio Ramos Caiado contribuíram para que Goiás chegasse à década de trinta sem perspectivas de desenvolvimento econômico e social. Mais: sugere que tais oligarcas – receando a perda do poder – adotaram diversas estratégias para deliberadamente obstruir o desenvolvimento econômico do estado. Campos ressalta, por exemplo, que “os mais expressivos chefes políticos goianos foram responsabilizados pelo

⁹ Em sua tese de doutoramento **Ruralismo, síndrome de periferia e Estado: Mitos políticos e identidade regional em Goiás** (1998), Borges analisa diversos autores que discutem a política goiana em seu periferismo e suas relações com o governo central, enfatizando a inexpressividade política do estado na esfera federal.

atraso do estado e mesmo de obstar o prolongamento ferroviário, especialmente até Goiás, daí poder ser considerada esta diretriz uma estratégia política” (apud CHAUL, 1999:132).

Vale ressaltar, entretanto, que não há consenso sobre esta suposta intenção de atraso. Em referência à construção da estrada de ferro que ligava o sul a Goiás, Maria Augusta Sant’Anna sugere que “o próprio Leopoldo Bulhões que despontara no cenário político nacional, depois de ter sido convencido da viabilidade econômica da estrada, oportunamente passou a lutar por ela” (apud CHAUL 1999:122). De maneira geral, prevalece a posição que destaca o descompromisso com a modernização do estado por parte chefes políticos, que passaram a Primeira República alternando entre as direções de seus partidos e o governo estadual.

Com forte apoio na esfera federal e um poder consolidado no estado, os Bulhões eram os mais poderosos no estado de Goiás. Apoiada pelos governos Floriano Peixoto e Prudente de Moraes, a família aumentou seu prestígio entre os goianos. Dentro da economia do federalismo clientelista, tal prestígio, evidentemente, não se traduzia em uma maior importância do estado na política nacional. Mas se traduzia em votos.

Para se fortalecer, “Caiados” e “Bulhões” selaram no final do século XIX diversas alianças por “meio de casamentos politicamente interessantes”. Mas as duas famílias acabaram rompendo em 1897, desencadeando uma nova disputa pelo domínio do espaço político de Goiás. Novas alianças se formaram os Bulhões com os Xavier de Almeida, e os Caiados com os Abrantes, Gonzaga Jaime e Alves de Castro. Foi uma luta pelo poder que culminou com a conhecida Revolução de 1909, quando Xavier de Almeida, vitorioso nas eleições de 1904, acabou deposto pela aliança bulhonista.

As moveções dissidências e alianças entre oligarquias continuaram até 1912, quando o Presidente da República, Hermes da Fonseca nomeou o coronel Eugênio Rodrigues Jardim, aliado dos Caiados, comandante superior da guarda nacional no estado. Começava então uma transição política que culminaria em 1930 com o enfraquecimento definitivo dos “Bulhões” – oligarquia que primeiro chegara ao poder no estado ainda em dezembro de 1822, com a nomeação da Ignácio Soares de Bulhões para a Junta Administrativa de Goiás.

Ainda que não as protagonizassem, os coronéis de Arraias participavam de tais disputas, trocando apoios segundo a conveniência e as perspectivas de consolidarem seu próprio poder local. Reproduziam, assim, com Goiás a mesma relação que as oligarquias do estado mantinham com o Governo Federal. Para estas oligarquias, a cidade representava um de vários municípios, cujos chefes políticos precisavam ser contemplados na disputa por sustentação e por eleitores locais.

Percebe-se, no discurso de alguns os coronéis de Arraias, donos de fazendas e gado, trocavam apoios com esses oligarcas. Controlando a administração local, usavam prestígio, poder e máquina para garantir a vitória dos oligarcas que melhor atendessem a suas necessidades de perpetuação. E, ainda na lógica do poder autotélico, ofereciam isenções de taxas, nomeações e outros benefícios àqueles arraianos que os apoiassem. Segundo Silva,

[...] o norte goiano sempre se manteve sob o domínio de políticos governistas, que dispunham de “carta branca” nos negócios da política e da economia junto aos poderes estadual e federal. Não havia oposição política para bradar contra o abandono da região, embora o Norte sempre estivesse representado no legislativo federal ou estadual (1996:84).

A presença legislativa do Norte e Nordeste goiano era, portanto, sempre de direito, mas nunca de fato: seus deputados não defendiam a região, em um fortalecimento do representante à custa do representado. De fato, o primeiro registro de uma participação minimamente significativa de representantes da região na política estadual se deu apenas em 1891, durante a elaboração da Constituição do Estado de Goiás. Em 1908, por exemplo, a região elegeu três deputados para a Câmara estadual: Francisco Antonio Cardoso Santa Cruz (Arraias), Joaquim Ayres da Silva (Porto Nacional) e José Maria de Barros (Natividade). Não se encontrou, entretanto, qualquer documento que mostrasse qualquer oposição ao domínio dos oligarcas ou apologia à região.

É verdade que a bancada do Norte era tão pequena que dificilmente lograria mudanças significativas. A região contava com apenas três representantes. E houve aqueles que de fato defenderam-na. Segundo Silva (1996), o médico Francisco Ayres (Porto Nacional), o padre João Lima (Boa Vista) e o dentista João de Abreu (Arraias) – quadros que “mandaram na política do Norte por longos anos” – eram conhecidos por defender os interesses da população nortista e nordestina.

Percebe-se na seqüência dos principais partidos de Goiás e do Brasil entre 1822 e 1964 que – enquanto no Império a estrutura partidária goiana reproduzia a brasileira – tal equivalência acabou com a República Velha, quando diversas forças do estado se aglutinaram no Centro Republicano. Tal aglutinação, entretanto, durou pouco, já que uma série de dissidências levou a desagregação das forças supostamente regionalistas, que se fragmentaram segundo o espectro oligárquico estadual: com os “Bulhões”, ficou o Republicano de Goiás, com os “Fleury”, os “Inácio Xavier” e o bispo D. Eduardo, ficou o Republicano Católico de Goiás, que se uniria anos depois ao Republicano Federal.

O estado foi comandado de forma alternada pelo Republicano Federal e Republicano de Goiás no período da República Velha. Em Arraias, linhagens tradicionais como os Bastos Correia, Arcanjo e Severo Silveira apoiavam a oligarquia dos Caiado. Já duas outras famílias, os Batavo Santuz, Magal tendiam a aliar-se aos “Bulhões”. A luta, o jogo, as notícias e alternância no governo goiano dos oligarcas, moviam o cenário político local, muitas vezes com duras conseqüências para a população. Segundo um ex-deputado entrevistado em 2005 que pediu, como todos, para manter o anonimato,

[Nos governos dos Caiado] foi muito duro para os trabalhadores das roças. Na verdade, os Caiados não traziam nada pra cá, para o povo daqui. E ainda os políticos que davam voto para eles aqui, faziam ameaças para todo mundo seguir eles. Você não sabe da revolta aqui em Dianópolis? É porque os Caiados não aceitavam o Wolney, que era do outro partido, isso foi terrível, dava medo até falar que era contra. (Entrevistado n ° 7)

Com a Revolução de 1930, Goiás passou a ser governado por uma Junta Provisória formada por Mário Caiado (dissidente do grupo Caiado), Emílio Francisco Póvoa e Pedro Ludovico de Almeida, que foi indicado Interventor em dezembro daquele ano. Um personagem carismático e quase mítico na história política goiana, Ludovico exerceu o cargo até abril de 1935, quando foi eleito governador pelo Partido Social Republicano, derrotando Partido Libertador de Goiás. Permaneceu no cargo até novembro de 1937, quando voltou a ser nomeado Interventor Federal – governando o estado por mais oito anos.

Para Arraias, a “Era Ludovico” foi particularmente importante pelo fato do dentista arraiano João de Abreu, então presidente da Assembléia Legislativa, ter assumido o governo de forma interina entre agosto e setembro de 1937. Apesar de ter sido curto o

período durante o qual João de Abreu exerceu o cargo, sua ascensão foi considerada uma demonstração de prestígio e uma vitória pela população do Norte goiano.

João de Abreu rompeu com Ludovico em 1946, quando apoiou a candidatura de Jerônimo Coimbra Bueno, da União Democrata Nacional, para o governo estadual. O rompimento se deu por discordâncias quanto às políticas de Ludovico para o Norte e Nordeste. Em uma rara exceção à prática política vigente, entretanto, a ruptura não se traduziu em inimizade: quando retornou ao poder em 1951, Ludovico fez questão de visitar Arraias, onde encontrou líderes políticos locais e inaugurou o primeiro chafariz da cidade.

Nos mais de 15 anos em que foi governador ou interventor, Pedro Ludovico Teixeira fez-se presente em Arraias. Um arquivo recuperado entre as atas da Câmara de Vereadores da cidade registra – por exemplo – um telegrama (nº 588 de 23/05/1953) no qual o governador comunica ao Diretório Nacional de Geografia a manutenção dos antigos limites do município, atendendo assim a uma antiga reivindicação arraiana. Mesmo sendo, ele próprio descrito às vezes como um coronel, Ludovico é visto até hoje como um dos mais importantes líderes da história goiana recente. Ou, nas palavras de Rabelo:

Era o líder que penetrava todo o Estado e sua influência política não adivinha de uma relação direta com seus eleitores, mas da relação com os chefes políticos locais, o que de certa forma contribuía pra a reprodução da dominação dos senhores rurais (apud BORGES 1998:162).

Pedro Ludovico continuou na liderança do Partido Social Democrático (PSD) em Goiás até o golpe militar de 1964, tendo um mandato de senador cassado em 1969. Morreu dez anos depois em Goiânia. Polêmico, encarnou o getulismo na política goiana, onde liderou um longo processo de modernização e ruptura política que, começado em 1930, enfraqueceu as tradicionais oligarquias do estado.

A política da República Nova, entretanto, manifestava-se de forma particular em Goiás. Como se sabe, o período foi marcado – na esfera nacional – por três partidos principais: o PSD, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). A presença do PTB era mínima em Arraias, onde os conservadores PSD e UDN se alternavam no poder.

Ou seja, a realidade arraiana pouco refletiu as mudanças ocorridas no cenário político brasileiro durante a Era Vargas – ela própria bastante ambivalente no que diz

respeito aos padrões democráticos daquela época. O certo é que, no cenário nacional, o sistema multipartidário gerava uma fragmentação que ao comprometer a governabilidade acabou contribuindo para a crise que culminou no golpe militar de 1964. Começavam 20 anos de repressão estatal e de um bipartidarismo que, imposto pelo Ato Institucional n° 02, dividia o espectro político entre a situacionista Aliança Renovadora Nacional (ARENA), composta por políticos provenientes da UDN, e o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB), integrado por membros dos extintos PTB e PSD.

Neste ambiente de bipartidarismo, a ditadura e seus aliados usaram a repressão e a violência física e moral para atingir seus interesses e consolidar seu controle político. Weber¹⁰ ajuda na compreensão dos primeiros 15 anos da ditadura quando diz que o poder “se localiza concentrado nas relações de dominação, no poder sobre um outro ou outros, na garantia de submissão por meios que podiam ir desde a violência e a força, passando pela manipulação, até a autoridade e a persuasão racional”. De fato, o choque provocado pela ditadura não foi o choque de uma mudança do tipo de dominação, mas sim, a agressividade dos meios da imposição de seu exercício.

No que diz respeito às relações regionais goianas, pode-se dizer que a ação dos políticos do Sul e Sudeste para manter seu domínio sobre o Norte e Nordeste do estado era uma relação de força que acabou levando a população a se juntar com os políticos locais para exigir a independência em 1989. Isto não significa que o coronelismo e a dominação regional eram específicos à política goiana. Muito pelo contrário, refletiam a cultura do arbítrio vigente na época.

Apesar das novas siglas terem surgido com a abertura, simplesmente reacomodaram as bases dos velhos partidos sob outros nomes: a Arena tornou-se o Partido Democrático Social (PDS) e o MDB virou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). É verdade que a redemocratização permitiu o retorno ao sistema político-partidário de grupos excluídos dele pela ditadura, que se reuniram no Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Mas a verdade é que nenhuma destas três forças teve presença significativa em Arraias até muito recentemente.

¹⁰ Ver: LUKES, Steven. “Poder”. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

Com o tempo e a legalização da pluralidade ideológica, também surgiram outras siglas, como o Partido Progressista (PP), o Partido de Reformulação Nacional (PRN), o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), o Partido Liberal (PL) e o (PV). Todos diziam representar a possibilidade de renovação política. Mas, a despeito das novas propostas, o multipartidarismo também trouxe apenas inovações superficiais diante da miséria da grande maioria dos municípios brasileiros. Quanto à realidade política efetiva das esferas locais, o imperativo de manutenção da governabilidade na federal acabou ajudando a conservar as velhas práticas daqueles que, aproveitando-se da alta concentração de renda, usam o poder econômico para apropriar-se do Estado para manter o poder econômico, perpetuando o ciclo autotélico do poder.

Persiste assim, nos dias atuais, uma realidade já prevista por Celso Furtado (1997). Em seus estudos sobre a força das oligarquias nos anos 1950 e 1960, Furtado apontou que, se não se expandissem os espaços políticos locais, haveria “uma atrofia da vida política em regiões inteiras do país”. Embora o quadro político brasileiro tenha mudado, com certa expansão dos espaços políticos e adoção de mecanismos mais democráticos, persiste a concentração do poder nas mãos de pequenos e corruptos grupos políticos, como, aliás, pode-se ver constantemente nos debates sobre o cenário nacional.

O resultado é uma frustração com a política que acaba dificultando ainda mais a tão necessária expansão dos espaços democráticos. De fato, uma pesquisa realizada em abril de 2007 por alunos do Instituto de Ciência Política (Ipol) da Universidade de Brasília (UnB) entre 1.015 moradores do Distrito Federal revela que 86% não confiam nos políticos e 77% não acreditam nos partidos. Não há qualquer motivo para acreditar que tal desconfiança em relação aos políticos não seja compartilhada pelo resto do país, onde também perduram a corrupção, o mandonismo, o nepotismo, o autoritarismo e o clientelismo.

Diante da degenerescência da vida política brasileira, questões vêm à tona. O que seria necessário para limitar a força dos chefes políticos locais? Fomentar a organização e participação de comunidades locais? Transformação da cultura da subordinação em uma cultura participativa, onde os eleitores tenham vez e voz em suas

comunidades e os políticos sejam obrigados a atuar de forma comprometida com a cidadania e a democracia?

Segundo Octaciano Nogueira, professor do Ipol entrevistado pela Agência UnB em 2004, o processo civilizatório não se completou no Brasil. A sociedade brasileira sofre de muitas deficiências, que não se restringem à pobreza e à falta de educação formal de sua população. Falta cultura cívica. Falta cultura política. E falta, acima de tudo, uma cultura de compromisso, pelo indivíduo, com a realidade social que o circula.

c) Dos processos eleitorais

Que processos organizam e legitimam um cenário político? São as eleições, que são meios de escolhas, por meio de votos, os ocupantes de cargos para o exercício de funções previamente estabelecidas por regras e normas legais. No Brasil, são realizadas desde 1821, quando o Império realizou eleições gerais para escolher os deputados que iriam representar o Brasil nas Cortes de Lisboa. Obstruídas por inúmeras formalidades, as eleições se estenderam por meses e mesmo assim algumas províncias sequer chegaram a eleger seus deputados. A democracia representativa no Brasil já começou mal.

Em 1824, foi promulgada a primeira lei eleitoral que regulamentava as eleições dos deputados e senadores da Assembléia Geral Legislativa e dos membros dos Conselhos Gerais das Províncias. A votação era feita através de uma lista assinada pelos votantes. O voto era obrigatório e quem estivesse impedido de comparecer às urnas deveria votar por procuração. O voto por procuração só deixou de existir em 1842, época em que se estabeleceram as juntas de alistamento, formadas por um pároco, um fiscal e um juiz de paz, que era o presidente.

Um dado que chama a atenção é o próprio local de votação. Como as Igrejas eram consideradas departamentos do Império, as sedes paroquiais funcionavam como cartórios. Como não havia distinção entre cartório civil e eleitoral, os padres e alguns funcionários públicos exerciam as funções cartoriais. É uma prova de que a imbricada relação entre Igreja e Estado não é um problema recente para o Brasil. Segundo o próprio Tribunal Superior Eleitoral reconhece em memorial,

A relação entre Estado e Religião, até fins do Império, era tamanha, que algumas eleições eram realizadas dentro das igrejas. E durante algum

tempo foi condição para ser eleito deputado a profissão da fé católica. As cerimônias religiosas obrigatórias que precediam os trabalhos eleitorais só foram dispensadas em 1881, com a edição da Lei Saraiva. Essa ligação entre política e religião somente cessou com a vigência da Constituição de 1891, que determinou a separação entre a Igreja e o Estado¹¹.

Embora a secularização que acompanhou a modernização em boa parte do mundo já prescrevesse o afastamento de todas as esferas estatais do controle religioso, tais princípios só começaram a se disseminar no Brasil com a Proclamação da República. Até meados do século XX, Igreja e Estado ainda mantinham profundos vínculos institucionais. Apesar das eleições e da organização dos partidos ocorrerem à margem da Igreja, esta mantinha seu poder político nas periferias urbanas e pequenos municípios, onde o catolicismo se mantinha como sustentáculo do poder oligárquico desde a República Velha (1889-1930).

A secularização exigiu uma reorganização geral das esferas política e religiosa. Uma das principais mudanças veio ainda durante a República Velha, quando os partidos Conservador e Liberal passaram a buscar formas alternativas de sustentação e apoio que não fossem a Igreja. Uma delas veio com a “política dos governadores”, uma forma de aliança federativa pela qual o presidente apoiava os candidatos indicados pelos governadores nas eleições estaduais, recebendo em troca apoio a seu candidato presidencial.

Nos estados mais periféricos, os grandes proprietários de terra, ou seja, os coronéis controlavam o eleitorado regional, especialmente com a descentralização da administração eleitoral. Com ela, cada chefe de Executivo estadual dava sua própria feição às atividades eleitorais: promovia seus candidatos, controlava a fiscalização, permitia o voto não-secreto, interferia na apuração e – em casos extremos – recorria à coerção para garantir a vitória de seu candidato.

Os pleitos eram marcados pelo total desrespeito às normas institucionais, sobretudo nos pequenos municípios, onde o coronel liderava o voto de cabresto e garantia o apoio financeiro estadual para custear a despesa. Os abusos eram tamanhos e tão visíveis que Venceslau Brás impôs uma série de mudanças no sistema ainda em 1916, entre elas a

¹¹ www.tse.gov.br/institucional/centro_memoria/historia_eleicoes_brasil/principal/historia. Acessado em setembro de 2007.

Lei 3.139, que estabelecia normas mínimas de alistamento eleitoral. Outra reforma veio em 1932, quando Getúlio Vargas promulgou o primeiro código eleitoral do Brasil e criou a Justiça Eleitoral.

d) A Política no estado do Tocantins

O estado do Tocantins, apesar de ter se constituído como o mais novo da Federação, já nos finais do século XX, não apresentou nas suas primeiras eleições, uma forma diferente da anterior de fazer política. Continuou com muitas práticas viciadas.

Em 1988 realizou-se a primeira eleição para governador, senador, deputados federais e estaduais do estado. E, nela, se revelou o ímpeto patrimonialista das novas elites políticas do estado, cuja própria existência passou a ser apresentada como patrimônio e obra de um pequeno grupo de lideranças. Já no primeiro governo de Wilson Siqueira Campos, o estado era apresentado como obra e posse do líder emancipacionista feito governador. Proliferava o autoritarismo, o paternalismo, o tráfico de influências, a concessão de privilégios e o clientelismo. Mudara-se muito para mudar-se pouquíssimo.

Ironicamente, os integrantes do primeiro governo estadual eram os mesmos da era pré-emancipação. Muitos haviam sido líderes do movimento. Outros simplesmente se elegeram pelo fato da emancipação ter aumentado o número de vagas por candidato, reduzindo o número de votos necessários para eleger-se deputado. Apenas em algumas raras exceções surgiram novos candidatos à Câmara Federal ou à Assembléia Legislativa.

O estado recém-criado passou então a ser o palco de novas disputas travadas segundo velhas práticas políticas. A estruturação da máquina estadual exigia a criação de novos órgãos, autarquias, reorganizando a vida funcional de servidores que até a divisão territorial eram funcionários de Goiás. Também esta nova burocracia estatal lançou-se logo na disputa por privilégios, influência e outros benefícios autotélicos.

Em uma verdadeira corrida pelas vantagens indevidas do domínio tradicional em um estado criado exatamente pela exigência da “prosperidade e justiça social”, do racional-legal, também os pioneiros da construção de Palmas buscavam construir seu espaço de investimentos, empregos e cargos comissionados. Não é de se estranhar que os

primeiros concursos públicos realizados no estado foram anulados em virtude de fraudes, protecionismos e interferências políticas.

Ao entraram em cena, alguns novos atores políticos até pareciam esboçar um novo fazer político. Mas esbarravam nas velhas práticas herdadas e não conseguiam garantir o avanço do processo democrático. E, como os velhos políticos, acabaram entrando no jogo viciado do mandonismo e da dominação tradicional e patriarcal dos coronéis que reivindicavam para si a própria criação do estado. Em pouco tempo, já compunham as mesmas coligações partidárias que eles.

A articulação de alianças era uma prática cotidiana que tinha o único objetivo de garantir espaço na coligação vencedora. Um exemplo é o político S, ex-candidato a governador e adversário incontestado do candidato eleito C. Nas eleições de 2006, S negocia com C, com quem se coliga para derrotar o atual governador. No cenário local, um ex-prefeito se alia a C, apesar de ter se coligado na eleição anterior ao seu atual adversário. E assim são vários os casos das coligações onde o interesse de exercer o poder se sobrepõe a qualquer fator ideológico.

As negociações têm um verdadeiro sistema de moedas próprias: cargos, isenções de taxas e impostos e vantagens privadas que negam a ética, a participação, a impessoalidade e todos os princípios do sistema racional-legal que fundamentara – a menos retoricamente – os apelos pela própria criação do novo estado. Segundo o IBGE, apenas 23 os 139 municípios tocantinos têm mais de 10 mil habitantes. Portanto são 116 os pequenos municípios que, no seu ritmo de cidade interiorana, ficam a mercê dos governos locais, e estes, por sua vez, dependem das políticas e ações do governo estadual.

1.6- A esfera religiosa e o poder

No século XVI, Thomas Hobbes (1588-1679) apontava a religião cristã, por meio da Igreja, como uma instância de poder superior capaz de cumprir os acordos humanos na falta de um Estado civil. Tal sugestão demonstra o forte teor religioso das idéias de Hobbes, que estabelece uma analogia entre o “poder de Deus”, temido pelos homens, e o “poder do Estado” como entidade capaz de garantir a segurança e bem-estar na sociedade (LEBRUN, 2000).

Weber (1991), ao analisar a esfera religiosa, assinala semelhanças entre a estrutura da Igreja e a do Estado. Para ele, da mesma forma que o Estado, a Igreja busca consolidar seu domínio espiritual por meio dos bens de salvação prometidos –deste mundo ou do outro. Mantém o caráter de instituição eclesiástica que se caracteriza por meio da dominação territorial hierocrática e articulação territorial por meio das paróquias. Uma organização que se manifesta “na natureza de suas ordens e de seu quadro administrativo, e sua pretensão de dominação monopólica”.

A compreensão é que essa instituição mantém nesses espaços territoriais das Igrejas, conventos e mosteiros uma organização de dominação espiritual, exercida por meio das ações e relações daqueles que as conduzem (padres, bispos, beatos e as várias associações eclesiásticas).

No Brasil, esta relação entre Igreja e Estado reside no próprio projeto colonial, implementado pela Coroa Portuguesa, que já nasceu com o binômio “evangelizar e colonizar”. As duas esferas celebraram sua união no sistema de Padroado régio, estabelecido desde 1532. Criando um departamento religioso do Estado Português, intitulado de Mesa de Consciência e Ordens, este estabelecia que a Igreja Católica fosse responsável pela evangelização e propagação da fé. E reservava ao Estado a incumbência de chefe civil e religioso com poder de interferir, controlar, custear a esfera religiosa no exercício da missão colonizadora.

Foi um período de intensas relações entre Igreja e o Estado, em um relacionamento marcado pelas mútuas trocas, concessões e privilégios. O fortalecimento do sistema de padroado, que firmava a aliança entre a Igreja e Coroa, dava ao monarca o direito de implantar a fé cristã nas terras brasileiras, bem como a autoridade – delegada pelo papa – de agir como chefe espiritual das colônias portuguesas. Nascida sob o jugo dos monarcas lusitanos, a Igreja brasileira tinha autonomia apenas no que diz respeito às questões de fé. Caso algum bispo protestasse contra tal subordinação, era repreendido pela cúpula religiosa ou mesmo afastado da sede paroquial onde atuava.

Segundo Moesch (2007)¹², o Padroado também garantia à Coroa o direito de cobrar e administrar os dízimos: a contribuição dos fiéis para a Igreja se transformava em

¹² Eduardo Pretto Moesch, membro do clero diocesano de Porto Alegre.

um imposto religioso administrado pelos representantes do rei. Era responsabilidade do monarca criar dioceses e paróquias, bem como apresentar os nomes dos bispos e párocos escolhidos para dirigi-las. Cabia a Roma apenas aprovar ou recusar tais escolhas. Em troca, a administração civil tinha a obrigação de remunerar o clero, promover a expansão da fé católica e zelar pela construção, manutenção e restauração dos edifícios de culto.

Os bispos eram poucos para atender a um país de tamanha dimensão. Havia no Brasil, apenas uma arquidiocese na Bahia e seis dioceses distribuídas pelas províncias, as quais, contavam com padres sem formação religiosa específica. Por isso, as irmandades acabaram por assumir um papel mais importante na construção da Igreja do que o clero formal. Mais do que os padres e os bispos foram as irmandades, das diferentes congregações que primeiro chegaram às mais distantes regiões do país.

O sistema do padroado no Brasil perdurou até o Império, tendo como principais agentes os jesuítas e, posteriormente, os franciscanos, dominicanos e capuchinhos. O padroado como apostolado era uma missão válida para a Igreja. Mas acabou gerando sua dependência e sujeição ao Estado. Tanto é que os bispo e padres não tiveram grande importância no país até a sua Independência, em 1822. Eram controlados pelo governo, realizando atividades pastorais cujo escopo era determinado pelos interesses da Coroa.

Na metade do século XIX, entretanto, um novo modelo eclesial católico começou a ser implantado no Brasil. Nascido na França do início do século XIX, o chamado ultra-montanismo era uma resposta às revoluções liberais européias que, além de provocar outras mudanças políticas, sociais e econômicas, defendiam a secularização e questionavam a hegemonia da Igreja. Defendendo a autoridade absoluta do papa em matéria de fé e disciplina, apresentava a subserviência a Roma como a única fonte de salvação; Rejeitava a ciência, condenava a ordem burguesa e o capitalismo, e fez uma crítica ao próprio catolicismo então existente, o qual definiu como um catolicismo impuro, impregnado de superstições e de pouca fundamentação teológica.

Segundo Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta (1997), a concepção religiosa ultramontana era orientada pela encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus*, a qual retomava a luta pela preponderância da autoridade espiritual da Igreja sobre a sociedade civil. Segundo esta

filosofia, a sociedade deveria se entregar ao catolicismo, a educação deveria ser submetida à Igreja e os clérigos deveriam estar acima da jurisdição do Estado.

Como seria de se esperar, a mudança do catolicismo popular ou rústico para o oficial não foi pacífica. Ao contrário, divergências ferrenhas ocorreram entre as autoridades eclesiais ultramontanas, que exigiam a rigidez hierárquica e o reconhecimento de sua autoridade espiritual absoluta, e os padres e irmandades acostumados com o padroado.

Em resposta aos rituais cultuados pelo catolicismo popular, impunha-se uma orientação oficial centrada na autoridade máxima do papa, na figura do padre como autoridade legal para conduzir celebrações, na crença incontestável nos sacramentos e na liturgia da missa, e na veneração obrigatória à Virgem Maria e aos santos. O ultramontanismo tentou, portanto, substituir uma realidade marcada pela diversidade de práticas de fé e magia do catolicismo rústico pelo monismo religioso de caráter oficial romano.

A Igreja buscava assim eliminar o catolicismo rústico que persistia em zonas rurais brasileiras na época. Trata-se de um catolicismo no qual, segundo Queiroz (1976), sagrado e o profano se misturavam na medida em que fiéis pediam saúde e proteção não apenas a Deus, à Virgem Maria e aos santos, mas também a forças cósmicas. Pela sua origem no mundo rural, tal forma buscava a proteção pessoal por meio do oferecimento de rezas, ladainhas e rituais festivos.

Dentre as críticas ao catolicismo rústico, estava a de que seria religião atrasada e pagã, apegada a superstições. Também se criticava os padres por não possuírem uma formação específica, pela falta de disciplina religiosa e pelas relações com mulheres e filhos ilegítimos que costumavam ter.

1.6.1 A legitimação da ordem religiosa em Goiás

Dado a extensão física de Goiás, a Igreja contou no estado com o auxílio de diferentes congregações de padres, missionários e irmandades estrangeiras. Até o início do século XX, estes eram responsáveis por rituais religiosos como o casamento, pela evangelização e pelas visitas pastorais. Além destas funções, tinham forte presença política – perpetuando assim uma tradição colonial onde Igreja, segundo Holanda (1981), submetida à Coroa, tornava-se um “simples braço do poder”. Em confirmação a esta

relação encontrei nos arquivos da Igreja de Arraias, atas que revelam a participação de padres nas eleições de 1857, presença que demonstra a submissão do clero à ordem política.

[...] nesta Vila de Arraias, Comarca de Cavalcante da Província de Goiás no corpo da Igreja Matriz, lugar designado pela Portaria do Excelentíssimo Presidente da Província de dois de janeiro do corrente anno para reunião do Collegio Eleitoral que na conformidade da Lei número trezentos e oitenta e sete de dezanove de agosto de mil oitocentos e quarenta e seis e decreto numero mil e oitenta e dois de dezoito de agosto de mil oitocentos e sessenta mês de proceder a eleição de um Deputado a Assembléia Provincial pelo Distrito desta Província para suprir a falta do Reverendo João Luiz Xavier Brandão que faleceo. Tomaram assento [...]. (Ata Livro de Notas 01- 1857).

Além dessa ata, em outras mais, a figura do padre aparece como escrutinador e como relator de reuniões realizadas pelo executivo local.

Viver entre o celibato e as atividades políticas impostas pelo Estado e por aqueles que o controlavam era a missão dos padres, bispos e missionários em todo o país no final do século XIX e início do XX. A realidade da esfera religiosa, segundo Edivaldo Antonio dos Santos (1996:74),

Em meados do século XIX encontram-se dois tipos de padres: um clero tradicional político amasiado, imerso na vida do povo, herdeiro da formação do Brasil colonial sob o regime do Padroado e um clero reformado cura de almas, celibatário, alheio a participação política, fruto do movimento de romanização. Por isso o clero tradicional vai sendo relegado para o interior e o reformado nos centros urbanos.

No início do século XX, a extensão da diocese goiana dificultava os esforços administrativos e evangelizadores encabeçados pelo bispo Dom. Claudio Ponce Leon, cuja diocese era constituída por um clero tradicional, amasiado, politicamente ativo e imerso no cotidiano dos municípios. Obedientes às normas diocesanas, embutiam a religião na política local e assumiam quase sempre o papel de porta vozes dos políticos e do Estado, tornando assim a Igreja uma instituição legitimadora do poder hegemônico dos oligarcas.

Já o norte goiano foi, até 1918, assistido pela Prelazia de Conceição do Araguaia, sob a orientação dominicana de Dom Domingos Carrerot, bispo nascido em Pamiers, no sul da França. Embora os dominicanos seguissem os princípios ultramontanos, a violência da região levou Dom Domingos a dedicar-se aos combates e aos protestos contra o extermínio dos povos indígenas, que era desenfreado na época.

Em 1923, Dom. Domingos Carrerot tornou-se o primeiro bispo da diocese de Porto Nacional, que se desmembrara da de Goiás em 1915. Foi sucedido por outro dominicano: Dom Alano Maria du Noday, descendente de aristocratas franceses que chegou à cidade em 1936, dedicando-se aos sertanejos do norte goiano. Embora afinado com o movimento renovador da Igreja no Brasil, caracterizado como tridentino, romanista, episcopal e clerical, cumpriu sua missão religiosa na região sertaneja, convivendo, portanto, com o catolicismo rústico daquelas comunidades.

Como pastor Dom Alano encaminhou muitos jovens para a formação cristã. Sempre que precisava de ajuda financeira para evangelizar, buscava recursos junto às missões estrangeiras e à própria família na França. Não há registro das posições políticas de Dom Alano, a não ser sua defesa da criação do Tocantins. Dirigiu a diocese por muitos anos, buscando garantir alguma independência em relação aos políticos da região. Conseguiu ainda criar três novas dioceses nos municípios de Tocantinópolis, Miracema e Cristalândia.

1.6.2 A legitimação da ordem religiosa no Estado do Tocantins

Com a criação do Estado do Tocantins, permaneceram as dioceses já existentes no novo estado – cada uma delas com bispo próprio. Em 1996, o papa João Paulo II criou, pela bula "Maiori Spirituale", a arquidiocese de Palmas – cujo primeiro arcebispo foi D. Alberto Taveira. A diocese de Porto Nacional, a qual Arraias continua vinculada, esteve sob o comando de D. Celso Pereira, que fora empossado bispo no período de 1976 e permaneceu até 1995.

A arquidiocese tem se esforçado para preservar o poder religioso da Igreja Católica em Tocantins. Para tanto, instalou o Tribunal Eclesiástico Interdiocesano, que tem a função de resolver processos canônicos entre dioceses e paróquias. Além disso, suas pastorais vêm investindo na evangelização e seu Seminário Interdiocesano do Divino Espírito Santo, no recrutamento e formação de seminaristas. A arquidiocese hoje administra as dioceses locais – que têm, cada uma, um bispo titular e uma administração de linha ultramontana. Estas buscam enquadrar quaisquer paróquias que continuaram praticando o catolicismo rústico.

Ainda assim, a criação do novo estado gerou algumas mudanças na Igreja local. Uma delas é que enquanto a igreja goiana já havia conquistado certa independência do poder do Estado, a tocantinense se mostrou particularmente alinhada com o governo Siqueira Campos – do qual recebeu verbas para reformas de igrejas, convento, recursos para a aquisição de maquinário para a fazenda do Seminário, bem como para a manutenção do mesmo.

Dessa forma a diocese de Porto Nacional reatou, a velha e subserviente aliança com o poder político. Tal entrelaçamento foi perceptível na conduta não apenas do bispo, mas também de alguns membros do clero, que agradecia a dádiva do governo que oferecia como retribuição elogios, elegias e um espaço privilegiado no altar aos governadores e seu grupo de apoio. Em uma evangelização do modelo clientelista, o dinheiro gasto para agradar a Igreja era público, pois os padres agradeciam-nas publicamente. Mas o retorno permanecia privado e favorecia apenas ao governante e seus companheiros que trabalhavam nas eleições.

A troca de apoio político por apoio financeiro continua prática comum na Igreja tocantinense. Uma das formas de retorno mais evidentes tem sido convidar os governantes aos altares durante festas importantes e, sobretudo, romarias. Durante o período de pesquisa de campo, pude registrar fotografias de situações imersas nesta tese, que registram governantes utilizando o altar, o microfone durante a celebração de missas.

As romarias reúnem no estado do Tocantins um grande contingente de romeiros vindos dos mais longínquos lugares. Embora Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) sugira que as romarias tendem a desaparecer com o tempo, as observações de campo no município de Arraias evidenciaram uma tendência oposta de revigoração destas celebrações, que recebem o apoio simbólico e logístico da Igreja.

As romarias têm a cada ano se tornado mais sofisticadas. São introduzidos novos elementos que, conjugados aos rituais tradicionais, aumentam os atrativos para os fiéis e romeiros, consolidando um dinâmico mercado religioso. Nestes bazares da fé, vendem-se terços, quadros de santos, livretos de preces, imagens em miniaturas e amuletos que os romeiros levam para abençoarem suas casas.

Vendem-se também políticos. As romarias como a do Senhor do Bonfim no município de Natividade e a de Nossa Senhora dos Remédios em Arraias vêm reservando aos líderes políticos locais e estaduais espaços de crescente destaque e visibilidade. Ainda que a organização seja da Igreja, a viabilização destes eventos depende de recursos públicos e do apoio dos grupos políticos hegemônicos.

O estudo dos rituais nos remete à leitura de Mauss desenvolvida por Sandra Pereira Tosta (1997), segundo a qual os rituais são modos de expressão individuais ou coletivos que têm regularidade, sentido e representação para quem os pratica, relacionando-se ao mundo vivido, estão presentes em todas as esferas da experiência humana.

O que é mais importante, os rituais não são apenas conjuntos de movimentos repetitivos desprovidos de sentido. Muito pelo contrário, são chaves de conhecimento que podem ter um ou vários sentidos. Como bem lembra Durkheim (1989), são formas de se compreender a vida social, que expressam e constituem os sentimentos, valores e ideais coletivos que formam a unidade de uma sociedade.

Os rituais podem expressar um comportamento social regular, mas podem ser mais frequentes em determinadas épocas, como em períodos eleitorais e festas religiosas. Como os rituais estão relacionados à experiência do mundo, os significados que articulam podem estar relacionados especificamente a uma esfera, mas normalmente informam diversas esferas. Ou seja, a importância ritual de uma romaria não se limita à religião, mas influencia também outras esferas como a social e a política.

Por isso, busquei identificar o significado político e religioso dos rituais que, praticados no município, sugerem um encontro entre estas duas esferas. Entre os mais comuns e significativos, destacam-se os seguintes:

- A visita de políticos estaduais sempre que um grande contingente se reúne na cidade, especialmente durante as festas religiosas descritas no capítulo IV. Nestes eventos, os políticos saem cumprimentando a conterrâneos, apoiadores, eleitores confirmados e possíveis. Este ritual de mover-se, cumprimentar conhecidos e desconhecidos, chamar alguns para perto de si, colocar a mão no ombro, oferecer uma prosa íntima, demonstra o caráter público do político marcando sua acessibilidade, pessoalidade e amabilidade.

- O uso da palavra por chefes políticos locais em solenidades cívicas ou festas religiosas. Mesmo que seja, apenas para parabenizar os organizadores do evento, tal uso não apenas dá visibilidade, como também implica o reconhecimento da autoridade que exercem. Discursos empolgados com frases bem colocadas sensibilizam os ouvintes para propósitos humanos, justos e democráticos, que não precisam em nada refletir a prática do orador.

- A distribuição gratuita, no período pré-eleitoral, de panfletos e folhetins contendo algum tipo de prestação de contas à comunidade e prometendo transparência no uso dos recursos públicos. Detalhando esforços e sucessos junto às esferas estadual e federal, estes demonstram o prestígio e a capacidade mediadora do candidato.

- O patrocínio a grandes eventos, sobretudo das festas religiosas durante as quais distribuem camisetas chaveirinhos, bonés e outros objetos, nos quais estão sempre estampados os nomes e fotos dos políticos doadores.

- O comparecimento imprescindível dos políticos aos enterros e velórios de certos mortos. O próprio comparecimento é uma dádiva, pois implica o reconhecimento da importância do morto e de sua família pelo político, que chora, lamenta a morte do amigo, oferece os préstimos para alguma necessidade e se solidariza com a família no momento de dor;

Além das missas, romarias, batizados e casamentos, outros rituais são praticados pela própria esfera religiosa. Seus objetivos são variados e podem ir, da legitimação de um político aliado, à mobilização de fiéis, passando pela afirmação performativa da própria força da Igreja Católica:

- A organização de festas e eventos cada vez mais complexos para comemorar datas importantes, como os dias de Santa Luzia e São Sebastião. Há cerca de cinco anos, as duas festas passaram a contar com novenas maiores e mais ritualizadas. Embora muitos se empenhem na organização das festas como atos de fé, outros as usam para projetar-se na comunidade. Tais apropriações não despertam o protesto da Igreja, para a qual os eventos abrem novas capelas, aumentando o número de fiéis, assim como sua abrangência e influência.

- A delegação de celebrações aos ministros da eucaristia, que realizam grande parte das atividades, inclusive na distribuição das hóstias durante as missas.

- O incremento da complexidade litúrgica e ritual das festas religiosas. É o caso do toque dos sinos, às seis da manhã dos dias de novena, assim como da passagem das folias pela rua dos mascates no final da tarde do dia sete de setembro.

Ou seja, ambas as esferas política e religiosa utilizam os rituais com objetivos específicos. No caso dos rituais religiosos, beatos, padres, ministros, festeiros e outros agentes buscam demonstrar fé, oração e piedade. No processo, entretanto, também buscam evidenciar o prestígio da Igreja Católica e sua própria influência dentro da esfera. Acumulam assim um capital simbólico que pode aumentar seu poder e barganha em trocas futuras.

Já no que diz respeito à política, chefes locais, grandes famílias, articuladores, líderes comunitários, cabos eleitorais e outros atores procuram demonstrar uma aparente amizade, que traduz seu interesse no voto do conhecido, amigo ou conterrâneo. Evidenciam um prestígio e influência que destacam sua confiabilidade e prestígio para o exercício do poder, tornando-se mais visível e ostentando sua capacidade mediadora junto às esferas estadual e federal. Quanto mais eles tornam-se visíveis publicamente, mais se sentem populares, fortalecidos e próximos do poder.

Capítulo II

Arraias e suas raízes: histórica, geográfica e cultural.

Nesse capítulo pretendo situar Arraias em suas origens históricas e geográficas, para isso procuro fazer um percurso de município goiano até sua condição atual de parte do estado do Tocantins. Também revejo a luta interna de Goiás para se instaurar como um estado autônomo, integrado e legítimo diante do cenário nacional. Nesse percurso ressalto a dinâmica dos antigos coronéis e sua preponderância e mandonismo sobre a região norte do Estado. Busco introduzir Arraias nesse contexto de isolamento goiano, e destaco os políticos que procuraram ligar a cidade ao governo central de Goiás. Além de caracterizar a população arraiana em seus indicadores sociais de escolaridade e etnia, procuro explicitar a importância geográfica de Brasília para Arraias.

Dentre os objetivos destacados, procuro registrar a criação de Tocantins e a incorporação de Arraias ao estado, assim como os esforços do município em fortalecer-se politicamente em nível estadual. Nesse propósito está a demonstração da influência da Igreja dentro do movimento pela criação do Tocantins e sua postura diante da política estadual. Ressalto ainda a identidade regional conflituosa do arraiano como sendo marcada em um, primeiro momento, pelo desejo da goianidade e o rechaço à baianidade e, em um segundo momento, pela dificuldade de assumir a identidade tocaninense. Para clarificar os dados encontrados, apresento gráficos dos indicadores sociais sobre o município.

2.1- Raízes históricas: antiguidade e identidade, exclusão e pertença

Raízes históricas? Etimologicamente, o dicionário Aurélio Século XXI aponta que a palavra “raiz” quer dizer “uma porção do eixo das plantas superiores que cresce para baixo, em geral dentro do solo, e cuja função fundamental é fixar o organismo vegetal e retirar do substrato os nutrientes e a água, necessários à vida da planta”. Outro significado é “a parte oculta de qualquer coisa enterrada, cravada, embutida ou fixada”.

Entretanto, não me refiro às raízes de uma planta, mas sim aos elementos sobre os quais uma sociedade se estabelece, evolui e se sustenta. Refiro-me às raízes de Arraias, uma cidade bicentenária que possui histórias e estórias, os mais variados atores e cenários

sociais. E nada melhor do que uma análise da cultura para revelar suas raízes. É necessário que as histórias sejam contadas, contextualizadas e compreendidas de forma a traduzir a trajetória secular de sua cultura, surgida num determinado espaço social.

O historiador Sérgio Buarque de Holanda ¹(1995) utiliza o termo “raízes” em uma metáfora orgânica: se há raízes, há solo, plantas, árvores, frutos e uma seiva primeira, no caso, o colonizador português que deu origem à civilização brasileira. Trata-se, portanto, de uma civilização que, fundada numa realidade externa, herda uma cultura recheada de “vícios e mazelas”. Evidentemente, esta “civilização de transplante” tem dificultado a construção de uma identidade própria e autônoma.

O reconhecimento desta heteronímia cultural é fundamental para descrever e compreender o entrelaçamento entre a cultura religiosa e política em Arraias, que por ter se originado em território goiano herdou uma cultura portuguesa transplantada e que ainda repercute nos dias atuais. O município nasceu e permaneceu em território goiano por mais de duzentos anos. Em 1989, passou a pertencer ao mais novo estado brasileiro, Tocantins. Embora integrasse uma nova estrutura político-administrativa, Arraias resistiu à modernização política e institucional e conservou as velhas raízes do coronelismo. O novo suscita a idéia de mudança, passagens e posturas inéditas. Em Tocantins, entretanto, o novo ocorreu mesclado com práticas que aproximam do coronelismo que abordaremos adiante.

Novas fronteiras vieram marcar os limites geográficos de Arraias: ao norte, os municípios de Conceição do Tocantins, Taipas, e Taguatinga; ao sul, o estado de Goiás; ao leste, Novo Alegre Combinado e Aurora do Tocantins; a o município de Paranã ao oeste.

Arraias tem pouco mais de dez mil habitantes, incluídas tanto a zona urbana quanto a rural. A última contagem populacional do IBGE, realizada em 2007, contabilizou 10.626 moradores – uma queda de 3,3% em relação à população de 10.984 registrada pelo Censo de 2000.

Os dados demográficos revelam que a população rural foi maior que a urbana até a década de oitenta. A partir de 1990, houve um êxodo interno de 29,3% para a cidade – uma taxa de urbanização significativa. O Censo de 2000 revela que, naquele ano, o percentual de pessoas residentes na zona rural já era de 44%, contra 56% na zona urbana.

¹ Obra *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, publicada pela primeira vez em 1936.

Esta migração revela, sobretudo, o movimento dos caatingueiros e sertanejos de baixa renda, que diante da precariedade da vida rural, buscam melhores condições de vida na sede municipal. Também são atraídos à cidade por políticas sociais paternalistas (como a distribuição de cestas básicas ou o auxílio-moradia) bem como pela promessa de um futuro mais promissor para os filhos, que teriam na sede acesso a escolas melhores.

A distribuição populacional entre zona rural e zona urbana não é, entretanto, o dado mais importante para a compreensão de Arraias. O que mais exige ênfase é seu alto índice de pobreza. Segundo indicadores sociais de 2000 organizados pelo PNUD ², o município apresenta uma intensidade de indigência³ de 58,05% e uma intensidade de pobreza de 55,41%. Os números estão acima da média estadual de 55,82% e 52,35%, respectivamente. Ou seja, Arraias é mais pobre do que a média do estado.

A elevada pobreza deriva em parte do alto percentual (48,52%) de pessoas que não possuem rendimento e do número reduzido de pessoas que recebem 20 salários mínimos ou mais⁴. Dos 2.432 trabalhadores ouvidos pelo Censo, somente 269 possuíam carteira de trabalho assinada. Mais de 61% dos que tinham renda eram homens. Quanto ao ramo da atividade econômica, 44,8% vivia do trabalho agropecuário e florestal: do extrativismo, da pecuária e das lavouras. Comerciantes e vendedores respondiam por outros 24,36% dos empregados e outros 28,67% trabalhavam nas ciências, nas artes, nos serviços técnicos e administrativos e na oferta de bens ou serviços industriais. Finalmente, o serviço público ocupava apenas 2,17% da população, indicando que o comando está nas mãos de poucos que em sua maioria está vinculada às linhagens tradicionais.

² O Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ou PNUD, é um órgão da ONU que tem por objetivo promover o desenvolvimento humano e eliminar a pobreza no mundo até 2015. Produz relatórios e estudos sobre indicadores sociais e de desenvolvimento humano dos habitantes de 166 países.

³ Para o PNUD, a intensidade de pobreza é a distância que separa a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos pobres do valor de meio salário mínimo (ou R\$ 75,50 *per capita*), valor este que define a linha de pobreza. Ou seja, soma-se a renda de todos os indivíduos pobres, subtrai-se desta soma a renda conjunta que teriam se estivessem na linha de pobreza (R\$ 75,50 *per capita*) e divide-se a quantia resultante novamente pela renda conjunta necessária para atingir tal linha. Já intensidade de indigência é a distância que separa a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos indigentes – definidos como aqueles com renda familiar *per capita* inferior à R\$ 37,75 – dos mesmos R\$ 75,50 *per capita* que definem a linha de pobreza. Em um sentido menos técnico, o dicionário Aurélio Século XXI define a indigência como: 1) “Falta do necessário para viver; pobreza extrema; penúria, miséria, inófia”, 2) “Os indigentes; a mendicância” e 3) “Carência, privação, falta”. Também define a pobreza como: 1) “O estado ou qualidade de pobre”, 2) “Falta do necessário à vida; penúria, escassez” e 3) “A classe dos pobres”.

⁴ O salário mínimo na época do Censo do IBGE de 2000 correspondia a R\$ 151,00.

Diante desses dados, é preciso lançar um olhar mais atento para as condições da vida nos diversos espaços físicos que compõem o município. Além da cidade, onde grande parte dos trabalhadores é braçal e não possui carteira assinada, os moradores do município distinguem dois ambientes. Neste sentido, vale considerar as observações feitas ainda em 1973 pela pesquisadora Mireya Suárez de Soares⁵, em seu estudo sobre Arraias, nele a autora mostra que o município exhibe dentro dos seus limites territoriais um amplo cerrado e uma área menor de mata:

Arraias reproduces this regional characteristic by having within its territorial limits a extensive savannah area and a lesser area of woodland. The local people distinguish the two environments by calling the woodlands caatinga and the savannahs sertões. These are geographic categories, but their use implies a host of other ideas. People employ them to express socio-economic and cultural differences as well as social identities and to describe history itself (1990:38).

Apesar dos dados de Suárez serem de 1973 e de muitas modificações terem ocorrido nas quase quatro décadas que se passaram, diversas características mencionadas por ela ainda são coerentes. A diferenciação entre caatinga e sertão é uma destas: os ambientes continuam evidentes e possuem até hoje significados e conotações distintas.

Os estudos sobre a categoria “caatinga” são menos influentes e numerosos do que aqueles que falam do sertão – tema recorrente que rendeu clássicos da literatura brasileira como *Os Sertões* de Euclides da Cunha (1902), *O Tronco* de Bernardo Elis (1956) e *Grande Sertão-Veredas* de João Guimarães Rosa (1956). A caatinga, entretanto, é uma categoria nativa para os arraianos – que percebem nela identidades sociais, espaços geográficos, práticas culturais e atividades econômicas diferentes das que o sertão conota.

Em termos mais gerais as caatingas são encontradas em várias partes do Brasil, e na grande maioria das vezes são referidas pelo tipo de vegetação, formado por pequenas árvores, comumente espinhosas, que perdem as folhas no curso da longa estação seca. Entretanto a caatinga arraiana descrita por Suárez (1990:46) vai além dos aspectos botânicos da vegetação:

The caatinga is found on the remaining 30 percent of the territory. This woodland, a thin, continuous strip in the northeastern part of the

⁵ Os resultados desta pesquisa foram examinados na tese *Everlasting Golden Sertões: The study of a productive process in the Brazilian central Plateau* (SUÁREZ, 1990).

município, has humid soils, rich in alkaline minerals that favor cultivation and supports a lush vegetation. It is said that the caatinga is a land of recent settlement because making in habitable and productive required transformations difficult to carry out under the precarious capital conditions which characterized mining and cattle raising activities in Arraias. Occupation of the caatinga started in the early years of the twentieth century when food cultivation, both for subsistence and for sale in the nearby state of Bahia. But it was not until the 1960's that immigration from other states became intense[...] The population of the caatinga is more concentrated than that of the sertões, offering better conditions for medical and educational services and product marketing. Thus, when compared with the sertões, the caatinga is more developed and shows higher levels of well-being.

Daí a importância da distinção reconhecida pela autora entre os dois ambientes. Essa distinção serve para ancorar diferentes leituras atuais sobre o poder local. O sertão, a caatinga e a cidade são os três palcos sobre os quais ele se exerce e constitui.

No início dos anos setenta Suárez (1990) nota-se que os sertões possuem porosos e ácidos, permitem apenas um pequeno cultivo ao longo dos rios e cobrem aproximadamente 70% do município. Existe abundância das pastagens naturais, onde se desenvolve criação de gado extensiva, mas de baixa intensidade: sem investimentos na reprodução ou seleção dos animais, a criação exige pouca intervenção humana e alguns ainda vivem de atividades extrativas.

Tal cenário continua atual quanto às características do solo. Mas os seguidos períodos de seca têm forçado os proprietários a investir na manutenção dos pastos e na reprodução de animais. O sertão arraiano sofreu ainda outra modificação com a construção de uma estrada que liga a cidade à capital do estado, Palmas. Penetrando fazendas, a mudança valorizou terras adjacentes, favoreceu a especulação imobiliária e facilitou o acesso à cidade dos poucos sertanejos que ainda ficaram por aquelas áreas. As vias vicinais que ligam seus sítios a cidade continuam precárias. Mas, assim que chegam ao asfalto, encontram um caminho mais curto até a cidade. Grande parte dos sertanejos vendeu suas terras para fazendeiros mais abastados. Muitos agregados também negociaram com seus patrões a troca da terra por moradias na cidade. Hoje, vivem na periferia urbana.

Nas áreas do sertão mais distantes da cidade e do asfalto, os poucos habitantes também sofrem com os solos ácidos, secos, arenosos e desvalorizados. A seca que assolou a região nas últimas décadas fez com que um alqueire, nessa área, não valha mais que mil

reais. Além do solo sedento, o sertão possui uma vegetação rala composta de árvores retorcidas, o que não favorece a atividade extrativa.

As conquistas sociais dos sertanejos que lá vivem são insignificantes diante as dificuldades que enfrentam. A comunidade recebe assistência médica no “postinho de saúde”, cujo estabelecimento precário oferece apenas uma oportunidade de atendimento mensal. A comunidade possui escolas rurais em um raio de entre seis e doze quilômetros, distância grande demais para as crianças cobrirem a pé. Dentro das salas de aula, são poucos ou inexistentes os recursos didáticos e pedagógicos. As turmas são multisseriadas, com alunos de vários níveis e faixas etárias. E os professores não têm graduação, ou seja, condição mínima para o exercício do magistério, segundo a LDB 9394/96.

Nessa área, falta água encanada e tratada. E as terras exigem técnica e investimentos para qualquer tipo de produção. Sem recursos para tanto, os moradores, que vivem de aposentadorias rurais e programas como a Bolsa Família, plantam apenas produtos de custo baixo e retorno menor: mandioca e milho, milho e mandioca. A maioria dos sertanejos hoje prefere comprar produtos industrializados: “dá menos trabalho” e “eles rendem mais”. Não se vêem mais “pilando arroz no pilão, onde derrama mais do que fica”, não se vêem mais dependendo da chuva ou temendo a estiagem sobre plantações.

Poucos são os que insistem em plantar e talhar para suprir uma subsistência sempre precária. Acreditam, ou melhor, sabem que plantar semente naquele solo é sempre correr o risco de “jogar” com a sorte ou confiar demais em padroeiros como Nossa Senhora dos Remédios ou São Sebastião. Mesmo assim, alguns poucos não têm alternativa fora insistir na loteria da terra e continuar plantando e crendo em seus santos.

O sertanejo nativo é hoje uma raridade. Isto decorre da afirmação do assalariamento, da desapareção crescente de sistemas como a agregatura e a concentração das terras nas mãos dos fazendeiros. São fatores que têm contribuído para que os habitantes das comunidades rurais emigrem para a periferia da cidade. Estes sertanejos normalmente já conseguiram uma casinha “das bandas”⁶. Vivem de programas sociais e de trocas com

⁶ “Bandas” é uma denominação que os sertanejos e catingueiros utilizam para nomear as casas que recebem dos Programas de moradia que Governo Federal constrói em parceria com os municípios brasileiros.

chefes locais aos quais recorrem nos seus “apertos”, chefes que, já se vê, assumem as atribuições do Estado.

No sertão ficaram somente os encarregados das grandes fazendas e os velhos aposentados, sobretudo os homens, pois as mulheres tendem a ir à cidade para colocar seus filhos na escola. Após meses vivendo outra vida, presenciando outros costumes e consumindo água encanada, alimentos melhores e produtos de higiene pessoal, já não desejam voltar para a vida sertaneja. Alguns maridos, entretanto, mantêm seus costumes. Ficam sós no sertão e, quando vêm para a cidade, suas mulheres não os vêem como antes. Acabam rejeitados.

Entre as mulheres mais jovens que vêm à cidade, a dinâmica muda. Algumas procuram emprego no município. Outras vão para Goiânia e Brasília, cidades grandes onde trabalham como domésticas ou em atividades similares. Adquirem uma nova cultura e quando voltam a passeio, voltam de passagem: já não reconhecem os sertanejos como possíveis pares ou companheiros, rechaço ao qual são poupados os jovens que também vão às capitais.

Quando não se adaptam à vida da cidade grande, estes voltam e buscam trabalhar como braçais na cidade ou como peões nas fazendas mais próximas, das quais retornam nos finais de semana para aproveitar o lazer da área urbana. Se não encontram mulheres que os queiram na cidade, muitos destes sertanejos jovens voltam ao sertão, onde propõem casamento para viúvas ou adolescentes. Não é raro encontrar casais formados por homens jovens e mulheres de idade ou adolescentes mais jovens ainda.

Segundo Suárez (1990), os movimentos migratórios tiveram mais impacto na caatinga do que no sertão, onde a maior parte da população é nativa. A autora reporta que uma das representações mais marcantes dos habitantes da cidade é que “Os homens mais fortes de Arraias vieram tradicionalmente dos sertões. Eles preservaram seus domínios transformando-os em propriedades, e defenderam os interesses de Arraias ante o governo nacional” (IBDEM,1990:44).

A força local dos grandes fazendeiros continua, pois seus políticos ainda controlam e dominam os sertanejos, caatingueiros e moradores da sede. Possuem as terras próprias e as adquiridas dos agregados que deslocaram para as periferias. Mantêm sua

secular influência e prestígio junto à ordem religiosa e governamental, especialmente o Executivo e o Legislativo.

Tipograficamente, a caatinga continua a mesma que Suárez (1990:41) viu e descreveu como uma floresta “que se constitui de uma tira fina e contínua, no nordeste do município, e possui solos úmidos, ricos em minerais alcalinos que favorecem o cultivo e apóiam uma vegetação exuberante”. Mas houve mudanças. Boa parte da caatinga descrita pela autora já não é mais Arraias. A área hoje pertence aos municípios de Combinado e Novo Alegre, que se emanciparam nas décadas de oitenta e noventa.

Portanto, a caatinga na qual Suárez encontra “emigrantes de Bahia, Minas Gerais e muito recentemente de São Paulo, que empreenderam uma criação de gado mais intensiva, baseada no cultivo de grama, cerca e um cuidado mais técnico dos animais” (1990:41) não pertence mais a Arraias. Em um aparente contra-senso, os imigrantes que ficaram levaram consigo parte do município, política e economicamente. Com a perda territorial, a participação da caatinga no território arraiano caiu de 30% para perto de 15%.

Nem a caatinga que continua no município é a mesma. Mudou com a instalação de uma destilaria de álcool, a antiga Depasa, cujo nome é hoje Tocantins, Açúcar e Álcool. Mas álcool exige cana e cana exige lavoura: a caatinga virou um mosaico de plantações cruzadas por largas estradas que escoam a produção. Além das terras dos proprietários, a destilaria arrenda áreas que se estendem até o município vizinho de Combinado, também desmatadas para o cultivo da cana. No total, são 10 mil hectares e uma média de 15 milhões de litros de álcool por safra.

Arraias ganhou pouco com a destilaria Tocantins, Açúcar e Álcool, pois além de não empregar muitos habitantes do município, seus funcionários deixam parte de seus rendimentos nas compras que fazem nos municípios vizinhos de Combinado (TO) e Campos Belos (GO), não movimentando o comércio, nem contribuindo com impostos em Arraias.

Assim como os sertanejos são considerados como fortes defensores dos interesses de Arraias, os caatingueiros são percebidos como fracos para defender esses interesses, escreve Suárez (1990), referindo-se à década de setenta. Essa representação dos

caatingueiros tem mudado consideravelmente ao longo do tempo porque os grandes fazendeiros e investidores como a Depasa estabelecem relações diretas com o Estado.

Com base nos discursos dos entrevistados, Suárez elaborou uma classificação das três identidades sociais expressas na descrição das diferenças entre contextos ecológicos: arraiano, o sertanejo e o caatingueiro:

Although every one of these regional identities implies a class identity, through the ecological settings discourse only the arraiano identity is clearly described as being a class identity in itself. From the cultural perspective, what is explicitly stated in regard to caatingueiros and sertanejos is that they are people who inhabit different areas and conduct themselves differently, i.e., what is underscored are cultural (SUÁREZ, 1990:45).

Ou seja, estas categorias identitárias perduram e serão fundamentais para compreender como cada segmento é visto e abordado pelos políticos locais, até porque a “noção de identidade” segundo Borges (1998:36) é imprescindível na existência dos processos sociais ligados à região. Suárez (1990) além de mapear esta diferenciação identitária geográfico-social, sugeriu que as identidades étnicas eram invisibilizadas no município. Isto sim mudou, pois a conquista do reconhecimento das áreas quilombolas – estabelecido pelo artigo 17 do Decreto 4887/03, da Instrução Normativa do INCRA 16/04 – tem mudado o perfil dos caatingueiros e sertanejos.

A outorga de título coletivo e pró-indiviso foi entregue às comunidades da Lagoa da Pedra e do Mimoso, no sertão arraiano em março de 2004⁷. Com a conquista da tão sonhada posse, os moradores da comunidade, agora na condição de donos de suas próprias terras, têm divulgado e valorizado sua cultura, herança e etnia negra. O quilombola hoje constrói sua identidade como uma referência positiva. Descobre uma nova forma de perceber-se.

Por isso, tanto o sertanejo quanto o caatingueiro da Lagoa da Pedra hoje assumem a identidade negra. Reconhecem-se como descendentes de escravos e defendem o direito de posse sobre as terras onde moram. Embora não entendam bem a terminologia técnica utilizada pelo Incra, os remanescentes de quilombos falam até com certo orgulho dos levantamentos cartográficos, fundiários, agronômicos, ecológicos, socioeconômicos e históricos que permitiram a regularização de suas terras. Antes da aplicação da legislação

⁷ Cadastro nº 003. Registro nº. 265, f 71, publicada no Diário Oficial da União sob nº 43.

que lhes rendeu a posse⁸, não era fácil para os integrantes destas comunidades falar sobre raça, especialmente a própria. Hoje o é.

Ainda antes da regularização das terras, entrevistei um dos líderes do povoado do Mimoso, uma comunidade do sertão, e perguntei de onde ele era. A resposta, acanhada, veio: “Oh eu sou do sertão, quer dizer, eu nasci na fazenda, sou da zona rural”. Sua postura e palavras revelaram que não se considerava um “arraiano”, termo que, para ele, designava quem nascia na cidade. Sua identidade era outra: a do sertanejo. Não pertencia àquela comunidade nem se sentia inserido no todo do município.

Ou seja, antes de receberem o título, os moradores possuíam uma identidade meramente negativa: eram os outros que os arraianos não eram. A partir da legalização, adquiriram ser próprio e positivo. Hoje, se orgulham de dizer que são quilombolas. Depois do reconhecimento, demarcação e titulação das terras pelo Incra, retomei o assunto em conversas com o entrevistado e com outros membros da comunidade. Enfatizando o pertencimento à comunidade, falaram de forma ativa e orgulhosa sobre sua condição, sua história e, especialmente, suas propriedades, enfim regularizadas. Com a terra, ganharam uma identidade própria: não se identificam ou percebem como sertanejos, mas como remanescentes de quilombola.

Apesar de todas estas mudanças e melhorias, a comunidade rural da caatinga – formada por antigos moradores e pouquíssimos emigrantes – ainda se sente desvalorizada. Este tema será aprofundado no capítulo III.

Tanto os sertanejos quanto os caatingueiros que não foram reconhecidos como quilombolas ficaram em suas pequenas propriedades, mas seus olhares estão atentos aos muitos atrativos da cidade, que convidam para o abandono da área rural. Dentre eles estão programas de assistência federais e estaduais como “Bolsa Família”, “Cheque Moradia”, “Bolsa Escola”, “Pioneiros Mirins”⁹ e, tantos outros.

⁸ Entre as várias normativas legais que permitiram a legalização da posse dos quilombos estão a Constituição Federal: Artigos 68 ADCT e 215, parágrafo 1º, o Decreto nº 4887/03 e a Instrução Normativa nº 16, de 24/3/04.

⁹ Pioneiros Mirins é um programa estadual que oferece assistência estudantil às crianças do Tocantins. Iniciado no primeiro governo de Siqueira Campos continuou nos governos posteriores. Embora existam críticas à domesticação e à dependência que estimula, bem como ao culto à personalidade de seu fundador, o projeto tem colaborado com a vida estudantil de muitas crianças desfavorecidas tocantinenses.

Não que estes programas não tenham ajudado a aplacar a fome e a miséria dos muitos que os recebem. As conseqüências, os critérios e a extensão do atendimento precisam, entretanto, de revisão. Pois tais programas de assistência não deixam de fomentar a passividade dos beneficiados, que são estimulados a esperar os recursos que um governo possa dar, condenando-se assim a uma condição subalterna de dependência, mendicância e falta de cidadania.

A grande maioria dos moradores (principalmente os sertanejos) que ainda mora nas áreas rurais não consegue ser contemplada por estes programas. Cada qual continua lá, sonhando e esperando pelo dia em que terá sua casa “na rua”¹⁰ para colocar seus filhos na escola e garantir um lugar nos festejos da missa. E, enquanto espera, continua exposto à arena onde os políticos trocam dádivas por votos que os ajudarão a reter o poder.

Há dados do Censo Demográfico de 2000 quanto ao sexo, à cor e à escolaridade dos arraianos. Dentre os 10.984 habitantes do município, 51,54% são homens e 85,83% não são brancos. Entre os que têm 10 anos ou mais de idade, 75,1% das mulheres sabem ler e escrever, contra apenas 70,6% dos homens. O tempo médio de estudo da população é de 4,6 anos, bem menor que a média nacional: 6,4 anos. Ainda que sejam específicos a Arraias, estes dados refletem os precários níveis educacionais que prevalecem na maioria dos municípios do Tocantins.

Em sua tese de doutorado, intitulada Políticas de Formação de Professores no Estado do Tocantins (2007:71), Maria José de Pinho informa que, no momento da criação do estado em 1989, nada menos que 51,1% das funções docentes eram exercidas por professores não habilitados em nível médio para o magistério. A proporção de licenciados em nível superior era de insignificantes 3,3%. Em resposta à falta de docentes qualificados, investiu-se na formação de novos professores em cursos superiores. Além disso, projetos como, o Mude e o Pro-formação ofereceram cursos modulares de aperfeiçoamento em nível médio àqueles que já atuavam em sala de aula. Nesta investida, entre 1989 a 2002, houve um crescimento de 60% na qualificação das funções docentes. O investimento em Educação tem sido discurso e prática da Secretaria de Educação estadual nas últimas décadas. Esta precária realidade educacional – de professores desqualificados,

¹⁰ Segundo Suárez “a rua” é uma expressão utilizada pelos sertanejos quando querem se referir à cidade.

analfabetismo elevado e escolaridade mínima – levou a comunidade a exigir providências e soluções do governo estadual.

A principal reivindicação foi uma reestruturação do sistema de ensino estadual que compensasse os anos durante os quais a região permaneceu isolada em seu atraso, sem ser beneficiada pelas políticas públicas implementadas pelo estado de Goiás, uma das origens do déficit educacional tocantinense.

A pressão da sociedade tem dado resultados, pois a Secretaria da Educação implantou um planejamento estratégico com objetivos de melhorar o desempenho do sistema estadual de ensino; promover a profissionalização, responsabilização e valorização dos profissionais da Educação, através de cursos de capacitação semestrais, melhorias salariais; e, implantar um programa permanente de avaliação.

Apesar dos esforços, dados educacionais nacionais ainda encontram no Tocantins alguns dos índices de escolaridade mais baixos do país.

2.1.1 – O sentimento de exclusão da Arraias tocantinense

Das raízes colonizadoras que dividiram os espaços geográficos no Brasil, desvela-se uma seqüência de hierarquizações regionais que resultaram em diversos pares binários como metrópole/colônia, Sul/Sudeste, litoral/sertão, capital/interior, Sul/Norte. São terminologias que possuem diferentes conotações. Dentre elas, vale lembrar a observação, por Custódia Selma Sena, de que “as diferentes definições de regiões em distintas tradições disciplinares ressaltam esse caráter subordinado da região, relativamente a uma totalidade que a contem, seja uma área geográfica, uma área cultural, um território nacional ou modo de produção (2003)”.

É importante ressaltar que tal subordinação de uma região à totalidade que a contém envolve suas comunidades – as populações que nela vivem com seus valores suas representações e concepções diante do todo. Os “tipos” que sintetizam e afirmam os regionalismos no nível simbólico, para Borges, *evocam processos identitários afins a uma história coletiva, a tradição e aos meios e modos de produzir bens materiais e culturais em espaços determinados* (IBDEM:35). E, o que é mais importante, desvela diferentes relações

de dominação e subordinação, em uma dinâmica que gera sentimentos de submissão e desigualdades cruciais dentro de um mesmo estado, como ocorreu com o estado de Goiás.

Pela sua constituição social e localização remota, o estado goiano foi por quase quatro séculos, também considerado uma região periférica e subordinada. Mesmo nessa condição de desimportância diante do cenário nacional, os arraianos se diziam goianos, isto porque assimilaram os “*ingredientes valorativos*” que *construíram seu “pertencimento”*. Dentre estes ingredientes que os faziam sentir goianos, apropriado dos termos de Bourdieu “*objectos de representações mentais*” entendidas como (língua, dialetos, sotaques), e “*representações objectais*” que *incluem em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias)*. (Apud Borges, 1998:37), para aproximar ambas representações da construção identitária de Arraias quando expressam elementos e intencionalidades da identidade goiana.

O município goiano de Arraias foi fundado entre 1735 e 1740. Em uma subalternização que comprometeu seu desenvolvimento por mais de dois séculos e meio. Para aquela população era natural esta subordinação tendo em vista que o próprio estado era tratado até o início do século XX como “colônia”, “interior”, “sertão” e “periférico” (CHAUL, 1997). O estado de Goiás era percebido pelos moradores de regiões mais desenvolvidas como uma região de “infinitas terras desabitadas, lugares ermos, de aridez e abandono” (LEAL, 1980:35). Sua população foi descrita por um escritor lusitano como “a imagem do povo que não fala, boceja, não anda, arrasta-se, não vive-vegeta” (IBDEM, 1980: 35).

Estas e outras imagens, muitas vezes preconceituosas, permeiam os relatos de escritores, viajantes, historiadores e religiosos que percorreram o interior do país. Em seus trajetos, estes personagens penetraram o Centro Oeste, sobretudo a região goiana, e documentaram impressões sobre o que ali encontraram. Pelos seus escritos, percebe-se uma variedade de significados que, segundo Sena, retratam “os descompassos da constituição da nação brasileira que são narrativas, e estão relacionadas a diferentes temporalidades e a diferentes formas de organização social ou a diferentes espacialidades” (2003:113).

Reconhecendo as diferentes formas de organização social do estado, Palacin (1994) frisa as particularidades que a maioria dos viajantes atribui a Goiás, assim como a forma pela qual o estado é diferenciado de outros. Diz que Goiás foi percebido como tendo

vida medíocre no transcorrer do século XIX devido a fatores como: as grandes distâncias, o descaso administrativo, o desequilíbrio fiscal, a falta de um produto econômico forte e a ausência de meios de transporte e comunicação.

Das mais diferenciadas caracterizações feitas por estes viajantes, uma recorrência é aparente: a maioria dos escritos sobre o estado ressalta seu isolamento territorial e subdesenvolvimento, causados pela “decadência”. Denotando “o estado daquele ou daquilo que decaí; aproximação do fim; decaimento, declínio”¹¹, o termo é usado no caso em referência ao declínio gerado pelo fim da era áurea da mineração. A decadência goiana que seguiu o ciclo da mineração acaba, portanto, sendo usada para justificar seu status subalterno em relação aos estados do Sul e Sudeste. Sobressaem ainda o subdesenvolvimento, o isolamento e a falta de investimento pelo Governo Federal.

Qual seria, entretanto, o resultado prático deste isolamento? Em uma tese polêmica, o historiador Itami Campos (1983:21) vislumbra conseqüências positivas no “periferismo” geográfico, econômico e político imposto aos estados mais pobres pela arrecadação pequena, pela exportação limitada e pela força política insignificante. Para ele, tal marginalização garantia uma “autonomia” valiosa, mesmo que negativa e gerada pela indiferença. Sem auxílio do poder central, desfrutavam, em sua mesma solidão, da liberdade de produzir e tomar suas próprias decisões.

Por outro lado, a autonomia interna que lhes permitia a sobrevivência no isolamento também facilitou a consolidação de uma organização política, econômica e social que assegurava um poder desproporcional aos ricos produtores, donos de terras e de gado. Estes manipulavam a Justiça, o orçamento, as eleições e, acima de tudo, o próprio atraso: o desenvolvimento precisava ser administrado para não desestruturar seu poder como chefes políticos das diferentes regiões goianas.

Nos últimos anos, a teoria da autonomia de Campos foi questionada por diversos autores. É o caso de Maria Shoruspski (1992), para quem “não se podia ter autonomia” em um estado sem condições materiais de desenvolvimento como Goiás, podendo-se apenas bastar a si mesmo, ficando à revelia da centralização política e do

¹¹ Verbete do dicionário Aurélio Século XXI.

processo de integração à civilização brasileira vivenciado por outros estados (apud BORGES, 1998).

As posições de Campos e Shoruspski, entretanto, não são contraditórias. São, isto sim, complementares e bem descrevem uma realidade política ainda existente nas regiões mais pobres do país, como o antigo município goiano de Arraias. Se o isolamento permitia que os governantes, e até os moradores, ainda que em menor escala, controlassem seu próprio destino, tal autonomia tinha profundas conseqüências sociais e políticas internas e atendia aos produtores abastados, donos de terras e de gado. Pois havia neste isolamento uma tácita aliança, à distância, com as capitais estadual e federal, aliança que fortificou o coronelismo.

Neste caso, existia um duplo “federalismo patrimonial” no qual o governo central instalado no Rio de Janeiro mantinha domínio sobre os senhores goianos que, por sua vez, mantinham domínio sobre comunidades do Sul e – principalmente – do Norte e Nordeste do estado, isto com um mínimo de ordem pública e um máximo de lucro próprio.

Leal e Queiroz atribuem o poder do sistema coronelístico à base econômica e à força eleitoral dos coronéis, ambas expressas e ampliadas pelas relações pessoais. Assunto que Queiroz descreve como um regime do “dom e contra-dom”, tais relações envolvem uma troca de dádivas. Neste domínio, a autora reconhece o coronel pelas suas características políticas e pelos dois critérios que norteiam suas ações: a ambição econômica e política pessoal e lealdades de família e amizade, como o compadrio. As relações pessoais, especialmente os sistemas de trocas de favores e reciprocidade com amigos e compadres, residiriam assim na base mesma das estratégias montadas pelos chefes políticos para manter o domínio sobre suas comunidades que os elegiam. Ou, como diz Queiroz:

As relações pessoais envolvem a afetividade na determinação do voto, o sistema de dom e contra-dom implica já o raciocínio, o peso de vantagens e desvantagens, a escolha [...] se apresenta na realidade como uma reciprocidade de favores, como que um contrato tácito entre o cabo eleitoral e os eleitores. Estes oferecem seus votos na expectativa de um favor a ser alcançado, podendo o contrato ser rompido quando uma das partes não cumpre o que dela se espera (1976: 168).

Já Leal enfatiza como, além dos benefícios econômicos, a força política e eleitoral garante ao coronel um poder simbólico e social: “[A eleição] empresta-lhe

prestígio político, natural, um coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Esse prestígio implica numa reciprocidade de favores pessoais” (1976:23). Uma conseqüência deste prestígio é a concentração de funções simbólicas, rituais e econômicas na figura do coronel, concentração que acaba fortalecendo o próprio prestígio do qual resulta. Leal é particularmente perspicaz e eloqüente ao listar as atribuições sociais, políticas e econômicas acumuladas pelo coronel e por seus agentes:

Arranjar emprego; emprestar dinheiro; avaliar títulos; obter crédito em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; estimular e ‘preparar’ testemunhas; providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgentes; ceder animais para viagens; conseguir passes na estrada de ferro; dar pousada e refeição; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filho ou apadrinhar casamento; redigir cartas, recibos e contratos, ou mandar que o filho, o caixeiro, o guarda-livros, o administrador ou o advogado o faça; receber correspondência; colaborar na legalização de terras; compor desavenças; forçar casamento em casos de descaminho de menores, enfim uma infinidade de préstimos de ordem pessoal, que dependem dele ou de seus serviçais, agregados, amigos ou chefes (1976:38).

As características do coronelismo levantadas tanto por Leal como por Queiroz ajudam a descrever bem a realidade arraiana. Pois, embora este sistema tenha vivido seu ápice há quase cem anos, seus resquícios perduram em diferentes rincões locais e nacionais. Até por sua condição de estado altamente rural, Goiás preservou tais relações de forma arraigada, especialmente nas regiões isoladas que formaram o Tocantins, como Arraias. Não por acidente, o poder local ainda hoje apresenta no município uma organização que ora se distancia do sistema coronelístico, ora manifesta sua presença.

Desde o seu nascimento, o município foi controlado por políticos de linhagens tradicionais¹² que intervinham na vida da cidade e dos seus moradores por meio das influências pessoais, do prestígio junto à Igreja, de troca de favores, do poder econômico e do status intelectual. Sugeriam que quem possuía “mais estudo” e “sabia mais” tudo podia, transformando autoridade em dominação. E eram, de fato, estas linhagens que possuíam o conhecimento, pois apenas elas podiam custear os estudos de seus filhos em grandes

¹² O *tradicional*, aqui, relaciona-se à forma de vida cotidiana, sob o controle dos laços patriarcais, na qual muitas famílias ocupam um espaço territorial desde o surgimento dos mesmos e possuem por isso vínculos sociais amplos e consolidados. Elas têm distinção, *status*. Suas atividades produtivas ainda são de base agrária; e o domínio local ainda está presente por meio dos chefes políticos locais, os “coronéis”.

cidades como Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, a cidade de Goiás, Silvânia, Porto Nacional e, posteriormente, Goiânia.

Também eram os membros destas famílias que tinham contatos com os poderosos políticos da capital, dos quais recebiam um apoio impossível para quem não desfrutasse de tais redes sociais. Ou seja, os coronéis que representavam o município eram também mediadores culturais e políticos. Trazendo notícias e estabelecendo as ações prioritárias da comunidade e da administração local, eram eles que definiam o desenvolvimento, uma condição privilegiada que lhes rendia retornos políticos, inserindo suas atividades um complexo sistema de troca. Encontrei um claro exemplo desta função mediadora ao entrevistar um ex-deputado de 90 anos de idade. Ao perguntar ao veterano político quem ligava Arraias ao governo central de Goiás naquela época, recebi a seguinte resposta:

Um deles foi João Batista de Araújo. Ele foi o primeiro deputado estadual. Inclusive, foi ele que me trouxe pra [cidade de] Goiás. Ele dava apoio total. A mãe dele, Ricarda de Alcântara e Silva, foi a primeira mulher alfabetizada. Foi a primeira professora de Arraias. O Pedro de Alcântara e Silva chamado Pedro coletor. Se dizia parente de Dom Pedro por causa do sobrenome Alcântara e Silva. Ele era coletor de Pirenópolis. Depois veio para Arraias, que era importante por causa do ouro da Chapada dos Negros e daqui de Goiânia ele fez muitas ligações com os políticos de lá. Depois que a gente chegava aqui, sentia na obrigação de olhar e ajudar o povo de lá. E, quando a gente precisava de uns votinhos, podia contar certo (Entrevistado n° 4/2005).

Indagado sobre o papel dos políticos eleitos por municípios pequenos como Arraias, o ex-deputado federal deliciou-se com a questão. Percebi em seu semblante a alegria em falar sobre seus feitos como importante mediador político, como alguém que possuía poder, prestígio e, literalmente, agência:

Eu era deputado federal e Jânio Quadros era presidente da República. E pedimos a ele... Não, eu era deputado estadual aqui na Assembléia e pedi a ele para criar uma agência do Banco do Brasil em Arraias. Então eu pedi a ele para a Assembléia votar. A Assembléia votou e foi aprovado meu requerimento e eu mandei para o Jânio Quadros. Daí uns dias, recebi um telegrama do secretário de Jânio Quadros dizendo que o presidente recomendou a criação do banco (IBDEM).

Em um pequeno município como Arraias, trata-se de um feito de muita importância e certamente com muitas vantagens eleitorais. Este mecanismo de intermediações, influências e interferências dos chefes políticos locais perdurou,

praticamente inalterado, até a década de 1970. Difícil é afirmar se deixou de existir na dinâmica política ou se perdura até hoje, ainda que com novas roupagens, como veremos adiante.

Pode-se atribuir a permissividade para tantas interferências dos chefes políticos ao fato de Goiás ter sido o que Borges denominou de “um estado rural” onde a maioria da população não participava da vida política da sociedade. Cuidando de suas roças e plantações, os moradores deixavam as decisões políticas, econômicas e sociais por conta dos políticos da capital. Segundo Borges, o período pós-mineração foi seguido no estado por um primeiro estágio de ruralização marcado por um processo em que:

Proprietários, homens livres e pequenos comerciantes, juntos aos escravos e forros - remanescentes do ouro - encaminham-se para os campos, formando fazendas e adestrando-se às tarefas que antes recusam a exercer, nas lavouras iniciais de milho, mandioca, açúcar de engenho e algodão, além da criação de gado, a de maior importância (IBDEM, 1998:85).

Esta população goiana que vivia na condição de ruralização se manteve por muito tempo de uma economia de subsistência baseada na agropecuária. Portanto, possuíam uma produção para o mercado interno, e mesmo externo, mas não o suficiente para comercializar com outras regiões. O pouco comércio de importação que faziam era reduzido ao sal, às ferragens e aos tecidos. A agricultura ainda era de baixa produtividade devido às técnicas rudimentares de produção, à falta de um sistema de transporte que viabilizasse a troca de produtos. E apesar das medidas do Governo Estadual para dinamizar a economia a agricultura goiana não conseguia um desenvolvimento satisfatório que gerasse divisas para o estado.

Diante essa dificuldade na agricultura, a criação do gado, por ser uma atividade de baixo investimento, cresceu e passou a ter grande importância para a economia goiana.

De acordo com os estudos Juscelino Martins Polonial (2004), mesmo representando tanto para a economia de Goiás, a pecuária extensiva só conseguiu dar um impulso na economia do estado no início do século XX com a expansão da malha ferroviária.

Mas é com a aceleração da marcha para Oeste, que a ocupação do Centro-Oeste passou a ser prioridade para o Governo Federal. Foram construídas grandes estradas,

chegou à ferrovia e ergueram-se em território goiano as novas capitais estadual e federal, Goiânia e Brasília. Goiás começou a se desenvolver, assumindo nova posição na hierarquia dos estados brasileiros. Concretizavam-se o que Sena descreve como “os processos de integração que definem o “Estado-nação” e podem ser descritos como processos de conquistas, de subordinação e de homogeneização de territórios, de grupos étnicos e de universos simbólicos” (IBDEM, 2003:124).

O marco de desenvolvimento de Goiás iniciou-se com a estrada de ferro que corta o centro-sul do Estado. A ferrovia permitiu o estabelecimento de novas frentes de expansão e novas diretrizes econômicas, comerciais e bancárias. Mas o efeito foi regional: a urbanização goiana foi construída a partir do Sul do estado, que recebeu um intenso fluxo de migrantes vindos de Minas Gerais e São Paulo em busca de terras ricas e baratas. Nasr Fayad Chaul (1977) ressalta que foi somente depois de 1930 que o chamado apito do progresso soou em Goiás.

A uma incorporação cada vez maior de Goiás ao mercado capitalista, ampliando sua fronteira agrícola, crescendo e mecanizando a agricultura, acelerando seus níveis de produção, exportação e dinamizando seu setor industrial e comercial (CHAUL, 1977:49).

Mas a que progresso o autor se refere? Pois é preciso frisar que o som desta dinamização ressoou apenas no centro-sul e sudeste de Goiás. A realidade do norte e do nordeste permaneceu inalterada. Então, como pensar no desenvolvimento de um município como Arraias, situado em área isolada e de população reduzida? De que forma Goiás poderia prover o desenvolvimento almejado naquela pequena cidade fincada no nordeste de suas fronteiras?

O desenvolvimento ao qual me refiro está vinculado ao que Chaul (1977) compreende como “um desenvolvimento, não é somente relativo aos aspectos econômicos, como, e principalmente, aos culturais”. A sua idéia de “desenvolvimento” envolve as relações sociais, intelectuais e políticas. É necessário observar o papel destas relações que tanto impulsionam a economia, quanto respondem à sua expansão. E estas relações mudaram pouco em Arraias com a urbanização e industrialização do centro-sul e sudeste goiano.

Até a década de 30, o estado possuía padrões políticos tradicionais, baseados na força das oligarquias¹³. A rigor, as oligarquias goianas se configuravam mais como grupos de coronéis, pois não possuíam o porte e a importância nacional das oligarquias do café e do açúcar do Sudeste e Nordeste brasileiro. Mesmo assim, determinavam a estrutura sócio-econômica estadual. E eram também grupos de poucos integrantes, ligados por vínculos de parentesco e de interesse, que detinham o poder e mantinham o domínio em todo o estado.

É pertinente ressaltar que, neste período, a força do poder político local e dos governadores¹⁴ favorecia a autonomia dos estados maiores. Sem depender do poder central para custeio ou investimento, estes eram capazes de atuar de forma independente. Goiás não pertencia ao clube. No entanto, para manter suas oligarquias, dependia do Governo Federal, estando entre os estados que – segundo Gláucio Ary Dillon Soares (1973) – necessitavam de um socorro financeiro. Esta ajuda era dada aos Estados considerados mais débeis,

(...) cobrindo os déficits orçamentários estaduais, garantindo-lhes solvência financeira, dando-lhes o aval para empréstimos, contribuindo fortemente para os planos de desenvolvimento local etc. Claro está, estes serviços tinham um preço político, reduzindo-se muitíssimo a autonomia política dos Estados em função de sua dependência econômica. Contrariar frontalmente o governo federal, freqüentemente significava o caos nas finanças estaduais (SOARES, 1973:17).

Paradoxalmente, os mesmos recursos que tornavam os estados dependentes do governo central outorgavam certa autonomia interna e grande poder às lideranças estaduais, que dispunham assim da verba necessária para financiar relações de troca com suas bases e assim perpetuar sua hegemonia política patrimonial e clientelista. Era, como já sugeri, a federalização do clientelismo.

Soares (1973) argumenta que tal “socorro” garantia aos governos estaduais os recursos para comprar o apoio de que necessitavam através de pagamento em cargos, obras, empréstimos e assim por diante. Compreendo que estas negociações implicavam em um

¹³ Etimologicamente, “*oligarquia*” significa “*governo de poucos*”. Com o tempo, a palavra passou a adotar a conotação negativa de um “governo de ricos”. Após a Segunda Guerra Mundial, passou a ser justaposta a “democracia” em debates sobre a política dos países subdesenvolvidos.

¹⁴ Política pensada por Campos Sales na República Velha, que munia os governadores de autonomia que favorecia a estrutura oligárquica.

contrato tácito entre coronéis, apoiadores e eleitorado. Era uma forma legitimada da ordem governamental daquela época de conduzir os destinos dos municípios brasileiros.

Além destas trocas, os governos estaduais dispunham de outros mecanismos de auto-sustentação e dominação – entre eles a própria existência das Forças Armadas como ameaça de coação física aos adversários dos grupos hegemônicos. Outros mecanismos de exercício do poder incluem a distribuição de empregos entre familiares, a corrupção eleitoral e o recurso à violência em circunstâncias extremas.

Para Raymundo Faoro, o próprio Estado brasileiro se estruturou “sob o padrão do poder patrimonial, plasmado historicamente do Estado português, modelo reafirmado no início do século XIX, com a vinda da Corte lusa para o Brasil” (1975). Explicando relações até hoje evidentes nas práticas políticas brasileiras, o regime de dominação herdado de Portugal pode também ser compreendido pela análise que Sérgio Buarque de Holanda (1995) faz da sociedade e da política brasileiras em *Raízes do Brasil*.

Publicado em 1936 e reeditado diversas vezes, o clássico apresenta o poder patrimonial como consequência desta herança, à qual caracteriza como marcada pela dificuldade do trato político, pela “indiferenciação entre público e privado” e pelo favorecimento dos que controlam a “máquina administrativa”, apropriando-se do aparato do Estado em proveito próprio. Holanda percebe nesta apropriação do público pelo privado um traço estrutural do agir político brasileiro. Mariza Veloso Motta Santos e Maria Angélica Madeira reafirmam tal diagnóstico ao dizer que o Brasil é um país no qual “a sociedade civil e a política são um simples prolongamento da comunidade doméstica, particularista e antipolítica e a lida com a coisa pública não se distingue da lida com os bens pessoais” (1999:174).

Estas teses reafirmam que o sistema patriarcal surge de uma domesticação na qual Estado, partido e espaço público são todos percebidos como uma extensão da família. Compartilhada pela sociedade em geral, tal percepção acaba por legitimar os abusos praticados pelos detentores do poder em quase todos os campos da organização política. E, ainda que a ênfase de Holanda e tantos outros sejam as “raízes” do país, no seu período formador, não há como negar a sobrevivência destes mecanismos em muitas localidades brasileiras. Raiz, afinal, é o que perdura.

Há que se reconhecer, entretanto, que a consolidação da democracia vem sendo acompanhada por uma menor tolerância em relação às velhas práticas patriarcais que, se não extintas, hoje são ao menos combatidas. É verdade que atores políticos nacionais e locais ainda se apropriam de recursos e instrumentos públicos para fins privados – como bem ilustra o recente caso de Renan Calheiros¹⁵. É verdade que persistem os argumentos que – ignorando a apropriação do público pelo privado – apresentam os escândalos como perseguição pessoal. Mas também cabe lembrar que o custo político destas velhas práticas oligárquicas também vem aumentando.

Voltando à discussão sobre as raízes goianas, é importante ressaltar que a abertura de estradas, a construção de Goiânia e a reorientação parcial das migrações internas permitiram a integração dos municípios à capital, enfraquecendo a oligarquia vigente e possibilitando certa alternância de poder. O efeito, entretanto, foi regional. Como o próprio Chaul reconhece Goiânia “mais que uma capital para Goiás, era uma capital para o sul e sudoeste” (IBDEM,1999:55).

Já o Norte e Nordeste permaneceram no abandono, sendo lembrados apenas como bases eleitorais. A seus chefes políticos faltava o poder econômico dos grandes coronéis e das já enfraquecidas oligarquias do Sul e do Sudoeste goiano. Inexpressivos nas disputas estaduais e quase sempre submissos aos grupos hegemônicos do estado, nem por isto deixavam de se portar como poderosos oligarcas. Mas vale indagar: quais eram as poucas oligarquias do Norte e Nordeste goiano? Talvez não houvesse. Havia apenas chefes políticos aliados às verdadeiras oligarquias.

O coronelismo teve na região sua mais alta expressão em Pedro Afonso, Dianópolis e Tocantinópolis. Apesar das particularidades de cada município, das peculiaridades de seus atores e comunidades, os interesses e os mecanismos utilizados foram os mesmos: a tomada e manutenção do poder político pela troca, pela coerção e pela força da bala. Os três casos são ricos em anedotas. Mas o mais peculiar é Tocantinópolis, município do Norte goiano onde a relação entre poder local e Igreja, muito além da

¹⁵ O caso Calheiros se refere à denúncia em torno do pagamento de despesas pessoais do ex-presidente do Senado por um lobista da empreiteira Mendes Júnior. Calheiros é também acusado de apresentar notas fiscais frias de vendas de gado a fim de “comprovar” ter renda suficiente para custear a pensão alimentícia e o aluguel que pagava para a jornalista Mônica Veloso, com quem tem uma filha.

sustentação recíproca, virou uma relação de identidade. Neste caso, o coronel era um padre chamado João Lima. Como bem lembra Palacin (1990), o sacerdote – sempre envolvido em intrigas e confrontos com as oligarquias do Sul e Sudeste – liderou duas das três “revoluções” ocorridas no local¹⁶.

Estas façanhas políticas, típicas dos líderes carismáticos que estabeleceram muitas linhagens tradicionais, desvelam a força das estratégias de manutenção do poder usadas pelos coronéis. Estes eram em geral proprietários de terra sustentados por grupos oligárquicos, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família e preponderantes na direção dos negócios públicos. Também tinham porta-vozes e representantes nos legislativos municipais, estadual e federal. Como aponta Leal, tal sustentação, tal acordo entre as partes interessadas, demonstra a força do “sistema de reciprocidade” (IBDEM, 1976:50).

Para Itami Campos (1983), as oligarquias existiam até a Primeira República apenas na capital e no sul goiano e representavam uma pequena parcela da população que manipulava as chapas, as eleições e as máquinas administrativas públicas. Tal manipulação era possibilitada pela não participação política do restante da sociedade, que ficava deliberadamente à margem do processo político. Quanto à manipulação das chapas, um dos entrevistados confirma a visão de Campos dizendo:

Existia um livro aqui, esse livro aqui tinha a relação dos eleitores. E este daqui você passava a relação dos eleitores para esse aqui, era o livro do voto. Eleitor não ia na urna não, o chefe é que votava. Um mecanismo eleitoral comum em quase todos os municípios do Brasil. (Entrevistado nº 04 /2005)

Em Goiás a situação não era diferente. Chefes políticos do Sul e Sudeste, e outros poucos do Norte e Nordeste votavam pelos goianos. Alguns poucos representavam a maioria. A ordem político-partidária prevista pelas normas do sistema racional-legal determinava que houvesse eleições, mas era incapaz de garantir que fossem aplicadas segundo as exigências de tais ações. A votação pouco refletia a realidade. Mesmo assim, os habitantes do Norte e Nordeste faziam reivindicações e apelos constantes, denunciando o abandono, a falta de investimentos e incapacidade (ou indisposição) decisória e executiva das autoridades locais e estaduais.

¹⁶ O termo “revolução” é usado pelo historiador Luis Palacin, que descreve o coronelismo em Tocantinópolis (1990).

Segundo Polonial (2004), as oligarquias do sul e sudeste mantiveram o norte e nordeste de Goiás sob os seus domínios, desde o período da mineração, especificamente no século XVIII, quando o governo central, localizado na cidade de Goiás Velha, cobrava da região norte uma taxaço de impostos, maior do que a da região centro sul.

É preciso, entretanto, enfatizar que o domínio do Norte e Nordeste goiano pelo Sul e Sudeste era reflexo da própria subalternizaço do estado diante do resto da naço. Pode-se, portanto, falar de uma cadeia de dominaçoes: do habitante do Norte e Nordeste goiano pelos chefes locais, destes chefes pelas oligarquias goianas e destas oligarquias pelo poder central. E a construço da nova capital goiana não mudou muito este quadro, mantendo a cadeia de subalternidades que marcava as relaçoes entre as instâncias municipais, estadual e nacional.

Se o fato de superar a condiço subalterna já era difícil para o Sul e Sudeste, para o Norte e Nordeste parecia impossível. O subdesenvolvimento, o isolamento e a falta de investimento federal eram dados. A parca esperança da região residia no quarto artigo das “disposiçoes transitórias” da Constituiço de 1946, que previa a transferênça da capital para o Planalto Central. Para o Norte e Nordeste goiano, era forçoso que a previsão se realizasse o mais cedo possível.

Apesar dos esforços para que a mudança se efetivasse, os retrocessos e interrupçoes eram freqüentes, sendo provocados por limitaçoes, ora econômicas, ora políticas, como a oposiço das próprias oligarquias goianas à construço de Brasília, mudança na qual, corretamente, percebiam uma ameaça a seu poder. Mas a centralidade geográfica de Goiás era mais que estratégica. O processo foi, portanto, irreversível: a nova capital brasileira ocuparia uma área de 14.400 km² na fronteira entre Minas e o nordeste de Goiás, alterando a geografia política do país em um raio de quase 200 km.

Em uma oportunidade singular, a administraço central permearia os limites do estado, concretizando os anseios de sua populaço. Curiosamente, a última demarcaço, circunscrita pela Comissão Poli, ampliava do que viria a ser o Distrito Federal em direço norte para uma área total de 77.254 km², proposta que foi comemorada pelo Norte e Nordeste goiano. Esta grande área, que inclui Arraias, pertenceu, inclusive, à região geo-

econômica de Brasília por uma década, condição que lhe rendeu melhores estradas, linhas telefônicas e uma integração que em muito beneficiou a população local.

No planalto Central, Goiânia, a nova capital de Goiás fundada em 1933, tornou-se um ponto de apoio logístico à construção de Brasília, além de suprir boa parte da mão-de-obra que se instalou no entorno. Segundo Silva (1999), mais de 3000 goianos participaram da construção da cidade, somando-se a outros trabalhadores vindos dos demais estados. Se coube a Juscelino Kubitschek a concretização da chamada “Sede da Civilização”, coube a Goiás a gestão e o suprimento da mesma, em uma assistência à interiorização repleta de lutas e resistências, veladas ou visíveis.

A mudança da capital, no entanto, visava desde seu início levar o progresso ao interior do Brasil, aumentando a densidade populacional, a difusão cultural, o desenvolvimento econômico e a integração territorial para “eliminar esse desnível entre a civilização do litoral e a do sertão, entre as condições de vida da orla marítima e as do interior” (SILVA, 1999:14). Ambicioso, o projeto pretendia “beneficiar 50 milhões de brasileiros, integrando o Brasil em si mesmo e anulando as diferenças impostas pelos regionalismos forçados pelas circunstâncias, a um isolamento que deixava a Nação em perene estagnação” (IBDEM:14).

No campo simbólico, a participação goiana na interiorização foi de suma importância para os brasileiros do sertão. Mais do que uma nova capital, ou mesmo o cumprimento de uma profecia centenária, Brasília era percebida como o justo reconhecimento de – e a retribuição por – um “contraste entre a civilização do litoral e o completo abandono do homem brasileiro além da faixa privilegiada” (SILVA, 1999). Se a mudança do Governo Federal para o Planalto Central já representava para os estados periféricos uma “integração do Brasil em si mesmo”, para Goiás ela representava ainda mais.

Para a maioria da população goiana, a possibilidade de sediar a nova capital federal prometia o fim dos mais de dois séculos de “decadência” estadual¹⁷. Por mais real que fosse tal promessa de desenvolvimento, não deixava de ocultar o messianismo implícito na própria apresentação da nova capital a realização de uma profecia. Não por

¹⁷ Sobre isto, ver os diversos estudos de Chaul Nasur sobre o período pós-mineração goiano.

acidente, a visão de Dom Bosco teria um papel decisivo na definição do lugar exato no qual surgiria a nova cidade do Planalto Central. Siqueira enfatiza como tal origem sustenta uma mítica político-religiosa que perdura até hoje em Brasília:

Os fundadores da cidade estavam imbuídos do sonho e da missão de inaugurar um novo tempo e uma nova *civitas* para o Brasil, fundada no belo, na igualdade e na universalidade. Segundo as premonições de D. Bosco, na região jorraria leite e mel. Coincidência ou não, estes dois mitos estão na base do fenômeno místico-esotérico que designa Brasília como a Capital do Terceiro Milênio ou da Nova Era (1991).

Nesta euforia com a construção da nova capital federal, entretanto, esqueceu-se ainda mais do sertão das regiões Norte e Nordeste do estado de Goiás, cuja exclusão do novo projeto estadual acabou fomentando o clamor pela visibilidade, valorização e independência do Tocantins. Se o “Estado-nação”¹⁸ ainda não havia alcançado a integração social e territorial de suas unidades geográficas, para o goiano do Norte e Nordeste, Brasília parecia uma saída certa para quatro séculos de isolamento e desintegração.

O tempo, entretanto, foi passando e o poder central goiano continuava uma conspícua ausência na região. Duas hipóteses podem explicar o fenômeno: a incapacidade, pelo estado, de administrar um território de tamanha grandeza ou a indisposição em fazê-lo, nascida da hegemonia política das oligarquias do Sul e Sudeste.

Os fatos se revelavam muito mais pela última hipótese, pois as medidas tomadas pelo governo goiano na década de 80 e início de 90 acusavam o abandono do Norte e Nordeste. Faltava interesse e investimentos na região, agravando seu sentimento de subalternidade a tal ponto que suas comunidades passaram a exigir uma existência jurídica e política própria. Como diz Baczko, “as regiões, municípios e as cidades são entidades humanas, vivas e em movimento, e por isso mesmo, uma projeção dos imaginários sociais no espaço que permite criar um mundo” (s/d:313).

De fato, os nortistas e nordestinos goianos criaram seu próprio mundo, sua própria história. Retomaram uma antiga idéia surgida ainda no século XVIII, quando a Coroa Portuguesa já defendia a divisão territorial e administrativa de Goiás, – divisão que

¹⁸ Para Norbert Elias, “o Estado-nação é um tipo específico de formação social que envolve os processos de integração territorial e integração social. O primeiro é o processo através do qual uma nação se concebe como unidade geográfica, e o segundo, o processo através do qual a nação assimila diferentes grupos e setores sob uma ideologia unificadora de participação” (apud SENA, 2003:120).

separava a Província do Norte da Província do Sul. Era um projeto que uniu, não apenas a população, os líderes políticos, os executivos e legislativos locais e as linhagens tradicionais, mas também a Igreja. Ainda que por motivos diversos, os diferentes agentes políticos do Norte goiano clamavam, todos, pela criação do estado do Tocantins.

A Igreja Católica representou uma força poderosa nesta luta, fortaleceu-se, legitimou-se e aliou-se às forças políticas mais afinadas com a emancipação. Em cada sermão, mobilizava e exaltava o percebido desprezo da civilização por aquele espaço geográfico e por sua gente. Esta investidura não deixou de ser um convite à ala mais conservadora da política, que se agregou em torno de uma narrativa sobre “uma terra” cuja população se sentia injustiçada e em resposta conclamava pela liderança dos chefes locais. Além da Igreja, as linhagens tradicionais mobilizavam as relações de parentesco para produzir e disseminar um discurso exaltado sobre a importância do novo estado e a necessidade de todos terem “seu lugar ao sol”.

Estava posto então o novo jogo político: por um lado, as lideranças políticas do Sul e Sudeste tentavam conter os movimentos e as iniciativas de emancipação para não perder seu poder sobre a região; por outro, os desgastados políticos do Norte e Nordeste e as novas lideranças tocantinenses apostavam na criação do novo estado como uma instância político-administrativa na qual poderiam trocar a subalternidade por um poder hegemônico. Enquanto os primeiros articulavam mecanismos de contenção e controle do ímpeto separatista, os segundos buscavam os setores organizados, instituições e comunidades locais para denunciar a desigualdade e o abandono da população. Em seu clamor pela independência, defendiam a autonomia e a autodeterminação local. Mas tinham como propósito primeiro o aprofundamento da dominação e do exercício do poder.

Os protestos e movimentos pró-divisão foram acirrados defensores da emancipação. Como vislumbravam no novo estado, a promessa de um “lugar ao sol”, as comunidades nortistas e nordestinas se aliaram aos líderes políticos locais. Regionalizavam o rechaço à sua exclusão das decisões políticas e econômicas que lhes diziam respeito. O sentimento perdurou nas décadas que antecederam a emancipação de 1989, quando as pressões locais culminaram com a criação do Tocantins. Uma luta secular pela emancipação encontrava, enfim, a vitória.

2.1.2 – O sentimento de pertença da Arraias tocaninense

Vale lembrar que tais tentativas de emancipação começaram ainda em 1735, quando a Coroa Portuguesa sugeriu a mudança não em atenção às necessidades regionais, mas para proteger a arrecadação de impostos sobre a mineração e evitar o contrabando do ouro naquela região. O tema voltou à pauta em 1821, com a instalação de um governo provisório e independente de Goiás, por sugestão de Teotônio Segurado, na cidade de Cavalcante. Em 1879, o Visconde de Taunay tornou oficial a proposta de criar a província do Tocantins.

A sociedade norte-nordestina de Goiás reivindicava há séculos a independência. Mas esse propósito não era de fácil alcance. No decorrer dos tempos, novos interesses e necessidades fizeram com que a idéia da separação territorial se intensificasse. Os pontos que mais afligiam àquela população eram o isolamento, o baixo desenvolvimento e as precárias condições da população local. Apesar dos apelos da região, os governadores goianos insistiam na prática de governar, sempre, para o Centro e o Sul do estado. Com uma vasta extensão territorial, o estado goiano simplesmente não possuía a estrutura administrativa para fazer-se funcional a toda sua população.

Com o movimento pela reestruturação do espaço brasileiro – desencadeado pela campanha nacionalista entre 1930 e 1937 para preservar a integridade da cultura brasileira e impulsionar uma homogeneização que garantisse um destino político comum ao país – um novo impulso foi dado à luta pela emancipação do Norte e Nordeste. Outro incentivo veio com a Constituição de 1937¹⁹ que previa a criação de novos territórios. Na época, Lysias Rodrigues²⁰ e Juarez Távora elaboraram uma proposta e defenderam a criação de um território federal do Tocantins, com a capital na cidade maranhense de Carolina. A idéia foi acatada por Getúlio Vargas, que chegou a determinar que o IBGE elaborasse uma proposta técnica para criar a nova unidade federativa.

A determinação de Vargas levou os políticos da região a se articularem nos escalões federais e na imprensa para lançar o manifesto emancipacionista Comitê Pró-

¹⁹ Estipula-se no documento que a União “poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados territórios federais, cuja administração será regulada em lei especial”.

²⁰ Natural do Rio Janeiro, Lysias Rodrigues (1896-1957) foi brigadeiro da Aeronáutica e escritor. Inaugurou a rota aérea Rio-Belém, lutou pela construção da Rodovia Transbrasiliana e pela criação do território federal do Tocantins.

território. Embora o projeto não tenha se concretizado, propiciou uma discussão pública sobre a criação do novo estado – discussão enfim norteada pelos interesses locais. Já não eram os impostos e o ouro que estavam em questão nos debates sobre a emancipação, agora apresentada como uma questão de autonomia, de soberania e de patrimônio cultural regional.

Ainda que não fossem estes os interesses goianos, os debates se tornaram cada vez mais fecundos, explicitando o descontentamento da região com o fato de ser excluída de decisões que lhe diziam respeito – como a criação dos pólos industriais de Araguaína e Gurupi, que contribuíram para o enriquecimento e modernização do Sul e Sudeste. Entre outros temas que evidenciavam o descaso do governo estadual com o desenvolvimento do Norte e Nordeste estava também a falta de investimentos, fator que intensificava a subalternização cultural, econômica e social da região.

A década de 50 foi marcada por manifestos portuenses²¹, sob forte influência de Feliciano Braga, Cezar Freire e Trajano Coelho Neto. O pensamento que os unia era a criação do novo estado. Faziam apelos aos moradores do Norte e Nordeste goiano por um maior engajamento na luta pela emancipação. Um dos mais importantes foi o Manifesto à Nação, redigido por Feliciano Braga²² e Fabrício Freire. Proferido em 13 de maio de 1956, na Assembléia Legislativa, o documento teve grande repercussão, evocando discursos do resto da bancada regional, que somente na década de oitenta acabou aderindo às suas idéias. O documento se tornou uma referência, um foco de mobilização para a sociedade tocantinense.

Os líderes do renovado movimento emancipacionista realizavam eventos e reuniões sobre temas tão diversos quanto o potencial econômico, a especificidade cultural e as necessidades sociais da região. Argumentavam que a própria complexidade dos debates demonstrava o preparo da região em se tornar um estado. Justificativas não faltavam para a emancipação – projeto que acabou fortalecido pela criação, na década de 1950, do movimento da Casa dos Estudantes do Norte Goiano (Cenog).

²¹ Denominação aos cidadãos nascidos na cidade tocantinense de Porto Nacional.

²² Juiz de Direito na cidade de Porto Nacional em 1956.

Segundo Santos, o discurso Cenoguiano²³ possuía “quatro elementos que justificavam economicamente a emancipação do norte do Estado: 1) A industrialização do coco babaçu, natural do bico do Papagaio; 2) A possibilidade de navegação do Tocantins; 3) O incentivo à agricultura e à pecuária; 4) O transporte com as pontes sobre o rio Tocantins” (SANTOS, 2002:96).

No início da década de 1970, o deputado José Wilson Siqueira Campos apresentou à Câmara Federal um projeto de divisão territorial da Amazônia Legal que previa a criação do Tocantins. O projeto jamais foi à votação. Em 1978, entretanto, um novo grupo de deputados apresentou um projeto de lei complementar visando à emancipação do estado.

A luta pela emancipação, entretanto, foi silenciada com o golpe de 1964. A Cenog, por exemplo, teve sua ação interrompida pelo regime militar com o decreto Lei nº 228/67 de Castelo Branco. Ao reformular a organização dos estudantes, vinculando-os ao Ministério Público, e incorporar o patrimônio de suas organizações ao Estado, o decreto acabou comprometendo a sobrevivência do Cenog, que acabou em 1979.

O fim do movimento não acabou com os esforços para criar o novo estado. Em 1981, foi criada a Comissão de Estudos dos Problemas do Norte (CONORTE), que priorizou a conscientização dos habitantes Norte e Nordeste de suas especificidades culturais e étnicas, consolidando um sentimento de não-pertencimento à identidade goiana. Tendo mais a ganhar com o novo estado, os políticos com bases eleitorais nas cidades da região foram – previsivelmente – os que mais esforços fizeram para criar o novo estado.

Apesar de uma história política marcada pela frustração com o poder goiano, Arraias não recebeu com grande entusiasmo a idéia do novo estado. Segundo Otávio Barros da Silva (1996), um plebiscito informal sobre o tema realizado em 1988 registrou apoio exíguo à criação do Tocantins: dos 19.628 habitantes da cidade, apenas 376 teriam votado pela criação. É preciso, entretanto, ressaltar que faltam algumas informações técnicas sobre a representabilidade da consulta, inclusive o número de participantes e se houve participação da zona rural.

²³ Cenoguiano se refere aos moradores e frequentadores da Casa do Estudante do Norte Goiano

Apesar da população de Arraias não ter se entusiasmado com a criação de Tocantins, vale salientar que um arraiano disputou o governo do novo estado em 1988, mas perdeu no próprio município. O certo é que a emancipação aumentou o peso político do município – que elegeu três deputados naquela primeira eleição: um federal e dois estaduais.

Inicialmente, a emancipação mudou pouco no cotidiano de Arraias. A população local reconhecia certos avanços, como a instalação da universidade, a construção de uma estrada para a capital, Palmas, e a implementação de alguns projetos sociais como a Mãe-Pioneira²⁴, Pioneiros Mirins. Mesmo assim, insistia em reviver tradições e preservar valores goianos – entre eles a idealização de Brasília, percebida como uma cidade de arquitetura única e culminação do modernismo. De fato, a tensão entre tradição e modernidade é uma categoria fundamental para a compreensão da vida diária dos arraianos.

Grande parte dos arraianos recorre à capital apenas para resolver questões administrativas e profissionais inerentes ao fato de estarem legalmente jurisdicionados ao Tocantins. Ou seja, vão a Palmas devido a compromissos e responsabilidades profissionais e por razões de saúde. Vivenciam sua condição de cidadãos preponderantemente em função de questões legais e jurídicas e quando precisam de serviços médicos hospitalares.

Na busca de lazer, cultura e entretenimento, os arraianos buscam outras capitais: Brasília e Goiânia e percebem, nestas duas, referências da modernidade, embora vejam Palmas como uma cidade à imagem da capital federal. Em algumas rotinas culturais – como as formas de comer, vestir e entreter-se –, a sociedade arraiana também se identifica com a cultura goiana. Ou seja, associa seu próprio código cultural cotidiano não ao Tocantins, mas a Goiás, e minimiza o fato de que o município, inclusive por sua localização geográfica, sofreu mais influências da Bahia do que de Goiás. Esta proximidade esquecida pode ser vista, por exemplo, na seguinte entrevista com um velho tropeiro, ainda vivo:

Eu viajei de 1932 a 1953. Eu devo ter ido mais de quarenta viagens em Barreira e Santana dos Brejos. De Barreira em Santana dos Brejos é cerca de quarenta léguas. Essas eram as duas outras cidades que se faziam compras. O transporte era burro, arrumava os cargueiros, a bruaca que

²⁴ O Projeto Mãe-Pioneira da Secretaria de Assistência Social do estado oferece pequenos empréstimos para que associações de mães costurem e construam peças em casa. O dinheiro arrecadado com a venda das peças produzidas é dividido entre o sustento das trabalhadoras e a manutenção da Associação.

levava carne seca, couro e compravam sal, café e outras coisas que necessitavam. A gente fazia duas viagens: uma acontecia de abril para maio e a outra de outubro para novembro antes do inverno. As pessoas que podiam mandavam dez, doze cargas. Daqui para Barreiras demorava de oito a dez dias. iam de três a quatro peões e quando a carga era menor era só um ou dois. Não havia roubo naquela época. Todo mundo da região (Porto Nacional, Natividade) ia por esse trajeto fazer compras. Quando chegava em Barreiras tinham as casas com depósito, lá tinham as casas e lá mesmo fazia a comida, a compra era feita através dos encarregados. (...) Na Bahia também tinha o mesmo sentido com relação à comida era carne seca, picado de arroz, picado de abóbora (Entrevistado n° 1/2005).

A descrição do tropeiro reforça as profundas relações, já apresentadas por diversos estudiosos, entre o Norte e Nordeste de Goiás e a Bahia – relações favorecidas pela proximidade entre as duas regiões. Também Aquino (2002) demonstrou que, mesmo antes da criação do Tocantins, toda a área ao norte de Porto Nacional já mantinha relações comerciais e culturais muito mais estreitas com o Pará e o Maranhão do que com Goiás.

Apesar das lembranças de pessoas como o tropeiro acima citado, a maioria dos arraianos constrói a própria identidade sobre alicerces duvidosos. Ignorando origens culturais e até familiares baianas e maranhenses, diz-se goiana. Hoje decorridos quase vinte anos da emancipação tocantinense, há certa aceitação da divisão territorial por parte dos arraianos.

O município tem recebido vários benefícios em pouco tempo – a começar com a rodovia que o liga a Palmas, colocando-o em um ponto estratégico entre duas capitais: a estadual e a federal. Com a emancipação, Arraias recebeu ainda escritórios de instituições estaduais como o Departamento de Trânsito (Detran), a Delegacia da Receita Estadual e o Departamento de Saneamento (Saneatins).

Além da presença dessas instituições Arraias passou, em 1989, a sediar um campus da Universidade Estadual do Estado do Tocantins (Unitins) – atual Universidade Federal do Tocantins. O campus oferece apenas dois cursos de graduação presenciais (Pedagogia e Matemática) e um curso à distância (Biologia). A presença de alunos e professores de outras regiões e culturas, entretanto, ajudou a fomentar a educação no próprio município e em cidades fronteiriças.

De fato, a escolha de Arraias despertou protestos de que a cidade seria pequena demais – desencadeando uma discussão que mobilizou diversas forças políticas no estado. Ainda que ela esteja entre os 23 dos 139 municípios tocantinenses com mais de 10 mil habitantes, cidades mais populosas e geograficamente estratégicas reclamavam por terem sido preteridas na escolha. Mas, segundo Maria do Rosário Cassimiro (1996), sua idealizadora e primeira reitora, a Universidade foi criada em 1990 para atender às particularidades administrativas, geográficas e demográficas de um estado novo, vasto e rural. Por isso, adotou-se um modelo descentralizado que, com a “cara do Tocantins”, era baseado em uma estrutura “multi-campi”²⁵.

Internamente, estava em jogo o prestígio dos representantes políticos locais e estaduais. Nas relações externas, entretanto, o jogo era outro: um embate de força e prestígio da representação política local e estadual e com as de outros municípios. Dado ao fato de que as relações de reciprocidade sustentam e formam as práticas políticas no município, é certo que a escolha de Arraias para sediar a universidade foi lograda à base de uma troca extensa, oculta e talvez escusa. De fato, a Unitins permaneceu no pequeno município, foi federalizada e se tornou a Universidade Federal do Tocantins em 2003.

Para alguns arraianos avessos ao siqueirismo²⁶, a escolha do município para sediar um destes *campi* foi uma retribuição do governador José Wilson Siqueira Campos pelo voto que recebera na cidade, em 1989. Eleito com a maioria dos votos na cidade, Campos derrotara, afinal, um “filho da casa”. Na economia do “dom e contra dom”, para usar uma expressão de Queiroz, era preciso retribuir: os arraianos deram o voto e receberiam agora seus retornos, entre eles a universidade.

A Universidade continuou sendo um instrumento de troca em governos posteriores. Adversário do Siqueira, o próximo governador, Moisés Avelino e sua equipe de secretários, mal-assumiram em 1991, já passaram a sugerir propostas de que o campus deixaria de existir no município. Em resposta, políticos locais e estaduais tentaram evitar a mudança. E a extinção do campus passa novamente a novas negociações.

²⁵ Sistema no qual a universidade possui campi em diversas regiões ou municípios. Com autonomia relativa para conduzir seus cursos e vida acadêmica, cada campus tem uma direção e uma coordenação dos cursos existentes. Mesmo assim, é subordinado às pró-reitorias e à Reitoria da sede.

²⁶ Entusiastas do ex-governador Siqueira Campos.

Além dessas constantes ameaças de supressão do campus, diversos cortes orçamentários também indicavam uma possível desativação: não existia um plano de cargos e salários, a criação de novos cursos era vetada e faltavam verbas ora para a manutenção do campus, ora para o pagamento dos professores.

De volta ao governo em 1995, Siqueira Campos impôs uma polêmica reestruturação que acaba gerando outra crise na universidade – originalmente criada como uma autarquia estatal autônoma com patrimônio e receita próprios. Com a Lei 874 de novembro de 1996, entretanto, o então governador transformou a Unitins em uma fundação pública de direito privado que, passou a cobrar mensalidades dos alunos. A exceção eram os carentes que passaram a receber o crédito educativo.

Essa identidade institucional de “fundação pública de direito privada” mais confundia do que esclarecia, não somente aos funcionários que nela trabalhavam como à própria população. Além da insatisfação dos alunos que passaram a pagar mensalidade e dos protestos de professores e funcionários com contratações feitas sem concurso público, a mudança encontrou outras resistências. Uma das principais dizia respeito ao confuso regime administrativo e financeiro da Universidade, que passou a ser financiada por um amálgama de recursos federais e estaduais, além das próprias mensalidades cobradas.

Sintomaticamente, os apoiadores do governo responderam questionando a própria existência da Universidade que haviam criado – e que não apoiava muitas de suas políticas, tornando-se um foco de resistência às posições e ações autoritárias em todo o estado. Para silenciar as críticas, vieram as ameaças de fechar a instituição, que enfrentou novos cortes orçamentários, o cancelamento de concursos público e outros tipos de pressões políticas.

Surgiram também outros conflitos internos na Unitins, cujo funcionamento era comprometido pelos diferentes vínculos empregatícios utilizados na contratação de pessoal. Além dos docentes concursados, havia os contratados sob o regime CLT, os nomeados, os de regime especial, os remanescentes de Goiás e uma série de funcionários de outros órgãos colocados à disposição da Universidade. Desarticulando a administração e impossibilitando o estabelecimento de objetivos comuns, tal fragmentação era, evidentemente, uma estratégia política para o enfraquecimento da instituição.

Outro mecanismo de desestabilização era a falta de critérios para a nomeação dos reitores e a alta rotatividade dos mesmos. Nos quatorze anos em que permaneceu sob jurisdição estadual, a Unitins foi dirigida por mais de doze reitores. Além de fins de composição política, muitos eram nomeados ou destituídos, segundo a vontade do discurso governante. Trocava-se quem discordasse do governo e dos seus secretários, não havendo preocupação em preservar a continuidade dos trabalhos e as conquistas já logradas.

Como a gestão era orientada segundo necessidades não administrativas, mas políticas, os reitores eram subordinados e não tinham autonomia para gerir a Universidade de forma a torná-la uma instância crítica e capaz de produzir e disseminar conhecimento e ciência. Para o professor, era difícil – senão impossível – colocar “seu conhecimento e experiência a serviço da imparcialidade, mesmo reconhecendo a impossibilidade de erradicar as simpatias pessoais” como já defendia Weber em *Política e Ciência como Vocação* (1974).

A cada nova gestão, as práticas administrativas e os objetivos da anterior eram alterados segundo necessidades políticas imediatas. Sem garantias institucionais, a Universidade dependia do governo estadual para manter sua máquina administrativa: era uma tentativa de impor o regime da troca e da reciprocidade às próprias relações institucionais.

Juntos, estes fatores comprometam a autonomia da Unitins, impossibilitando o cumprimento de seus propósitos acadêmicos. A Universidade tornou-se palco de uma disputa entre reitores, políticos e governo, de um lado, e professores, funcionários e alunos do outro. A cada troca de reitor, novas ameaças surgiam e, com elas, novas disputas que repercutiam sobre o funcionamento da instituição. Mais do que um lugar de saber, a Universidade era um palco sobre o qual políticos locais demonstravam prestígio junto aos governos estadual e federal.

Apesar dos contratemplos, a Unitins sobreviveu pela expansão de seus programas de ensino à distância em convênio com o Educon Nacional. Seus *campi*, a estrutura acadêmica e a documentação dos alunos foram transferidos para a Universidade Federal do Tocantins, em 2003 que, seguindo já as normas federais de ensino superior, realizou concursos para preencher as vagas docentes e administrativas. O campus de

Arraias hoje oferece cursos superiores em Matemática e Pedagogia (com habilitação em docência para as séries iniciais do ensino fundamental), isto além de um curso de Biologia à distância e um núcleo da Escola de Gestores mantido em convênio com o Ministério da Educação.

Em seus treze anos de ensino regular, a Unitins vivenciou e enfrentou os mesmos vícios políticos que marcam a recente história do Tocantins. Ainda assim, a comunidade acadêmica trabalhou no sentido de tornar a instituição um tripé de ensino, pesquisa e extensão. Nesta luta, os *campi* viveram disputas internas, greves e conflitos com as próprias comunidades que os abrigavam, especialmente em cidades pequenas e tradicionais como Arraias. Ainda assim, a crítica à dominação dos coronéis, a ampliação do acesso à educação, a produção de conhecimento em nível local e a formação de profissionais mais bem qualificados tiveram grande impacto sobre a educação da região.

Hoje, a grande maioria dos 3.665 alunos das redes estadual e municipal tem professores graduados: dos 250 que ensinam em Arraias, 213 ou concluíram ou estão concluindo o nível superior. A perspectiva, portanto, é que este avanço na qualificação dos profissionais da educação ajude a reconfigurar a realidade social arraiana, enfraquecendo as redes de dominação vigentes.

Ainda assim, são redes poderosas e quase hegemônicas que unem diversos domínios sociais – das famílias tradicionais ao poder financeiro, passando pelo patriarcado e, especialmente, pela Igreja. Apesar das denúncias à “profanação do sagrado” gerada pelas relações promíscuas entre os poderes secular e religioso, não é fácil enfraquecer o *status quo* político de determinadas famílias do município. Além das resistências das antigas linhagens que não desejam relações de poder democráticas, o tipo tradicional de dominação perpetua-se através de lealdades tradicionais, trocas desleais, direitos costumeiros e obrigações religiosas. Como se verá mais a frente, também é de grande importância a legitimidade das linhagens tradicionais, das reciprocidades e das esferas governamentais.

Esta relação fundamenta a apropriação do público pelo privado e a dominação tradicional das elites políticas locais. Apesar do fluxo migratório que levou muitos a trocarem o campo pela cidade, o município ainda não consolidou uma nova ordem política

baseada nos preceitos do racional-legal. A vida social e a vida política continuam ambas respaldadas por um forte caráter religioso, que legitima o poder dos mais poderosos.

Na vida cotidiana, os moradores vivenciam a política de forma ambivalente. Por um lado, demonstram um conservadorismo em seu envolvimento direto e constante com as tramas locais e estaduais – esperando o próximo desenlace com expectativa. Há, em outras palavras, um tradicionalismo incrustado em suas visões de mundo, postura profissional, relações inter-pessoais e comportamento. Por outro lado, rejeitam – em teoria – o mesmo domínio tradicional de cujas manifestações locais participam. Abraçam, como referência de modernidade, capitais como Brasília e Goiânia, que conhecem pela mídia e por viagens. Mas não logram traduzir tais referências à prática e ao cotidiano. Desejam ao moderno e vivem a tradição.

A relação simbólica dos arraianos com Palmas é diferente. Como já foi mencionado, procuram a capital somente para a resolução de problemas práticos, não para passeios. Os referenciais de boa educação, de lazer e de saúde residem em Brasília e Goiânia, cidades às quais arraianos associam o conhecimento, o aperfeiçoamento profissional e a aquisição de produtos modernos. E, mesmo quando encontram nas duas cidades aspectos negativos da modernidade, mantêm a idealização das mesmas, preservando a ideologia entranhada.

Este *habitus*²⁷ conservador evidencia uma decadente acomodação econômica pelas tradicionais linhagens: famílias antes abastadas consideram-se ainda ricas, mesmo quando são incapazes de manter padrões pretéritos de consumo. Investindo na confortante sensação de pertencimento, que fundamenta o domínio tradicional, muitos contentam-se em pertencer a “família de tal”. Não investem na ampliação de sua renda: continuam na reprodução de seu pouco gado e apostam na valorização de suas terras.

Muitos filhos das linhagens tradicionais que saem para estudar não voltam. Envolvem-se na rotina das cidades grandes e vêm ao município apenas durante festas como o Carnaval, a Semana Santa, o Natal ou as comemorações de Nossa Senhora dos Remédios. Mais recentemente, vêm também para o “Viva Arraias”, festa que ocorre no final de julho e

²⁷ Bourdieu descreve o *habitus* como um sistema de disposições duradouras adquirido pelo indivíduo durante um processo de socialização (BORDIEU, 2004).

tem como objetivo reviver as tradições e valorizar os monumentos da cidade. Promovida pela Organização Não Governamental (ONG) denominada de “Viva Arraias”, sob presidência de uma arraiana, sintomaticamente radicada em Brasília, o evento reforça valores tradicionalistas que, ignorando a realidade do município, busca defini-lo pela apologia a uma história idealizada.

Mesmo quando esses arraianos retornam, as novas gerações de velhas linhagens não se empenham em promover o desenvolvimento da cidade. Normalmente, candidatam-se a empregos públicos ou esperam suas heranças de família – normalmente concretizadas na forma de terras ou cabeças de gado que sequer são tantas²⁸. O comércio e outros serviços quase não têm investimentos e representatividade – o que acusa a dependência do município sobre a política partidária. Contratações pela máquina municipal costumam se dar por arranjos familiares e trocas de favores. Na busca por empregos públicos e funções gratificadas, trava-se uma luta permanente entre os desfavorecidos e as linhagens tradicionais.

Faz bem quem confia no poder da família. Quase sempre, vencem os familiares, afilhados ou aliados, cuja contratação reforça e estende o poder do parente – em um nepotismo característico da apropriação das instituições racional-legais pelo poder tradicional. Para os desfavorecidos, sobra a exclusão. E mesmo os favorecidos sofrem o desgaste de ficarem dependentes do político que lhes concedeu o emprego. Nem por isso deixa de haver o conformismo, inclusive entre jovens, de continuar à espera do emprego público “dado” pelos poderosos.

Não se percebe na maior parte da comunidade local urbana, sobretudo a mais jovem, a disposição para buscar trabalho em outros municípios ou encontrar alternativas na própria cidade. A cultura patriarcal perpetua-se entre os jovens, que esperam o emprego “arranjado” para confirmar seu prestígio herdado e ganhar dinheiro. Em uma simbolização típica da resistência tradicional à racionalidade moderna, não procuram no trabalho uma forma de aplicar forças e faculdades para buscar um determinado fim, seja ele a realização pessoal, a remuneração pelo esforço empreendido ou a demonstração social de aptidões.

²⁸ Entendo por família um grupo social primário formado por pessoas que se relacionam através de laços consanguíneos ou afins e que possuem certas obrigações um em relação aos outros.

Nos anos recentes, têm sido realizados concursos públicos no estado e no município. Nem por isso pode-se dizer que as práticas político-administrativas estejam se aproximando da impessoalidade burocrático-administrativa idealizada por Weber. De fato, muitos concursos têm sido questionados pela introdução de vícios – entre eles interferências na ordem de chamada dos aprovados e o deslocamento de funcionários para áreas rurais a fim de abrir vagas para aprovados, cuja efetivação interessa aos chefes políticos. Ainda que alterado, o mandonismo perdura na estruturação da sociedade arraiana.

2.1.3 Arraias na Modernidade

Fundado entre 1735 e 1740 como parte da capitania de Goiás, Arraias situa-se no extremo sul do Tocantins e é cercado por Goiás, ao sul, e por outros municípios tocaninenses ao norte, leste e oeste. Seus habitantes têm relações centenárias com o oeste baiano, situado a 40 km ao leste. Trata-se de um município que experimentou profundas mudanças geopolíticas e identitárias quando foi incorporado ao novo estado em 1989, depois de integrar o território goiano por cerca de um século e meio.

Percebe-se no município a persistência, ainda que desgastada, de uma dominação de tipo tradicional pelos políticos locais. Tal persistência se manifesta nos novos chefes políticos que, oriundos de linhagens antigas, estabelecem alianças com líderes religiosos de diferentes credos, trocam bens materiais e simbólicos com eleitores e utilizam os sistemas eleitoral e governamental para perpetuar seu poder e dominação.

O poder em Arraias segue, em parte, os moldes descritos por Nunes Leal (1976). Trata-se de um coronelismo que se manifesta nas ações de chefes políticos que detêm a posse da terra e exercem um domínio pessoal e arbitrário sobre a população, impedindo-a de ter livre acesso aos meios de produção e ao poder político. Ainda que a estrutura de organização das esferas de poder continue nas mãos das linhagens tradicionais, as práticas e os mecanismos deste tipo de dominação tradicional vêm mudando nestas últimas quatro décadas. Esta mudança tem relação com as grandes transformações sociais pelas quais o mundo vem passando.

O antigo mandonismo, segundo José Murilo de Carvalho (1997) em seu texto *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*, o “potentado, oriundo de uma família tradicional, possuidor da terra ou do gado, se apresentava como o

senhor das decisões de mando” debilitou-se diante dos novos espaços democráticos abertos pelo Estado de Direito. Ainda assim, as novas forças sociais convivem, em relação tensa, com um mandonismo atualizado na forma, mas persistente no conteúdo essencial de sustentar a dominação por meio de um tradicionalismo personalista e patriarcal.

Com a Constituição de 1988, novos princípios vieram nortear a sociedade brasileira, dando prevalência às garantias individuais e sociais. Velhos valores de “mando” e “obediência” já não possuem a consistência simbólica de antes. Com a difusão dos princípios formadores da própria idéia de Justiça, o conceito de cidadania como imperativo social enfatizou a submissão de todo cidadão ao contrato social com o Estado, tendo como preceito universal à idéia de que o indivíduo não é objeto, e sim, sujeito social.

No bojo da democratização do Brasil, Arraias logrou avanços consideráveis. O Judiciário local, por exemplo, tende a defender os direitos dos cidadãos, especialmente no que diz respeito aos processos eleitorais. Mas tal passagem do mandonismo para a cidadania não tem sido tarefa fácil e os confrontos entre Judiciário e Executivo têm sido inevitáveis. De um lado, está o velho padrão autoritário a tentar influenciar as instituições, apropriando-se delas, do outro, os esforços para concretizar a ordem racional-legal, garantir os direitos constitucionais de todos e assegurar a universalidade da submissão à Lei.

Embora já não possa perpetuar sua dominação tradicional inalterada, o novo chefe político não desiste e consegue preservar alguns privilégios do coronelismo e clientelismo antigo. Vindo de uma linhagem tradicional, este grupo tem ainda terra e gado. O que é mais importante: continua capaz de conceder benefícios públicos, aprovar isenções de taxas e trocar apoios com diferentes atores políticos. Hoje, também se encontra nos meios de comunicação de massa e nas novas tecnologias informacionais, meios inéditos e inovadores de alcançar seus intentos.

Ou seja, ainda que o avanço de cidadania tenha inviabilizado as arbitrariedades, violências e atitudes mandonistas, persistem algumas práticas clientelistas e assistencialistas, características do coronelismo. O clientelismo sobrevive entre chefes políticos que o utilizam para consolidar vínculos com políticos das esferas estadual e federal. Já o assistencialismo garante a base social e sustenta-se através da troca de bens materiais, favores e influências, especialmente com atores da esfera religiosa. Como grande

parte da população é excluída e carece de bens e serviços fundamentais, a troca pessoal de favores continua a sustentar as relações de dominação.

Embora tal dinâmica seja nacional, é importante salientar que a especificidade histórica das diferentes regiões determina sua extensão, estrutura e formas de perpetuação. Nos vários palcos locais do país, sobrevive o clientelismo baseado no aproveitamento de relações de amizade e parentesco com poderosos para garantir serviços ou privilégios junto ao poder público. Entre outras facilidades, tais interferências podem buscar a implementação de políticas que beneficiem um indivíduo ou setor, a nomeação para cargos de confiança, a obtenção de contratos ou o arquivamento de processos.

Nessa modalidade o beneficiado sabe que sua posição de cliente implica um retorno. Em períodos eleitorais, terá que trabalhar nos comitês, colaborar nas carreatas e passeatas ou coordenar “prestadores de serviço” pagos para segurar bandeiras nas avenidas, entregar santinhos nas ruas e distribuir promoções como canetas, camisetas e chaveiros.

Em Arraias, os interesses e reivindicações da sede não são os mesmos das comunidades rurais. Por isso, os mecanismos de atuação do clientelismo são obrigados a responder à diferenciação entre áreas urbanas e rurais. Tal necessidade se tornou ainda mais preeminente a partir da década de 90, quando a população urbana superou a rural. Esta mudança demográfica teve um efeito ambivalente. Por um lado, reduziu o peso eleitoral das zonas rurais. Mas também aumentou uma empobrecida população urbana que, recém-chegada à sede, costuma ser particularmente vulnerável às tentações assistencialistas oferecidas pelos chefes locais.

As mudanças econômicas, políticas e institucionais vividas pelo país a partir do final do século XIX não redefiniram a política nacional de forma a eliminar as práticas clientelistas. E outras práticas políticas foram introduzidas e desenvolvidas para adequar o poder tradicional à nova realidade social. Como Queiroz (1976) destaca, ao longo do século XIX e do século XX, ocorreram modificações no modo de processamento das relações de mando e de decisão; todavia, os setores oligárquicos conseguiram através de esforços políticos incontestáveis, manter-se como uma força detentora de posições significativas.

Esta citação está mais de acordo com a feição adotada pelo antigo coronel entre a década de cinquenta e a de oitenta. Este grande chefe político ainda dominava municípios

e regiões, detinha a posse da terra e exercia um domínio pessoal e arbitrário sobre a população, impedindo-a de ter livre acesso aos meios de produção e ao setor público. Mas tal modalidade de dominação teve que alterar-se com a democratização do país e com a Constituição de 1988, o que obrigou os chefes políticos a assumirem condutas menos arcaicas e mais adequadas ao contexto social, sem, contudo, deixar de ser autoritárias e antidemocráticas.

Se a diferenciação entre área rural e urbana não era significativa para os mandões tradicionais, tendo em vista que detinham um poder igualmente hegemônico na sede e no resto do município, a democratização dos últimos tempos tornou-a significativa e de difícil manuseio para eles. Isto porque a migração interna nos municípios levou a uma gradual proletarização e os representantes dos diferentes distritos e comunidades rurais passaram a ter um papel mais importante na tomada das decisões.

Os avanços democráticos decorrentes dos debates acerca da nova Constituição elaborada em 1988 também embutiram no campo político uma ideologia mais aberta à participação dos cidadãos. Isto concorreu para amortecer ainda mais as investidas de dominação do coronel, suas condutas de mando. Respondendo à nova dinâmica da sociedade, o coronel torna-se menos coercitivo e aparentemente moderno sem, contudo, perder a essência do ator que controla e domina. Configura-se assim o perfil do chefe político da atualidade.

Aliada ao aumento da população de origem rural na sede, a crescente participação dos distritos e comunidades rurais mudou o papel dos chefes políticos, dando novos papéis e nova importância a algumas velhas categorias de atores políticos: os cabos eleitorais, agentes públicos e eleitores. Os primeiros antigamente trabalhavam somente no período eleitoral nas casas dos coronéis, realizando serviços como dar recados, vigiar as ações do político adversário, encaminhar eleitores e ensiná-los a votar. Eram leais ao coronel no trabalho que exerciam, defendendo-o. Poderiam receber compensação em espécie, mas o comum era receberem carne, mantimentos e, posteriormente, um emprego no nível de sua escolaridade.

Hoje, os cabos eleitorais assumem novas funções. Sua atuação já não se restringe ao período eleitoral, mas este começa meses antes e cobre toda a preparação e

articulação que o precede. Dentre suas novas funções estão também as de sair às ruas entregando santinhos, segurar faixas de propaganda dos políticos e ser fiscais dos partidos. Embora existam cabos leais ao político que os contrata, muitos executam suas funções apenas pelo dinheiro recebido. Foram, de certa forma, profissionalizados: não são fiéis ao candidato que os contrata e, se outro oferecer mais pelo serviço, passam a trabalhar para ele.

Os agentes públicos já existiam. Mas não tinham a autoridade de hoje. Normalmente, detêm cargos comissionados na direção de alguma instituição pública. São delegados de ensino, diretores de escola não eleitos e chefes de órgãos como o DETRAN, a Companhia de Saneamento do Tocantins e o posto local da Receita Estadual. Além de realizar o trabalho para o qual foram contratados, defendem nas instituições os interesses do partido e do chefe político que apóiam ou que os nomeou para tal cargo.

Este agente sofre dupla pressão. De um lado, estão os funcionários do órgão pelo qual é responsável. Podendo ou não apoiar as propostas do governo, estes funcionários estão atentos à administração do agente e exigem dele a imparcialidade e a impessoalidade que marcam o sistema racional-legal. Do outro lado, entretanto, está o chefe político que impulsiona o agente a atender não apenas os interesses da repartição em si, mas também suas necessidades políticas.

Ou seja, o agente público acaba tornando-se um mediador entre as duas formas de dominação: representa o tradicional no racional-legal. Alguns vereadores entram nesta categoria. Apesar de estarem exercendo mandato legislativo como agentes políticos²⁹, muitos dependem do chefe tanto eleitoral quanto politicamente. Tornam-se assim também agentes públicos, pois se comportam como aliados do chefe político e defendem seus interesses na Câmara Legislativa. Podem, por exemplo, propor leis justificadas em termos institucionais ou administrativos, mas direcionadas para a perpetuação de formas de dominação tradicionais. Traduzem o arcaísmo à linguagem da modernidade.

O eleitorado é, estritamente, o conjunto de votantes que escolhe candidatos aos diversos mandatos municipais, estaduais ou federais da esfera governamental. Não é,

²⁹ Agentes políticos neste trabalho são somente os que detêm alguma parcela de poder público, seja no Judiciário no Legislativo ou no Executivo.

entretanto, composto apenas pelos votantes: inclui também os aptos a votar que decidem não participar do processo eleitoral. O eleitorado arraiano é hoje muito mais diferenciado do que aquele do tempo do coronelismo clássico, porquanto a população também é mais diferenciada. Destaca-se, em primeiro lugar, que – se no passado a faixa etária não era significativa no que diz respeito ao comportamento eleitoral – a idade do eleitor hoje se relaciona com suas posturas políticas. Dados do IBGE, quando organizados segundo observações de campo, sugerem a existência dos três tipos de eleitores descritos na tabela abaixo.

Tabela 1: Pessoas Residentes por Faixa Etária e Orientação Política em Arraias

Faixa Etária	Orientação Política	Número	Percentual
Entre 15 e 29 anos	Eleitores Modernos	2777	42,3
Entre 30 e 49 anos	Eleitores Insurgentes	2324	35,3
50 anos ou mais	Eleitores Tradicionais	1470	22,4
Total		6571	100,0

Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico-2000.

Dominante entre os jovens que compõem 42,3% do eleitorado arraiano, a orientação moderna assimila os valores da modernidade e rejeita a cultura tradicionalista. Nela, cultiva-se o individualismo e rejeitam-se as ideologias partidárias, sejam elas tradicionais ou recentes. Conforme a proposta do candidato, o eleitor moderno pode apoiá-lo. Mas não tem compromisso de longo prazo e pode defender outro no próximo ciclo eleitoral. Quando militante, costuma integrar as associações partidárias: usa camisetas incrementadas, sai à rua para demonstrar a “força jovem” do partido que apóia naquele momento, mas sem compromisso ideológico.

Mesmo sendo culturalmente conservador, o eleitor insurgente está atento aos acontecimentos políticos do país. Pertence à geração que, formada nas décadas de 70 e 80, viveu a luta contra o militarismo e pela redemocratização. Conservador no que diz respeito às tradições locais, costuma ter meia idade – constituindo assim um segmento significativo (35,3%) e aberto a mudanças e novas ideologias. Nesta categoria, estão muitos protestantes que, embora conservadores, procuram nas novas ideologias formas para se realizar enquanto cidadãos.

O eleitor tradicional tende a ter mais de 50 anos – uma faixa demográfica relativamente pequena (22.4%) da população arraiana. Estes valorizam suas relações com as linhagens da cidade, tem nos antepassados um exemplo, motivo pelo qual é vulnerável ou mesmo simpático às estratégias coronelistas. Segue uma linha política predefinida: tende a apoiar um candidato ou grupo por tradição, seja ele situacionista ou oposicionista, sem levar em conta questões ideológicas. Vota no candidato mesmo quando discorda de suas propostas pelo simples fato de que sempre votou nele.

Para melhor caracterizar o eleitorado arraiano, é preciso ainda apresentar alguns dados relativos à sua condição social. O mais significativo revela que 70% da população do município vive na pobreza ou na extrema pobreza. Conforme a Tabela 3 nada menos que 7.446 arraianos sobrevivem com dois salários mínimos ou menos, contra apenas 860 que ganham mais de que isto.

Tabela 2: Rendimento Mensal dos Arraianos de 10 Anos ou Mais³⁰

Rendimento Mensal	Número	Percentual
Até 1 salário mínimo	2.409	29 %
Mais de 1 até 2 salários mínimos	1.006	12,12 %
Sem rendimento	4.031	48,53 %
Sub-total	7.446	89,65 %
Mais de 2 salários mínimos	860	10,35 %
Sub-total	860	10,35 %
População total com rendimento	8.306	100 %

Já a tabela 4 refere-se à escolaridade da população do município. Aponta que, dos 8.306 arraianos com 10 anos ou mais, 4.733 tiveram três anos ou menos de estudo. Ou seja, 57% dos moradores do município têm nenhuma ou pouquíssima escolaridade: são analfabetos ou semi-analfabetos. Outros 27% tiveram entre 4 e 7 anos de estudo formal e 14,3% tiveram entre 8 e 14 anos. Apenas 1.7% dos moradores de Arraias têm 15 anos ou

³⁰ Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.

mais de escolaridade. Estes índices mostram a origem da pobreza do arraiano e de sua parca capacidade de inserção no mercado de trabalho.

Tabela 3: Escolaridade dos Arraianos de 10 anos de idade ou mais³¹

Anos de Estudo	Nº de pessoas	%
Nenhum e menos de 1 ano	2.448	29.5
De 1 a 3 anos	2.285	27.5
De 4 a 7 anos	2.250	27.0
De 8 a 10 anos	618	7.5
De 11 a 14 anos	561	6.8
De 15 anos ou mais	141	1.7
População acima de 10 anos	8.306	100

Finalmente, a Tabela 5 indica a ocupação e a posição na ocupação das pessoas de 10 anos e mais. Complementando as anteriores, ela demonstra o alto percentual de habitantes que trabalham sem carteira assinada, por conta própria, sem remuneração ou ajudando outros integrantes do domicílio. Estes informais somam 2.968 habitantes. Ou seja, 77,8% da população ocupada exercem atividades, sem amparo legal e que garante apenas sobrevivência. Apenas 21.4% são estatutários ou trabalham sob o regime da CLT. Possuem condições menos instáveis na medida em que contam com um salário mensal e gozam de alguma segurança jurídica. Mas são poucos.

³¹ Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 - Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.´

Tabela 4: Ocupação e Posição na Ocupação dos Arraianos de 10 Anos e Mais³²

Ocupação	Posição na ocupação	Nº de pessoas	%
Militares e Funcionários públicos	Carteira assinada ou vínculo estatutário	545	14.3
Trabalhadores em pequenas empresas, escritórios, escolas, serviços domésticos e outros.	Sem carteira assinada	1618	42.4
Trabalhadores e subsistência ou conta própria (amas de casa, ajudantes de lavoura, pecuária e pesca).	Não remunerados. Em ajuda a membro do domicílio.	1350	35.4
Outras ocupações	Com carteira assinada	269	7.1
Empregadores		30	0.8
Total de pessoas ocupadas		3.812	100

Os dados acima revelam que uma ampla maioria da população de Arraias se encontra na marginalidade, entendida como a condição do sujeito que, isolado da dinâmica da sociedade, não tem nem o acesso à cidadania nem as condições para exigí-lo. Referindo-se às mulheres beneficiárias do Programa Bolsa-Família, Suárez et. alli assinalam que a marginalidade tem uma relação com o:

[...] baixo nível de escolaridade que não propicia o conhecimento necessário para buscar e processar as informações do mundo que se estende para além do bairro, nem lhes facilita entrar nesse mundo externo pela via do trabalho formal. Além da segregação espacial dos bairros de moradia, a sociabilidade também é afetada pelo fato de seus cotidianos acontecerem no espaço da casa e da vizinhança e de realizarem seus labores em grande isolamento, impedindo-as de levar uma vida ativa ou, nas palavras de Arendt (1993), em articulação política com os outros (2006:23-4).

Como as mulheres descritas por esses autores, em Arraias 70% da população vive às margens da sociedade. Politicamente, isto significa que mais de dois terços do eleitorado potencial do município é constituído por pessoas que laboram e trabalham, mas se encontram socialmente isolados das arenas onde decisões são tomadas. Tal marginalização é fundamental para compreender não apenas o número de pessoas que

³² Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 – Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Informações de acordo com a Divisão Territorial vigente em 01.01.2001.

aceitam as práticas política-coronelistas de forma passiva, como também a susceptibilidade do eleitorado ao assistencialismo e à manipulação eleitoral.

É preciso, entretanto, considerar que esse eleitorado não é hoje o mesmo, seja pelo avanço da cidadania no país, seja porque a consciência da subalternidade assinala novas condutas políticas, seja por uma mistura de ambos. A experiência de campo sugere que a lealdade pessoal ao chefe político já não orienta a conduta da grande maioria dos eleitores, que hoje votam no candidato que mais lhes convém e sabem recorrer à Justiça quando se sentem perseguidos por algum grupo ou indivíduo. Neste sentido, talvez sejam mais vulneráveis os eleitores que são também servidores não-concursados e correm, portanto, o risco de desoneração caso rejeitem as trocas propostas pelo chefe político.

Os eleitores de comunidades rurais também já sabem, por exemplo, que podem ser conduzidos às urnas por carros da Justiça Eleitoral, mas não pelos dos chefes políticos. Sabem ainda que podem se hospedar onde desejarem, sem ficar acomodados nas rancharias dos patrões, e que podem aprender a votar nas cabines montadas em cartórios, não no curral eleitoral de um dado político. Sabem que a urna eletrônica reduz o controle do voto pelo coronel e têm menos medo de errar. Tais mudanças, entretanto, não garantem a inexistência da troca de favores por votos.

Entre as mudanças no sistema eleitoral, há que se destacar que o eleitorado presencia o surgimento de um novo ator político. Trata-se do representante comunitário – pessoa que, constituindo-se em líder ou não, tem habilidades e interesses que o autorizam a exigir dos chefes políticos benefícios para sua comunidade. Trata-se de um novo sujeito político. Mesmo sem pertencer às linhagens tradicionais ou possuir o patrimônio dos chefes políticos, o representante comunitário encontra seu poder na comunidade. Escapando das formas tradicionais que agregavam similares e obedeciam ao princípio de lealdade, estas novas lideranças se orientam pelos interesses do grupo social que representam e se diferenciam pela organicidade do papel sócio-político que desempenham.

Os representantes comunitários têm algum carisma ou liderança no bairro ou povoado em que moram. Possuem berços e lealdades que os diferenciam dos políticos tradicionais, como também de todos os outros atores políticos. De origem popular conquistam legitimidade através do compromisso com a comunidade. Como se verá

adiante, nem por isso deixam de usar o sistema de trocas e freqüentemente o fazem em benefício próprio. Mesmo assim, sua atuação e influência vêm crescendo na arena política local, especialmente mediante o desgaste dos políticos tradicionais³³.

No imaginário popular, estes representantes diferenciam-se por vir de um “outro berço, comum a todos”. São vistos como políticos “populares” por terem como lugar de fala as comunidades rurais ou os bairros pobres da cidade e, por manterem uma atuação contínua (antes, durante e depois das eleições) junto aos eleitores, vivendo e partilhando suas dificuldades – ou seja, participando de uma mesma realidade coletiva.

O surgimento do representante comunitário nasce das mudanças sociais, do dinamismo econômico e das conquistas cidadãs. Sua postura política contrapõe-se à dos coronéis, que possuíam abundância e fartura para presentear seus eleitores – em um sistema de trocas, na qual estes dependiam de seus favores. Como os tempos mudaram e as novas leis eleitorais dificultaram a compra desenfreada e maciça de votos, os coronéis têm que ser mais comedidos e discretos. Para usar uma expressão popular no município, eles já não podem fazer como “no tempo das vacas gordas”, comprando eleitores no atacado.

No código eleitoral de 1965, a Lei 4.737/65³⁴ já previa algumas restrições às trocas. Mas os limites pareciam se referir mais à propaganda, especialmente dado o artigo 243, segundo o qual “não será tolerada propaganda: V – que implique oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza”. Uma proibição bastante mais clara passou a vigorar com a Lei nº 9.504/97, que amplia as proibições, bane a distribuição de dinheiro e brindes e estabelece punições severas para violações. Ou, nas palavras da lei:

Art. 23 § 5º Ficam vedadas quaisquer doações em dinheiro, bem como de troféus, prêmios, ajudas de qualquer espécie feitas por candidato, entre o registro e a eleição, a pessoas físicas ou jurídicas.

³³ Uma reportagem on-line do Portal da Universidade de Brasília (UnB) divulga uma pesquisa realizada em abril de 2007 por alunos do Instituto de Ciência Política (Ipol) sobre a confiança dos moradores do Distrito Federal nos políticos. Dos 1.015 entrevistados, 86% disseram não confiar nos políticos em geral. Outros 77% acrescentaram não acreditar nos partidos, 67% no Senado Federal e 76% na Câmara dos Deputados. Segundo a reportagem, *essa é uma desconfiança acumulada que vem ao longo dos anos, desde o governo Collor pra cá. Se fizéssemos um retrocesso, não houve um momento onde o Congresso gozou de confiança da população.*

³⁴ Disponível no site: http://www.tse.gov.br/servicos_online/catalogo_publicacoes/pdf/codigo_eleitoral/codigo_eleitoral2006_vol1.pdf. Acesso em março de 2008.

(...)

Art. 39. (...) § 6º É vedada na campanha eleitoral à confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

(...)

Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil UFIR, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar no. 64, de 18 de maio de 1990.³⁵

Instituída para evitar o abuso do poder econômico, a lei acabou beneficiando os representantes comunitários, que enfrentam uma concorrência menos desigual quando a troca direta em espécie é coibida. Dadas suas parcas condições financeiras e materiais, buscam destacar-se por outro tipo de ação. Disseminam informações, organizam os eleitores, ajudando-os a utilizar da burocracia estatal ou resolver outros problemas práticos. A troca ainda existe. Mas se dá por meio de serviços prestados ao eleitor, a quem cabe solicitar e expressar desejos, tomar a iniciativa e exercer direitos. O representante permite que ele se sinta capaz, reforçando sua autonomia e auto-estima. As palavras de um entrevistado sobre o líder comunitário da sua região evidenciam o empoderamento do eleitor comum.

Eu agradeço muito a [o representante político] porque me ajudou a ir naquele prédio da aposentadoria lá em Arraias. Lá, todo mundo tinha os papéis que precisava. Mas eu tinha que falar o que tinha acontecido com a minha certidão, aí [o representante] mandou eu falar e eu contei tudo direitinho o que tinha me acontecido. E [os funcionários do INSS] entenderam e me ensinaram onde que eu podia fazer tudo de novo. Oê sabe que eu dei conta? Fiquei numa alegria danada, porque ficar dependendo dos outros e ruim demais, sô! Mas agora eu já sei! (Entrevistado nº 10).

Neste amparo ao eleitor, o representante comunitário não mede esforços. Busca o que for preciso nas repartições públicas. Pode até buscar chefes políticos para ajudá-lo a

³⁵ Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em março de 2008.

resolver dificuldades, mas neste caso apresenta-se como representante de uma comunidade ou bairro específico, demonstrando sua liderança e compromisso local. Não por acidente, alguns chegam a conquistar a confiança do eleitorado que representam. Em muitos casos, entretanto, são levados pelas dificuldades financeiras a mudar seu comportamento e passam a realizar trocas pessoais com chefes políticos. Indagado sobre a credibilidade de um líder comunitário, um entrevistado evidenciou tal desgaste ao responder que:

Eu acredito nele, mas não como antes porque ele deixou aquela máquina de fazer farinha que ele mesmo ajudou a gente ganhar lá de Brasília, ir embora daqui. Só porque [o prefeito] seu Joase pediu pra ele ceder lá pras catinga, acho que foi para lá e aí nós ficamos na mão.

Ou seja, o representante comunitário passa a enfrentar um dilema quando adquire relevância para a comunidade que representa: usar ou não sua liderança no sistema de troca de algum chefe político ou se manter fiel à sua comunidade sem os recursos para suas solicitações? Quando cooptado, passa a apoiar um ou outro chefe, recebendo em contrapartida um cargo ou até apoio a uma “possível candidatura ao legislativo municipal”. De fato, o representante citado pelo entrevistado chegou a ser vereador, deixando de ser reeleito por poucos votos. Coincidentemente, teve o apoio do chefe político ao qual cedeu a máquina da comunidade rural.

Mesmo quando não consegue se candidatar, o representante comunitário não é necessariamente derrotado. Continua ocupando um lugar de visibilidade no espaço público e pode garantir vantagens na mediação de cargos públicos pós-eleição. Acreditando que já possui influência pessoal e prestígio, monta – ele próprio – pequenos sistemas de troca: embora sem recursos financeiros ou cargos, tem a própria liderança e o papel privilegiado de mediador entre o eleitor e o chefe político. Nestas circunstâncias, torna-se cabo eleitoral, representando um ou outro candidato na comunidade. Mesmo continuando a desenvolver seu trabalho de base, passa a receber dinheiro ou favores do novo patrão, cujos interesses e cujo nome defende. Desta forma, acaba entrando no mesmo circuito dos outros políticos.

O certo é que, apesar de sua maior legitimidade local, o líder comunitário não tem o peso dos chefes políticos. Faltam-lhe as condições econômicas e as relações privilegiadas nas esferas estadual e federal. Mesmo assim, tem esta mesma legitimidade

como ativo político: quando não compactua com a forma de troca ou não consegue o apoio aspirado, procura dar apoio a outro político de outro partido.

O terceiro tipo de ator político são os articuladores. De considerável preparo intelectual, são sempre bem informados. Sabem dos acontecimentos ocorridos no município e em outras localidades e transitam em diversos ambientes para identificar relações e vínculos que possam ser usados para favorecer, ou prejudicar o chefe político que apóiam. Agem muitas vezes como conselheiros e como “braço direito” do chefe, diferenciando-se dos cabos eleitorais por executar tarefas intelectuais e não operacionais. Entre este tipo de ator estão os pastores, padres, professores e auxiliares mais instruídos.

Na arena política de Arraias, as relações são permeadas pelo clientelismo, entendido como a troca de apoio político por diversos tipos de benefícios, especialmente dos cobiçados cargos comissionados da administração direta³⁶. Ainda que a nomeação não seja por si ilegal, estes são freqüentemente usados em benefício de aliados e apoiadores que não exercem as funções dos cargos, mas os usam para financiar atividades partidárias – desvirtuamento que constitui uma ilegalidade. É, entretanto, preciso frisar que o clientelismo integra um amplo sistema composto pela troca de diversos tipos de dádiva como: favores pessoais, passagens, tratamentos médicos, empréstimo de dinheiro, discursos, espaços, bezerros e até bandeja de biscoitos.

O principal teórico da dádiva, Marcel Mauss (2003), percebe esta prática, como a inclusão de diversos tipos de trocas, às quais considera formas de organização social legítimas. Pois o fundamento da dádiva não é a coisa trocada, mas o uso da troca como valor cultural e moeda recíproca de relacionamento. Para Mauss, a reciprocidade e as trocas seriam os principais instrumentos de coesão de uma sociedade. Se a troca é constante nos relacionamentos, possui igualmente suas formas de legitimação.

De fato, as trocas sempre existiram em Arraias – dando-se entre Igreja e comunidade, fazendeiros e agregados e a população em geral. E a legitimidade adquirida pela troca ajuda a responder à difícil pergunta: por que se mantém a dominação tradicional

³⁶ Os cargos comissionados da administração direta, ou CADs, são cargos de confiança das repartições públicas que não exigem concurso e são freqüentemente distribuídos entre apoiadores. Ainda que os cargos sejam relativamente bem-remunerados, seus detentores freqüentemente sequer comparecem à repartição para a qual são nomeados – ou a freqüentam apenas para observar o andamento dos trabalhos e a posição de dos funcionários em relação ao político que os indica.

em Arraias? De fato, ela sobrevive por que se sustenta no desvirtuamento de uma troca tão legítima e socialmente aceita quanto dominadora e desigual. O clientelismo se legitima através de mecanismos religiosos e familiares. Daí seu poder e perigo: transfere, para o domínio público, uma prática legítima, porém apropriada de modo privado.

A reciprocidade não se dá apenas entre o chefe político e os indivíduos que compõem sua clientela, entre a pessoa que dá e a que recebe. Pode formar cadeias complexas e é freqüentemente mediatizadas pelos grupos sociais que representam o chefe – religiosos, agentes políticos como os descritos acima e parentes. E parente não falta. Como reúnem consangüíneos e afins, as linhagens tradicionais tornam-se maiores e mais complexas. De fato, o sobrenome é apenas um dos indicativos de origem familiar. Outros só podem ser percebidos por meio das relações interpessoais e interesses cotidianos. A família arraiana não obedece ao modelo nuclear moderno, constituído pelo casal e seus filhos. Pelo contrário, inclui não apenas todos os parentes consangüíneos e afins do presente, mas também os de gerações anteriores e mesmo parentes distantes.

Deste modo, integram a família não apenas irmãos, primos, cônjuges, cunhados (as) e concunhados (as), como também pais, avós, tios, bisavós, tataravós, netos (as) e sobrinhos (as). A família tradicional, particularmente a dos chefes políticos, ostenta sua linhagem como sendo numerosa e poderosa. As famílias dos chefes políticos tradicionais são, inclusive, destacadas por brasões, que literalmente imprimem o zelo em preservar o nome e, o poder ao longo do tempo, assim como o empenho em elevar uma linhagem acima de outras.

As famílias antigas que serão analisadas no capítulo III não são as únicas que se esforçam para destacar sua tradição. Recentemente, outras têm se empenhado em construir-se como linhagens tradicionais. Mas empregam estratégias diferentes das famílias tradicionais – organizando blocos e se apresentando nos bailes de carnaval ou vestindo camisetas que destacam a família durante o entrudo – modalidade de brincadeira realizada no carnaval.

Dentro das famílias, as trocas podem ocorrer entre pai e filho, esposo e esposa, tio e sobrinho ou qualquer outra relação sanguínea ou de afinidade. São dádivas que envolvem tanto presentes materiais como sentimentos. Entre as famílias extensas, trocam-

se bandejas, bezerros, favores, interesses e mulheres, na forma dos casamentos usados para aproximar linhagens e até selar alianças.

O sistema de trocas não se resume, entretanto, às relações familiares ou mesmo entre chefes e eleitores. Inclui também múltiplas relações de reciprocidade entre outros atores como a Igreja, as famílias e as comunidades. Por isso, as trocas transcendem o cumprimento diário, os presentes, a adesão ao credo ou o voto. Daí a força do sistema clientelista: ele opera no âmago mesmo de um intercâmbio que entranhado no cotidiano e considerado como fundamental para a manutenção de relações sociais.

Nos bairros, por exemplo, as trocas não são necessariamente políticas. Acontecem desde o cumprimento às pessoas da comunidade até a realização de tarefas conjuntas como, por exemplo, as hortas comunitárias. Nas comunidades de pequenos e médios produtores³⁷, trocam-se dias de trabalho no plantio e na colheita, cuidados da propriedade quando um viaja bem como nas colheitas. Entre agregados e patrões, trocam-se favores e serviços, em um sistema de compadrio que pode ser compreendido como uma aliança de trocas duradouras.

Com relação à Igreja, as trocas também não se resumem aos espaços de apoio a um dado político, tornando-os visíveis. Podem se dar entre fiéis e o pároco, por meio de bandejas, presentes pessoais, dádivas que envolvem orações e fidelidade, conselhos ou mesmo adesão religiosa. Entendidas como relações simbólicas, podem até se dar até entre fiéis e santos, por meio de prendas para os leilões e promessas de rezas.

Mas a verdade é que as trocas entre religiosos de vários credos e políticos que buscam apoio e sustentação política têm se tornado cada vez mais comuns. No caso da Igreja Católica, diversos atores religiosos como os padres, beatos, ministros da eucaristia, membros do apostolado da oração, os vicentinos pertencentes à irmandade São Vicente de Paula e, ultimamente, os festeiros participam das trocas com políticos. Algumas trocas acontecem publicamente, quando os padres falam das dádivas que a Igreja ou o santo ganham. Mas a maioria das trocas ocorre no “segredo” entre os que participam do jogo político. Os padres são os sacerdotes encarregados de uma ou mais paróquias da diocese. Administram as igrejas e evangelizam a(s) paróquia(s) sob sua responsabilidade. Podem ou

³⁷ Mireya Suárez já apontava para estas trocas entre produtores no município de Arraias.

não se envolver na política local, apoiando um candidato. Normalmente, envolvem-se, oferecendo a visibilidade do altar e a obediência dos fiéis.

No Direito Canônico, beatos são homens ou mulheres candidatos a santo. Neste caso, entretanto, o termo denomina aqueles católicos que estão continuamente a serviço da Igreja. São os fiéis que rezam diariamente na igreja e sabem de todos os acontecimentos que a envolvem. Encarregam-se dos serviços básicos e auxiliam o padre no dia a dia da evangelização. Arrumam o altar, colocam hóstias nas patenas, vinhos nos cálices e óleos nas âmbulas – pequenos vasos nos quais são guardados. Envolvidos com o ambiente religioso e princípios da Igreja, beatos raramente conseguem discernir o sermão do discurso político-partidário de um padre. Por isso, disseminam as preferências políticas e opiniões do sacerdote, uma autoridade simbólica que tem peso para os católicos.

Os ministros da eucaristia são entendidos como os mais intelectuais membros da Igreja, como auxiliares diretos do padre na paróquia, chegam a conduzir celebrações na ausência do padre. Vestem roupas específicas, ficam presentes no altar durante as missas e ajudam na distribuição das hóstias. Por serem mais instruídos, são mais autônomos que os outros atores, e, por isso mesmo, preservam certa independência política em relação aos padres.

O apostolado da oração é um grupo de senhoras e senhores de entre 30 e 80 anos de idade. São fiéis à Igreja e normalmente usam nas missas e outros eventos religiosos um uniforme azul e uma fita vermelha com a medalha do coração de Jesus que os distinguem dos outros fiéis. Pagam o dízimo mensal religiosamente. Pertencem a uma associação secular, constituída ainda durante a implantação do Catolicismo Romano em Goiás.

O Catolicismo Romano é entendido como um movimento e uma instituição religiosa fundamentados no conjunto de doutrinas, instituições, costumes e leis pertencentes a Roma. Apesar de o Apostolado da Oração ser um grupo coeso, não possui muito poder político e decisório na Igreja. Seus integrantes são os mais solícitos aos pedidos do padre, valorizando a obediência ao pároco e aos seus discursos tanto quanto os beatos.

Já os apóstolos da caridade, ou vicentinos, são mais recentes. Criado ainda em 1994, a convite da vizinha igreja de Campos Belos, em Goiás, o grupo tem como objetivo a

prática da caridade. Isto o coloca em uma posição privilegiada nas relações de troca direta com famílias carentes, já que levam o bem material e espiritual à pessoa necessitada. Lembrando que muitos dos objetos doados às famílias são repassados ao grupo pela própria Igreja, que os recebe de outros fiéis, uma entrevistada resume as atividades dos vicentinos:

Nós distribuimos no dia a dia, cestas para famílias carentes e procuramos assisti-las por meio da palavra de Deus e por meio do alimento material. O que elas precisam fazemos de tudo, se aviar uma receita, dar uma passagem que precisam. As famílias são cadastradas, e por meio das nossas visitas, praticamos a caridade (Entrevistado n°9/2006).

A Pastoral da Renovação Carismática tem no município cerca de vinte integrantes. Criada em 1993, a Renovação Carismática é uma associação religiosa orientada pela Igreja Católica nacional. Em Arraias, desenvolve trabalho de conversão aos sábados na Igreja do Divino – trabalho que é programado e planejado em reuniões realizadas nas terças-feiras. Aos domingos, os ministros da eucaristia se juntam à comunidade do bairro Buritizinho para fazer celebrações e distribuir a comunhão na Capela de Santa Luzia, ali situada.

Finalmente, os festeiros são os fiéis responsáveis pela preparação das festas de São Sebastião e da padroeira Nossa Senhora dos Remédios. Não se constituem como uma associação fixa: a cada ano são escolhidas pessoas diferentes, no entanto, alguns festeiros participam desta atividade há vários anos. Dentre suas funções principais estão a organização de eventos para angariar fundos para a romaria de São Sebastião, em janeiro, e a festa da padroeira, em setembro. Esses festeiros assumem as novenas, a decoração da Igreja, os cantos, as procissões. Também ajudam em batizados, nos casamentos e na corrida e acolhida das folias nas comunidades rurais.

Embora este estudo esteja voltado para a Igreja Católica, as diversas comunidades evangélicas também exercem importante papel político no município. Os principais mediadores de seus interesses são os pastores, atores influentes que negociam com diversos políticos de diferentes esferas. Já os irmãos, para usar a categoria nativa, são os fiéis destas igrejas. Ouvem os sermões e exegeses dos pastores, aos quais ajudam para fortalecer seus aliados políticos. Com doutrinas distintas, cada igreja procura eleger pessoas que defendam e preservem os interesses daquela igreja.

Os evangélicos fundaram templos em diferentes regiões de Arraias. A principal congregação protestante da cidade é a Assembléia de Deus, que possui cinco templos: a Cia d'Seta, a Assembléia da Missão, a Madureira, a Filadélfia de Jesus e a Ciadeb. Entre outras igrejas protestantes presentes na cidade estão a Deus é Amor, a Presbiteriana, a Universal do Reino de Deus e a Congregação Cristã do Brasil. Realizam cultos em dias da semana e aos domingos. Os fiéis cantam, levam bíblias e pregam dentro e fora do templo. Também atendem doentes em hospitais e presídios, levando a eles “a palavra de Deus”. No cotidiano, tendem a viver do comércio formal – exercício no qual trabalham, vendem, propagam sua mensagem religiosa e valorizam sua autonomia. Posturas que aproximam das reflexões na ética protestante descrita por Weber, operando segundo a lógica do individualismo, do planejamento e da abnegação ascética em prol do ganho econômico.

Embora existam em Arraias espíritas, espiritualistas e místicos vinculados ao Vale do Amanhecer, estes religiosos e os seus mestres não chegam a ser uma instância relevante de poder. Por que não? Porque a religião espírita ainda é associada à feitiçaria, sendo discriminada pela comunidade em geral. Segundo fiéis de grupos ligados ao Vale do Amanhecer, muitos arraianos – ainda que repudiem os centros espíritas publicamente – freqüentam-nos de forma discreta para evitar a desaprovação social e possíveis represálias. Também os políticos evitam qualquer associação pública com o espiritismo.

Para muitos moradores de Arraias, os dados do Censo de 2000 não representam a real presença do catolicismo no município. Segundo eles, a população católica é sobre-representada uma vez que muitos se dizem católicos por tratar-se de uma religião que não exige tanto compromisso e responsabilidade na profissão da fé. Outros o fazem para seguir a tradição da sua linhagem ou por temerem sofrer represálias por não terem religião.

Ainda assim, a Igreja possui uma importante função na organização da estrutura social, principalmente nos pequenos municípios. É referência em muitas tomadas de decisões políticas. Também em Arraias a atuação dos padres permeia o domínio público e privado da vida social. Muitas vezes, buscam manter os fiéis coesos em torno de suas crenças, o que fortalece Igreja e a própria comunidade de devotos.

A força da religião já era discutida por Émile Durkheim (1989). Para ele, a religião é o mais antigo e poderoso elemento de coesão social, sendo fundamental para a

organização das sociedades. A perspectiva durkheimiana é importante para este trabalho por facilitar a análise da estreita articulação das esferas política e religiosa – articulação esta vastamente documentada por pesquisadores brasileiros³⁸.

A catolicismo oficial encontra sua maior concentração nas áreas urbanas. Embora o Vaticano afirme que 80 milhões dos 650 milhões de católicos do mundo sejam brasileiros, o crescimento desta população tem sido lento diante do registrado pelos evangélicos pentecostais – que saltaram de 9% da população em 1991 para 15,6% em 2000. No mesmo período, a presença católica caiu de 83,3% para os supracitados 73,9%.

Os dados censitários apontam ainda para um relevante aumento dos brasileiros que se declaram “sem religião” – grupo que aumentou de 4,7% da população em 1991 para 7,4% em 2000. Demonstrando um gradual declínio da religiosidade, o dado aponta para o grande desafio e as grandes dificuldades das diversas igrejas em manter rebanhos coesos, combater a pluralidade religiosa e responder à secularização.

A organização da Igreja já era vista por Weber (1991) como semelhante à do Estado. De fato, as Igrejas podem ser caracterizadas como organizações hierocráticas que possuem um domínio espiritual apoiado em uma autoridade administrativa e regulamentos racionais e que, como todo poder, “[recorrem] à compulsão psíquica e [reivindicam] o monopólio desta, sob forma de uma instituição que concede ou recusa os bens espirituais de salvação” (FREUND, 1970:166).

Como já vimos, Weber (1991) considera a dominação tradicional um dos três tipos ideais de dominação. Seja pela tradição ou pela normatização legal, a dominação é compreendida como a manifestação concreta e empírica do poder – aquele definido por Weber como a chance que um indivíduo tem de influenciar, por meio de relações ou da lei, o grupo ao qual pertence, fazendo valer sua vontade contra a resistência dos demais.

De fato, a Igreja tem um papel fundamental na sustentação do domínio tradicional, e em Arraias este tipo ideal se aproxima significativamente das relações sociais cotidianas. São visíveis as condutas, as oportunidades e a vontade dos políticos em exercer o poder, mesmo quando tenham para tanto que enfrentar resistências. O mesmo ocorre entre alguns representantes da Igreja Católica que, aliados às linhagens tradicionais, tentam

³⁸ Sobre isto, ver Freire (2002), Holanda (1995) e Prado (1970).

impor seu credo, verdades e conhecimentos àqueles que os cercam para conseguir mais adeptos religiosos ou políticos. Centrados na autoridade legitimada pelos costumes e usos antigos, usam os mesmos ritos eclesiais para alcançar seus fins. Embora muitos fiéis sigam os preceitos por livre vontade, a discreta inserção da política nos rituais e na própria liturgia acaba tornando-se uma forma discreta de coação simbólica.

Com isso, a Igreja legitima o poder político através do poder de enunciação do padre – sujeito que é privilegiado por ser visto como representante de um sagrado que transcende a condição humana, visão reforçada pela própria sacralidade do púlpito como um espaço físico e discursivo inquestionável, verdadeiro e absoluto. Não por acidente, representantes políticos locais, normalmente vinculados a linhagens tradicionais, usam este espaço sagrado para conquistar a visibilidade e a legitimidade necessárias para permanecer no poder. Buscam na Igreja as amizades e os vínculos que possam favorecê-los politicamente.

Durante os cultos religiosos e festividades católicas, agentes políticos – vereadores, líderes de bairro, articuladores, chefes políticos ou mesmo atores religiosos – buscam nos espaços sagrados da Igreja a projeção social necessária para a conquista do poder político, seja pelo voto ou por indicação. Como agregam grupos numerosos e heterogêneos, as celebrações oferecem um palco poderoso para quem quer o apoio da população subalterna.

Há, portanto, uma transformação da própria igreja em um espaço de encontro, um locus no qual se agendam futuras negociações que, permeadas de trocas, têm a intenção primeira de preservar uma dominação tradicional da administração municipal e dos bens públicos. Os encontros são tão articulados e visíveis que, para muitos, parecem naturais. A igreja torna-se para os agentes políticos um espaço no qual poderão encontrar pessoas influentes, fazer novos contatos, conhecer lideranças. Suas intenções são propositadas, mesmo quando guardadas em segredo.

Para os párocos, tais encontros também oferecem uma oportunidade ímpar de legitimação: ao conduzir rituais, definir crenças e conceder discursos, tornam-se agentes legitimadores da dominação tradicional. Respaldados pelas linhagens tradicionais, alguns

tentam até se reafirmar como lideranças ao pleitearem cargos em outras esferas – inclusive a direção de escolas e colégios. Na última eleição, um deles tentou candidatar-se a prefeito.

Os valores conservadores e antigos da geração mais velha se perpetuam pela socialização dos rituais de contrição – refletida na sacralidade do altar e nas posturas corporais dos padres, ministros da eucaristia, beatos e membros das associações, quando realizam suas orações. Centrado na hierarquia e na absorção do sujeito pela família, tal conservadorismo contrasta com a crescente individualização das novas gerações, que encontram na modernidade referencial mais poderoso quanto ao significado de família e a importância crescente de conceitos pré-modernos.

Não se deve, entretanto, subestimar o poder do conservadorismo religioso, especialmente em um município como Arraias, cuja população recebe uma influência ativa desses valores conservadores, incluindo rituais do catolicismo rústico.

É pela participação nos rituais e festejos religiosos realizados nas fazendas – especialmente nas rezas dos santos preferidos das comunidades rurais – que se configura o catolicismo rústico assim definido por Queiroz:

Uma forma da fé católica que persistiu até o século XIX, onde o sagrado e o profano se misturam na medida em que os homens do campo se apegam tanto ao seu santo, a Deus e a Virgem Maria como às forças cósmicas para protegê-los das doenças e infortúnios da vida. Por eles, nutrem o sentimento religioso, com rezas, ladainhas e rituais festivos. A intenção é de “saudar, agradecer, pedir proteção, revigorar a crença no ‘seu santo’”. O catolicismo rústico representa a garantia da proteção pessoal e ao mesmo tempo coletiva na medida em que as festas e rezas são colocadas em intenção às famílias, onde ocorre a rezas nas casas (1973a:83).

É nestes espaços rurais, e em alguns bairros periféricos da cidade onde se dão as rezas aos santos, que os chefes políticos, articuladores, cabos eleitorais, festeiros e membros de associações católicas, praticam a troca, seja ela material ou simbólica, com sertanejos e catingueiros, buscando seu apoio político. Se os espaços religiosos do município funcionam como lócus de atividades não apenas religiosas, como políticas, também a esfera religiosa impinge sobre a política suas marcas. As duas compartilham não apenas espaços, mas também objetivos e desafios. Ambas enfraquecidas pelas regras e normas de cunho racional-legal previstas pela Constituição de 1988, fazendo com que

enfrentem dificuldades comuns – como o desafio de mediar o convívio de uma população constituída de várias gerações que têm propósitos diferentes e até incompatíveis, assim como, valores comportamentos.

E o choque entre as gerações tem produzido, pela coexistência de valores e práticas tradicionais e modernas, mudanças importantes nos atores políticos – especialmente no eleitorado, que se apresenta cada vez mais capacitado, diferenciado e autônomo. Ainda que a secularização, a afirmação da democracia e o respeito pelos direitos civis, políticos e sociais tenham se desenvolvido no município nos últimos 20 anos, as forças tradicionais continuam presentes. Opondo-se às mudanças, lutam para preservar o entrelaçamento entre as esferas política e religiosa e para elaborar novas formas de manter o domínio sobre as ordens político-partidária e governamental.

Se a sociedade arraiana não se configura como tradicional no estrito sentido, ainda apresenta diversos aspectos típicos do tradicionalismo, que busca disseminar na comunidade discursos que exprimem sua perspectiva cultural – sejam eles histórias, músicas ou escritos. Na narrativa mais comum sobre o município, há quatro sujeitos principais e recorrentes: o lugar, o povo, a Igreja e as famílias. Como toda narrativa, esta tem diversas versões, mas sua estrutura é a seguinte:

Arraias é uma cidade bela e cercada de montanhas, motivo pelo qual é conhecida como a cidade das colinas. Possui água doce, é tranqüila e não tem violência, isto por ser uma comunidade muito religiosa. A cidade é tradicional e histórica porque carrega a história de seus mais de dois séculos, por ter nascido da mineração e do ouro. Os muros lembram os escravos do século XVIII.

A cidade tem ruas limpas e o melhor carnaval da região. Seu povo é bom, acolhedor, seja ele sertanejo ou catingueiro. As famílias são cultas e religiosas e estão ali desde sempre. Seus políticos são homens fortes que lutam pelo município. Tudo que existe de bom, foram eles que conseguiram junto às lideranças do estado e da união. São exemplos: o Combinado Agro-Urbano, a construção da primeira usina de luz elétrica da região, a fundação do colégio das freiras que ministrou uma ótima educação católica durante trinta anos. A universidade é o orgulho da cidade.

São enunciados dos que vivem em Arraias, sobretudo na sede. Tais narrativas se apresentam como uma realidade própria e verdadeira, sobretudo entre as camadas mais intelectualizadas. Verdades produzidas em um tempo e um espaço sócio-político, as narrativas locais podem ser compreendidas como elementos de um único campo discursivo que se relacionam entre si, constituem o poder e firmam-se como verdadeiros na medida em que ocupam um lugar hegemônico sobre as outras enunciações.

Os discursos nesse sentido servem como verdades para o convencimento daqueles que não questionam as palavras, os enunciados. Mas diante da pergunta problema desse estudo, de como se processa a dinâmica e como se sustenta o poder local em Arraias, os dados respondem. Quem detém o poder local em Arraias são os donos de fazendas e do gado. Também são os mais ricos que estabelecem as relações de trocas com os representantes do Estado e com os partidos. É possível estabelecer ainda que o domínio tradicional local se sustenta, em grande parte, pelas relações de parentesco, aqui manifestas como longas linhagens que usam sua coesão e religiosidade para criar práticas políticas próprias. São parentelas específicas que, constituídas, buscam a participação dos dominados para celebrar no espaço público sua aliança com o clero.

Estas linhagens tradicionais estão atentas às oportunidades que encontram para reforçar e legitimar seu antigo poderio. Apesar de muitas destas famílias terem empobrecido nas últimas décadas – levando a uma queda no número dos grandes fazendeiros, segundo mapeamento da ADAPEC – os que permanecem concentraram mais terras e gado e continuam influentes na política. Entre os integrantes das linhagens tradicionais que perderam patrimônio, ouve-se dizeres como, “vão os anéis e ficam os dedos”. Ou seja, perderam a fortuna, mas não a tradição.

Como se deu o empobrecimento de algumas destas linhagens? Não há dados concretos, pela dificuldade de se pesquisar aspectos relacionados à vida privada. Alguns fatores, entretanto, são certos: as flutuações de um mercado incerto, a relutância em aderir às novas tecnologias e investir em produtividade e a obsolescência técnica de seus patriarcas – alguns dos quais, incapazes de manusear caixas eletrônicos, têm dificuldades em controlar seus investimentos.

Outros fatores como o surgimento da contestação, a afirmação das instituições governamentais, também têm contribuído para o empobrecimento de algumas linhagens tradicionais.

Atas cartoriais revelam que, do período colonial aos dias atuais, o poder em Arraias não circulou muito. Permaneceu nas mãos de poucas famílias que possuíam a fazenda, o gado, o parente no clero e o agregado respeitoso e obediente. Transcendendo os muros das fazendas, tal poder era mantido pela articulação com parentes que detinham cargos públicos – agentes estatísticos, juizes distritais, delegados de polícia e coletores de receitas municipais e estaduais. A importância destes últimos é ressaltada por um político do município entrevistado em Goiânia, em 2006:

Os coletores de receitas municipais agiam como verdadeiros reis, pois governavam a vida funcional e financeira dos funcionários públicos. Estes eram pagos conforme a receita municipal arrecadada, e além de pouca, ainda os coletores escolhiam os seus companheiros de partido para serem pagos primeiro, e para outros, o dinheiro havia acabado, deixava, sobretudo os professores e os funcionários dos cargos mais subalternos à revelia do bom grado do coletor. (Entrevistado n ° 7/2006)

É perceptível, no discurso acima, que o poder era exercido além das esferas legítimas como o Executivo, o Judiciário e o Legislativo; Estava nas mãos de indivíduos que, cada um à sua maneira, exerciam-no em benefício próprio e paralelamente à ordem racional-legal. Neste caso, usavam a própria escassez de recursos públicos como forma de dominação, negando a funcionários que não obedeciam a comandos um salário que, merecido pelo trabalho, representava o sustento de suas famílias.

Tal exposição demonstra ainda que o poder está presente em todos os espaços – qualquer análise que busque restringi-lo a um local específico como o Estado acabará ignorando sua presença nas várias outras instâncias da estrutura social. Pois o poder circula. Seu exercício atinge igrejas, associações de moradores, indivíduos e instituições. Como já enfatizava Weber: “Existem relações de poder, e estas estão presentes não apenas no aparelho estatal. O Estado é um órgão que possui poder, mas não se restringe a ele, não é a única referência de poder” (1974: 97).

O poder desenvolve-se como uma força vital que se manifesta nas formas reais de dominação de outros. Em Arraias, a dominação se dá de forma ora autoritária, por meio

de violência simbólica, ora dissimulada, por meio de influências empregatícias. Também pode ser explícita, como nos pedidos de votos que acompanham discursos, favores e afabilidades, ou velada, como nas insinuações feitas em rituais religiosos, nas orientações dos beatos, nas viagens de desobrigas³⁹, na atuação dos festeiros e no transcurso das folias. Tais práticas veladas legitimam o domínio, na medida em que validam, como verdades a serem respeitadas e seguidas, conteúdos que visam à perpetuação do poder vigente.

Por isso propomos aqui desvelar os processos que estruturam a dinâmica do poder local em Arraias, estudando a cultura religiosa e política do município. A busca por dados históricos sobre a origem desta cultura demandou uma pesquisa nos registros documentais do século passado, bem como outras informações que pudessem revelar as raízes das ações e práticas que se perpetuam, ainda que alteradas, na atualidade.

³⁹ O Dicionário Eletrônico Século XXI define a desobriga como é uma “visita periódica feita às regiões desprovidas de clero por padres, com o fim de desobrigar os fiéis”.

CAPÍTULO III

Constituição e consolidação do poder local em Arraias

O presente capítulo tem por objetivo situar o município e a cidade de Arraias desde sua origem e povoamento à atualidade; elucidar a organização administrativa do município a partir de recortes da esfera política, econômica e religiosa, incluindo as ordens que a sustenta; descrever as comunidades rurais que constituem o município e suas formas de participação na organização local; levantar as categorias existentes na esfera econômica e vinculá-las à estratificação social decorrente do controle dos bens econômicos exercido pelos fazendeiros e as linhagens tradicionais; mostrar a forma de organização do governo municipal a partir das últimas décadas do século XIX e a participação das linhagens familiares, incluindo as famílias dos religiosos no poder local e, ainda identificar as formas de controle patrimonialista da ordem governamental atuantes nas esferas do Judiciário e do Legislativo ainda no estado de Goiás e no estado do Tocantins.

3.1. Povoamento e Origens do Poder Local

Este capítulo aborda o domínio tradicional e racional-legal que fundamenta o exercício do poder local em Arraias e as esferas que o legitimam. Para esse fim, uso dados históricos, sociológicos, econômicos e culturais, particularmente os que dizem respeito à esfera religiosa, no intuito de demonstrar como esse tipo de poder se constituiu e se consolidou ao longo da história do município.

Como já se disse no primeiro capítulo, o poder local aqui examinado se caracteriza por ser exercido através de relações de dominação, geradas e reproduzidas, tanto no âmbito municipal quanto nas relações de Arraias com as esferas regional, estadual e federal. Trato aqui, em primeiro lugar, das circunstâncias históricas que deram origem a esse poder local, específico durante o período colonial, sua manutenção no Império e de sua consolidação no período da República Velha. Examino, a seguir, a estratificação social e a sustentação das linhagens tradicionais.

O capítulo também detalha como se deu a atuação destas linhagens no Executivo, Legislativo e Judiciário, instâncias legalmente constituídas, no trato das questões sociais no município.

Arrayas: assim era escrito seu nome nos mapas portugueses do início do século XVIII. Nome indicativo de riqueza pelos seus garimpos de ouro. Conseguiu atrair gente dos mais distantes rincões, inclusive o governador da Província de São Paulo, D. Luiz de Mascarenhas, que veio visitá-la na época colonial.

Segundo historiadores de Goiás, como Palacin & Moraes (1994), o luzir do ouro arraiano atraía autoridades das mais distantes culturas. Versão confirmada por um dos entrevistados, de noventa e três anos, ao lembrar das histórias contadas por familiares: “Meu bisavô contava que Dom Mascarenhas enriqueceu-se em nossas barbas com o ouro levado as arrobas para muito longe daqui, e nós ‘necas’ ”¹.

A própria história do Brasil diz que em virtude do “pacto colonial” pouco do ouro extraído nas terras brasileiras ficou no país, menos ainda em Goiás. Portugal comandava a transação dos produtos do Brasil, que vendia para outras terras, enviando a colônia produtos manufaturados, comerciais e homens que serviam para a defesa do território e a administração da colônia.

Arraias é um município, cujos mais de dois séculos, expõem ao pesquisador social histórias, cuja “urbanidade e relações sociais”² favorecem a leitura e a compreensão das formas de sua construção. Se para Freitag (apud MACHADO, 2005:55) o estudo das metrópoles modernas “é estratégico para a compreensão das formas de relações sociais, comportamentos, sociabilidades e identificação do imaginário social das grandes cidades”, valem as tentativas de estudar também a pequena cidade, cujo imaginário social é marcado por uma história secular.

Este estudo usa abordagens diferentes. Pois não tem como objeto um espaço que se urbanizou em função das edificações, das periferias, subúrbios e distritos industriais próprios

¹ Uma expressão muito usada entre os sertanejos que significa nada, coisa alguma.

² Construções de Bárbara Freitag, estudados por Machado (2005).

do século XXI ou que lembre a evocação de Rolnik sobre “cidades tão antigas como as muradas, com seus limites precisos cujas portas permitiam ou bloqueavam o contato com o mundo exterior, como Babilônia, Roma ou Jerusalém” (2004:11).

Arraias nasceu do ciclo minerador do século XVIII, e agregou milhares de homens de diferentes raças e origens na corrida pela riqueza. Ao longo deste ciclo, a cidade foi palco de uma típica relação senhor-escravo marcada pela destituição da liberdade e pelas parcerias entre poderosos. Após o fim da mineração, outras relações sociais surgiram em torno das atividades agropastoris entre fazendeiros, vaqueiros, agregados das lavouras, tropeiros e seus auxiliares, chamados “camaradas”.

As relações sociais se tornaram mais complexas à medida que os fazendeiros consolidavam seu poder sobre as outras categorias e firmavam sua legitimidade no catolicismo rústico, nas trocas materiais e simbólicas, na participação ativa na política local e na presença conjunta com a Igreja Católica no governo local. São relações que, ajustadas à modernidade, sobrevivem ainda hoje e marcam o cotidiano dos habitantes.

Palacin (1994) e Cunha Matos (apud CORDEIRO, 1989) tentam estimar a data do povoamento do que viria a tornar-se a atual cidade de Arraias, que então era apenas um pequeno povoado de mineradores.³ Das informações do primeiro, se deduz que o povoamento foi anterior a 1740, ano em que Arraias e Cavalcanti receberam a denominação formal de “arraial”. A esse respeito Palacin escreve que:

Os últimos anos da década de trinta são ainda ricos em novos “descobertos”, sobretudo, nas desoladas montanhas da região norte, entre o Tocantins e o deserto sertão da Bahia: S. Luiz, mais tarde Natividade (1734), São Félix (1736), Pontal e Porto Real (1738), Arraias e Cavalcante (1740), Pilar (1741). Assim, vão se riscando de caminhos irregulares as dilatadas solidões de Goiás (PALACIN, 1990:29).

Já Cunha Matos, na sua descrição de Arraias, aponta a data de 1733:

Há nesse Arraial de Arraias e seu distrito muita gente branca e parda luzidia. [É sabido que] foi povoado no ano de 1733, em terreno riquíssimo de ouro. Há

³ A documentação sobre o povoamento não se encontra nos registros municipais porque, segundo o entrevistado 02 (2005), teria sido levada por uma enchente do Rio Paranã, juntamente com muitos outros registros históricos. A documentação era guardada em Cavalcanti, comarca banhada pelo rio Paranã e à qual Arrais pertencia.

uma Companhia de Infantaria, uma de Cavalaria e uma de Henriques, boa gente e uma de Ordenanças (...) o ouro tirava-lhe da superfície da terra às arrobas, e as arrobas se encaminhavam a Portugal e, de lá, para toda Europa e o Oriente. (apud CORDEIRO, 1989:16).

Em um registro da Igreja que trata da *freguesia de Arrayas* e foi assinado pelo pároco Miguel Gomes dos Anjos em 15 de outubro de 1869, lê-se que “a data de sua criação e inauguração excede a um século, e não existe um documento que justifique o seu princípio, sua posição topográfica é entre outeiros, ficando a Matriz no centro”. Tal afirmação sugere que o povoamento começou ainda no início do século XVIII, como também o faz a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, onde se lê que “Mais ou menos em 1736, realizaram-se as primeiras entradas de grandes contingentes de escravos para a exploração do ouro no território de Arraias” (IBGE, 1958:53).

Com base nesta documentação, pode se afirmar que o povoamento de Arraias decorre das atividades mineradoras do XVIII e que sua inclusão formal na geopolítica colonial se dá entre as décadas de 1730 e 1740, quando a população era constituída de escravos negros e empresários brancos – a maioria deles vindos da Bahia. A esse respeito, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros registra duas versões: “uns dizem terem eles vindo de São Paulo, outros opinam que a penetração tenha partido da Bahia” (IBGE, op.cit.: 1958).

Sem prejuízo de que empresários brancos e escravos negros possam ter vindo de São Paulo, a migração baiana deve ter sido mais ampla ou, pelo menos, mais marcante já que as tradições e costumes dos arraianos se assemelham mais às dos baianos do que às dos paulistas. Por outro lado, há que se levar em conta que diversos entrevistados afirmam que, findado o ciclo minerador, na década de 1790, migrantes baianos se instalaram em Arraias para buscar a sobrevivência por meio do que Suárez (1990) descreve como um complexo de pecuária extensiva e agricultura de subsistência.

No início do século XIX, Arraias era um grande município, agregava o território de Monte Alegre e Campos Belos, posteriormente desmembrados. Contou por um longo tempo com imensas fazendas de gado curraleiro, criado de modo livre e esparso em pastos abertos. Neste cenário começa a configurar-se o personagem do fazendeiro que, oferecendo objetos ou proteção por serviços, comercializa as boiadas e adquire bens manufaturados no Sul e na Bahia – mais próxima e acessível para as tropas de boiadeiros.

A despeito do isolamento, este encontro de empresários e escravos, de locais e imigrantes, propiciou a lenta incorporação pelos fazendeiros das culturas e tecnologias costeiras, consideradas exemplares para a nacionalidade brasileira. Tal incorporação foi estimulada também pelos deslocamentos requeridos para a comercialização do gado e o abastecimento pela troca de bens.

Os termos “fazendeiro” e “arraiano” tornam-se às vezes sinônimos. Conforme demonstra Suárez (1990:23-25), a palavra “arraias” alude a realidades materiais como o rio, os peixes e o próprio município, mas a derivação “arraiano” se refere a apenas alguns moradores: “aqueles homens fortes que conseguiram transformar seus domínios [territoriais] em propriedades, aumentar seus rebanhos, bem como obter benefícios particulares para o município”. Estes fazendeiros são, ainda hoje, os filhos notáveis de Arraias. Controlam as terras e rebanhos, lideram a ordem política e detêm o poder local.

Retomando a influência da Bahia sobre a cultura do arraiano, o entrevistado (2) reafirma tal presença:

Eu era viajante tropeiro, naquele tempo. Levava de oito a doze dias de marcha. Levávamos gado, couro, carne seca em troca de outros produtos como o sal, tecidos, ferramentas, café e outros gêneros. A gente demorava um mês pra voltar. Mas trazíamos as últimas notícias, já que o jornal demorava muito mais do que nós para chegar aqui. O que a gente via lá, trazia pra cá, se fosse coisa de trazer. Se não fosse a gente contava como eles usavam e faziam as coisas. (Entrevistado 02 SLMuiz, 2005)

Desta forma, os tropeiros faziam a mediação cultural entre a Bahia e Goiás, passando por várias cidades e povoados de ambos os estados. A história de SLMuiz (2005) reforça a tese de que o arraiano tem mais influências baianas que goianas.

Como muitos outros municípios, vilas e pequenos povoados do período pós-mineração, Arraias vivia da atividade agropecuária e das relações comerciais com a Bahia. Não era fácil: algumas localidades da época simplesmente desapareceram, sendo abandonadas pelas dificuldades econômicas e falta de representação política. Longe dos grandes centros, Arraias conseguiu, entretanto, construir uma dinâmica social baseada em estreitas diretrizes políticas e religiosas.

O primeiro povoado arraiano foi fundado no alto das montanhas, na “Chapada dos Negros”, hoje a dois quilômetros da cidade. O nome deriva do grande contingente de mineiros

que ali se reuniram – quase todos escravos negros que garimpavam o ouro sob a tutela de seus senhores. Era um trabalho duro, hostil e agravado pelos conflitos entre escravos, mineiros e aventureiros. Segundo um relato da Enciclopédia IBGE sobre as violentas relações, que se intensificaram com o novo garimpo de “Ouro Podre”,

[...] às escondidas, numa noite, os garimpeiros extraíram cerca de 3 arrobas de ouro. As autoridades, tendo conhecimento do fato, mandaram suspender os serviços. A determinação, suspendendo os trabalhos, resultou em revolta entre os garimpeiros, que travaram luta, saindo numerosos mortos e feridos. O ouvidor tendo conhecimento da rebeldia mandou fossem tomadas às providências indispensáveis, condenando 30 dos mais culpados e, em seguida, remetendo-os para Vila Boa, capital da Província de Goiás (1958:51).

Tantas outras revoltas eclodiram até que garimpo fosse exaurido. Hoje restam na “Chapada dos Negros”, apenas ruínas, buracos e filetes de água que denunciam as ganâncias e ambições do passado. Pelo difícil acesso, seria pouco prático construir nova sede na chapada. Mas tampouco se sabe como se deu a mudança desta primeira sede para a atual. A história oral apresenta duas versões.

A primeira diz que a mudança se deu por causa de uma imagem de Nossa Senhora dos Remédios que teria vindo no bolso de um escravo, que a mantinha sempre consigo. Mas a imagem sempre desaparecia do garimpo, onde a labuta nas minas era impregnada de ambição e sofrimento dos pretos, para ser depois encontrada no local onde a cidade hoje se situa. Ou seja, a Virgem dos Remédios exigia outro lugar para viver, qual seja, um lugar onde reinasse menos ganância, opressão e sofrimento.

Não há sequer como saber se existiu mesmo uma imagem. Os mais velhos, entretanto, acrescentam um detalhe interessante – e assombroso – sobre os efeitos deste passado de opressão no presente do município. “O sofrimento dos escravos nas minas e na construção dos muros de pedras que delimitavam as terras dos senhores é que impede que a cidade tenha um maior desenvolvimento na atualidade”. Sugerem, atribuindo a pobreza de Arraias ao legado invisível de um sofrimento perdido. E, então, acrescentam que,

[...] é o choro, o soluço dos pretos a subirem as serras, com as pedras na cabeça para construir os muros, que ainda hoje cercam toda a cidade e fluem tão negativamente sobre ela. Por isso não irão muito adiante, afinal ninguém pode ser feliz em cima da desgraça e dor de uma raça negra, que deu seu sangue para os que hoje vivem nela (Entrevistado 05/2005).

Há neste relato da cidade fundada sobre um crime algo que remete à leitura do mito de Babel que Rolnik propõe: “a cidade é como um ímã, um templo, a construção da torre de Babel representou um desafio à obra divina, e por isso tiveram o castigo: As línguas se embaralharam as nações se dividiram” (2004:14). Diante da passagem indago: Seria o atraso da cidade a resposta divina como castigo aos atos desumanos dos homens de Arraias? Seria a sina da cidade de não ir muito adiante por querer construir vitórias sobre o sangue e sofrimento dos negros escravos? Este mito é apenas uma tentativa de explicar o atraso ou representa uma compreensão intuitiva de sua origem, percebendo no próprio surgimento da cidade um domínio que compromete sua história? O mito sugere que a história-encarnada nas linhagens tradicionais dominantes é percebida como sendo o problema de Arraias.

A segunda lenda atribui a mudança da sede a uma rebelião de brancos e pretos por causa de 14 arrobas de ouro, enterradas e procuradas até hoje. Os negros teriam se rebelado, deixando a serra com seus haveres, acompanhados dos demais escravos que os apoiavam. E os brancos, livres e dotados de recursos, desceram a montanha e buscaram um espaço que tivesse mais água e aí construíram casas, igrejas e tortuosas ruas – construções cravadas no pé das serras que a circundam.

Esta distribuição espacial de Arraias lembra as observações de Holanda (1995) segundo as quais a estruturação das cidades originadas do processo de mineração manifestava uma lógica própria da organização dos portugueses. Na condição de “feitores”, estes não projetavam, planejavam ou mesmo vislumbravam para o espaço urbano qualquer traço que transcendesse suas necessidades imediatas. O traçado da maioria das cidades desse período não demonstrava qualquer tipo de cuidado com a futura população. Por isso, foram criadas a revelia de qualquer planejamento, simplesmente estendiam-se próximas de onde nascia a “semente aurífera”.

Ainda com relação à mudança da cidade para o atual espaço, outra versão – esta menos mítica – aparece nos dados da Enciclopédia. Estes registram que no ano de 1740, D. Luiz de Mascarenhas, governador da capitania de São Paulo a qual Goiás pertencia, empreendeu viagem de Vila Boa a Natividade. Neste trajeto:

[...] fundou vários arraiais e, entre eles, o de Arraias, com o auxílio do Capitão Felipe Antonio Cardoso e a ajuda de negros escravos. Coesos, mudaram a povoação da Chapada dos Negros para o lugar por ele escolhido e, juntamente

com Domingos Pires, fez traçar o arruamento da nova povoação que, depois recebeu o nome de Arraias conservado até hoje (1958:53).

Quaisquer que sejam as versões, a cidade ficou localizada dentro dos vales, cercada de rios de águas límpidas – vivendo assim seus dias entre as contradições de suas características, que alternam condutas tradicionais e modernas. Na esfera política, seus representantes continuam disputando eleições para eleger-se e assim manter o domínio tradicional das linhagens familiares. Na religiosa, diferentes atores ora proferem sermões críticos aos governos, ora adotam um silêncio conivente, ora se aliam diretamente aos chefes políticos para legitimar as práticas de poder do grupo hegemônico.

Como já disse, a cidade foi construída nos pés das colinas que a cercam. Além delas, estão ainda hoje os muros de pedras erguidos pelos escravos no século XVIII. Como bem diz Rolnik: “Não são somente os textos que a cidade produz e contém (documentos, ordens, inventários) que fixam esta memória, a própria arquitetura urbana cumpre também este papel, por isso podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto (2004:17)”. Ou seja, o próprio espaço urbano fala ao que souber ouvir. Muros, casas, estradas e ruínas são mais do que si: são arquivos discretos e seculares, ocultos à plena vista.

No caso de Arraias, a arquitetura e demarcação territorial urbana revelam a história de uma construção social e espacial baseada na submissão de muitos e no poder de poucos. A cidade se apresenta cravada nos pés das colinas que a cercam. Sobre estas, vislumbra-se uma linha preta que acompanha suas sinuosidades. São os muros que, cunhados pedra sobre pedra pelos escravos, a contornam há mais de dois séculos. Registram sua longa história, remontando “cidades antigas que, cercadas por muralhas, eram fechadas e vigiadas para defender-se de inimigos internos e externos” (ROLNIK, 2004:9).

Foto 1 – As cercas de pedra que contornam a cidade de Arraias



Para alguns moradores mais idosos, os muros eram formas de proteger a cidade e suas minas de ouro. Contudo, por serem muito baixos, não parecem capazes de oferecer grande proteção. É, portanto, mais provável que, como não havia arame ou outro tipo de material para estabelecer os limites entre as propriedades dos donos de terras, fossem uma forma econômica usada pelos grandes proprietários para de limitar suas terras. Vale lembrar que o uso de pedras para delimitar propriedades remonta a, pelo menos, a Grécia Antiga.

Embora os negros e sua história ainda sejam invisíveis a comunidade arraiana hoje reconhece a dura experiência dos negros escravos que levaram estas pedras até o cume das montanhas para erguer este documento físico que marca o limite da cidade. A moderna engenharia reconhece, não sem algum assombro, a resistência da construção, que subsiste intacta com pedra sobre pedra e nenhuma gota de cimento. Os muros desafiam o tempo para fazer presente a história.

Depois da descida da Chapada dos Negros, o povoamento começou pelo lado sul, numa fazenda localizada nas baixadas apertadas entre as montanhas verdes, denominada de Contagem. Segundo as lendas, era lá que se fazia a contagem do ouro extraído das minas. A fazenda Contagem existe ainda, mas apenas para uma “contagem” de tudo que se foi para sempre.

Conforme a história oral, o nome da cidade teria surgido de uma ironia de Teotônio, ouvidor que enviara algumas arraias a um de seus fundadores, o Capitão Felipe Antonio Cardoso. O significado do gesto continua obscuro até hoje. Qual seria a sua intenção ao enviar esses “peixes exóticos”, se em Arraias não havia grande quantidade deles?

Porque a cidade recebia aquele nome? Pela sua cor – parda como a da maioria dos seus habitantes? Ou por estar escondida, apenas com os olhos à vista? Por ser de manuseio perigoso? Por camuflar-se? Seja qual for o sentido de seu nome, Arraias continua seguindo sua trajetória de vida aparentemente pacata. Quem sabe nisso se assemelhe àqueles peixes, que vivem tranquilos em seu *habitat* e só mostram os ferrões quando ameaçados.

Esta passividade aparente das arraias pode ser comparada à de muitos arraianos, que se apresentam calmos, tranquilos, desde que possam viver segundo seus preceitos. Quando se sentem ameaçados e invadidos no seu domínio, defendem a si próprios e a seus interesses com ferocidade, rapidez e pontaria. O comportamento de muitos atores políticos arraianos remete, de fato, ao das arraias. Como estes peixes, ocultam suas armas, guardando-as sob uma calma aparente, para usá-las no momento oportuno. E com elas mantêm seu domínio e protegem seu território.

Que armas ocultas seriam estas? Os segredos de campanha, as trocas cotidianas de favores e a busca discreta de informações que comprometam adversários e opositores. E há outros segredos. Como o “coronel” de antes, o chefe político esconde os arranjos, trocas e acordos pelos quais angaria recursos garante empregos e acumula privilégios nas esferas estadual e federal. As estratégias são mantidas em silêncio, em um “capital político” que poderá ser usado numa situação oportuna.

O curioso paralelo entre o nome da cidade e as práticas políticas de quem a controla tem seu valor metafórico. Mas é preciso compreender as práticas reais de dominação, as estratégias que caracterizam aquilo que Abreu (1999) descreve como “o segredo de confissão que faz parte do capital do líder” – a capacidade de, coordenando as relações de troca, ver sem ser visto, mantendo assim o controle e o mando. Em Arraias, a dominação tradicional se perpetua desta forma. Quem domina mantém o poder pela articulação de estratégias e segredos que sustentam a sua pessoa e a dos que fazem parte de sua linhagem familiar.

3.2. Da constituição do Município

O município de Arraias, constituído pelo distrito de Canabrava, o povoado do Mimoso e a sede municipal, foi marcado por uma história de reduções territoriais. Conforme dados de Cordeiro (1989) e do Arquivo Histórico de Goiás, em 16 de agosto de 1807, o então

povoado de Arraias tornou-se um “julgado” – categoria que, no período colonial, era um território de jurisdição dos juízes municipais. Permaneceu nesta condição até 1833, quando foi promovido à categoria de Vila.

Como Vila⁴, Arraias integrou por várias décadas a comarca de Cavalcante da província de Goiás, sendo administrada por um intendente e seu Conselho de Fábrica. Os intendentes eram peças fundamentais da dinâmica de legitimação institucional do sistema político da República Velha. Por isso, um nome de confiança das lideranças partidárias na Intendência Municipal era fundamental para garantir a manutenção e reprodução da legitimação da ordem governamental.

Na vila, os escolhidos para o exercício da intendência quase sempre pertenciam às linhagens tradicionais – que até hoje garantem, pelo nome, importantes funções na esfera governamental. Grande parte dos patriarcas destas linhagens veio da Bahia, de onde emigravam para se somar à exploração aurífera do século XVIII. Alguns surgiram posteriormente, quando a comercialização entre a Bahia e Goiás se intensificou em virtude da troca de boiadas por objetos manufaturados.

No dia 1 de agosto de 1914, Arraias foi promovida de “vila” para “comarca”, termo que designava os lugares nos quais os juízes de primeiro grau teriam competência de jurisdição. No que é até hoje comemorado com seu aniversário, a cidade deixava assim de pertencer à comarca de Cavalcante, tornando-se uma entidade jurídica própria. Em 1935, o município foi ampliado com a incorporação do distrito do Chapéu e junção do distrito de Campos Belos.

Mas o crescimento da população e os interesses locais de ambos fortaleceram movimentos emancipacionistas nos dois distritos, que acabaram tornando-se independentes em 1947. A mudança reduziu a área total do município para aproximadamente 6.200 km². Com a emancipação do Tocantins, em 1989, questões territoriais e arranjos políticos diversos levaram a uma nova redução na área de Arraias, que perdeu uma área de 192,2 km² para o novo município do Combinado Agro-Urbano, um dos distritos arraianos de melhor terra.

⁴Povoação de categoria superior à de aldeia ou arraial e inferior à de cidade.

O Combinado havia sido criado como um projeto de desenvolvimento agrícola ainda na era Mauro Borges, filho de Ludovico Teixeira que governou Goiás entre 1961 e 1964. Visando estabelecer uma reciprocidade entre espaços urbanos e rurais, “os combinados” visavam a modificar a estrutura fundiária e aperfeiçoar os métodos do uso da terra e dos recursos naturais. O objetivo era transformar o homem rural e desenvolver regiões particularmente atrasadas por investimentos agrícolas que desencadeassem uma verdadeira mudança social (O Plano MB, p.26).

Segundo Silva e Xavier (2004:242), o projeto seria implantado inicialmente em pequenas comunidades de ruas traçadas. Denominada de Rurópolis 1, a primeira abrigou 114 famílias, totalizando 750 colonos. O projeto acabou sendo suspenso com a cassação de Borges após o Golpe de 1964. Os colonos, entretanto, permaneceram. O distrito do Combinado trouxe muitos benefícios ao município arraiano, e para o Nordeste goiano. Um dos principais foi a construção de uma ponte de 300 metros sobre o Rio Paranã, um elo que facilitou o acesso da população do nordeste goiano com a capital estadual.

Em 1993, o município de Arraias perdeu outros 131,9 km² para Novo Alegre, município recém-formado com uma população de aproximadamente 2.574 habitantes. Com uma área de 5.787 km² e uma densidade demográfica de 2,17 hab/km², Arraias hoje responde por 2,0844 % do território estadual e 0,0681 % do nacional⁵. Sua altitude é de 682 metros. Suas coordenadas: 12 graus, 55 minutos de latitude, e 46 graus, 18 segundos e longitude. Seu clima é considerado tropical úmido e semi-úmido, com estação chuvosa entre outubro e maio e temperaturas que variam de 22 a 26°C.

Diante das freqüentes divisões territoriais, das perdas econômicas geradas pelo enfraquecimento da pecuária, da falta de investimentos em indústrias e do sistema político centrado nas mãos das famílias de linhagem tradicional, a população do município vem recuando. Uma comparação entre a última contagem, realizada em 2007, e os dados do Censo de 2000, sugere uma queda populacional de 3,26%. A tabela 8 registra o êxodo que vem

⁵ IBGE, 2000. Vale informar que a área de Arraias, assim como a de outros municípios brasileiros, apresenta pequenas mudanças na medida em que se aperfeiçoam as técnicas de medição.

reduzindo a população da sede, do distrito de Cana Brava e do povoado do Mimoso, uma área quilombola.

Tabela 5: Evolução da população de Arraias

Ano	Habitantes Zona rural	Habitantes Zona-urbana	Total	Área	Componentes
1960	6.098	799	6.897	4.260 km2	Arraias, Novo-Alegre e Combinado
1970	10.820	3.175	13.995	4.260 km2	Arraias, Novo-Alegre e Combinado
1980	9.257	2.213	11.470	-----	Arraias, Canabrava, Novo-Alegre
1990	7.366	5.518	12.884	5.419 km2	Arraias, Canabrava
2000	4.848	6.136	10.984	5.786,8 km2	Arraias, Canabrava
2007			10.626		Arraias, Canabrava

Tabela elaborada a partir dos dados do IBGE

Para entender melhor a constituição e as relações sociais arraianas, principalmente as de poder, é preciso conhecer não somente a sede do município, como também o distrito e o povoado que continuam sob sua jurisdição. Para tanto, dedico as próximas páginas a estes dois espaços.

3.3. O Distrito da Canabrava

O distrito de Canabrava fica na caatinga: área de terras boas para a agricultura e a pecuária. Situado a 28 km da sede, o povoado reúne uma população de 350 habitantes. Abriga também a escola estadual Professora Zulmira Magalhães que, freqüentada por uma média 256 estudantes do povoado e de sua circunvizinhança, oferece o primeiro grau, o segundo e uma modalidade de EJA⁶. Os alunos das áreas mais distantes são conduzidos por um ônibus da Secretaria Estadual de Educação. A escola é bem-estruturada, com quadra de esportes, sala de informática e biblioteca.

Canabrava abriga ainda a Creche Municipal Iáíá Ciriaca, com aproximadamente 30 crianças que estudam em dois períodos. Tem um posto de saúde que possuía em novembro de 2006 uma médica, uma enfermeira, dois técnicos, uma auxiliar de serviços gerais e uma agente de saúde comunitária. O atendimento é precário, problema que se costuma atribuir à

⁶ Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de Ensino, prevista pela LDB para atender aos jovens e adultos que não conseguiram estudar no período de sua faixa etária.

falta de pessoal. Por isso, uma ambulância com um médico, uma enfermeira e um consultório móvel visita a comunidade mensalmente. Praticamente 90% dos moradores do distrito têm energia elétrica e água encanada não-tratada, que captam de um poço artesiano próximo ao córrego São Tiago.

Trata-se de uma área isolada. Os meios de comunicação se restringem a um orelhão público e à televisão, que recebe os canais SBT e Globo. Surpreendentemente, entretanto, há acesso à rede *internet*. A falta de telefonia deriva em grande parte de uma disputa política, como revela uma entrevistada:

[...] existe uma verba aí que chegou do governo para colocar uma antena para funcionar telefones residenciais, mas precisa de um terreno pequeno para fazer o abrigo dessas máquinas, mas a prefeita, minha filha, disse que vai deixar isso aqui de lado, quem quiser as coisas agora, vai procurar o *Nergil* (Entrevistada 08/2006).

Nergil foi candidato a deputado estadual e teve uma votação muito expressiva no município, um resultado que custou muitos votos do esposo da prefeita, que disputava o mesmo cargo. Para os moradores, foi por isso que a prefeita decidiu não beneficiar o distrito: não tem muitos votos lá. Ou seja, a região que dá apoio é contemplada, as outras, não. Tal postura pode ser resumida por uma velha expressão usada por Leal: “Aos amigos pão, aos inimigos pau” (1976:35).

Duas linhas de ônibus passam pelo distrito. Saída da cidade, uma vai à destilaria de álcool Depasa. Saída de Arraias, a segunda tem como destino final um povoado chamado Poções. Com poucas opções de transporte, os moradores da região também reclamam das condições das estradas locais: apenas a via principal é patrolada. Quanto às vicinais, é “duro demais ter que passar por elas”. Para alguns moradores:

[...] é uma vergonha, afinal a gente mora aqui no canto, e sempre a gente pede para arrumar estas estradas. Na prefeitura eles falam que não tem dinheiro, nem pra botar combustível e nem tem as máquinas arrumadas. Mas a gente tá sabendo que tem máquinas e combustível pra fazer tanques lá pro mundo do meu Deus, deu no jornal a senhora não sabe disso não? Mas deixa pra lá as eleições vão chegar logo e a gente dá o troco (Entrevistada nº 10/2006).

Ainda que haja uma promessa de resistência neste “dar o troco”, é bem possível que também ele se inscreva no sistema de trocas clientelista. Afinal, como Queiroz bem ressalta ao descrever o coronelismo, trata-se de um sistema baseado em uma “reciprocidade de favores, como que um contrato tácito entre o cabo eleitoral e os eleitores. Estes oferecem seus

votos na expectativa de um favor a ser alcançado, podendo o contrato ser rompido quando uma das partes não cumpre o que dela se espera” (1976: 168).

Os habitantes da comunidade da Canabrava se enquadram na categoria de caatingueiro descrita por Suárez (1998:37): povos abertos, entendidos, que aceitam a modernidade com satisfação, têm o tipo de entendimento na qual o permite trabalhar para seu próprio bem estar.

Mesmo sendo esclarecidos e atualizados, pois lêem jornal e mantêm-se a par dos fatos do município e do distrito, não abrem mão da reciprocidade, das “trocas”. Por isso, sem estradas melhores, sem o acato às suas reivindicações, não há voto. Cobram o empenho dos políticos e possuem força de voto pois já elegeram cinco vereadores nas últimas três décadas. Apesar dos ganhos, alguns ainda consideram o povoado subdesenvolvido. O certo é que a expressão “nas eleições a gente dá o troco” evidencia a relação da dívida e reciprocidade apontada por Mauss (2003). Se não recebe algo, como a estrada, o caatingueiro não dá o voto, demonstrando que sua sociabilidade é mantida pela reciprocidade das dídivas.

No distrito de Canabrava quase não tem comércio. Existe uma padaria, três bares que não apenas vendem bebidas, mas funcionam também como mercearias. Duas fábricas – uma de farinha e uma de pinga – vendem seus produtos tanto no distrito quanto na sede. Finalmente, uma marcenaria produz móveis bonitos, mas feitos por encomenda. Como não há escala, os preços são caros, o que leva os moradores a buscarem Arraias ou Campos Belos para fazer compras maiores.

Há uma capela católica construída na década de 1970. O padroeiro é o Sagrado Coração de Jesus, festejado todo mês de junho. Os festejos têm forma peculiar. Alguns rituais são os mesmos da romaria de N. Senhora dos Remédios: levanta-se o mastro, passa a folia do Divino e segue uma cavalgada de vaqueiros e fazendeiros. Os casais organizam e rezam a novena. Normalmente as mulheres pertencem ao Apostolado da Oração e encerram a novena com um leilão, repleto de produtos da região.

Segundo os moradores entrevistados, o padre dificilmente comparece. Os casados, após a novena fazem um baile no galpão da capela, que foi construída pela Associação do Apostolado da Oração, sob presidência de Dona IM, uma líder local que – depois de criar uma

associação dos moradores da região – foi candidata à vereadora. Mesmo sem ter sido eleita, continua sendo uma pessoa de referência na comunidade.

No mês de maio comemoram a festa de Nossa Senhora. Essa organização cabe aos solteiros. Perguntei a uma entrevistada o porquê da separação entre solteiros e casados, ela me respondeu:

[...] isso é muito antigo, vem desde que a Igreja tinha as “filhas de Maria”, uma associação constituída só de solteiras, atualmente os homens solteiros participam. Embora eles sejam poucos, agora eles fazem parte e ajudam da festa, enquanto que o Sagrado Coração é o apostolado que organiza, e no apostolado não tem gente solteira não, só os casados (Entrevistada n° 08/2006).

A proximidade da cidade é um fator que favorece a participação nas festas da matriz. Com isto, absorvem aspectos do catolicismo oficial, sem deixar seus santos e oratórios.

As igrejas evangélicas também estão presentes no distrito. A sede de uma é até maior que a capela católica – e outra acaba de construir um templo menor. Ambas são conduzidas por pastores da região, e vem ganhando novos fiéis e adeptos desde 2000.

A “Lagoa da Pedra” faz parte do distrito. Conforme mencionado no capítulo anterior, foi reconhecida como área remanescente de quilombolas em 2005. Vivem no local descendentes dos escravos que preservam não apenas rezas, como também a dieta e a vestimenta de seus antepassados. Seus rituais, entretanto, também se juntam às festas católicas, durante as quais celebram a “súcia”, festa já explicitada anteriormente.

A recente delimitação das terras é vista como uma vitória para os quilombolas, especialmente os mais pobres, que percebem nela o resgate parcial de uma dívida histórica com seus antepassados. Indagados sobre a conquista, dizem tratar-se de um direito e afirmam que o esforço valeu a pena. Mesmo reconhecendo o sofrimento da luta e da espera, orgulham-se da tradição de resistência e da nova organização social e política.

3.4. O Povoado Mimoso

A comunidade do Mimoso fica a aproximadamente 120 km da cidade. Seu núcleo é formado por uma feira, uma escola de primeira fase do ensino fundamental e um aglomerado de cerca de 20 famílias quilombolas. Em torno deste, outras famílias moram num raio de entre 300 e 1.000 metros de distância, área que descrevem como sertão. O povoado foi reconhecido

com área remanescente em 2004, despertando entre os moradores a esperança de uma vida melhor⁷.

Os quilombolas são considerados “sertanejos”, termo que – como já vimos – traz conotações negativas identificadas por (SUÁREZ,1998:37). Com pouco estudo formal, tendem a desconfiar daqueles que julgam “sabidos” ou “civilizados”, pelos quais são vistos como incapazes de comunicar-se e de pouco valor. De fato, o sertanejo demonstra em sua fala ter uma consciência profunda do preconceito do qual é objeto. Mas não gosta de falar sobre o assunto, preferindo discutir temas como a terra, os produtos da região, a criação do gado e as questões práticas do viver. Nestas questões, demonstram ser leitores atentos e capazes. Práticos, agem com humildade, buscando sempre entender a dinâmica da vida na “rua” – e, mesmo sem instrução formal e oportunidades, percebem as diferenças sociais e econômicas que os separam dos moradores na cidade.

Segundo Barreira, a dominação tradicional do coronel “não necessita e nem se impõe só pela força, mas pela aceitação e reconhecimento, através de mecanismos ideológicos que tornam a realidade não perceptível por parte dos dominados” (1992:18). Ainda que prefira a expressão “chefe político” a “coronel” para descrever quem hoje exerce o domínio no sertão, creio que Barreira faz bem ao lembrar que estes não precisam se impor pela força, recorrendo ao contrário à aceitação, ao reconhecimento e, sobretudo, às trocas materiais.

É certo que o sertanejo não abstrai ou teoriza os mecanismos de dominação do chefe político. Mas é preciso reconhecer o quanto sabe neste seu não saber. Sempre desconfiado, usa a ignorância que lhe é atribuída como estratégia. Finge não compreender instruções ou tarefas, não tanto para que outros as realizem, mas também para suscitar explicações sobre o que está em jogo em um determinado contexto social. Sem pressupor nada, usa seu silêncio e decide apenas quando se sente o bastante seguro para agir.

Trata-se de uma estratégia que não apenas vivenciei quando dirigi uma escola da cidade, como confirmei com um diretor de escola do Buritizinho, bairro que reúne muitos

⁷- O reconhecimento se deu a partir do decreto nº 4887 de 20 de novembro de 2003 sob cadastro nº 003. Registro nº. 265, f 71, publicada no Diário Oficial da União sob nº 43, datado de 04 de março de 2004.

acesso a maquinários modernos como a serra elétrica, tratores e “implementos agrícolas”⁹. Uns fazem a derrubada com foice, limpam os tocos deixados por árvores derrubadas e plantam, outros utilizam queimadas, em uma plantação artesanal.

Ultimamente, os agregados vêm elaborando novas formas de sobrevivência. Alguns não se submetem mais ao serviço pesado das roçadas, recorrendo aos rendimentos que obtêm pelo sistema de crias. Vendem as crias para o patrão ou para algum outro fazendeiro, comprando mantimentos “na rua”, ou seja, na cidade. Como os agregados mais idosos costumam receber aposentadorias rurais, suas famílias já não plantam mantimentos como antes, vivendo da renda do aposentado.

Em geral, os sertanejos evitam se manifestar politicamente, dizendo “não entender dessas coisas”. No Mimoso, entretanto, têm um líder nativo, surgido de uma das famílias locais no qual confiam muito. Nascido na comunidade, este ator social carrega considerável legitimidade: acreditavam no seu compromisso com os interesses locais. Foi vereador por um mandato e tem como base eleitoral o povoado, cujo núcleo é composto por apenas três famílias. Todos, inclusive o líder, são parentes entre si.

Este líder comunitário disse-me ter sido um dos responsáveis pela criação da Agromimo, uma associação de produtores do povoado que logrou algumas pequenas vitórias como uma máquina de fabricação de farinha de mandioca. Mas a falta de energia elétrica acabou comprometendo sua utilidade: a máquina acabou encostada, sendo eventualmente transferida para outra localidade, a pedido de outro vereador. Ressentidos com a perda e o abandono à própria sorte, os moradores, ainda têm esperança de reavê-la.

O líder prefere falar sobre outros esforços seus em favor da comunidade, como a construção de um armazém e de um sistema de água encanada. Diz ter disputado o cargo de vereador duas vezes: na primeira, perdeu por um voto e ficou como suplente; na segunda, conseguiu se eleger. Mas confessa estar desmotivado da carreira política por falta de apoio dos chefes políticos locais e estaduais, que dariam pouco apoio aos empreendimentos propostos

⁹ Implementos agrícolas se referem ao maquinário como plantadeiras acopladas, pás mecânicas, gradiadores que agregam as antigas funções dos instrumentos manuais.

pelos líderes das comunidades rurais. Por isso, tem se afastado da cidade e até da comunidade: vendeu sua mercearia, mas mantém sua casa no povoado.

Quando dava assistência no Mimoso sua casa possuía luz a gás, certamente, uma novidade nas noites sertanejas. Segundo ele, os outros moradores não reclamavam da falta de energia. Viam o avanço como direito particular dele e acreditavam que, como representante político, ele deveria ter aquele privilégio – o que deveria ser um direito tornava-se assim uma vantagem que, concedida ao indivíduo, excluía os outros moradores. Ou seja, os sertanejos não indagavam porque eles não compartilhavam o direito à energia do líder ou mesmo porque este, enquanto representante da comunidade, não buscava junto às autoridades uma solução universal e inclusiva para o problema da iluminação.

Hoje, a liderança agora está em outras mãos – especialmente nas do presidente da associação quilombola, que é morador do lugar e está empenhado em informar-se sobre os programas que envolvem a comunidade e os afro-descendentes. Mesmo restrita ao Mimoso, sua liderança junto aos moradores já é objeto de atenção para os chefes políticos, vereadores e cabos eleitorais do município. Ou seja, já ocupa uma posição de destaque nas redes de trocas.

3.5. Da história religiosa do município

Contam-se muitas histórias sobre a constituição de Arraias. Destas, privilegiarei as religiosas – narrativas que permeiam o imaginário dos moradores da sede e do distrito de Canabrava. São muitas. Ouvindo os diferentes entrevistados, sobretudo os mais idosos, identifiquei algumas passagens particularmente importantes e interessantes, que tinham a tendência a dizer respeito à construção das igrejas e à relação destas com os escravos e seus descendentes. Dizem que escravos recém-chegados construíram as igrejas de São Benedito e de Nossa Senhora do Rosário, buscando nelas a mediação divina para aplacar seu cotidiano de penúrias e servidão.

Sabem pela história oral que a Igreja de São Benedito foi a primeira do município, sendo construída ainda no século XVIII pelos negros e escravos que nele moravam. Mas a igreja não sobreviveu. Os entrevistados mais antigos lembram-se apenas de ver os restos do alicerce situados na rua São Benedito, como era chamada na época. Mas nem o nome do santo negro durou: a rua hoje se chama Antônio da Conceição. Após ouvir vários depoimentos que a mencionavam, decidi seguir a trilha da memória em busca de suas ruínas. Existem esparsos

imigrantes sertanejos. Chamado para discutir algum assunto, o sertanejo ficava defensivo. Dizia não entender do que se tratava. Sugeria que o problema, longe das ações do filho, surgia da própria humildade. Tinha vergonha de fazer perguntas e delegava a resolução do caso aos “sabidos” professores e profissionais. Mas, quando descobria algo que afetasse seu filho diretamente, voltava à escola para saber precisamente o que havia ocorrido.

Acirrada pelo sol, a cor negra da própria pele é outro fator da desconfiança sertaneja – que aprende desde cedo o que é ser discriminado pelo branco. Sabendo que é visto como um ser humano inferior, este evita falar sobre o branco, a quem sempre percebe com desconfiança. Fecha-se como forma de proteção. Nesta fortaleza de silêncio, observa o mundo e preserva com critério e afincado o aprendizado que recebeu dos pais.

É preciso, entretanto, perguntar que brancos são estes. Pois o arraiano é quase sempre mestiço. Nem por isso o sertanejo deixa de desconfiar do “branco da rua” – que de branco tem pouco. Mas o fato é que tem mais estudo, renda maior, roupas melhores e mais condições de assear-se – e que considera o sertanejo um negro diferente. Para o sertanejo, então, o arraiano configura-se como “um outro” que se acha melhor e superior. Daí o olhar e a postura de distanciamento.

Também o trabalho do sertão é diferente do da caatinga. A vida do sertanejo é mais dura; seus instrumentos de trabalho, mais rudimentares. Mora longe dos outros, em um isolamento que fortalece a desconfiança. Os serviços prestados ao patrão pelo sertanejo agregado⁸ são pagos pelo chamado “sistema de sorte”, onde uma de cada cinco “crias” é do empregado. Outras atividades – como as roçadas de pasto, conservação de currais e manutenção de cercas – são pagas à parte.

Embora o agregado já não apresente todas as características mencionadas por Queiroz (1976), sua dependência continua: o empregado das fazendas ainda precisa da ajuda do fazendeiro no que diz respeito aos negócios na cidade, na plantação do arroz, do feijão, do milho e da mandioca. Alguns agregados mantêm plantações de subsistência, mesmo sem ter

⁸“Agregado era gente de poucas posses que vinha do reino e encostava-se a outro mais poderoso, vivendo de pequenos serviços, ou de um ofício remunerado, ou mesmo admitido a plantar cana em terras de um senhor” (QUEIROZ, 1976: 10).

alicerces enterrados na encosta de um morro, hoje o quintal de um morador da cidade. Fora isto, nada restou: os restos da igreja foram aplainados por máquinas para outras construções.

De Nossa Senhora dos Rosários, também sobrou pouco. Pode ser vista apenas em um quadro, pintado pela escritora Cordeiro (1989). Ainda assim, a imagem da velha igreja ainda perdura na memória de muitos que a freqüentaram e de outros, que na saudade, cantam os versos da primeira versão do Hino de Arraias – composto pela Irmã Zoé da Eucaristia – que mencionam a igreja.

A Nossa Senhora do Rosário foi derrubada em resposta à exigência de uma médica, moradora local. Segundo a vizinha, ela dizia que a demolição era necessária por causa dos muitos morcegos negros que residiam na igreja e representariam, assim, uma ameaça para a saúde pública. O evento é interpretado de formas diferentes. Para alguns moradores da comunidade, os morcegos surgiram em função da má-conservação e abandono da construção pelo padre da época, que se preocupava em construir a matriz dos Remédios. Outros atribuem a derrubada da igreja ao suposto interesse da médica em apropriar-se do ouro que estaria enterrado nela.

A demolição da igreja ocorreu em outubro, mês seco e de poucas chuvas. Mas, segundo uma entrevistada, vizinha da igreja, “uma violenta tempestade atingiu a cidade assim que suas paredes começaram a cair. A areia e os escombros teriam voado longe, levados por um vento que rugia pela cidade. Uma mescla de chuva e terra teria invadido as casas vizinhas, amedrontando os moradores. Essa tempestade foi um mau presságio ou punição pela destruição de um dos templos sagrados”. (Entrevistada nº 04/2006).

A pergunta é inevitável: por que a Igreja de São Benedito foi derrubada e não restaurada? Era freqüentada somente pelos escravos? E a Nossa Senhora do Rosário teria mesmo uma ligação com a de São Benedito? Pois diz a história oral que o culto a Nossa Senhora do Rosário começou em reposta às desavenças entre senhores e escravos. A santa teria sido como uma mediadora, sob cujo nome todos poderiam se juntar para rezar. Na visão de dois entrevistados de Arraias:

A Igreja de São Benedito era para os pretos, e a Nossa Senhora do Rosário era para quem quisesse ir, mas pouca gente ia lá, até quando construiu a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, fundada para e pelos ricos. Com o tempo as Igrejas dos pobres foram caindo, porque não tinha concerto e todo mundo

passou a ir na de Nossa Senhora dos Remedos e os padres acolheram a todos os que chegavam para rezar e pedir auxílio da santa¹⁰. (Entrevistados 07 e 08/2006)

Não há documentos que estabeleçam a veracidade da história oral contada pelos velhos sobre a edificação e destruição das duas igrejas. O que se sabe é que a Nossa Senhora dos Remédios levou trinta anos para ser construída e que sua inauguração desencadeou a reestruturação dos padrões e orientação do catolicismo oficial. De fato, encontrei documentos sem numeração que – datados de 1913 e guardados no Arquivo Paroquial de Arraias – apresentam algumas informações relevantes.

Um por exemplo, contém os relatórios de atividades que os padres das freguesias elaboravam para o bispado, relatórios que detalham o patrimônio de suas paróquias – materiais utilizados nos sacramentos, o número de lâmpadas, óleo vegetal, pedras sagradas, pia batismal e livros de batismos. Nestes relatórios, os bispos também respondem com perguntas sobre a existência de associações pias¹¹ e capelas filiais; sobre o estado moral das paróquias (número de casamentos civis e uniões informais); das iniciativas de instrução catequética, dos festejos e novenas do Espírito Santo, do mês do Rosário e Paixão do Senhor; da existência de congregações aprovadas pelo papa Pio X na Encíclica *Acerto Nimis*.

Enquanto o catolicismo oficial se firmava na cidade, nas comunidades rurais permanecia o catolicismo popular e as rezas aos santos protetores dos animais e das plantações. Este catolicismo perdura até hoje, inclusive nas sedes, por meio da devoção a santos não reconhecidos pela Igreja. Fiéis rezam terços, fazem novenas e estabelecem uma relação íntima de promessas com o santo de sua devoção. Esperando milagres, recorrem a Deus, aos santos e a qualquer entidade que possa servir de ligação entre este mundo e um outro. São pessoas de fé que praticam uma religiosidade popular não delimitada ou controlada por códigos canônicos.

¹⁰ Vale aqui lembrar a importância que Freire, em *Casa Grande e Senzala*, corretamente dá à religião como mediadora cultural, como instituição e prática capaz de reduzir as tensões inerentes ao sistema escravocrata: “Vê-se quanto foi prudente e sensata a política social seguida no Brasil com relação aos escravos. A religião tornou-se o ponto de encontro e confraternização entre as duas culturas, a do senhor e a do negro; e nunca uma intransponível ou dura barreira” (2002:456).

¹¹ Terminologia da organização da Igreja católica, como significado de piedade. Em definição simples, pode ser entendida, como o amor e respeito às coisas religiosas.

Estes dois tipos de catolicismo conviviam em Arraias ainda quando o município fazia parte de Goiás. E convivem até hoje. Mas vale ressaltar que a imposição do catolicismo oficial sobre o popular já não se faz de forma tão coercitiva. Além das limitações legais a tal coerção, a Igreja Católica – já enfraquecida pela secularização – busca na tolerância em relação ao catolicismo popular uma forma de evitar novo enfraquecimento. Mesmo assim, age discretamente para controlar as superstições e condutas mais excessivas e, acima de tudo, disseminar autoridade e os princípios romanos. Ou seja, a Igreja ainda busca tanto impor suas leis e regulamentos quanto resgatar sua autoridade e legitimidade. Mas usam estratégias menos coercitivas para tanto.

Com este aparato regulamentar, a Igreja manteve, intacto seu virtual monopólio sobre o Brasil por séculos. Recusava e concedia bens espirituais de salvação, separava o puro do impuro, definiam o limite entre a fé e o paganismo, condenava padres dissidentes e estabelecia quais procedimentos litúrgicos e administrativos eram aceitáveis ou não, e quais práticas religiosas ou mágicas eram legítimas.

Exercendo um poder tanto secular quanto religioso, exigia a obediência do catolicismo rústico às suas regras – ou seja, adotava estratégias de dominação que traíam os princípios conciliadores que ela própria pregava. Na época, uma função importante dos padres era a de manter os documentos da igreja, registrando os nascimentos e óbitos da população. Mantinham com este trabalho contato direto com a sociedade civil, ajudando também a sustentar as estruturas de poder vigentes nos municípios em que moravam.

Conforme foi dito no capítulo I, o ultramontanismo que permeava o território brasileiro enfatizava a orientação oficial, que vinculava à autoridade papal, encarnada nos momentos litúrgicos pela figura central do padre, seu representante legal. Era uma visão cuja disseminação cabia aos bispos.

Nos municípios que hoje integram o Tocantins, o ultramontanismo encontrou um forte aliado e instrumento em Dom Alano: bispo que não apenas orientou a paróquia arraiana como foi também responsável pela criação, em 1956, do colégio dominicano Nossa Senhora de Lourdes. Ainda que fosse uma instituição educacional, o colégio manteve a estrutura de uma conservadora ordem religiosa até 1970, apoiando o poder Executivo local como forma de

agradecer a ajuda deste na sua própria construção. Sua formação educacional baseava-se, na aceitação e no elogio ao poder. As relações de dominação não eram questionadas.

Tentando reverter a dinâmica tradicional de subserviência aos domínios tradicionais locais, as irmãs dominicanas passaram a enfatizar a participação comunitária – respondendo talvez às mudanças ocorridas na própria Igreja¹². Nesta década de 1970, as dominicanas tiveram voz ativa no colégio como educadoras, na Igreja como freiras e na sociedade como críticas.

O colégio passou a ter influência em vários setores da vida local. Assumiu a responsabilidade educacional, tornou-se uma referência cultural e conciliou as festividades religiosas com as comemorações cívicas do calendário escolar. Também demonstrou seu compromisso com as classes sociais de baixa renda, oferecendo bolsas de estudos a todos que desejavam estudar. Os políticos eram convidados para os eventos realizados no colégio e recebiam elogios sempre que agiam em prol da sociedade. Mas também recebiam críticas quando se ausentavam diante de problemas concretos.

Com estas práticas, as irmãs dominicanas fundaram um espaço formador de idéias e costumes inusitado. Ainda que sem adotar uma postura oposicionista ou difamatória, a comunidade articulava-se publicamente como uma instância independente – motivo pelo qual as freiras logo passaram a sofrer represálias dos chefes políticos: cortes de verbas, perseguições às vezes mais críticas, recados ofensivos e mesmo formas disfarçadas de cooptação.

Os chefes políticos passaram, por exemplo, a aprovar bolsas para os estudantes do colégio, (que vivia das mensalidades e dos subsídios governamentais) em troca de apoio em épocas eleitorais. A educação tornou-se moeda de troca, reabsorvendo o religioso no político. De fato, a educação dominicana em sua última década perdeu este teor político comunitário e

¹² As Comunidades Eclesiais de Base proliferaram-se no Brasil, na década de 70, como uma resposta à ditadura militar, propondo, dentro da Igreja, uma prática social e uma posição ideológica voltadas para as bases, para as camadas populares. Elas “significaram uma mudança efetiva na prática pastoral, com inequívoca abertura para as questões sociais, gerando também mecanismos de formação de militância político-partidária” (PRANDI e SOUZA, 1996:69).

participativo. O Instituto Nossa Senhora de Lourdes fechou em 1982, dando lugar a um colégio público.

Até a formação da Diocese de Porto Nacional, o clero arraiano seguiu as orientações e regras do padroado. Tal linha se encarnava na pessoa do Padre Pedro, pároco passou mais de 40 anos evangelizando a comunidade sob uma perspectiva romanizada, ainda que também modificada para adaptar-se ao tradicional catolicismo rústico do município. Pedro confessava os fiéis e batizava as crianças ao final das missas, celebradas em latim com as costas voltadas para os fiéis. Como João Camilo de Oliveira Torres observa, tais práticas acabavam distanciando os católicos da instituição:

[Os fiéis] não liam a Bíblia, e nem participavam dos sacramentos. Apenas assistiam remotamente à Missa, como um espetáculo, em língua estrangeira, no qual se executavam atos cujo significado desconhecia e cujo mistério respeitavam (1968:87).

No seu cotidiano, Pe. Pedro cumpria suas obrigações eclesiais, celebrava as missas às seis da manhã para poucos fiéis que apenas cumpriam, formalmente, a obrigação de ir a igreja, pois não entendiam o latim, língua oficial na celebração das missas. Mas, além dos batizados e desobrigas¹³, o pároco também oferecia um discreto apoio ao grupo dominante da cidade, formado por famílias tradicionais que lhe ofertavam bandejas, atenção e bezerros para a santa Nossa Senhora dos Remédios. Descrito em testemunhos como “o padre fazendeiro”, acumulou o gado recebido e se tornou rico, deixando para a família uma fortuna que até é objeto de disputas. Segundo um entrevistado:

Ele era muito bom. Tratava todo mundo muito bem. Mas o que ele gostava mesmo era das desobrigas. Pois nessas viagens ele era muito bem tratado pelos roceiros – batizava os meninos da roça, casava os sertanejos e caatingueiros e recebia animais pequenos e os bezerros deles. Das festas religiosas, [a] que ele mais gostava era a de São Sebastião porque era nessa missa que os fazendeiros doavam seus bezerros para a Santa (Entrevistado 02/2006).

Outro entrevistado menciona o padre, enfatizando o poder que este teve diante das posses materiais próprias e da própria igreja:

¹³ Viagens empreendidas pelos padres pelas zonas rurais, com o objetivo de evangelização.

Não quero desmerecer o trabalho desse padre, porque ele ajudou muito na conservação da fé do nosso povo. Mas ele teve muito poder – não de imposição de princípios e dominação sobre os fiéis, ou sobre as outras igrejas que começavam a nascer com os protestantes, mas sobre os bens materiais que a Igreja possuía, uma quantidade de peças de ouro e imagens que ele vendeu, e, sobretudo, do gado e fazendas que ele deixou para seus familiares, incluindo a filha, que ele deixou no município, o qual a evangelização era de sua responsabilidade (Entrevistado n° 08/2006).

Não era comum o padre manifestar seu credo político de forma pública ou explícita. Então, o fazia por meio das desobrigas nas comunidades rurais. Em épocas de eleições, onde passava deixava o santinho com o número do candidato a ser votado. Nas missas ou festejos, sua preferência política não era explícita: somente os chefes e seus aliados próximos sabiam de sua participação no grupo político e do seu trabalho silencioso nas comunidades rurais. Falando sobre a participação política de Pedro, o entrevistado acima acrescentou que, “ele tratava bem todo mundo, tanto de um partido como de outro, mas a gente sabe que nas desobrigas ele sempre levava a propaganda dos candidatos do PDS, nas costas do santinho que ele dava para os que rezavam com ele”.

Quando Pe. Pedro defendia algum político, o fazia muito reservadamente. Se alguém o perguntasse sobre política, costumava fazer piadas ou chistes sobre o tema. Mas o que não se pode omitir que esse padre era fazendeiro e possuía gado, fazendas, dinheiro e prestígio secular e religioso. Ou seja, possuía a capacidade de legitimar o domínio de outros fazendeiros sobre a política do município.

Mas o Padre Pedro envelheceu. Demais idoso para cuidar da evangelização no município, passou – por decisão do bispo Dom. Alano de Noday – a ser assessorado pelo jovem padre Preichel, que passou a conduzir a Igreja segundo as novas orientações aprovadas no Concílio Vaticano II e desenvolvidas nas conferências de Medellín e Puebla. Aprovadas em resposta ao movimento progressista do final da década de sessenta, tais orientações visavam a dar uma nova visão ao catolicismo da América Latina, enfatizando a dimensão política e social da experiência religiosa, assim como a necessidade de transformação da sociedade.

Orientado pelos princípios estabelecidos pelo Concílio Vaticano II e desenvolvidos nos congressos de Medellín e Puebla, o pároco Preichel foi, aos poucos, modificando os procedimentos e rituais da igreja arraiana. Sob o olhar do bispo Dom. Alano du Noday, criou

as pastorais da juventude, reforçou outras associações como o Apostolado da Oração e Filhas de Maria. Seguiu assim uma tendência nacional que levou ao fortalecimento das chamadas comunidades eclesiais de base – entidades como o CIMI, a CPT, Pastoral do Menor e a Pastoral Operária que, aliadas a setores do clero, buscavam enfrentar problemas sociais e aproximar a Igreja do país.

Após a morte de Pe. Pedro, no final da década de 60, uma nova geração de padres influenciados pelos movimentos renovadores chegou ao município, onde buscou atualizar o papel da igreja junto à sociedade e adequá-la às normas do Vaticano. Em um trabalho conjunto com as dominicanas do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, assumiram um papel importante na sociedade. Quando não iam direto às comunidades mais pobres, dedicavam e homilias e sermões às suas necessidades. Mais comprometido, o colégio dominicano já tinha na época o discurso e a prática de buscar as bases. Foi uma época marcada por muitas e ambiciosas iniciativas de atender às comunidades e às questões sociais.

Neste período, as irmãs passaram a protestar contra a apropriação das bolsas de estudos pelos políticos locais. Ao invés de afilhados, buscavam redirecioná-las para aqueles que não tinham condições financeiras para estudar. Também fomentavam o envolvimento da comunidade dos bairros nas atividades da escola, tentando devolver a subjetividade e a agência às famílias carentes. Algumas irmãs se destacaram e são lembradas por muitos contemporâneos: Ir. Gabriela Godim, Ir. Aspázia, Ir. Lucília Vale e Ir. Ana Rita Lopes. Mas a fragilidade financeira do próprio colégio, aliado à dependência das freiras a outros conventos da congregação, acabaram levando o colégio a fechar suas portas.

Mesmo assim, algumas freiras permaneceram em Arraias, onde trabalhavam nas pastorais e comunidades. Também ajudavam nas celebrações religiosas, uma vez que a Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, na época sem padre definido, dependia de sacerdotes vindos de municípios vizinhos – entre eles os padres JMra, Mges e outros. A escassez de sacerdotes era uma preocupação recorrente do velho Alano du Noday, que renunciou da diocese de Porto Nacional em 1973, ao completar 75 anos de idade.

Em seu lugar, assumiu Dom Celso Pereira de Almeida: conhecido inicialmente como um adepto da Teologia da Libertação pelo trabalho que desenvolvera com pobres de áreas ribeirinhas e indígenas da região. Como bispo, consolidou as dioceses criadas pelo

antecessor e apoiou a organização de romarias e cultos a santos, buscando reatar o catolicismo oficial com o rústico. Aumentou o número de sacerdotes que ofereciam atendimento espiritual aos romeiros. Defendeu a criação do Tocantins em suas eloqüentes pregações, apoiando uma população nortista que se dizia injustiçada e desatendida em seus direitos sociais. Mas nesse movimento de apoio à criação do novo Estado, este bispo aproximou-se muito do governador e de sua política, que não tinha compromisso com a teologia da libertação.

No final dos anos de 1970 e início de 1980, Dom Celso trouxe à Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios novos padres que tentaram atualizar a evangelização, recuperar os documentos da igreja local e reviver algumas das principais celebrações do catolicismo rústico. Também aproximaram as festas religiosas das comemorações rurais. Alguns destes párocos acreditavam que a participação da Igreja na vida da comunidade não deveria limitar-se a rezas e orações. Passaram a participar da política local, sendo vistos como “politiqueiros” por alguns grupos políticos e como “companheiros” por outros.

Não que tal participação política tenha custado à nova geração sua legitimidade entre os arraianos, que os consideravam bons evangelizadores e lhes tinham amizade, lembrando suas homilias fervorosas. Como atores religiosos que influenciaram na política local, entretanto, estes sacerdotes acabaram colaborando para fortalecer o grupo hegemônico – que, mais uma vez, soube usar sua condição privilegiada de detentores de dinheiro, terras e gado para receber o apoio da Igreja, legitimando suas práticas de manutenção do poder.

De fato, o próprio Dom Celso Pereira de Almeida acabou com o tempo, aproximando-se das novas elites tocantinenses. Tornou-se, de fato, um aliado do primeiro governador do estado, Siqueira Campos, de quem recebeu – como já foi dito – generosos recursos públicos para implantar e edificar as dioceses do estado. Segundo alguns entrevistados, esta aliança acabou, entretanto, sendo rompida. O certo é que Dom. Celso acabou sendo transferido de Porto Nacional para Itumbiara (GO) em 1995.

3.6. Controle dos Bens Econômicos e Estratificação Social

Para melhor entender o controle dos bens econômicos e seu impacto sobre a estratificação social de Arraias, procurei dados sobre a distribuição da riqueza para

correlacioná-los com o prestígio das famílias. Encontrei nos escritos de Salles (apud BORGES, 1998), de Suárez (1990) e na Adapec¹⁴ informações sobre a história da pecuária, que se tornou uma das principais atividades econômicas da região após o fim do ciclo minerador. Como se pode observar abaixo, Arraias possuía no período colonial o maior número de fazendas do estado de Goiás:

Tabela Nº 6: Sítios de Lavouras e Fazendas de Gado em Goiás (1796-1828)¹⁵

	Nº. DE SÍTIOS		Nº. DE FAZENDAS	
	1796	1828	1796	1828
Julgados do Sul				
Vila Boa	164	560	31	36
Meia Ponte	702	974	27	27
Santa Cruz	164	816	14	37
Pilar		60	7	15
Julgados do Norte	1796	1828	1796	1828
São João da Palma	87	85	106	70
Arraias	54	11	149	150
Natividade	139	208	111	62
Traíras	178	245	8	36
Cavalcante		123	27	29
Porto Imperial		8		

Os dados demonstram que, mesmo tendo um número pequeno de sítios, Arraias foi – entre os julgados tanto do norte quanto do sul – o que mais fazendas abrigou entre 1796 e 1828, já após o fim da extração de ouro. Como Liberato Póvoa menciona, e o próprio contraste entre o número de fazendas e de sítios confirma, a concentração de terra, de renda e de gado era descomunal na cidade:

[...] o comércio de gado com a Bahia era muito intenso, colocando anualmente inúmeras boiadas que eram negociadas trazendo de lá vários produtos. Para se ter uma idéia do crescimento da pecuária, basta citar uma só fazenda Santa Brígida de João Gomes da Lagoeira, em Arraias, contava com mais 14000 cabeças de gado, espalhadas pelos 174 quilômetros quadrados (1999:43).

¹⁴-Agência de defesa Agropecuária do Estado do Tocantins.

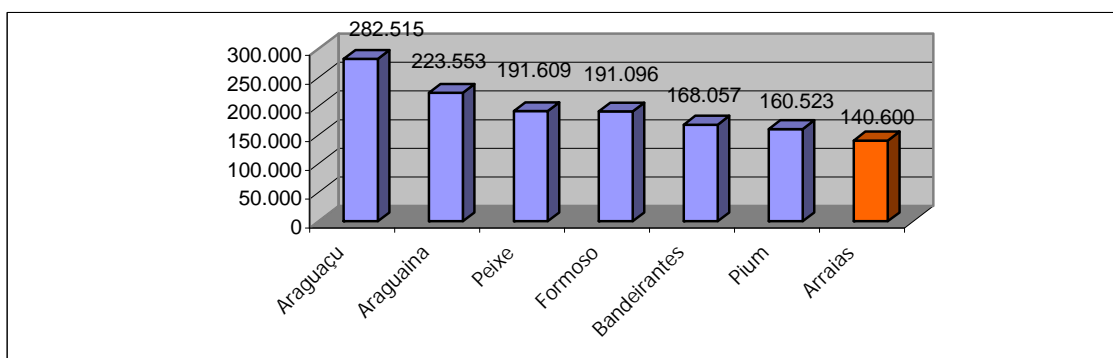
¹⁵-Tabela montada a partir de dados de Salles (apud BORGES, 1998).

Ainda que demonstre uma concentração de terras, é preciso considerar que os dados sobre o número de fazendas não se aplica precisamente à área atualmente ocupada por Arraias, que era bem maior na época. De fato, o município abrangia uma imensa área que, habitada por ricos fazendeiros, hoje incluiria também Arraial do Morro do Chapéu e Campos Belos. Pois, como já dissemos, Arraias vem perdendo terras, prosperidade e prestígio há mais de cem anos. Depois de perder vários distritos, quando ainda era parte de Goiás, o município hoje ocupa um território bem menor.

Mas Arraias não perdeu apenas território. Mesmo depois de anexado ao Tocantins, o município perdeu também importância na pecuária regional. Vários fatores levaram à redução dos rebanhos arraianos, entre eles a perda da caatinga para os municípios do Combinado e Novo Alegre e o fato de muitos fazendeiros locais cadastrarem seus rebanhos em municípios vizinhos. Outro fator decisivo é o município vizinho de Campos Belos (GO) que tem organizado leilões e exposições pecuárias muito mais ricas em quantidade e qualidade de gado do que os arraianos.

O resultado é que boa parte do gado produzido na região acaba sendo computado no município vizinho, onde, segundo a Adapec, cada leilão vende em média mil cabeças de gado, contra 200 a 300 em Arraias. De fato, segundo dados divulgados em 2006 pela Agência de Defesa Agropecuária ou Adapec, uma autarquia criada para fomentar a produção agrícola e pecuária tocantinense. O município arraiano em comparação ao seu rebanho em décadas passadas, hoje abriga apenas o sétimo rebanho do estado como confirma o gráfico abaixo:

Gráfico Nº 1: Evolução do gado bovino no Tocantins¹⁶



Essa ocupação de sétimo lugar no gráfico acima, registra um processo de decadência em vários aspectos da economia arraiana, dentre eles, o agravante das taxas de impostos fazendários cobrados na fronteira entre Goiás e Tocantins. Tal taxa desfavorece o comércio de gado em Arraias, uma vez que os produtores de gado do norte goiano que forem participar de um leilão na cidade têm que pagar uma alta taxa ao cruzar a fronteira – isto além do próprio frete necessário para transportar o animal. Ou seja, o pecuarista goiano encontra qualidade e diversidade melhor e impostos menores quando compra em Campos Belos.

Trata-se de um contexto econômico bem diferente daquele encontrado por Suárez (1990), quando “Arraias [assegurava] ainda, algo de uma posição de liderança política e econômica dentro da área circunvizinha”. Apesar de chefes políticos locais ainda deterem algum peso político no sudeste tocantinense, é inegável que o município vem paulatinamente perdendo terreno no campo econômico.

Apesar do decréscimo na criação de rebanhos bovinos, com algumas exceções, os donos das terras e do gado continuam praticamente os mesmos em Arraias, Os velhos patriarcas já morreram, mas seus descendentes continuam com a posse de suas terras. Alguns preferem a pecuária de baixa densidade, desconsiderando a nova cultura de criação intensa, os avanços tecnológicos e as novas estratégias mercadológicas. Ou seja, não conseguem acompanhar a modernização da produção que vem mudando as feições de muitos pequenos municípios brasileiros. Ironicamente, os mesmos valores pelos quais as linhagens tradicionais

¹⁶ Dados fornecidos pela Adapec (2006).

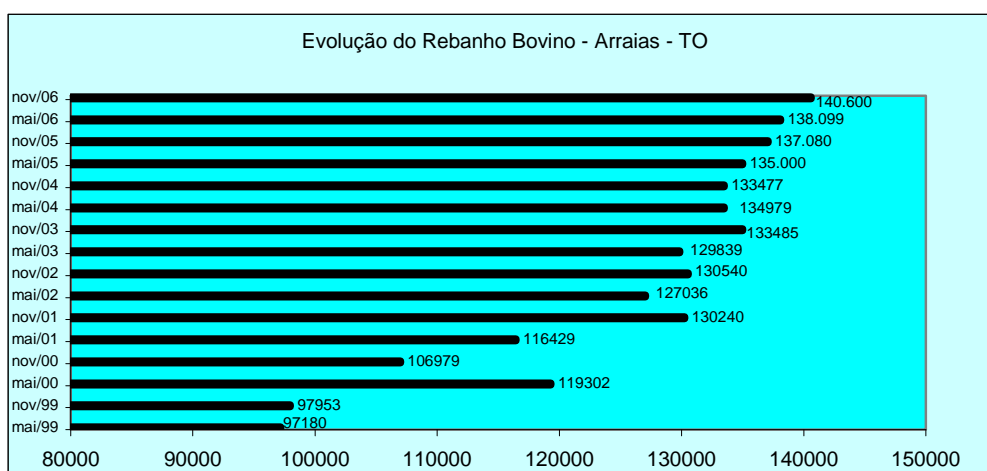
arraianas mantêm um domínio político tradicional podem, por outro lado, enfraquecê-las economicamente.

De fato, o tradicionalismo das linhagens não é apenas uma forma de dominação. É também uma mentalidade, uma filosofia e uma forma de ser no mundo e no cotidiano. Elas se esforçam em manter seus filhos e netos sob observação constante, orientando-os por meio de práticas religiosas, sociais e econômicas ainda pouco secularizadas, e pouco modernas. Alguns dos mais jovens insistem em seguir os velhos procedimentos adotados pelos patriarcas, mesmo quando estes demonstram ser impraticáveis; finanças, empreendimentos e procedimentos são mantidos inalterados, em uma produção ineficiente e pouco rentável; resistindo à modernização e ao investimento, vêem seus rebanhos minguarem.

Outros membros desta linhagem, entretanto, acabam cedendo a algum tipo de modernização e investimento, o que tem gerado um aumento no rebanho total do município. De fato, como demonstra o gráfico abaixo, os rebanhos arraianos cresceram 44,7% entre 1999¹⁷ e 2006, o que significa um crescimento médio anual de 6,38%. Embora esse percentual represente um crescimento, se for comparada ao ritmo das décadas anteriores, ele não é tão significativo. Tal crescimento, entretanto, tem beneficiado um número restrito de moradores do município, surtindo poucos efeitos sobre sua economia em geral.

¹⁷ A data de 1999 é considerada importante pelo fato de que foi nesse ano que fora instituído o Órgão Estadual de Vigilância do Rebanho do Estado do Tocantins, permitindo um acompanhamento mais real de cada município a partir do cadastramento do rebanho por Vacinação.

Gráfico 2: Evolução do rebanho de 1999 a 2006¹⁸

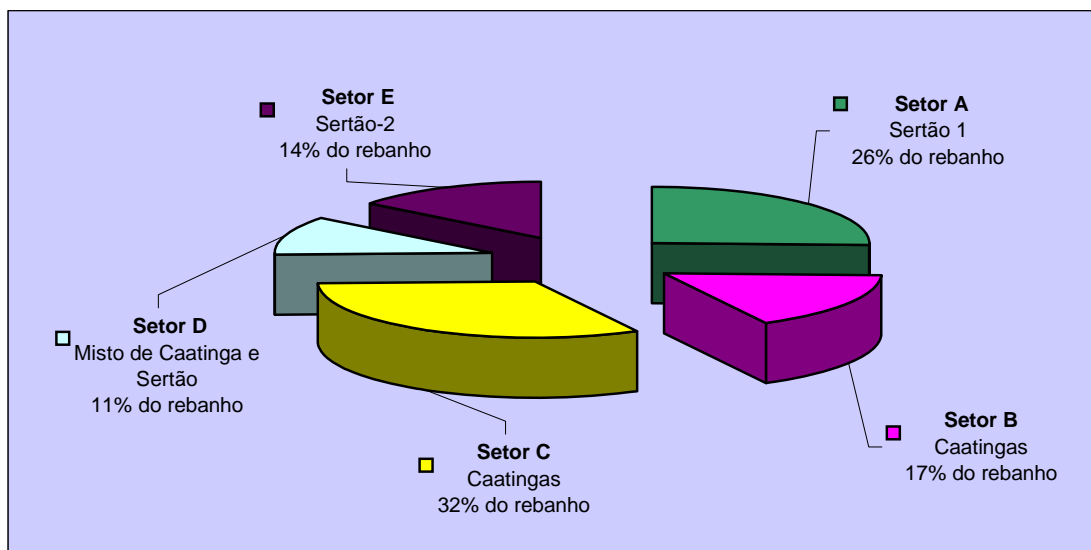


O volume dos rebanhos é medido durante os períodos de vacinação contra a Febre Aftosa, motivo pelo qual há dados para todo maio e novembro, meses durante os quais a produção é vendida. O crescimento decorre dos nascimentos e das compras efetuadas em outros municípios. As oscilações percebidas até maio de 2001 podem ter várias causas, entre elas a relutância, pelos produtores, em revelar sua renda real e, assim, pagar mais impostos. A partir de 2001, entretanto, os dados tendem a ser mais confiáveis, uma vez que o perigo da Febre Aftosa reduziu as resistências dos produtores e levou à promoção de campanhas de vacinação mais abrangentes e melhor documentadas.

Um mapa fornecido pela prefeitura local à ADAPEC revela a distribuição dos rebanhos em cinco setores diferentes de Arraias, denominados de A, B, C, D e E. Cruzando o mapa com as fichas de vacinação locais, determinei as regiões geográficas equivalente a cada setor, quais sejam caatinga e sertão. No gráfico abaixo, apresento a participação de cada região no rebanho total do município, mantendo as duas regiões de sertão, as duas regiões de caatinga e a região mista, inclusas no mapa original. Embora os setores A e E sejam maiores em extensão, ocupando aproximadamente 48% do município, o rebanho de Arraias se concentra nas caatingas dos setores B e C e no setor D – uma área que, mesmo considerada uma mescla de caatinga e sertão, fornece das melhores terras para a agropecuária.

¹⁸ Fonte: ADAPEC-2006

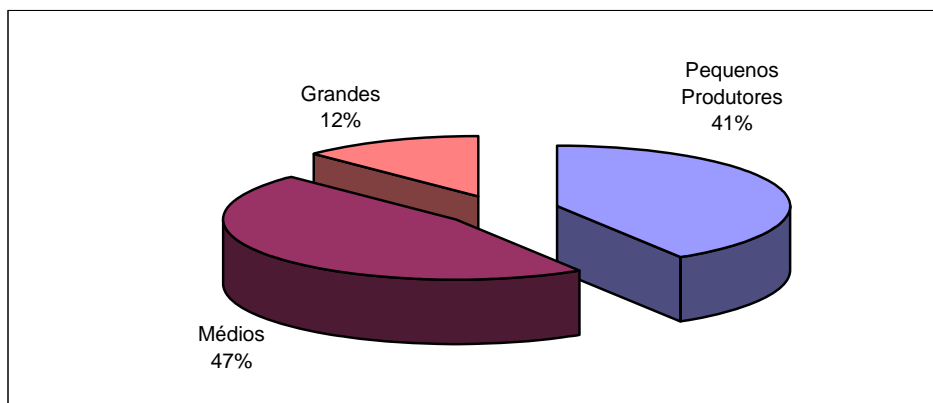
Gráfico N° 3: Rebanho por Região no Município de Arraias¹⁹



Outro dado que ajuda a retratar a realidade econômica arraiana, conforme o gráfico de número 10, é a estratificação de unidades produtoras, ou seja, as fazendas, segundo o tamanho do rebanho. A Adapec divide as fazendas de gado em três tipos: as pequenas têm entre zero e 50 cabeças; as médias têm entre 51 e 300 e as grandes têm mais de 300. Elaborado a partir desses dados coletados do cadastro e controle de vacinação da Adapec, conclui que 41% dos produtores de Arraias são pequenos, enquanto outros 47% são considerados médios produtores. Por final, 12% desses produtores são considerados grandes produtores pelo fato de possuírem um rebanho com mais de 300 cabeças de gado.

¹⁹ Gráfico baseado nos dados da ADAPEC

Gráfico 4: Produtores de Bovinos em Arraias²⁰



Mas quem são estes médios, pequenos e grandes produtores? Para compreender a relação entre controle econômico e status familiar em Arraias, é preciso delinear a constituição social destes grupos que podem ser divididos em três categorias: *linhagens tradicionais*, *famílias investidoras* e *famílias despoderadas*. A primeira é auto-evidente: define aquelas poucas famílias que, com uma presença secular no município, ainda levam os sobrenomes, as terras e o gado herdados de patriarcas fundadores. Morando na sede municipal, detêm poder e prestígio elevado e deixam suas reses e terras sob os cuidados de agregados ou gerentes.

Originárias de outros municípios ou estados, as *famílias investidoras* passaram a investir em fazendas no município arraiano, apenas recentemente. Parte dessas famílias mora em outra cidade e contratam um gerente para administrar a propriedade e o gado. Visitam o município regularmente para supervisionar estes administradores, voltando às suas cidades de origem, onde cuidam de outros negócios e saldavam dívidas com bancos e fornecedores. A outra parte dessas famílias mora na própria sede da fazenda ou cidade de Arraias de onde controlam seu gado e sua produção de alguns alimentos. Nem sempre prósperos, assemelham-se ao que Leal descreve como o fazendeiro “remediado”:

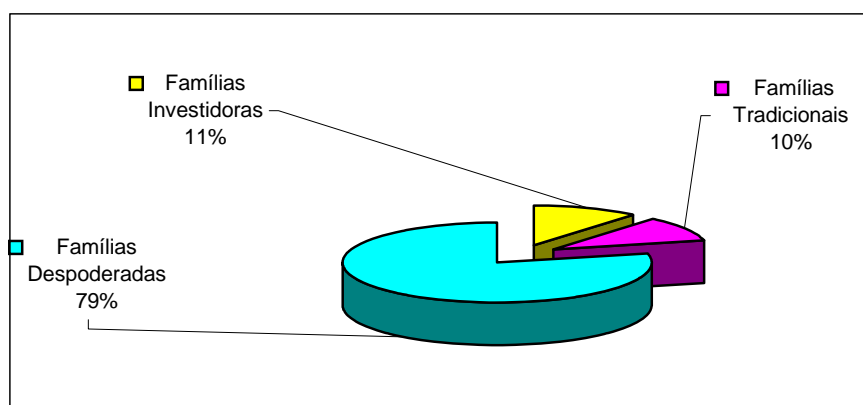
[...] gente que tem propriedades e negócios, mas não possui disponibilidades financeiras; que tem o gado sob penhor ou a terra hipotecada; que regateia taxas e impostos, pleiteando condescendência fiscal; que corteja os bancos e demais credores, para poder prosseguir em suas atividades lucrativas (1976:43).

²⁰ Idem.

Finalmente, vêm as famílias despodradas, categoria que define aqueles que detêm qualquer pouca ou nenhuma influência política e econômica. São famílias de baixo poder aquisitivo cujos membros adquiriram o que possuem por meio do trabalho cotidiano em pequenas propriedades. Moram na região, ou no próprio município há muito tempo. Mesmo assim, raramente participam da ordem política partidária a não ser como eleitores.

A aplicação das categorias descritas acima aos dados da Adapec sobre *pequenos, médios e grandes produtores*, evidencia uma estreita relação entre a riqueza derivada da criação de gado e o prestígio das famílias no município. Ao cruzar os dados sobre o tamanho dos rebanhos de cada unidade produtora com a origem e os sobrenomes dos seus proprietários, descobri uma clara correlação. De fato, quão maior o seu rebanho, maior a probabilidade do pecuarista pertencer a uma família investidora e, especialmente, a uma família tradicional, conforme se pode ver abaixo nos gráficos 11,12 e 13.

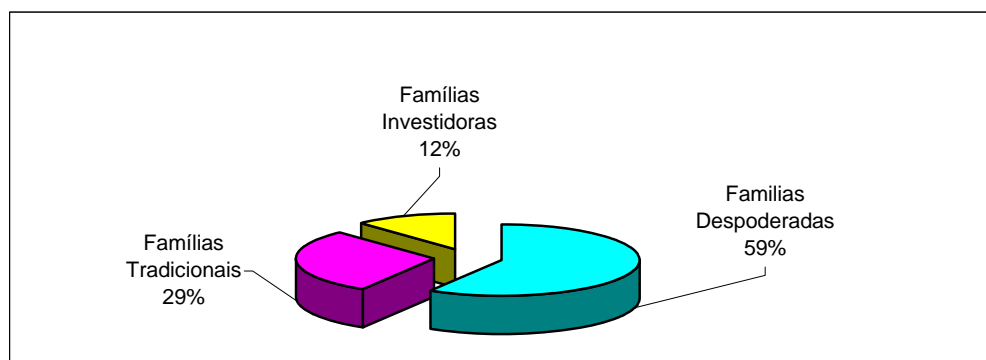
Gráfico N° 5: Pequenos produtores de bovino no município de Arraias²¹



O gráfico acima demonstra que nada menos que 79% dos pequenos produtores são oriundos de *famílias despodradas*. Em contrapartida, apenas 11% destes proprietários de fazendas com entre 50 e 300 cabeças de gado são de *famílias investidoras* e apenas 10% são de *famílias tradicionais*. Sintomaticamente, esta proporção já começa a mudar no caso dos médios produtores, conforme demonstra o gráfico 5.

²¹ Gráfico baseado no cruzamento de dados da Adapec-2006 sobre o tamanho dos rebanhos do município de Arraias com registros sobre a origem familiar de seus proprietários.

Gráfico 6: Famílias de Médios produtores de Bovino no município de Arraias²²

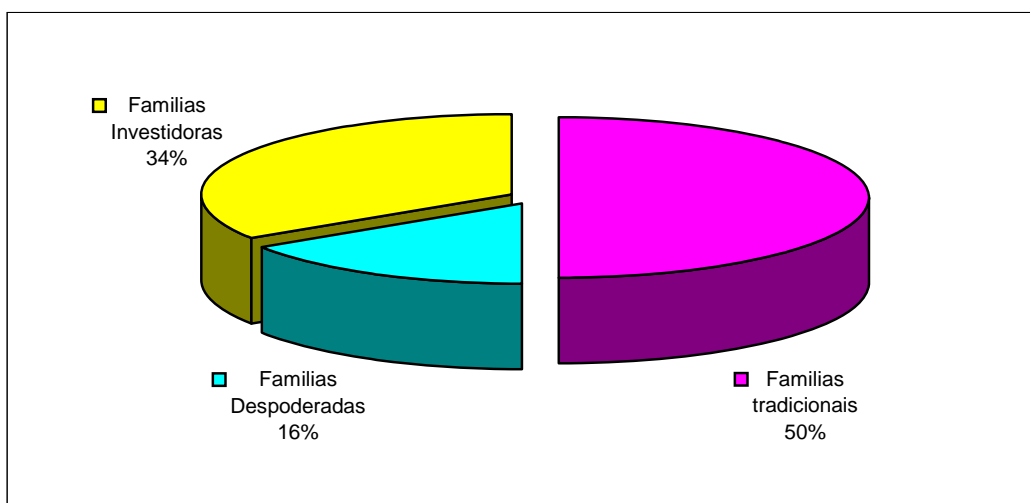


A classificação dos médios produtores enquadra aqueles que possuem de 50 a 300 cabeças de gado. Também nesta categoria, as famílias despoderadas representam uma clara maioria (59%). E, ainda que a proporção de famílias investidoras permaneça estável (12% , contra 11% no caso das pequenas propriedades), percebe-se um claro aumento (29%) na participação de famílias tradicionais entre os médios produtores do município.

De fato, este aumento acentua-se ainda mais no caso das grandes propriedades, conforma demonstra o gráfico 13, sobre os grandes pecuaristas arraianos. Como se pode verificar abaixo, as famílias tradicionais respondem por exatamente metade (50%) destes fazendeiros com mais de 300 cabeças de gado – isto apesar de responderem por uma proporção relativamente pequena da população arraiana. Também as famílias investidoras registram uma participação maior, chegando a 34% do total. Já a presença das famílias despoderadas entre os grandes produtores é de apenas 16%. Ou seja, as linhagens tradicionais possuem mais gado e, conseqüentemente, mais capital, mais facilidade na compra e venda de bens e maiores condições de influenciar as relações políticas locais.

²² Gráfico baseado no cruzamento de dados da Adapec-2006 sobre o tamanho dos rebanhos do município de Arraís com registros sobre a origem familiar de seus proprietários.

Gráfico N° 7: Origens dos maiores produtores de bovino no município de Arraias²³



Este poder econômico não se dá isoladamente das outras esferas sociais. Muito pelo contrário, tanto responde quanto reforça o prestígio social quanto o domínio político das famílias tradicionais – naquilo que já descrevi como o ciclo autotélico do poder local em Arraias. Para melhor comprovar a influência e o prestígio destas linhagens, examinarei abaixo alguns dados que demonstram o controle que elas exercem sobre a esfera política. Mais precisamente, demonstrarei como elas mantêm uma presença hegemônica e secular sobre o Executivo local – isto desde muito antes dos prefeitos atuais, ainda na era dos intendentes que governaram o município até 1935.

3.7. O Governo Municipal e as Linhagens Familiares

As nomenclaturas da ordem governamental mudaram desde a criação de Arraias, ainda no século XVIII. As atas e documentos do Arquivo Municipal comprovam, por exemplo, que o cargo hoje conhecido como “prefeito” era intitulado “intendente” até 1935²⁴. Havia na época também o camarista, figura mais ou menos análoga ao atual vereador que não chega, entretanto, a acompanhar todo o período da intendência. Em Arraias, a transição entre

²³ Gráfico baseado no cruzamento de dados da Adapec-2006 sobre o tamanho dos rebanhos do município de Arrais com registros sobre a origem familiar de seus proprietários.

²⁴ O intendente é uma figura de origem francesa. Era um agente do rei durante o Antigo Regime, investido de poderes policiais e tributários. No Brasil em geral, a figura jurídico-administrativa do intendente foi substituída pela do prefeito em 1930. Tal mudança, entretanto, só se deu em Arraias cinco anos depois.

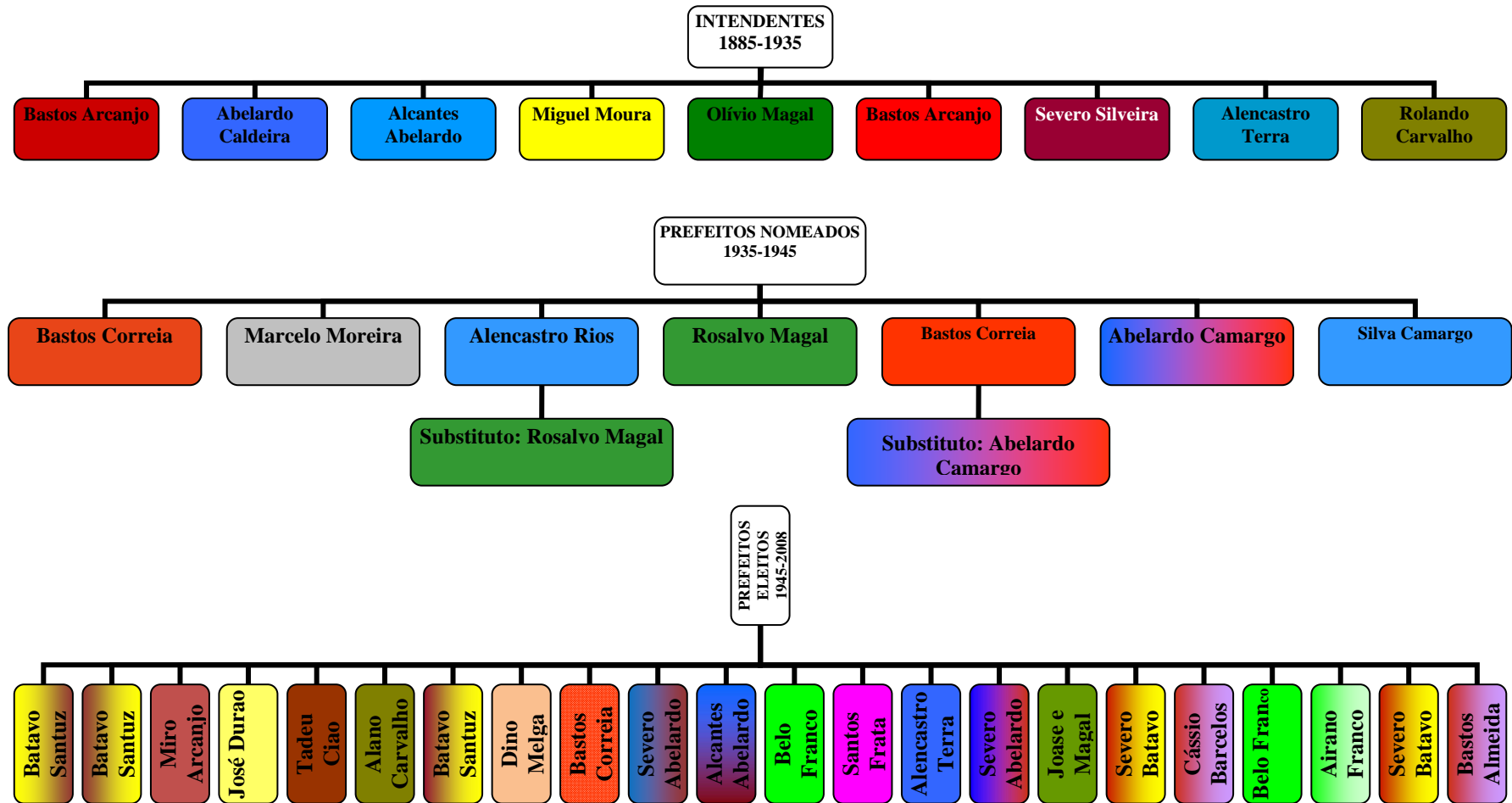
camarista e vereador é confusa, uma vez que este começa a aparecer em atas posteriores sem que, entretanto, se explicita uma mudança formal de nomenclatura.

Entre 1936 e 1945, o intendente passa a ser chamado de “prefeito nomeado”. A partir de 1943, é acompanhado pelo “prefeito substituto”, figura que, embora não seja uma instância de política comum, parece ter sido utilizada para preservar linhagens e evitar vácuos de poder diante da indisposição dos prefeitos nomeados – seja ela pela morte, doença ou rebelião. A partir de 1945, o substituto dará lugar ao vice-prefeito e o próprio prefeito passa a ser eleito.

3.7.1 O parentesco e os chefes de Executivo arraianos entre 1835 a 2008

Para ilustrar a continuidade que marca a ordem governamental de Arraias, o organograma abaixo, lista os chefes do Executivo local, o período de seus mandatos e as linhagens aos quais pertenciam. Vejamos a figura 1 abaixo:

Figura 1: Chefes do Executivo local de 1835 a 2008



LEGENDA:

- As cores semelhantes indicam a linha de parentesco entre os governantes.
- As cores dégradé indicam o amálgama das famílias por meio dos casamentos entre si.
- As cores semelhantes e dégradés demonstram as linhagens que estiveram no exercício do poder de 1835 a 2008.

Conforme a **figura 1**, há uma demonstração de um número limitado de famílias que vem se alternando no poder sucessivamente por mais de um século²⁵. Na primeira coluna a direita lista os intendentess que administraram o município de 1835 a 1935. Já na coluna do meio relaciona os prefeitos nomeados que governaram de 1935-1945. Finalmente, a coluna 3 apresenta os prefeitos eleitos entre 1935 e 1945. Para melhor entendimento são apresentadas e discutidas as especificidades administrativas de cada cargo: seja ele intendente, prefeito nomeado ou prefeito eleito.

Os Intendentess

Os intendentess relacionados na **coluna 1** possuíam uma imagem de respeito e normalmente pertenciam às linhagens tradicionais. Para administrar, contavam com a ajuda de um Conselho Municipal. Ainda que algo análogo às Câmaras de Vereadores atuais, este conselho tinha caráter predominantemente consultivo e poderes limitados. Composto principalmente por membros das famílias tradicionais, apenas auxiliava as ações do Executivo, cujas prioridades eram determinadas pelo arbítrio do intendente. Além de outros moradores, os camaristas ou conselheiros eram em sua maioria profissionais de destaque sem grande atuação política – como o pároco local, que era o relator das atas.

Não há menção nos registros ao primeiro intendente. O livro de “termo de compromisso” informa apenas que o capitão Bastos Arcanjo²⁶ assumiu em 26 de maio de 1885. A partir de então, assumiram o Executivo arraiano as linhagens **Abelardo Castro**, **Miguel Modesto**, **Olívio Magal**, **Alencastro Terra** e, finalmente, **Severo e Silveira**. A degradação dos velhos manuscritos e a falta de documentos catalogados torna impossível saber quais normas estabeleciam os mandatos dos intendentess – que variavam de dois a três anos.

²⁵ É preciso, entretanto, ressaltar que os nomes tanto dos indivíduos quanto das linhagens foram modificados por uma série de motivos – entre eles a preservação dos próprios entrevistados. Ainda que os nomes sejam falsos, as relações – a estrutura que é o foco deste trabalho – são verdadeiras.

²⁶ Bastos Arcanjo já é um nome fictício.

Entre os documentos esparsos, consta que Jordão **Abelardo** assumiu a Intendência em 1911. Foi seguido de Miguel Modesto (1913-1917) e o coronel Olívio Matos (1918-1920). Entre 1920 e 1923, foi a vez do senhor Felício **Bastos de Arcanjo**, que se afastou por motivos de saúde em 1922, sendo substituído por José Rios Modesto. Em seguida, vieram os coronéis Brandão de **Severo e Silveira** (1924-1926) e Francelino **Terra** (1930-1934). O senhor Golias de Carvalho foi intendente de 1934 a 1935, mas nenhum documento explica seu curto mandato.

Os prefeitos nomeados

Entre 1935 e 1945, os municípios brasileiros foram governados por prefeitos nomeados, que eram escolhidos não pelo voto, mas através de portarias impostas pelos governadores estaduais. A mudança de nomenclatura e forma de escolha, entretanto, pouco mudou em relação à procedência dos chefes de Executivos arraianos, sempre oriundos das famílias tradicionais. Ravel **Bastos Correia** foi prefeito por dois mandatos consecutivos (1935-1936 e 1936-1938). Foi substituído por uma série de prefeitos que permaneceu pouco tempo no cargo, mas as atas não explicam por que.

O hiato registrou, entretanto, um fato raro em uma sociedade patriarcal como a arraiana: a nomeação de uma mulher como prefeita. Bela **Alencastro Rios** governou o município entre 1939 e 1941. Como chegou ao poder? Por dois motivos: além de ser culta²⁷, era esposa de um político de família tradicional, o que lhe garantiu a nomeação e a governabilidade. Sua vitória não foi, portanto, uma vitória das mulheres.

Bela **Alencastro Rios** foi substituída em 1943 por Ravel **Bastos Correia**, que permaneceu no cargo até 1945, quando – mais uma vez – uma mulher arraiana chegou ao Executivo municipal. Nomeada pelo interventor federal em Goiás, Ludovico de Almeida, a senhora Eugênia de **Abelardo** Cônego passou dois meses como prefeita Quem era ela? Irmã de Ravel **Bastos de Abelardo Correia**. Foi substituída em novembro de 1945 pelo juiz

²⁷ Segundo Leal (1976) o culto ao intelectual e ao “doutor” foi muito influente na política arraiana em meados do século passado.

Tolentino Sales de Cônego, que ocupou o cargo por dois meses. Quem era ele? Marido de Eugênia e cunhado de Ravel **Bastos de Abelardo Correia**.

Os prefeitos brasileiros passaram a ser eleitos em 1945. Mas os pleitos de então não eram como os de hoje. Segundo o entrevistado 03, ocorriam em um número limitado de locais, onde eram mantidas listas com os nomes dos aptos a votar. Quem ia, votava. Quem não ia, também votava – ou melhor, na sua ausência, o candidato ou algum membro da mesa votava por ele. Estes pleitos à revelia do eleitor continuaram até a década de 1950, quando foram introduzidas cédulas uniformes manualmente depositadas em urnas. A partir de 1996, o voto eletrônico passou a ser utilizado em toda a federação.

Prefeitos eleitos e camaristas

Eleitos por lista ou urna, os prefeitos brasileiros que fossem impedidos de exercer suas funções eram substituídos por prefeitos substitutos até 1960. Naquele ano, foi instituída a figura do vice-prefeito, um ator político eleito junto com o prefeito, a quem tinha o direito legal e obrigação de substituir em caso de ausência ou impedimento. Mas em Arraias as coisas nem sempre funcionavam assim. Como no organograma que vimos, houve ocasiões nas quais – à revelia da lei – outro ator assumia o Executivo – normalmente um irmão do titular. Ou seja, o domínio tradicional se sobrepunha ao racional-legal.

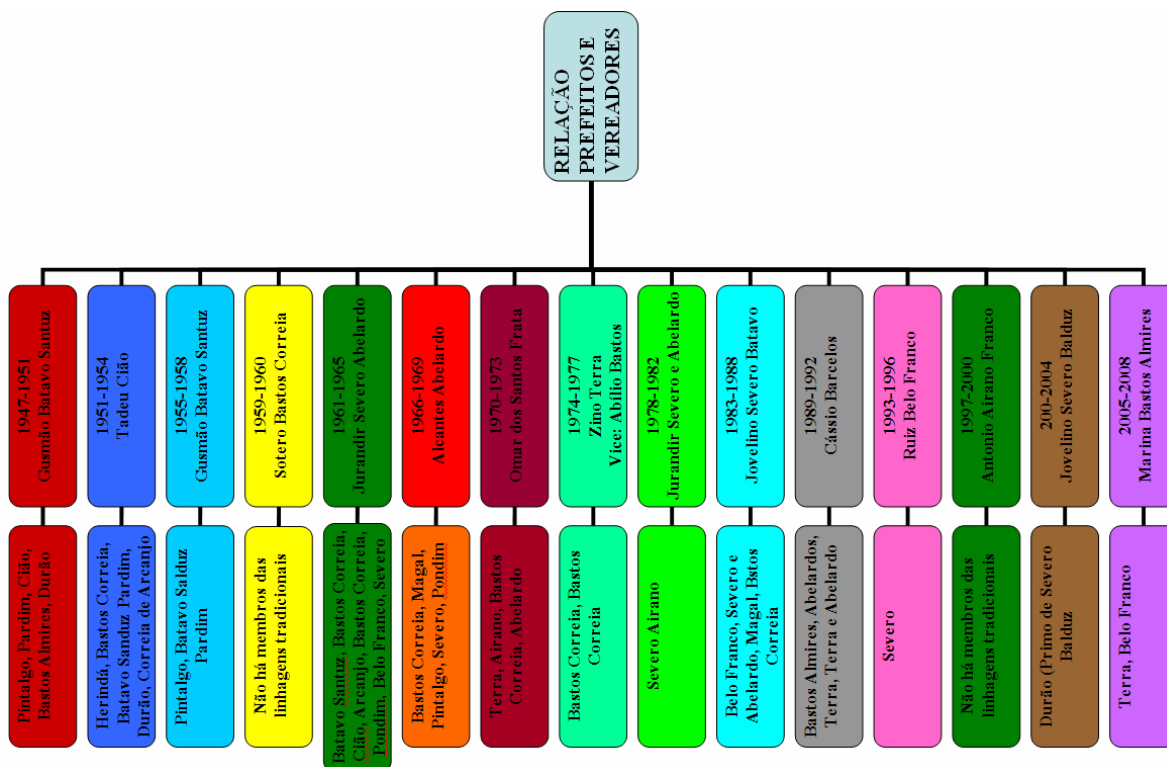
Outro dado confirma esta hegemonia das formas de domínio tradicional: em mais de 90% dos mandatos, quem governava eram as linhagens tradicionais: quando não ocupavam a chefia do Executivo, eram substitutos ou vices. Muitas vezes, também tinham uma presença expressiva – quando não majoritária, no próprio Legislativo. Esta presença pode ser confirmada no organograma 2. Entendendo-o melhor a figura apresenta-se composta de dois jogos de módulos. O primeiro módulo corresponde aos prefeitos, em seguida estão os módulos abaixo, que correspondem aos vereadores com vínculos de parentesco com os prefeitos. Dessa forma, os prefeitos, além de estarem no exercício do poder ainda possuíam sua base de sustentação familiar na esfera legislativa.

Conforme as atas do arquivo municipal revelam, em 1885, os camaristas que auxiliavam o intendente, coronel Zeus de **Abelardo Castro**, pertenciam em sua maioria às linhagens tradicionais. Presidido por Nino Cardoso **Santuz**, o Conselho Municipal tinha como membros Ronildo José da Silva, Orácio de Macedo, Telmo **Bastos de Arcanjo**, Mário

Henridá, Marcos Pardim, Mateus Alencastro de Magal e Joel de Severo e Silveira. O quadro abaixo registra os nomes – muitos deles reveladores da presença permanente das linhagens tradicionais – dos integrantes do Legislativo arraiano de 1947 em diante:

Com os sobrenomes tanto daqueles que governaram o município entre 1845 e 2008, quanto daqueles que exerceram o exercício do poder no legislativo a partir de 1947, a figura 1 e a figura 2 evidenciam a clara tendência familiar. Os nomes recorrem como notas em uma sinfonia, demonstrando que as instâncias governamentais, especialmente o Executivo, permaneceram sob o controle das mesmas linhagens. Tal predomínio das famílias tradicionais se reproduziu no Legislativo entre 1835 e 1992, quando outros novos atores passaram a entrar em cena. Entre outros fatores, tal diversificação foi possibilitada pela Constituição de 1988, pelo controle judicial do processo eleitoral e pela crescente organização da própria sociedade, que passou a buscar representantes mais comprometidos com suas necessidades.

Figura: 2-Relação de Prefeitos e Vereadores de 1947 a 2008



Mesmo assim, as linhagens buscam influir sobre as decisões e políticas destes novos vereadores. Como todo ator político, elas têm a seu dispor um conjunto de práticas e estratégias, cada uma das quais pode ou não ser usada em um dado contexto, dependendo de seus custos e benefícios. Ou seja, eleger-se é apenas uma opção, uma arma do arsenal político das linhagens. Há outros, da intimidação à cooptação, passando pela influência, a troca de favores ou até o suborno.

Das Eleições em Arraiais

A própria história das eleições no Brasil demonstra que – ainda que sejam um importante mecanismo de participação dos agentes sociais – elas não podem ser consideradas totalmente democráticas. Embora tenham se instalado no Brasil colônia, as eleições seguiram no país, caminhos freqüentemente tortuosos e antidemocráticos. Foram marcados ora pelo

coronelismo, com suas fraudes, corrupções e “votos de cabresto”²⁸, ora por avanços racional-legais que buscavam fomentar os princípios cidadãos. E até hoje persistem em grande parte dos municípios brasileiros práticas tradicionais e infensas à democracia por meio das quais grupos dominantes lutam para legitimar suas opiniões, interesses e controle do poder autotélico.

Em Arraias, diferentes histórias são contadas sobre o desvirtuamento na realização de eleições em décadas que antecedem a 1992. Documentam práticas que variam do uso de currais eleitorais, nos quais eleitores eram literalmente confinados nas fazendas de chefes políticos até o momento da votação, à interferência direta nos cartórios eleitorais a fim de garantir a entrega, ou o desaparecimento, de títulos eleitorais.

Mesmo após sua regulamentação legal, as eleições brasileiras continuaram sendo marcadas pelo mandonismo e o abuso de poder. Arraias não foi diferente. Atas e registros das eleições de 1876 – encontradas nos arquivos paroquiais e no Cartório do 1º Ofício²⁹ local – revelam como se realizou a escolha dos deputados da Assembléia Legislativa no Rio de Janeiro. A votação foi realizada na igreja matriz, de onde os votos eram enviados a Goiás Velho, que por sua vez os encaminhava para a capital, onde eram apurados. A comissão eleitoral era composta por membros da própria comunidade política e eclesiástica.

Pelas assinaturas, votavam na cidade eleitores de quatro municípios: Arraias, Morro do Chapéu (hoje, Monte-Alegre de Goiás), Campos Belos e São Domingos. Mesmo assim, as escolhas destes eleitores tinham um peso apenas simbólico. Como não havia candidatos locais, eram obrigados a escolher entre representantes de outras regiões goianas, o que pouco contribuía para que “os grupos locais se fortalecessem para a condução dos negócios públicos”. Afinal, de que valia votar em um deputado que jamais conheceu o município, seu povo e suas aspirações? Pela distância e tempo gasto para que chegassem ao Rio de Janeiro, qual garantia havia que os votos seriam computados, muito menos que

²⁸ Leal (1976) associa o voto de cabresto ao uso do prestígio político, poder econômico e redes sociais pelo donos de terras. O voto do eleitor segue as determinações do patrão, não a própria consciência ou interesse.

²⁹ Livro de Notas de 1876 do cartório de Arraias, páginas 38-39. Ver Anexos.

influenciassem alguma decisão? Como saber se eles não eram meros instrumentos para legitimar uma escolha já definida?

Posteriormente, os coronéis utilizaram outros instrumentos de coação física e moral ao eleitor, violando os princípios democráticos e apropriando-se da legitimidade da ordem tradicional-legal. Exaustivamente documentadas por Leal (1976), tais práticas iam do custeio de despesas de alistamento ao controle de documentos, passando pelo voto de cabresto, a distribuição de vestimentas e refeições, o fornecimento de transporte e alojamento e até o reembolso por dias de serviço perdidos.

Várias entrevistas realizadas para este trabalho confirmam a existência das práticas relatadas por Leal. Os coronéis de fato investiam no alistamento até a hora da votação. Também custeavam despesas de eleitores – especialmente nos anos de eleição: na economia de troca do poder autotélico, gastos viravam votos, que viravam poder, que viravam a renda que financiava os gastos futuros. O preparo era longo e demandava a organização de várias equipes de trabalho: matadores e cozinheiros para fornecer alimentos, fiscais para controlar os movimentos dos eleitores, professores para ensinar a votar, pessoas de confiança para monitorar as secções eleitorais, e outros agentes visíveis e invisíveis.

Na semana da eleição o trabalho intensificava. Como uma engrenagem, cada equipe se prontificava. Quando faltavam uns dois dias para as eleições, era a hora de receber os eleitores. Coronéis e políticos de partidos adversários colocavam cabos eleitorais e auxiliares na entrada da cidade para receber os eleitores cavaleiros e levá-los para as rancharias – que já estavam limpas e preparadas para eles. Quando chegavam, tomavam o café simples e logo saíam para colocar os animais na roça, também demarcada.

A equipe da matança do gado levantava na madrugada. Trazia os “quartos” dos animais, que pendurava nos ganchos de ferro das despensas dos coronéis e chefes políticos. Normalmente, a cozinha ficava perto e os cozinheiros usavam a carne para preparar a farofa que se servia com café. “Este povo do sertão e das caatingas precisa tomar café com coisa forte”, dizia-se. Daí a farofa que dava sustento para esperar o almoço.

Assim que os eleitores acomodavam os animais e suas coisas, tomavam o café reforçado e ficavam ali, pelo quintal. Conversavam, esperando a professora que iria ensiná-los a rabiscar o nome e número do candidato. Normalmente, eram moças da cidade que apareciam

apenas para ensinar a votar. Não era um trabalho fácil: os dedos dos eleitores eram duros para a habilidade da escrita. Eram eleitores analfabetos totais ou funcionais e só sabiam manejar a enxada ou o cabresto, e nesse caso, precisavam se esforçar para desenhar seu próprio nome, o nome ou o número do candidato a ser votado.

Quando saíam do ensaio da votação, os homens ficavam deitados em suas redes. Como estas ficavam armadas em paralelo por causa do pouco espaço das rancharias, aproveitavam para conversar uns com os outros, entre conhecidos e compadres. Para escapar do calor, às vezes armavam suas redes nas árvores dos quintais. Mas eram impedidos de sair para a rua, onde havia outros cabos eleitorais, outras propagandas e outras trocas.

As mulheres ficavam em casa com as crianças pequenas. Às vezes, ajudavam na cozinha. Os cabos eleitorais, ou mesmo algum candidato a vereador ou prefeito, faziam visitas freqüentes às rancharias, que eram muitas: era preciso saber se estava tudo certo. Faziam brincadeiras, chistes com uma pessoa ou outra. Depois iam embora. A aparência era de intimidade e pessoalidade. Mas o objetivo era controle, saber se havia alguém ou algo diferente, pois na economia da troca, há sempre a possibilidade da não retribuição. Segundo palavras de um entrevistado:

Eles tinham que vigiar mesmo porque os cabos eleitorais dos outros chefes, às vezes, entravam de madrugada para dar algum dinheirinho para os eleitores mudarem de idéia. Trocavam rapidamente a cédula-propaganda que tinha a foto e o número do candidato de um lado e a foto de São Sebastião pela cédula -propaganda do outro partido (Entrevistado n ° 01/2006).

Em cada rancharia, a hora do almoço era uma festa. Na sala, ficava a mesa grande com aquelas panelas do tamanho do mundo. Uma tinha arroz, feijão com carne dentro; outra, costela e mandioca. Outras vezes, era só feijão com picado de arroz³⁰, seguido de um cafezinho para arrematar o almoço. Se algum eleitor quisesse ver uma comadre na cidade, tinha alguém de confiança do chefe político para levar, porque sozinho ninguém saía. Os eleitores ficavam presos naqueles espaços, sem distração fora as longas conversas.

No dia da eleição, logo cedo, os cabos eleitorais passavam nas rancharias. Mandavam o pessoal tomar banho, arrumar direito para ir votar. Depois vinham com a lista,

³⁰ Comida conhecida em outros lugares como arroz sirigado, cortado de Arroz, ou Maria Isabel.

chamavam os eleitores, conferiam se estavam com o santinho e levavam para os lugares de votação. O curral acabava na urna. Voltando da secção, os eleitores estavam livres para sair para onde quisessem. Em seus semblantes estava a certeza do cumprimento do seu papel e compromisso, pagaram com o contra-dom os favores recebidos. A dominação não se restringia ao eleitor do sertão e da caatinga, outros mecanismos eram exercidos sobre famílias mais pobres que moravam na cidade ou funcionários que haviam recebido algum favor ou emprego antes das eleições.

Os comícios, as inaugurações, as agências estaduais e as propostas de emprego dividiam a população entre vencedores e vencidos, dominadores e dominados, ou melhor, entre aqueles que determinavam os termos da troca e aqueles que podiam apenas aceitá-los ou não. A perseguição a adversários se fazia moeda corrente e a democracia era, quando muito, apenas uma palavra para usar em discursos.

Tais práticas continuaram até a segunda eleição pós Constituição de 1988. Apesar dos direitos previstos pela nova carta, as primeiras eleições estaduais do Tocantins foram monitoradas por policiais que chegaram a recorrer à força física contra quem ousasse criticar o candidato Wilson Siqueira Campos. A coação foi duplamente grave em Arraias, uma vez que um político local também disputava o governo. Era como se as velhas UDN e PSD tivessem voltado com suas práticas arcaicas e coronelísticas.

Como já dito antes, os partidos políticos não têm no Brasil, especialmente nos municípios pequenos, bases ideológicas firmes: seus programas de governo variam segundo as conveniências do poder e a necessidade de disputá-lo. Por isso, as eleições têm apresentado um balanço de práticas ambíguas. Por um lado, sobrevivem ainda resquícios da dominação tradicional, que vem demonstrando uma surpreendente capacidade de adaptação sempre que a sobrevivência está em jogo – adotando novos mecanismos, rituais e trocas. Nos rituais políticos arraianos, o controle já não se dá pela coação explícita, mas ainda se manifesta na distribuição de lembranças em festividades, na oferta de empregos a apoiadores e na apropriação de espaços sagrados por candidatos. Também é comum a exigência, por chefes políticos, que famílias de eleitores participem de comícios eleitorais: devem estar presentes, bater palmas, assoviar, aplaudir e gritar palavras de ordem, demonstrando assim o prestígio e liderança do candidato.

Por outro lado, a sociedade civil logrou alguns avanços e as novas leis eleitorais criminalizaram diversos antigos abusos, estabelecendo uma clara distinção entre práticas aceitáveis e inaceitáveis. Hoje, a norma racional-legal busca ainda, fortalecer princípios republicanos fundamentais como a autonomia dos poderes, a liberdade do voto e a soberania decisória da sociedade. Esses avanços vêm ameaçando a existência desses resquícios de dominação. O que se espera é que estes vestígios sejam dizimados.

Os comícios representam um espaço de conflito, sobretudo nos bairros periféricos que, nos dias destes eventos, são palco de uma verdadeira guerra simbólica entre os apoiadores de diferentes candidatos. São comuns os enfrentamentos, ofensas e agressões. Em meio ao conflito, entretanto, pactos também são selados. Por isso, famílias, cabos eleitorais, líderes comunitários, articuladores e membros de algumas associações religiosas são pressionados a estar presente e a vigiar quem foi ou não ao comício.

Além disso, muitos eleitores são pressionados a reservar os muros de suas casas para a propaganda. Entende-se que o eleitor que recusar-se a fazê-lo não apóia o candidato em questão. Esta falta de obediência pode ser catastrófica para o eleitor moderno assalariado ou mesmo insurgente. Além da possibilidade de coação, a própria exclusão do sistema de troca pode custar um emprego, uma oportunidade ou mesmo a indicação para um pequeno serviço remunerado. Já os eleitores tradicionais são os primeiros a oferecer seus muros.

Outra estratégia dos políticos é prestar contas à comunidade por meio dos panfletos e folhetins distribuídos gratuitamente pela cidade. Os adeptos do candidato recebem e defendem veementemente àquela mensagem de aparente transparência, que abonam como fosse a verdade absoluta. Ridicularizam ou mesmo agridem quem questionar a suposta probidade no uso dos recursos públicos. Dessa forma, sabem quem os defendeu e se certificam do apoio dos adeptos e dos adversários.

A presença imprescindível dos políticos nos enterros e velórios dos falecidos é outra estratégia. Neste caso, apóia-se a família enlutada em sua própria casa ou em uma igreja. Candidato, articuladores e líderes comunitários registram presença, circulam por ambientes íntimos e choram. Mostrando-se pessoalmente atingidos pela morte do falecido, oferecem os préstimos em caso de necessidade. Tornam a simpatia em dádiva, reconhecendo a importância do morto e de sua família. Retorno haverá.

Nas festas religiosas, muitos comparecem pessoalmente ou são representados por *festeiros, beatos, vicentinos* ou mesmo faixas e cartazes. Embora todos estes religiosos se empenhem na organização das festas, alguns frisam o nome e cargo (presente ou futuro) do político, que apóia a festa e distribui chaveiros ou camisetas. O resultado é poderoso: a associação do candidato ao próprio espaço sagrado – uma associação difícil de questionar sem parecer questionar o próprio sagrado.

Algumas estratégias são ainda mais sutis. É o caso, por exemplo, dos panfletos que candidatos costumam distribuir durante estas festas com as orações de um santo na frente e os feitos próprios no verso. Visto como um objeto sagrado, o panfleto não pode ser descartado. E acaba por meses nas carteiras dos arraianos. Trata-se de uma estratégia de dominação tradicional no sentido weberiano do conceito: inserindo-se, por um truque de impressão, na ordem sagrada, candidato ordena que o panfleto seja guardado e assim fortalecem seu poder de persuasão. Com frequência, é obedecido.

O mando dos políticos também é reforçado pelos agentes públicos e articuladores que controlam cargos comissionados ou outros empregos públicos estratégicos, usando-os a favor de seus chefes. Somente os companheiros fiéis serão empregados ou mantidos nos cargos. Caso alguma pessoa competente, mas sem filiação política, se candidate, dificilmente será chamada. Se for adversária, então, jamais este fato irá se consumir.

Tal forma de controle tem duas conseqüências práticas na administração pública. A primeira é que os funcionários nomeados não podem se opor, muito menos denunciar, qualquer abuso ou irregularidade cometida por seus patronos. A segunda forma é que mesmos os funcionários concursados efetivos correm o risco de transferências quando se opõem a um determinado chefe político – seja durante as eleições ou no próprio cotidiano administrativo. Frequentemente, acabam deslocados para repartições de pouca importância ou para as áreas rurais.

Essas formas de controle e dominação são constantes no sistema político-eleitoral de Arraias. Há que se ressaltar que a Constituição de 1988, as inúmeras Emendas Constitucionais, a consolidação da Justiça Eleitoral e a introdução das urnas eletrônicas têm contribuído para dar mais transparência às eleições. São avanços que têm buscado fiscalizar, controlar e, quando possível, eliminar as brechas para os abusos praticados por políticos

herdeiros do coronelismo. Mesmo assim, não há como dizer que eles não continuam ocorrendo no município.

Após as eleições, os eleitos assumem seus cargos e vão exercê-los. Os companheiros, atores ou familiares recebem os cargos comissionados. É a dádiva que salda a dívida, o favor retribuído, o dom e contra-dom. Mas o sistema tem suas sobras. Muitos atores não conseguem ocupação e passam a pressioná-los para abrir vagas ou encontrar brechas legais que permitam novas contratações. Funcionários efetivos que não votaram no eleito recebem recados com ameaças de transferência, entre outras perseguições.

A disputa pós-eleitoral também se manifesta internamente entre os próprios detentores de cargos comissionados. Quem não conseguiu emprego permanece vigilante, buscando ocupar os cargos de outros que consideram menos leais ou comprometidos com o chefe. E mesmo os que recebem tais cargos buscam substituir uns aos outros. Há sempre uma vaga melhor e um amigo que precise de vaga. A espera e as negociações continuam até as próximas eleições, quando o ciclo se inicia, mas não se renova.

Para os candidatos a deputado estadual ou federal, as eleições nos municípios custam caro somente até o dia em que ocorrem. Eleitos, voltam para as cidades grandes e ocasionalmente comunicam a apresentação à Assembléia Legislativa ou à Câmara dos Deputados de algum projeto de lei ou emenda orçamentária em benefício do município. No mais, somente aparecem nas festas religiosas, onde marcam território para as futuras eleições.

Apesar das mudanças nas regras eleitorais, no sistema administrativo e até na forma de escolha dos governantes, trata-se de um sistema antigo no qual um número limitado de famílias vem, ao longo das décadas, perpetuando-se no poder. Basta observar a relação dos nomes dos intendentes, prefeitos e vereadores de Arraias para perceber a existência de um sistema de parentesco e poder que se estende há mais de cem anos. As famílias estiveram e estão à frente do poder local alternando, apenas, os seus membros.

Pode-se dizer que existem no município apenas duas forças políticas, uma situação e uma oposição. Moverias, eram formadas por casamentos, alianças, rompimentos, afastamentos e traições entre linhagens e intercambiavam-se no poder segundo os resultados das eleições. Mudanças à parte, o número de linhagens é bastante limitado. Elas são: Bastos de Arcanjo, Aberlardo Castro, Santuz, Severo e Silveira, Moura, Magal, Terra, Alencastro,

Conceição, Bastos Correia, Severo Aberlardo, Santos Frata, Abelardo Terra, Bastos Almiros, Belo de Franco.

Pelos sobrenomes, pode-se relacionar a união dessas linhagens. Frequentemente, tal união se dava por meio dos casamentos, através dos quais integrantes ou mesmo famílias de menor importância eram incorporados a outras de maior prestígio, trocando suas origens por outra mais tradicional. Ainda hoje, muitos casamentos buscam reforçar relações dentro de uma linhagem, reaproximando parentes distantes para garantir seu poder econômico e tradição. Os parentes consangüíneos e afins misturam-se entre si fortalecendo o mesmo grupo no poder e suas formas de dominação. Em outros casos, a união de membros de duas famílias tradicionais gera uma terceira família, com novos mitos, novos projetos e novas construções de sobrenomes, como por exemplo, Bastos Correia com Abelardos, Severos, Fratas, Henridas Magal; os Aberlados com os Santuz, os Fratas, os Almiros e os Correia; os Terra com os Caldeiras; ou os Belo Franco com os Severos e os Fratas.

Quando outro sobrenome entra em destaque, normalmente é pelo fato de ter se casado com o membro de uma família tradicional. Pertencer a ela abre possibilidades de influência e exercício do poder. Assim estas linhagens crescem, permanecem fortes, mas tendo como referenciais os mais velhos, “os patriarcas”. Estes foram os primeiros a se instalarem na região e têm descendentes não apenas em Arraias, como também em seus antigos distritos de Campos Belos e Monte Alegre. Como observa Cordeiro, “as famílias das três cidades são ligadas entre si por laços de parentesco e interesses comuns (1989:25)”.

Compreendemos que Cordeiro usa o termo “família” para se referir não a todas as famílias do município, mas apenas “as famílias tradicionais” – como ela própria reconhece no capítulo IX de Arraias: suas Raízes e sua Gente. O capítulo trata do desenvolvimento das tradicionais famílias arraianas – que possuem brasões, gado e fazendas e são consideradas referências por terem prestígio social e econômico. São famílias que ainda rendem aos seus integrantes o gosto – estudado sociologicamente por Roberto da Matta – de poder fazer a pergunta “Você sabe com quem está falando?”.

Nessa cidade praticamente não se prolonga uma conversa sem saber com quem se está falando. Pois palavras são trocas e para trocar é preciso saber com quem se troca – neste caso, de quem o interlocutor é filho, neto ou sobrinho. Se for alguém sem uma referência

conhecida, cessa-se o diálogo. Se for algum conhecido ou parente de indivíduo de quem se tem conhecimento, as conversas são desenroladas, criando-se a possibilidade de aprofundamento das relações.

Interessa-nos a discussão sobre a teoria antropológica do parentesco, na medida em que colabora para explicar o parentesco entre as linhagens tradicionais arraianas. Elas se mantêm coesas no parentesco real e, sobretudo, mítico – o parentesco que “existe apenas na consciência dos homens”, mas é o “essencial para determinar e exprimir um comportamento efetivo entre todos aqueles que, de perto ou de longe, afirmam compartilhar a mesma filiação, existem formas de solidariedade entre ajuda, cooperação, ritual, etc.” (MARIE, 1978:13). É esta consciência de integrar uma filiação que leva os indivíduos, mesmo que num grau de parentesco muito distante, a preservarem o nome e o sobrenome destas famílias, a serem coesos, a se orgulharem de fazer parte delas e a lutarem por valores semelhantes. Com seus valores, graças e poder (para usar a linguagem honorífica “nativa” às linhagens), o ancestral permeia o imaginário dos parentes como um exemplo a ser imitado, respeitado e seguido – uma fonte de honra.

Alguns membros dessa linhagem³¹ familiar não possuem semelhança biológica alguma. Mesmo assim, o simples fato de se sentirem pertencentes à determinada família permite que incorporem os valores e crenças dos familiares nucleares mais antigos. Como diz Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*, “nome não dá: nome recebe”.

Outra forma de se manter fiel à família é seguir seu credo e seu partido político. Dificilmente encontramos pessoas das “linhagens tradicionais” em igrejas ou partidos diferentes. Quando algum parente se rebela politicamente, ou seja, deixa seu partido e seu grupo de poder, os patriarcas e líderes familiares o visitam para tentar dissuadi-lo. Para tanto, falam do elo, do nome, da união da família que precisa ser honrada. Buscam, em outras palavras, a coesão da organização familiar e o sentido de pertencimento a mesma linguagem.

³¹ A linhagem é uma "unidade social, econômica, religiosa, expressa por uma genealogia precisa, em que as tensões internas que antecedem as clivagens e as segmentações estão sempre presentes" (P. Mercier).

No credo religioso estão unidos em torno da Igreja Católica. Sintomaticamente, os próprios bancos da igreja matriz dos Remédios foram doados por estas famílias, cujos nomes estão inscritos em pequenas placas coladas na parte de trás dos mesmos. São elas: Correia Frata Fares, Alencastro Terra, Galvão, Moura, Bastos Almires, Ferreira dos Santos, Lunas Correia, Figueiredo e Terra, Santos Frata, Paula e Souza, Luiz Costa, Fernandes Magal, Lopes, Almires Conde, Bastos de Almires, Bastos Correia, Correia Costa, Prefeitura Municipal, Magal Murtado, Moura e Silva Magal More, Nery, Pontes, Ribeiro, Airano Costa, Paixão Fernandes, Florença Ramalho, Miranda, Rocha, Durão. As famílias não assistem às missas sentadas somente nos respectivos bancos: sentam em qualquer lugar. Ainda ausentes, entretanto, reforçam sua presença simbólica: ali inscritas, são também ali lembradas e ocupam um lugar de poder no espaço sagrado da Igreja.

Linhagens dos religiosos e sua repercussão no Poder local

As linhagens tradicionais em Arraias têm uma de suas origens no seio da Igreja Católica. Por isso, reporte a formação do catolicismo rústico e um dos instrumentos de sua desqualificação: a crítica aos padres por não possuírem formação específica e viverem com concubinas, filhos e vícios mil. De fato, a história oral, registra o caso de um sacerdote chamado Profeta, o qual constituiu no município uma família de quatro filhos – que teriam formando parte das linhagens mais recentes.

Vindo de Natividade, o Padre Profeta atuou na paróquia Nossa Senhora dos Remédios entre 1847 e 1891. Como pároco, ministrava os cultos, recebia confissões, perdoava pecados e era escrivão da Comarca Eclesiástica. Segundo seus bisnetos, ele conheceu uma viúva cuiabana, descendente de índios. Esta tinha uma filha, pela qual ele se apaixonou e com a qual teve quatro filhos. Não negou, entretanto, tal paternidade, chegando a deixar um testamento no qual a reconhece explicitamente, distribuindo seus bens entre seus filhos. Conforme o testamento³²:

[...] Constituo por herdeiros dos meus poucos bens – Ana Maria casada com Manoel de Sena e Silva, Mariana casada com Francisco Antonio Cardozo-Joana casada com Lopo Honorato Pinheiro José Joaquim, Jonas e Zumira, todos filhos

³² Encontrado no Cartório Civil, Caixa 32 de 1897.

de M^a Vitória Henrique da Silva. Declaro mais que, os herdeiros casados descontar-se-há o que receberão de dote. É para cumprimento deste meu testamento, no mais para meus testam nos livros em primeiro lugar ao meu afilhado Jose Joaquim de Freitas, em segundo Manoel de Sena em terceiro Francisco Antônio Cardozo aquém dou todas as faculdades e com tais lhe concedo o direito de por este meu testamento. Renovo e anulo outro qualquer anterior que possa haver antes deste, pois, só quero e a minha vontade que vale este que faço e vai por mim assegurado. Arrayas, sete de abril de mil oitocentos e oitenta e oito (Padre Profeta).

A partir destes quatro filhos, o Padre Profeta deixou uma descendência que, com o passar das décadas, passou a acumular o poder político e econômico não somente em Arraias, mas também em Campos Belos e Monte Alegre. Destes filhos, duas mulheres, Joana e Ana Maria formaram famílias que se constituem como algumas das linhagens tradicionais. Seus filhos (e descendência) assumiram cargos políticos importantes desde a segunda metade do século XIX até os dias atuais.

A linhagem constituída a partir do casamento de Joana de Freitas com Lírio Honorato Padilha é considerada tradicional e de relevância política e social nos municípios de Monte Alegre de Goiás e São Domingos de Goiás.

Da linhagem originada do casamento de Ana Maria de **Freitas** com Mário **Severo e Silveira** – nasceram dez filhos que, como homens fiéis da Igreja, assumiram o poder político no município de Arraias. Passado entre geração, este poder se perpetua até os dias atuais entre seus tataranetos.

Observando a árvore genealógica do casal, constata-se que dos dez filhos de Anária de **Freitas**, dois dos atuaram diretamente no cenário político – Hilário e Joatan, e uma das filhas Fidélia, a qual teve dois filhos que foram prefeitos (Jurandir **Severo Abelardo** – Prefeitos por dois mandatos, e Lauro **Severo Abelardo** – (prefeito substituto).

O primeiro dos filhos, Hilário **Severo e Silveira** foi intendente e teve uma filha (Jacy **Severo**) que se casou com Antero **Santuz** (primo de Batavo **Santuz**, prefeito em dois pleitos e um pleito como deputado). O segundo, Joatan **Severo e Silveira** foi coronel e casou duas de suas filhas com integrantes das linhagens **Cião** e **Santuz**: Mara casou-se com Tadeu **Cião** e, Domiciana com Batavo **Santuz**. Do casal Domiciana e Batavo **Santuz** nasceu Jovelino de **Severo Santuz** que foi deputado estadual e prefeito por dois mandatos.

Quanto à vida de amasiado do Padre Profeta, a sociedade resistiu à sua decisão de ter uma família. Mesmo assim, ainda que os padres fossem oficialmente proibidos de casar e ter filhos, esta era uma prática disseminada no Brasil do século passado. Segundo uma de suas bisnetas, hoje com 92 anos, seus pais contaram-lhe que o padre não escondia que tinha filhos e lhes dava assistência e orientação. Talvez arrependido de sua vida profana de homem mundano, cumpria um estranho ritual sempre que subia ao altar para celebrar a missa: entrava pela porta da frente, tirava os sapatos e escrevia algo nas solas para purificar-se. E dizia estar pronto para a missão sagrada assim que completava o gesto, sugerindo que distinguia sua condição profana de seu exercício do sagrado.

Na condição profana, o padre Profeta exercia funções administrativas, políticas e religiosas ao mesmo tempo. Sustentou um grande poder e, mesmo sem saber, instaurou um elo entre a política e a religião no município – relação que, aliada com os fatores econômicos que favoreciam sua família, acabou sustentando o poder da mesma.

A história do sucessor de padre Profeta, um sacerdote chamado Enzo Parreira de Miragem vindo da Bahia, não é tão diferente. Segundo uma de suas netas, seu avô “tomou uma mulher de um senhor lá em Juazeiro-Ba, com ela teve quatro filhos também”. Ao se mudar para a região trouxe um dos seus filhos, que se casou com uma das filhas das famílias tradicionais de Arraias. Este era um senhor muito político e se sentia fortalecido por ser filho de um padre respeitado e por ter desposado uma filha de outra linhagem tradicional que desfrutava de igual poder.

Posteriormente, assumiu a paróquia o padre Pedro Sinval Guerra, natural de Taguatinga (TO), o qual exerceu o sacerdócio durante quase 30 anos. Pedro Sinval era considerado bom rezador e seguia a orientação comum de evangelização da época, que incluía a celebração da missa em latim. Confessava os fiéis, dava-lhes a eucaristia, fazia as desobrigas. Segundo a história oral ele teve uma filha no município vizinho de Paraná, onde ele era responsável pela evangelização. No entanto, a paternidade não foi explicitamente registrada como nos outros dois casos.

Controle Patrimonialista da Ordem Governamental

As linhagens tradicionais e, principalmente, o conjunto de patriarcas locais podem ser abordados enquanto estamento, definido por Weber (1982:220) como sendo normalmente acima de tudo um estilo de vida específico ligado a essa expectativa ao relacionamento social. A base de poder do estamento não é necessariamente econômica, mas sim o controle patrimonialista do Estado como forma de dominação política, onde não existem divisões nítidas entre a esfera pública e privada (WEBER apud SCHUWARTZMAN, 1982:43).

Os dados apresentados anteriormente mostram que as linhagens tradicionais controlam a maior parte da riqueza do município. Porém, elas não são apenas ricas. Constituem-se também em verdadeiros estamentos patrimonialistas. Os dados disponíveis sobre a ordem governamental do município revelam que essas linhagens têm controlado não apenas a esfera executiva, mas também a judiciária e a legislativa, nas quais têm encontrado um meio importante de legitimação do poder que detêm. É importante, entretanto, considerar os avanços que as esferas vêm alcançando nas últimas décadas.

Controle do Judiciário

Como já foi demonstrado, os intendentes e prefeitos têm procedido das linhagens tradicionais, o que implica que o Executivo local têm sido largamente controlado por elas. Mas as linhagens também incorporam pessoas que possuem prestígio social embora não descendam dos patriarcas – tais como médicos, padres e juízes.³³ A este respeito, é significativo destacar que – entre 1940 e 1950 – três juízes de paz pertenciam às linhagens: Batavo Santuz, Bastos Correia e Severo e Silveira.

Integrantes dessas linhagens ocuparam cargos em várias esferas governamentais: quando não eram prefeitos, eram juízes de paz ou distritais ou controlavam a economia do município no cargo de coletor. Estes dados, obtidos nos registros da Câmara de Vereadores,

³³ Vários juízes e médicos que chegaram solteiros em Arraias se casaram com damas ou cavalheiros descendentes dos patriarcas dessas famílias, como é o caso do médico Mariano Rios Leite e dos juízes José Braulio da Silva Durão, Tony Soares de Cõnego e Mariana Aleny Vianney.

demonstram uma cadeia de relações familiares nas várias esferas do governo, um mecanismo de manutenção e controle do poder, incluindo o religioso. Segundo um dos entrevistados:

Os vinte e três juízes que trabalharam neste município compuseram um painel que pode ser visualizado em dois períodos distintos. O primeiro deles, ainda no Estado de Goiás, foi constituído de um poder judiciário moroso nos processos, cumpria com suas obrigações de forma muito lenta. Os juízes se ocupavam muito das pequenas causas.

O entrevistado lembra-se de uma delas:

[...] como não existia padaria naquela época, a comunidade usava fazer cuscuz³⁴ para o café da manhã, e ai amanheciam o dia tirando o fubá do milho no pilão. Este trabalho era processado (ainda o é nas fazendas dos pobres) por uma ou duas pessoas que colocam o milho no interior de um pilão de madeira e pegam a mão de pilão³⁵ e pisam até conseguir fubá. Mas uma juíza se incomodava com as batidas no pilão logo cedinho, e baixou uma portaria proibindo tirar fubá pela manhã. Fato que causou indignação nas famílias que não puderam mais comer o seu único sustento da manhã, caso não tirassem o fubá noutra hora.

Mas a comunidade em geral, sobretudo a comunidade do cuscuz, era sempre respeitosa com a autoridade, jamais questionaria a ordem de um juiz – ousadia reservada aos coronéis. Na maioria das vezes, os juizes não atuavam de forma incisiva, pois nem sempre tinham o respaldo ou o respeito dos coronéis. Em muitos casos, estes os desrespeitavam e até os ameaçavam, como nos contou o entrevistado 9:

O primeiro juiz, o Dr. Durão fora designado pela Justiça para prestar serviços no município de Cavalcante, e lá em visita a um dos coronéis, viu um chibata pendurada na parede e ele então perguntou ao coronel se ele tinha muitos animais. O coronel disse “não esse é ensinar para uns cabras sem vergonha”. O juiz entendendo a insinuação do coronel pediu para se mudar daquela localidade e veio para este Município onde contraiu núpcias com uma arraiana.

Outro fato na região que chamou atenção e intimidou o Judiciário da região foi a expulsão do juiz no episódio do “Duro”, hoje, Dianópolis. Descrito no livro Quinta Feira Sangrenta, de Oswaldo Rodrigues Póvoa (1984), o episódio foi uma demonstração de que o juiz não detinha, na realidade, a autoridade que lhe reservava o domínio racional-legal, sendo

³⁴ Uma comida típica na zona rural e mesmo na urbana, o cuscuz costuma ser consumido no café da manhã. Leva fubá de milho, açúcar, uma pitada de sal, um pouco de liga e água. Alguns colocam queijo ralado na massa. Sabe-se que o paulista faz o cuscuz também, só que o faz salgado, usando fubá, lingüiça ou outra carne.

³⁵ Mão de pilão é um instrumento utilizado para pisar alimentos, feito de madeira pesada e lapidada. Afinam mais no centro, onde se seguram. Mais grossas, as extremidades são usadas para o que se quer pilar.

desmoralizado e expulso de um município. Tal esvaziamento institucional lembra a observação de Leal (1976) segundo a qual os chefes municipais governistas tinham ampla autonomia extralegal. As Autoridades estaduais fechavam os olhos à quase todos os atos do chefe local governista (violência etc).

Como um juiz poderia enfrentar tamanha força? Agia cumprindo as obrigações básicas, muitas vezes cedendo a pressões dos coronéis, outras vezes contempORIZANDO com seus abusos. Por representarem a legitimação do poder e da autoridade racional-legal no município, os juizes ameaçavam a autoridade do coronel. Mas o Judiciário não possuía uma polícia que o resguardasse nem contava com a proteção do Estado para o exercício de suas funções. O único apoio que recebia era de algumas pessoas da comunidade que, com tímidas bajulações, ofereciam bandejas de café com fartura de biscoitos, outras vezes algum bezerro.

A política do município parecia a meados do século passado, tranqüila aos olhos externos. A comunidade local, sob o jugo dos coronéis, se comportava de forma ordeira. Mesmo representando uma autoridade, o Judiciário, entretanto, não constituía uma instância representativa do poder local. Sem o Executivo para impor suas decisões, acabava conivente com a ordem estabelecida pelos coronéis.

Às vezes, os próprios juizes participavam das linhagens. Alguns ou se casaram com arraianos ou possuíam parentescos na comunidade, embora sejam exceções. De fato, nos foi revelado (com receio), que este vínculo chegou a influenciar algumas causas judiciais – que sofriam pressões de familiares, retratando a velha dificuldade apontada por Holanda quando dizia que:

[...] ao predomínio absoluto, entre nós, de uma ética de fundo emotivo sobre uma orientação racional da vida. As virtudes que temos tradicionalmente prezado, ao longo de nossa história, são as que se ligam à esfera dos sentimentos: a benevolência, a tolerância, a afabilidade. O que põe em risco O sentido da disciplina ou o rigor lógico da decisão (1995:148).

Como essa “ética de cunho emotivo”, exercida por juizes que possuíam parentesco na comunidade, representava exceções, as repercussões foram pequenas. Registradas apenas na lembrança dos prejudicados, não chegaram a causar grandes danos institucionais, especialmente dada à renovação do Judiciário que acompanhou a criação do Tocantins. “Uma leva de novos juizes veio compor o judiciário e com eles novas posturas, inclusive de

enfrentamento aos velhos coronéis, em nome da ordem e da justiça”, lembra um dos entrevistados. Depois, acrescenta:

[...] um juiz em 1991, havia pré-estabelecido o horário de propaganda eleitoral, e um dos coronéis acostumado a pressionar os juizes anteriores, não deu ouvidos a portaria expedida pelo Meritíssimo, e ordenou ao carro de som que prosseguisse com a propaganda. Em seguida recebeu ordem de prisão e foi levado num camburão da Policia! Que vexame! Que humilhação! E onde estava o delegado (que era irmão do coronel) para abrir a cadeia? Este nervoso gaguejava não conseguindo encontrar a chave da cadeia. E o coronel fica detido no Fórum da cidade, provocando um corre dos comparsas, que revoltados com o juiz, pedem a sua saída daquela comarca. (Entrevistado n° 10/2006).

Enquanto o clima agitado ocorria entre a ordem do juiz e a prisão do coronel, motoristas das máquinas da prefeitura estavam sendo autorizados para subirem até o prédio da cadeia para derrubá-la, caso o coronel fosse preso. Horas depois, veio uma ordem do governador do estado para a soltura do coronel. Contudo, o juiz permaneceu mais dois anos, trabalhando com relativa autonomia. O enfrentamento foi salutar, pois gerou um novo olhar sobre a importância dos juizes enquanto autoridades constituídas e legítimas do município. Além de recuperar a imagem do Judiciário local, a prisão representou uma das primeiras ocasiões em que limitações foram impostas aos vícios mandonistas dos coronéis.

Outros juizes vieram nos anos subseqüentes. A postura independente deles marcou um novo tempo, como uma Justiça mais atuante – sobretudo no que diz respeito a uma das questões nevrálgicas do município, que é o processo eleitoral. Se antes, a conivência dos juizes colaborou para o fortalecimento dos coronéis, nesse segundo período, eles atuaram de forma a fazer valer a quebra do monopólio eleitoral dos novos velhos chefes políticos arraianos.

3.8. Controle do Legislativo

O legislativo no Brasil era uma importante instância de governo em 1891, quando este era composto apenas por um Procurador e um Juiz Ordinário. Posteriormente uma eleição para a Câmara designava que todos os homens adultos, brancos, livres, com residência fixa e sem passado criminoso podiam votar, enquanto os judeus, negros, estrangeiros, mulheres, trabalhadores braçais e artistas não podiam. Mas, a partir do século XVIII, o Executivo, na pessoa dos governadores, passou a ser mais prestigiado que o Legislativo.

Como já mencionei anteriormente, o Legislativo passou a ser em todos os municípios da Federação uma instância que, dependendo da realidade local, se apresentava mais ou menos atuante. No caso dos pequenos municípios onde a dominação do Executivo era maior, o seu papel se resumia em mais validar os atos do Executivo do que atuar como um legislador autônomo diante dos apelos da sociedade local.

Pela leitura das atas da Câmara Municipal de Arraias, verifiquei que até meados de 1960, as sessões eram realizadas à noite de quinze em quinze dias. Os vereadores tinham pouca influência no exercício de poder. A maioria das pautas era aprovada por unanimidade. Uma vez ou outra, algum vereador se manifestava contra alguma medida do Executivo, mas uma boa conversa desfazia aquela pequena resistência. No cotidiano, a Câmara discutia prorrogações de licenças e processos de representação. Apreciava projetos de lei sobre isenções de pagamento de luz, canalização de água e perdão de dívidas.

As cobranças pouco influenciavam a ação política do Executivo, tanto que na maioria das pautas, registram-se na parte do *Expediente* os termos *nada consta* e na *ordem do dia*, não há matéria para ser lida ou discutida. Normalmente os vereadores não usavam a tribuna para defender causas coletivas. Ocasionalmente, uma discussão surgida poderia render um mês de debates enquanto passava pelas comissões da casa: a de Finanças e Obras públicas, a de Constituição de Justiça e Legislação, a de Educação e Saúde Pública, a de Agricultura, a de Comércio e Indústria³⁶.

Com o tempo, os vereadores passaram a participar mais das questões do município. Mostravam-se mais atentos às matérias que chegavam ao plenário; pediam informações ao Executivo, mas não por escrito. Algumas iniciativas, entretanto, tinham efeitos de longo prazo. Para a sessão ordinária do dia 20 de setembro de 1965, existe um registro de um requerimento verbal de um vereador pedindo a criação do Distrito da Canabrava, mediante uma solicitação dos habitantes daquela localidade.

Outros temas também estão registrados nas atas, dentre eles, a reabertura de escolas em algumas áreas rurais, a contratação de servidores, a alteração na estrutura administrativa da

³⁶ Conforme o Regimento Interno art. 40 e 46 da Câmara Legislativa arraiana.

prefeitura, a isenção de tributos de impostos prediais, a continuidade de calçamento de ruas, a revisão nas estradas cavaleiras e a construção de um novo cemitério. Estas pautas eram lidas e distribuídas às comissões, que as analisavam. Depois, voltavam ao plenário para nova votação. Apesar dos avanços nas discussões, tais temas raramente abordavam os problemas sociais das comunidades mais necessitadas, e muito menos contemplavam seus interesses.

Outro dado observável é que a maioria dos vereadores era, até o final da década de setenta, composta de membros das linhagens tradicionais. Formavam a base do Executivo. De 1980 para cá, entretanto, surgiram novos atores que não pertenciam às linhagens tradicionais. Isto não significa que alguns não se dispusessem a defender o Executivo. Tampouco significa que não houvesse a troca de apoio por, por exemplo, ajuda na caixa de campanha. Mas foi um avanço, ao menos tirou das linhagens o controle hegemônico sobre os termos das trocas.

A partir de 1980, as atas começam a mostrar vereadores que enfrentaram o Executivo por meio de cobranças, solicitações de esclarecimentos, rejeições de proposições, recusas de aprovação de balancetes e discordâncias quanto a alguns projetos de lei. Enfim, os vereadores têm demonstrado maior conhecimento de causa nos assuntos discutidos, assim como um envolvimento maior do Legislativo com as questões sociais locais.

Em atas de 1992, constam registros das sessões ordinárias que foram realizadas pelos vereadores fora da Câmara, ou seja, em cada um dos bairros e no distrito da Canabrava, exceto a comunidade do sertão Mimoso. Após cada sessão realizada em cada bairro, os presentes foram convidados a formar uma comissão de moradores do Bairro com o objetivo de concretizar o elo entre a Câmara e a comunidade. Estes fatos demonstram um maior envolvimento do legislativo com o município, seja este envolvimento movido por interesses particulares (reeleição) ou públicos (a comunidade).

Nessas sessões houve participação das comunidades locais que apresentaram suas necessidades e anseios. Dentre as reivindicações das comunidades, os temas eram praticamente comuns, como iluminação pública, limpeza dos lotes vagos, ronda policial, assistência de agente de saúde, telefones públicos, doação de padrões de energia, segurança nas escolas, melhoria do transporte público no Bairro, implantação da 2ª fase do ensino fundamental. Os moradores formaram uma comissão composta de moradores do bairro, a qual terá a função de construir um elo entre a câmara e a comunidade.

O diferencial das reivindicações ocorreu no distrito da Canabrava, tendo em vista sua realidade. Além dos itens solicitados pelos moradores dos bairros, a comunidade também pediu construção de uma ponte sobre o rio Manoel Luiz, na passagem dos vilarejos entre Boa Vista e Morro do Urubu. Demandaram por uma rede de energia elétrica no vilarejo do Macaco, melhoria no sistema de abastecimento de água da Canabrava e Lagoa da Pedra, pela construção de um centro comunitário, pela coleta de lixo, criação de um espaço de lazer, banheiros públicos na parada de ônibus e melhoria das malhas rodoviárias.

Como pesquisadora-participante, presenciei algumas sessões realizadas na Câmara dos Vereadores de Arraias, no ano de 2005, dentre elas as sessões solenes de entrega de título de cidadania a alguns cidadãos, a diplomação dos vereadores e posse dos mesmos. Percebi em seus rituais no início dos trabalhos, as oratórias, os apelos aos santos para iluminar e abençoar o município e os trabalhos que ali seriam conduzidos. Ou seja, a simbiose entre religião e política continuam, mas interferem menos nos procedimentos legislativos.

Desta forma posso inferir que a esfera Legislativa no município de Arraias avançou em relação ao Legislativo passado e, tem se apresentado ultimamente como uma instância que procura resistir aos mandos do Executivo.

3.9. Novo Cenário de Arraias

Ainda no século XVIII o ouro acabou e uma nova realidade empobrecida emergiu. A cidade manteve-se inalterada no século XIX e no século XX. A cidade cresceu a passos lentos e estonteantes pelos caminhos asfaltados, abertos pela modernidade. Caminha agora por outra estrada, inclusive por uma nova paisagem urbana.

Quem adentra nesse novo caminho, sente-se embrenhando nas fendas de duas grandes montanhas, seguido de uma alongada baixada que rapidamente coloca o transeunte de frente com a grande placa de recepção às pessoas que chegam ou passam pela cidade: “Sejam Bem-vindos que Nossa Senhora dos Remédios siga teus passos”. Esta aclamação constitui uma placa de Boas Vindas à cidade de Arraias. Como em qualquer cidade, a existência das placas são marcas quase que naturais de acolhimento e, são, por assim dizer, anfitriãs aos viajantes e visitantes. Cumprem o papel de demarcar um tipo de comunidade ali existente – uma comunidade Católica. É assim que a cidade define sua identidade.

Se o uso da placa de “boas vindas”, localizada bem na entrada da cidade (para quem vem de Brasília), é uma prática que tem marcado grande parte das cidades brasileiras, não podemos dizer o mesmo para os cemitérios. Em Arraias, o cemitério está localizado à esquerda da rodovia logo após esta placa de Boas Vindas. imediatamente após a rata-se de uma construção de estilo rústico, todo de pedra, imitando a memória das primeiras construções arraianas.

Até 1960 o cemitério situava-se na antiga entrada da cidade que começava ali. Foi, então, por um olhar estético e estratégico que o prefeito da época, o mudou para o local atual. Após a mudança de localização do cemitério aconteceu um fato que merece ser destacado. Os novos túmulos dos integrantes das linhagens tradicionais ficaram localizados na parte frontal do cemitério. Encontram-se lá as lápides dos arraianos “nobres” das famílias Aberlardo, Alcântara, Frata, Bastos, Correia, Alvarenga Cição, Santuz entre outros. Na parte posterior do cemitério encontram-se os Santos, Silvas, Ferreiras, Pereiras; linhagens bem menos expressivas na tradicionalidade e no poder.

Entre a placa de Boas Vindas e o cemitério, existe uma grande área verde, com montanhas e arbustos que caracterizam o cerrado, além de um riacho que corre silencioso debaixo do asfalto. Essa paisagem se prolonga no interior da cidade, sobretudo no seu entorno, que se esbarra em algumas montanhas.

Adentrando um pouco mais, há um trevo que bifurca os caminhos que levam as pessoas à cidade ou a capital do Estado, Palmas. Indo por dentro da cidade existe um intervalo entre o cemitério e o trevo. Nele estão placas que sinalizam o trânsito, comunicam o comércio, o lazer e a política em Arraias. Anunciam os hotéis, farmácias, shows e festas religiosas.

Em razão do ano eleitoral, este intervalo foi também palco de intrigas políticas entre membros da sociedade e políticos. Um político que concorria às eleições escreveu num *outdoor*, ao lado do símbolo de um dos candidatos à eleição de governador do Estado do Tocantins, a seguinte mensagem: “100% Siqueira Campos”. Membros da sociedade, que não concordaram com a afirmativa, anexaram a esta mensagem no formato de pichação a palavra “Fora”, como uma resposta. O político foi insultado também em outros pontos da cidade com frases “Fora... A cidade precisa respirar”.

O político sentindo-se atingido apagou os escritos da placa, que é de sua propriedade, com tinta branca e respondeu: “Bom seria se aqueles que me criticam ajudassem Arraias também Ass. Deputado[...]” Mas na mensagem, a palavra ajudassem ficou com equívocos ortográficos, mais um motivo de chacota na cidade, sobretudo pelos adversários que diziam: “é o revelar do nível de alfabetização do deputado”. Posteriormente foi feita a correção. Assim aquele *outdoor* vai se fixando como um mural de insultos e respostas políticas, mostrando àquele que por ali passa parte dos conflitos existentes nas relações sociais da cidade.

Se o visitante ou viajante continuar pela rodovia que o levará até Palmas, verá, após a grande baixada verde, o setor Mirante, seguido do Bairro Buritizinho. Se o visitante entrar para a cidade encontrará o Cristo que, de frente para a cidade, abraça seu povo com os dizeres: “Cristo Redentor, Senhor, do alto desta montanha pedimos que derrame a esta cidade suas bênçãos de justiça, paz e prosperidade”. Logo na linha abaixo “Obra construída na administração de...”, seguido do *slogan* da administração “A fé nos leva adiante, Dez-1992”.

Abaixo da imagem do Cristo existe uma bifurcação que pode levar as pessoas para o centro da cidade ou para a rua que antigamente era conhecida como a rua das palhas.

Essa rua iniciou com alguns moradores de baixa renda que vieram da região das caatingas e não tendo condições de construir casas boas, iam levantando as casas com tijolos e cobriram com telhado de palhas. Essa rua foi crescendo na mesma dinâmica inicial, o que deu sentido ao nome rua das palhas. Nas eleições municipais que tinha como candidato o referido deputado que colocou o Cristo, segundo uma moradora da rua, foi dito para aqueles moradores que se eles votassem nele (no deputado) e ele fosse eleito, retiraria todos os telhados de palha. E assim ocorreu, foi eleito e os telhados foram mudados, reforçando assim a teoria de Mauss (1988) sobre a reciprocidade das trocas como base de relações sociais. Posteriormente a rua passou a se chamar Rua do Cristo e hoje já se encontra toda pavimentada com blocos de cimento.

Mas se o visitante entrou para o centro da cidade percorrendo a avenida principal, passará pela primeira rua que mescla asfalto e “bloquetes”. Nela, ainda encontram algumas poucas casas “grudadas” como eram todas antigamente. Seus pisos de chão batido, suas paredes levantadas de adobes, portais largos e calçadas com degraus de pedras. Por dentro a

simplicidade da ornamentação, combinando com o jeito de ser dos seus moradores. Poucos móveis, constituídos apenas da mesa grande com bancos de madeira ou cadeiras de madeira e assento de couro de vaca. Arte pela arte sem grandes detalhes. Assim são as casas das famílias comuns que residem nas ruas que ficam nos arredores das praças.

Assim que o transeunte percorreu a rua principal que dá entrada à cidade, ele chega na Praça Cel. Joatan de Severo e Silveira. Uma praça florida que serve de lazer aos moradores. Ao centro encontra-se o busto de bronze de Joatan Silveira, uma imagem que busca contar a história de alguém que teve alguma razão para estar ali, especialmente pela liderança política que exerceu. Na parte superior da Praça há uma construção moderna, o “Coreto”, de propriedade da prefeitura. Possui uma arquitetura bonita com dois pisos. O piso inferior funciona um bar-lanchonete que abre suas portas para o público mais no período noturno, um lugar para se comer algum petisco e tomar uma cerveja ou o refrigerante. Do piso superior se pode mirar grande parte da paisagem da cidade, isto justifica o porquê daquele espaço ser considerado como um dos cartões de visita de Arraias. Mas é nesse espaço também, que ocorrem relações de troca de votos. O prédio só é arrendado a pessoas partidárias ao prefeito. Ou seja, se o arrendatário do prédio não votar com o prefeito, logo será solicitada a sua saída. Não existe uma concorrência que equivalha ao seu sentido de concorrência realmente pública.

Ao lado do coreto há uma árvore septuagésima, um velho tamboril que possui aos seus pés uma escadaria e um espaço com bancos que servem aos namorados como também de um palco improvisado para apresentações de shows e noites culturais.

Nessa praça moraram famílias de origem tradicional, como os Severos e Silveira, Severos Santuz, os Magal, os Arcanjos, os Terras, os Fratas Francos. Outras famílias entraram para o rol de seus moradores. Suas casas são mesclas de construções antigas com modernas. É um misto de famílias abastadas com outras que se mantêm dignamente. Mas não é como na Praça da Matriz que está a uns duzentos metros dali.

A antiga Praça da Matriz, hoje denominada de Dr. Abrão D’Aberlardo é a mais importante praça. Primeiro por acolher a Matriz de Nossa Senhora dos Remédios e depois pelos seus antigos moradores. Em seu contorno ao fundo é a morada do padre, e em todo seu delineamento retangular estão as casas dos principais patriarcas das famílias tradicionais: os

Francos, Bastos Correias, Santuz, Abelardos, Matos, Severos e Silveira, Severo Cisão, Alvarenga Terra, Silveira Durão.

Algumas dessas casas ainda conservam algumas fachadas de como foram projetadas. Na arquitetura desses velhos casarões predomina o estilo colonial português e encontram-se ainda as iniciais e o ano que os patriarcas dessas famílias as construíram. Depois de terem perdido muitos referenciais do estilo colonial que traziam com suas eiras, beiras e tribeiras,³⁷ seus descendentes tentam conservar um pouco do que restou. Outras foram destruídas em sua estrutura inicial em função de adequação aos novos padrões da Modernidade, ou seja, casas com vitrux, construções de alvenarias, telhas francesas, piso de cerâmica, e as dependências e fachadas pintadas de cores vivas.

O movimento nos dias atuais é pelo resgate nas artes da arquitetura do passado, embora muitos exemplares dela tenham desaparecido, em decorrência do movimento da modernização ocorrido a partir do fim do séc. XIX, e que se estendeu até o momento atual.

Nessa praça, abaixo do pátio da Igreja da Matriz, está o busto de um dos filhos de maior destaque na política do Estado de Goiás e da cidade, Dr. João Abelardo. Este nasceu em 1888 na Vila de Santa Maria da Taguatinga, quando seus pais foram prestar serviços naquela comunidade. Após sete anos, sua família voltou a Arraias onde João Abelardo passou sua infância e adolescência. Teve como formação acadêmica o curso de odontologia, cursada no Rio de Janeiro, posteriormente se tornou o político considerado como o líder que atuou não somente em Arraias como Intendente e prefeito, mas como em todo o Estado de Goiás, exercendo vários mandatos de deputado estadual e federal, chegando a Vice-Governadoria do Estado de Goiás.

Exerceu uma influência muito grande nos outros políticos da região local e, sobretudo na região que hoje compõe o Estado do Tocantins. Sua origem era da família “Abelardo Alcântara”. Segundo Cordeiro (1989) teve esse sobrenome Alcântara por ter herdado de um dos seus antepassados que nascera no dia de São Pedro de Alcântara.

³⁷ Terminologia usada pelos mais velhos para expressar que as famílias deixavam explícitas nas fachadas das suas casas o indicativo do seu poder aquisitivo pelas eiras, listras desenhadas nas beiras dos telhados. Quanto mais recursos tivessem mais eiras aumentavam, transformando beiras e tribeiras em índice de poder e riqueza.

A Praça da Matriz é conhecida também como Praça Abrão Aberlardo, nela, encontra-se um painel histórico que desvela a trajetória da cidade desde a mineração até a chegada da energia e das irmãs dominicanas. Este Painel é todo de azulejo, confeccionado pela renomada escultora Maria Guilhermina Gonçalves Fernandes³⁸. Além da Praça Abrão Aberlardo, e Joel de Severo e Silveira, existem outros espaços públicos que levam o nome de pessoas das linhagens tradicionais ou dos intelectuais da família. Por exemplo, Escola Estadual Brigadeiro Felipe, Escola Estadual Silveira Durão, Escola Aponário Aberlardo Terra, Escola Estadual Joly Alvarenga. Colégio Estadual Jacy Bastos Correira. O Estádio leva o nome de Joase Magal. O campo de futebol Jurandir Severo e Aberlardo, o Fórum Aluisio Severo Cisão.

Se o visitante passou por fora da cidade encontrará o setor Mirante, que fincado no alto ao norte, mira a cidade do outro lado. Denomina-se por setor aquela área territorial que inicialmente é pouco habitada, sem a infra-estrutura que define um bairro por alguns quesitos como, por exemplo, água, luz, escola, posto de saúde. Atualmente o setor Mirante já conta com alguns desses serviços.

Seguindo rumo a Palmas, já no final da cidade, está à esquerda o Bairro Buritizinho, possuidor de uma história que retrata o sistema de trocas entre os políticos e eleitores na política local. Foi praticamente construído nessa base. Grande parte das casas construídas neste bairro, desde 1982, é proveniente dos Programas do Governo Federal, sendo elas, para a moradia de famílias de baixa renda. Estes recursos federais têm sido freqüentes em Arraias para fazer casas simplificadas, com três cômodos, que correspondem a uma parte da casa, denominada pelos recebedores de bandas. As Prefeituras são as executoras desses programas, em convênio com o Governo Federal, ficando sob o poder da esfera legislativa e executiva a organização dos prazos de entrega e a lista de beneficiários o que favorece a grande negociata das trocas das bandas por votos.

³⁸ Maria Guilhermina Gonçalves Fernandes nasceu em Conquista-MG. É escultora de inúmeras obras, com as quais tem realizado exposições nacionais e internacionais e possui uma vasta lista de premiações. É Mestre e Doutora em Escultura pelas Universidades de Paris. Professora Titular da Universidade Federal de Goiás.

Normalmente, as bandas são essas construções populares que contêm apenas um só lado da casa. O outro lado, ou seja, a outra banda será feita em outra oportunidade, normalmente, no próximo ano eleitoral. Afinal, ela representa a moeda de troca e fidelidade entre políticos e eleitores para as próximas eleições.

Troca-se o voto pela banda da casa. No outro pleito, pleiteia-se a outra banda. Um mecanismo de negociação que também os moradores do bairro já tomaram consciência de como funciona no município. Por isso a buscam e pressionam a troca como garantia de seu voto e de seus familiares. E ainda ameaçam: “*se eles não cumprí nós bandeia*”, querendo dizer que se os políticos que prometeram a outra parte da casa, e não cumpriram, o eleitor mudará o seu voto para a outra “banda”, ou seja, para outro partido político. Com este discurso fica evidente que o espírito da troca é muito presente naquele setor como nos demais bairros pobres da cidade. Caso a reciprocidade não ocorra, está claro que eles buscarão outra forma de troca.

Os moradores dessas bandas de casa vivem naquele espaço minúsculo, mas dentro dele fazem a delimitação da sala, um quarto onde todos dormem amontoados e uma cozinha. Ou fazem a sala, dois quartos e uma puxada de palha com um fogão a lenha para servir de cozinha. Na sala possuem cadeiras, bancos ou sofás normalmente em péssimo estado e estão sempre forrados com redes para o assento deles e das visitas. No canto da saleta existe um pote ou uma botija para armazenar a água de beber.

Em algumas bandas as vasilhas da cozinhas são muito limpas, em outras, nem tanto. Aliás, muitos não cuidam muito do lixo caseiro, deixam os restos de comida por ali para que suas galinhas e cachorros façam uso. Outros juntam o lixo de suas casas em latas velhas e reclamam da demora do lixeiro, em vir atendê-los.

Em muitos quintais percebi plantações de frutas e legumes comuns como bananeiras, mandiocais, milho e algumas criações de animais domésticos, mas em outras esses espaços acumulam apenas restos de telhas quebradas, tijolos e areia. Apresentam-se como pessoas simples, trajas comuns e com os semblantes de alguém que sempre estão surpresas com as pessoas diferentes que aparecem por lá. Quando perguntadas por qualquer questão, respondem como se tivessem medo de falar, por não saberem com quem está falando.

Em seus discursos, mencionam o centro da cidade como a rua grande, e quando se referem ao bairro, dizem que lá é pequeno, que eles, os moradores, são fracos por não terem emprego e o que comer. Das muitas vezes que visitei aquele bairro, somente nas últimas visitas obtive respostas mais sinceras sobre seus costumes, necessidades e dos preconceitos que dizem sofrer: “as pessoas não vêm muito aqui porque têm medo da gente roubar ou matar, mas ‘nóis’ não somos assim não, tem ladrão aqui igual que na rua grande”.

No início das nossas conversas, os moradores quase não falavam, me olhavam e diziam que não entendiam o que eu fazia por lá. Depois passaram a me olhar e a me perguntar o que eu estava escrevendo, em quem eu votava e se eu havia escrito as coisas que eles diziam não ter. Uma demonstração da velha prática da troca, uma postura de quem fala e espera uma proposta, um pedido de algum favor ou voto. Como meu objetivo era pesquisar e não “trocar”, pois estava apenas coletando dados e informações, eles inicialmente ficaram desapontados, mas em seguida, sentiram uma tranqüilidade maior de falar a verdade sobre suas vidas, o que pensam dos políticos e, demonstravam o grande receio que têm de perder a prática da troca, tão comum no cotidiano de suas vidas. Por isso, me diziam: “não é para escrever essas coisas ai não, viu, porque se não, quando as coisas ‘chegar’ aqui, eu não ganho”.

Esses moradores sentem orgulhosos do Postinho de Saúde que foi recentemente construído, se dizem bem-atendidos. Outro ponto de destaque é a crença que têm na escola que existe no bairro. Dizem que *“as professoras são muito boas, elas vão nas casas da gente para saber dos meninos quando não vão as aulas, chamam eles lá para conversar eles até defendem a gente”*.

A construção no novo campus da Universidade Federal do Tocantins junto a TO 050 fica situado nesse Bairro. Entretanto, seus moradores parecem não ter consciência ainda de que esta instituição de educação poderá ser um instrumento que contribuirá para refletir sobre suas condições.

Os pais de algumas famílias que moram no Buritizinho ficam “na roça” (sertão ou caatinga) para plantar e enviar os mantimentos para os filhos que ficam nas bandas das casas com o objetivo de estudar.

Aqui na cidade suas casas são de alvenaria, possuem alguns móveis básicos como cama, mesa, alguns tamboretos ou usam bancos de madeira, pois quase sempre não têm sofás.

Poucos têm fogão a gás, normalmente fazem um fogão à lenha do lado de fora da banda da casa, onde fazem sua comida.

Em finais de semana ou de vez em quando os pais vêm na “rua” ver os filhos. Enquanto estão na roça fazem esforços, e economias para que os filhos estudem e vençam as barreiras difíceis que eles passaram. Estão crentes que o esforço vai valer, entretanto nem sempre os filhos cumprem este propósito.

Grande parte desses jovens busca algum emprego na cidade, as mulheres encontram serviços como empregadas domésticas, e os homens trabalham como ajudantes de pedreiros, carregadores de mercadorias, nos supermercados etc. Muitos deles depois de uns dois anos de convivência na cidade mudam muito em seu visual e em suas condutas, querem ser “civilizados” e não mais sertanejos.

Por isso, introduzem comportamentos e costumes bem diferenciados do seu grupo de origem, por exemplo, no caso das mulheres não querem mais deixar seus cabelos encaracolados, logo alisam, ou então colocam tranças artificiais, só usam as roupas que estão na moda, mais curtas, coloridas e decotadas. Não querem mais namorar seus conterrâneos, se envolvem com os *playboys* da cidade, os “brancos” que logo lhes prostituem, quando não lhes deixam grávidas.

No caso dos homens, estes passam a beber nos bares da cidade, a usar brincos nas orelhas usar calças largas e camisas bem “transadas”. Começam a fumar, desistem da escola e querem só trabalhar para custear a vida na cidade. Outros, simplesmente ficam envolvidos na marginalidade, prostituição e drogas.

Continuando o percurso pela cidade, há um outro bairro denominado Bairro da AABB (Associação Atlética do Bando do Brasil). Por ser uma associação particular, financiada por clientes que pagam taxas ao banco do Brasil, a AABB nomeia o bairro, mas não tem nada em comum com seus moradores, visto que, a maioria deles é considerada de baixa renda e não são sócios deste clube. No entanto, os moradores de lá se vêm com um *status* mais elevado do que os do Bairro Buritizinho, pelo fato de não serem “sertanejos”. Normalmente são funcionários de alguma instituição pública ou privada onde exercem funções como faxineiros, cozinheiros, lavadeiras.

Seguindo a rua do clube da Associação Atlética do Banco do Brasil (AABB) está o centro religioso do Vale do Amanhecer. Uma instituição religiosa espírita que possui um público mais limitado por ser freqüentado apenas pelos adeptos de sua doutrina. A estrutura física desta instituição é formada por um pátio externo onde são realizadas as festividades, pelo templo e por algumas casas dos administradores da instituição.

O público que freqüenta este templo é bem diversificado, composto em sua maioria de pessoas de classe média-baixa, humildes e dispostas a trabalhar nas atividades requeridas pela instituição, como por exemplo, o serviço de doutrinação e de incorporação.

Percebi nos discursos dos fiéis freqüentadores desta doutrina, que há uma resignação para encarar a vida como ela se apresenta, sem muito questionamento sobre as relações que são travadas no cotidiano, por isso, o sentido da dominação ou não são atribuídas à predestinação da evolução espiritual, explicada pela religião e não pelas condições sócio-política-econômicas.

Ao traçar o percurso de formação do município de Arraias na tentativa de delinear as relações de estruturação do poder local, pode-se observar que as faces e as leituras desta estruturação são muitas. A Arraias que vemos hoje é, portanto, fruto das lutas travadas na busca do convívio social e da demarcação do exercício de poder tanto na esfera econômica, quanto na política, na religiosa e na social.

Este capítulo traz elementos importantes dos aspectos sociais, econômicos, políticos e religiosos de uma sociedade possuidora de mais de dois séculos de existência. Estas relações aqui relatadas fazem parte da constituição histórica e social do município e, contribuíram de forma incisiva na formação do que é hoje a cidade.

A constituição do poder local em Arraias veio ao longo dos anos se concretizando por meio das intrínsecas relações de poder, mais acentuadamente, as de caráter dominante, que durante estes dois séculos permearam as instâncias legalmente constituídas. Ou seja, se fortaleceram, por meio das ordens, religiosas, especialmente a católica, pelas linhagens tradicionais, pela prática da reciprocidade, e pela organização político-partidária e governamental. Essas ordens sustentam o poder ao longo de tanto tempo, por serem possuidoras da legitimidade. No caso das linhagens tradicionais, a legitimação é reforçada

pelo fato delas possuírem as melhores terras, serem as maiores produtoras de gado e das influências políticas e religiosas.

Essa realidade centenária de construção de relações de poder instiga um questionamento: até que ponto essas relações contribuem com a estagnação econômica e cultural do Município, apesar dos avanços democráticos da sociedade arraiana nessas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Capítulo IV

Festas, catolicismo oficial e rústico – rituais e trocas como meios de legitimação do poder local.

Neste capítulo busquei examinar as festas comunitárias, particularmente aquelas que fazem parte do calendário católico, bem como as trocas materiais e simbólicas que nelas se realizam, assim como a ordem patriarcal, antes examinada, as festas e trocas são formas de domínio tradicional e, portanto, se constituem em importantes esferas de legitimação do poder local.

Muitos festejos têm a capacidade de agregar os mais diversos grupos sociais e as mais diversas pessoas nos espaços públicos, especialmente aqueles festejos que acontecem na sede municipal, quando os habitantes do distrito da Canabrava, do Mimoso e de outras comunidades rurais chegam ali para assisti-los. Da ordem do sagrado, do profano ou de ambas, tais festejos criam espaços públicos porque reúnem os diferentes e demonstram a existência dos invisibilizados e, portanto, a heterogeneidade do município.

Porém, mesmo que essas festas se constituam em lugares de encontro dos diferentes e, portanto, em espaços de *visualização da realidade social* (ARENDDT, 1983)¹, delas não pode se dizer que sejam lugares de diálogo entre diferentes, nem muito menos de deliberação dos diferentes. Não são, então, nas palavras de Habermas (apud FRASER, 1997:23)², *cenários de falas das sociedades modernas*, nem conformam espaços públicos eficazes para instaurar a democracia.

Enquanto espaços de encontro, as festas revelam não apenas a heterogeneidade da comunidade, mas também mostram as relações sociais que, das mais diferentes formas, outorgam legitimidade ao poder local. Por isso, passo agora a olhar esse município pelo viés de seu calendário de festas, analisando os interesses públicos e particulares envolvidos

¹ ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.

² FRASER, N. Rethinking the Public Sphere. *Kattering Review*, Winter, 1997.

e, como as influências e legitimações religiosas aconteceram, assim como as variadas ações e investidas políticas que permeiam estes espaços.

No calendário municipal existem diversas celebrações que poderiam ser classificadas em duas grandes categorias: as festas de caráter oficial e as festas religiosas. A expressão “festas do calendário oficial” se refere as que, de alguma forma, são declaradas pelo governo, sendo, em sua grande maioria, comuns a todas as localidades brasileiras, tais como o Ano Novo, o carnaval, o dia da Independência, a Páscoa, o Natal, o dia das mães, dos namorados, dos pais e outros existentes por vir. Dentre essas festas se inclui ainda o Aniversário de Arraias, celebrado em 1º de agosto, um dia declarado como feriado pelo governo local. Nessa última década, uma festa foi introduzida denominada de “Viva-Arraias”, que é celebrada nos dias anteriores ao Aniversário de Arraias. Esta vem contando com o apoio decidido do governo local nos últimos cinco anos.

A categoria de festas religiosas inclui a grande festa da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios, celebrada no mês de setembro; a festa de São Sebastião, que ocorre em janeiro; a festa do Divino Espírito Santo, celebrada entre maio e junho e as festas dos Santos Juninos – Santo Antonio, São Pedro e São João – celebradas em junho e ultimamente a festa de Santa Luzia, celebrada em dezembro, na capela do Bairro Buritizinho. As quatro primeiras celebrações merecem destaque porque nelas se realizam rituais do catolicismo oficial, como também do catolicismo rústico que oferece aos políticos maiores possibilidades de firmar, segundo Mauss (2003), acordos de reciprocidade. A Semana Santa e as cerimônias mortuárias também são espaços de agregação, onde a política se expressa no ritual religioso.

Dentre todas essas celebrações, as de maior grandeza são a da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios, o Carnaval e, mais recentemente, a “Viva Arraias”. Isto porque são as três festas que fazem afluir à sede municipal um contingente maior de pessoas que moram em outras localidades do município e fora dele.

A festa de Nossa Senhora dos Remédios também adquire grandeza porque é a que agrega os mais diversos grupos sociais e as mais diversas pessoas nos espaços públicos. Esta é a festa que tem um maior tempo de duração para realizar muitas estratégias políticas, visitas aos eleitores, dádivas e compra nas barracas e, em virtude disso, atrai um maior

número de vendedores ambulantes, que alugam espaços da Prefeitura para colocarem em suas bancas de vendas, os mais diferenciados produtos.

Como a política em Arraias não termina nunca, sendo vivida num movimento cotidiano, no tempo das eleições e em todo tempo, essas três festas se configuram como espaços públicos privilegiados para fazer política. São oportunidades privilegiadas para exercitá-la, em razão de que reúnem um maior número de pessoas, particularmente a festa de Nossa Senhora dos Remédios, por ser a mais concorrida pelos mais diferentes em virtude da romaria que nela se realiza, também por ser uma festa altamente sacralizada, de modo que oferece aos sertanejos e catingueiros a oportunidade de professarem sua fé, poderem encontrar seus amigos, compadres e conterrâneos e ainda fazer suas compras nas barracas.

Para os atores políticos é a ocasião de encontrarem com seus eleitores, amigos e conterrâneos, de visualizar e dirigir a palavra aos eleitores menos percebidos e, aos padres, de exercerem um púlpito legitimador do poder local.

Passarei, a partir de agora, a descrever os festejos que observei e a examinar os discursos proferidos, pelos padres e religiosos, o sistema de dádivas, expresso nas trocas materiais e simbólicas que ocorrem entre os fiéis, candidatos e possíveis eleitores. Esses festejos se constituem em esfera do domínio tradicional, legitimando igualmente o exercício do poder local.

4.1. Festas Oficiais

a) Carnaval

O Carnaval é uma festa comemorada no calendário nacional, constituída de danças que levam ao delírio, os foliões carnavalescos que se divertem durante os quatro dias sem parar. Usam fantasias e máscaras, pulam ao som de músicas dos diversos estilos, como frevos, marchinhas, “axé” e “reggae”. Além dessas características comuns aos demais carnavais do restante do Brasil, em Arraias, há peculiaridades que merecem destaque.

O carnaval arraiano sempre foi comemorado como uma tradição que envolve dos mais velhos aos mais novos moradores da cidade e do município, além dos arraianos e convidados que moram em Goiânia, Palmas e Brasília. Estes, normalmente formam blocos

ou se agregam às organizações já formadas como a AFA, Paralelo 13 e “Viva Arraias”. Na organização dessa festa carnavalesca se reúnem e vêm em comboio, muitos, em seus carros particulares, outros de ônibus fretados.

Por outro lado, a prefeitura do Município, como a maior interessada política na divulgação do carnaval, convida algumas pessoas da comunidade para junto com a Secretaria de Cultura municipal ajudar na organização da festa. Formam uma “Comissão Organizadora” e definem detalhes da festança. Por exemplo, quem vai tocar, os trajetos que o entrudo e o trio irão percorrer, os lugares da distribuição da farofada, enfim, tudo que vai ser realizado. Debatem, chegam a consensos, mas em muitos pontos, permanecem as decisões do Executivo, sobretudo, aquelas que ajudam na divulgação do seu governo.

Nessas atividades não se sabe da participação do legislativo. Do judiciário sabe-se das observações feitas no sentido de não se poder distribuir bebidas alcoólicas aos menores, a vigilância acentuada aos horários desses na rua, após as vinte duas horas, uma ação que, anteriormente, era feita sem um controle rígido.

Ultimamente a comissão carnavalesca de Arraias recebe os foliões de Brasília e Goiânia. Vão em comboio que inclui o Trio elétrico e os amigos dos visitantes. A recepção ocorre em um posto de abastecimento na entrada da vizinha cidade de Campos Belos. O seu sentido é o de receber os foliões com festa, música e fazer política ao mesmo tempo, que não deixa de ser uma demonstração provocativa para o município vizinho. Nessa recepção divulgam à cidade de Campos Belos o movimento e as ações da prefeitura arraiana, bem como tentam motivar os Campobelelesenses a virem participar do carnaval arraiano que tem por particularidade o famoso “Entrudo”. Este consiste numa brincadeira de jogar água um nos outros envolvendo todas as classes sociais.

Segundo algumas fontes, a origem do “Entrudo” no Brasil, teria sido originado de uma tradição portuguesa popular desenvolvida nas ilhas africanas de Cabo Verde e da Madeira. Era uma diversão bastante rústica que precedia a quaresma. Segundo o dicionário eletrônico³, no Brasil,

O entrudo era apenas uma brincadeira, não havia música nem dança. Como elemento principal do festejo, destacavam-se os limões-de-cheiro -

³ www.dicionariompb.com.br/verbete.

pequenos objetos com a forma e o tamanho de uma laranja, feitos de cera fina, com água suja e outras impurezas dentro, quase sempre urina humana. Apesar de intensamente reprimido, e posteriormente proibido pela polícia, o entrudo tinha acolhida, não apenas entre as classes populares. Diz-se que D. Pedro I e o filho D. Pedro II foram adeptos dos limões-de-cheiro. O entrudo caiu em declínio no início do século XX a partir das transformações introduzidas pelo prefeito Pereira Passos, cedendo lugar ao confete, à serpentina e ao lança-perfume.

Não se sabe ao certo quando esta brincadeira chegou a este município. O que os arraianos de mais idade contam é que, “existe desde que entendem por gente”. Aprenderam a brincar com seus antepassados há décadas atrás. Estes levavam a brincadeira aos fins últimos, ou seja, molhar de água fria as pessoas pretendidas. Quando não conseguiam molhá-las durante o dia, aguardavam a oportunidade que se estendia até a madrugada. Esta brincadeira é aceita pela maioria das pessoas que moram no lugar. Existem aquelas que resistem a molhação, até serem molhadas, mas depois ingressam no grupo de molhadores.

Para as pessoas que gostam desta festa o clima é bastante propício para o divertimento. Aos que não gostam, sobretudo de se molhar, a melhor solução é viajar nesse período. Contudo não se sabe de casos de violências como nos “entrudos populares” mencionados por Ferreira (2005), que era uma brincadeira violenta e grosseira que ocorria nas ruas das cidades, entre escravos e a população das ruas, e sua principal característica era o lançamento mútuo de todo tipo de líquidos ou “pós” que estivessem disponíveis. Brincadeira que às vezes se tornava tão violenta e que, a partir dos anos 1830, foram introduzidas sucessivas proibições na tentativa de acabar com a festa, que eram consideradas por alguns como “grosseira” e sempre “infrutífera” (FERREIRA, 2005).

Seguindo ainda as reflexões deste autor e pelas observações e entrevistas realizadas, o “entrudo arraiano” parece se enquadrar mais na categoria do *entrudo familiar*. Segundo ele, acontecia dentro das casas senhoriais dos principais centros urbanos. Era caracterizado pelo caráter delicado e convival e pela presença dos limões de cheiro que os jovens lançavam entre si, com o intuito de estabelecer laços sociais mais intensos entre as famílias.

Antigamente os carnavais⁴ arraianos eram celebrados durante o dia com o “entrudo”⁵, e a noite, numa feira onde brincavam fantasiados e jogavam serpentinas e lança-perfume uns nos outros. Posteriormente, este festejo noturno passou a ser festejado num bar denominado o “Bar do Dé”. Com a construção do Clube Social Arraiano, o carnaval noturno é celebrado nesse local pela elite da cidade.

Os carnavalescos mais pobres celebravam em barracas de palha, hoje, usam o espaço do Feirão. Hoje a moda são os blocos que se vestem com determinado tipo de camiseta, enfeitadas com os dizeres que desejam expressar, sobretudo os políticos, que aproveitam para propagar seus candidatos e suas linhagens.

O carnaval arraiano ganhou a fama de ser tradicional porque mantêm os rituais da “molhação”, nos moldes antigos. Nesta época a cidade agrega mais de três mil pessoas de diferentes localidades. São os convidados dos arraianos que chegam para vivenciar esta festa.

Nas últimas décadas o carnaval foi incorporado pelas escolas e faz parte do calendário escolar letivo. Antes do período carnavalesco as instituições educacionais trabalham os conteúdos relativos ao carnaval, mostram as práticas dos carnavais brasileiros, suas diferenças e a peculiaridade do arraiano e se comemora como uma cultura da cidade.

A festa do carnaval é constituída de diferentes momentos, tais como lazer, educação e política. O lazer e educação iniciam no sábado durante o dia, na Praça da Matriz, onde as escolas públicas e particulares promovem o carnaval das crianças, com o apoio da Banda da Polícia Militar. Lá os alunos, professores e funcionários se molham e

⁴ 1. Carnaval (1 e 2). 2.Bras. Folguedo carnavalesco antigo que consistia em lançar uns aos outros água, farinha, tinta etc, retratado por Debret – pintor francês que veio para o Brasil com a Missão artística Francesa em 1816.

⁵ Segundo a Wikipédia é o costume de se brincar no período do carnaval foi introduzido no Brasil pelos portugueses, provavelmente no século XVI com o nome de **Entrudo**. A denominação genérica de Entrudo, entretanto, engloba toda uma variedade de brincadeiras dispersas no tempo e no espaço. Aquilo que a maioria das obras descreve como Entrudo, é apenas a forma que essas brincadeiras adquiriram a partir de finais do século XVIII na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo aí, a brincadeira não se resumia a uma única forma. Havia, na verdade vários tipos de diversões que se modificavam de acordo com o local e com os grupos sociais envolvidos. O entrudo continuou a existir com esse nome até as primeiras décadas do século XX e existe até hoje no espírito das brincadeiras carnavalescas mais agressivas, como a "pipoca" do carnaval baiano ou o "mela-mela" da folia de Olinda. Obtido em "<http://pt.wikipedia.org/wiki/Entrudo> Acessado em agosto de 2007.

pulam as marchinhas tocadas. Compreendem que esta é uma maneira de cultivar o carnaval de Arraias, consagrando-o como “tradicional” no Estado do Tocantins.

A presença das pessoas idosas garante a participação na bandinha⁶ regada ao som de sanfona, sax, pandeiro e tambores de rua, revivendo o passado e seus antepassados. Para estes, o carnaval é mais do que uma festa mundana. É a possibilidade de reencontro dos arraianos e amigos que moram em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Goiânia e Palmas.

Do domingo à terça-feira de carnaval, durante o dia, a festa é aberta a todos que queiram participar. Os grupos da velha-guarda saem logo cedo, e o ritual é o seguinte: passam de casa em casa, com seus baldes de água fria para molhar as pessoas. Ao chegarem na casa, chamam os donos pelo nome, convidam para que elas venham até a porta e ao som da bandinha molham-nas, aplaudidos pelos outros foliões, que aguardam pelo lado de fora da casa. No ato da *molhação* os que presenciam a cena, gritam em coro, “fófa ela(e)”. Isto significa que o molhador deve ir molhando e apalpando o corpo do que está sendo molhado, para não ficar nem um espaço sem água. É claro que nesse último ritual existe uma certa malícia, quanto a sexualidade, mas como é algo público, e faz parte da brincadeira, tudo termina nas gargalhadas e no lúdico.

Os donos das casas após serem molhados oferecem alguma bebida aos foliões que lhes molharam. Estes pegam seus baldes e seguem com o grupo a molhar outras pessoas.⁷ Esse ritual segue sob o som da bandinha que toca marchinhas até as duas da tarde, garantindo a tradição local. Enquanto dura o estruído na rua, as pessoas jogam água, e não existe preconceito para molhar quem quer que seja, crianças molham adultos, pobre molha o rico, e vice-versa. Ali também começa o jogo político, onde parece não ter importância quem esteja molhando e o nível social, o que importa é estar no meio do povo, principalmente dos eleitores. Inclusive os atores políticos, se vestem de igual para igual, de

⁶ Antigamente não havia bandinha. Depois foi introduzida uma com sax, pandeiros, tambores que animava o carnaval, enquanto se molhavam as pessoas. Isso, até duas décadas atrás, quando os trios elétricos foram introduzidos.

⁷ Até poucos anos atrás, nessa brincadeira diuturna em Arraias, jogava-se água nos três dias de carnaval e somente na terça-feira jogava-se farinha de trigo. Com o aumento do número de participantes e de sua empolgação em relação à festa, tem havido lançamento de trigo durante todos os dias do carnaval.

bermudas, usam normalmente camisetas com suas propagandas, mescladas com os motivos do carnaval.

Nessas últimas décadas a participação da Bandinha, com a forma específica de molhação com baldes, passando de casa em casa, foi motivo de muito conflitos entre dois grupos: “a velha guarda” e a “jovem guarda”. A “velha guarda” inclui os eleitores *insurgentes* e os *tradicionais*, normalmente, atores pretendentes a cargos políticos. Em seus discursos pregavam a necessidade de preservar a tradição da molhação com a participação da Bandinha. A jovem guarda, por sua vez, acabaria com o entrudo e a bandinha por meio da introdução dos Trios elétricos. Nesse sentido, a intencionalidade da “velha guarda” era a conservação da tradição e proteger a oportunidade de fazer política na passagem de casa em casa, fazer suas visibilidades, propagarem seus candidatos e proporem suas trocas.

O segundo grupo, como dito, defendiam a festa-folia com o trio elétrico, ou seja, um carnaval mais modernizado nos moldes das grandes cidades. Houve resistências e negociações entre os grupos. Ficou então combinado que a velha guarda, sairia das oito da manhã às duas da tarde, quando o Trio poderia entrar em ação com os jovens.

Na maioria das casas, o cortejo da molhação não demora por muito tempo. Enquanto a bandinha da polícia 1ª CIPM toca, os foliões arrastam os moradores para a molhação. Nas casas dos políticos e lideranças há uma demora maior na molhação, os foliões param mais tempo. A eles são oferecidas mais bebidas e comidas do que na residência da gente comum. É pela fartura dos alimentos, da quantidade de pessoas que entram no recinto de suas casas, do poder do dinheiro e das dádivas é que se tornam visíveis e poderosos para as disputas políticas futuras. É no percurso das ruas que os interessados nos contatos políticos aproveitam para conversar com quem lhes interessa, ora na frente, ora ficam para trás da caminhada.

O assunto conversado entre essas pessoas, normalmente, versa sobre a administração local, a vida da cidade, as fofocas, os desgates políticos de um ou de outro, enfim, fazendo articulações, com os arraianos que moram fora⁸. A organização local para este festejo é motivo de comentários, e nem sempre são favoráveis.

⁸ Arraianos que moram em Goiânia, Brasília e Palmas.

Dentre as ações de críticas ao Executivo, incluem-se a limpeza da cidade para receber os visitantes, a localização dos chuveiros públicos que são instalados em diferentes pontos da cidade, a não inclusão de estratégias carnavalescas nos bairros mais afastados, a trajetória do Trio elétrico, o patrocínio e os dizeres das camisetas distribuídas durante o carnaval, as formas de segurança que inclui o acompanhamento da viatura da polícia e a assistência à saúde, por meio de tendas que distribuem preservativos e glicose para os participantes, dentre outros.

Nesse carnaval de rua, os encontros entre os conhecidos, conterrâneos, eleitores são muitos, e as possibilidades do exercício da “política” são várias. Nesse município não existe um tempo específico para a política, em todo o tempo uma série de estratégias são utilizadas, dependendo da criatividade dos atores políticos. Dessa forma o carnaval representa para eles, possibilidades não somente de se tecer alianças em torno das eleições vindouras, como investidas faccionistas⁹ entre os adversários políticos. Estas estratégias da “política” aproximam de alguns tipos citados por Abreu (1993), neste caso, o de informação, difamação, intriga. Categorias que foram utilizadas no capítulo III.

Como o espaço carnavalesco é coletivo e agrega grande multidão, “alguns políticos” aproveitam das conversas ouvidas, dos cabos eleitorais dissimulados, que naquele momento festivo, já estão menos reservados e pelo efeito da bebida, podem colher “informações” sobre outro político, utilizam-se das conversas ouvidas para criar, aumentar e provocar bochichos. O objetivo é que todos saibam daquele fato, e se possível provocar algum desgato no outro.

São as chamadas “estratégias de difamação” que Abreu já havia observado em um de seus estudos. Estas estratégias, segundo ele, são matéria-primas para comentários desabonadores, e o que é dito nem sempre é falso ou verdadeiro, o objetivo é “ganhar votos, ser eficiente por meio da desqualificação do outro” (ABREU, 1993).

A trajetória do Trio Elétrico merece destaque na medida em que ele não move somente a folia, o carnaval, a bebida, a molhação, movimenta também outros pequenos

⁹ Faccionismo é um processo entendido por Abreu (1993) como a existência de duas ou mais facções sejam elas políticas ou não, que competem entre si para a satisfação de interesses mutuamente excludentes.

conflitos. Como por exemplo, o monopólio da equipe do Executivo da prefeitura municipal. Pelo fato dessa esfera financiar a vinda do carro do Trio Elétrico, seu representante legal se acha no direito de enfeitá-lo com o logotipo do seu governo. Também orienta aos locutores e auxiliares dos trios para em determinadas paradas do carnaval de rua fazerem sua propaganda de apoio à festa.

Essa conduta provoca os políticos adversários e seus adeptos, aos outros colaboradores da festa. Afinal na organização todos se juntaram para planejar o melhor, e no momento de agradecer o apoio, somente é dado ao representante do Executivo. O argumento vai além, dizem que a organização e patrocínio foram possibilitados pela união de todos. Portanto o reconhecimento não deve ser apenas à pessoa ou grupos mencionadas pelo locutor. Em virtude disso, ocorrem vaias, insultos e críticas por parte da oposição.

Além disso, existem outras situações políticas dissimuladas como os boicotes a situações ou pessoas. A exemplo, foi o fato de um músico, acostumado a animar os carnavais em anos anteriores, que, por ser parente de um político que na ocasião era identificado como oposição, não foi convidado para animar o carnaval naquele ano. Mesmo os foliões requisitando o músico, valia o não, a palavra dominadora da representante do Executivo de fazer valer os seus propósitos. Outro exemplo é a permissão para subirem no andar superior do Trio Elétrico. São somente os filhos e amigos correligionários do prefeito(a), que contratou o Trio, que sobem e aparecem no momento em que este percorre as ruas com as bandas animadoras.

Ponto tumultuado também é durante a parada do Trio na Praça, no horário em que a “Prefeitura Municipal”, a “AFA”, o “Paralelo 13”, o “Viva Arraias”¹⁰ e alguns políticos costumam oferecer gratuitamente uma farofada a todos participantes da festa (isto ocorre durante os três dias de carnaval). Naquele momento ocorre uma debandada de uma grande maioria das pessoas para pegarem os pratinhos e os copos cheios de bebidas, é a hora da dádiva.

No meio dos presentes a saborearem a comida, estão também os adversários políticos a questionarem o financiamento e o interesse de tal distribuição gratuita. Colocam

¹⁰ AFA – Associação dos filhos e Amigos de Arraias (Goiânia). Paralelo 13 – Time de futebol dos arraianos que moram em Goiana.

defeitos no processo desenvolvido com a intencionalidade de desgatarem os atores em ação. Mas também demonstram sua vontade de financiar estas festas para revelarem suas influências e prestígio.

Para os visitantes que não conhecem as tramas políticas locais, fica sempre a impressão de estarem diante de uma comunidade unida, que brinca e acolhe a todos que ali festejam. Não desconfiam que naquele espaço coletivo, permeia, conforme Abreu (1993), um “princípio da rivalidade”, que dissimulado, não aparece nesses momentos de festa. Afinal as ruas e a praça da Matriz, ficam lotadas de pessoas de todos os lugares, independente de etnia, condição econômica e residência. Mas na aparente harmonia carnavalesca, rege a dominação dos mais fortes aos dominados que brincam e esquecem suas amarras.

À noite, os adolescentes e adultos vão brincar o carnaval de salão no clube social Arraiano ou no Feirão (dependendo da classe), ao som de bandas locais e baianas. Quem vai ao Clube, normalmente é quem pode pagar um valor mais alto pela entrada, quem não pode brinca no Feirão. Nestes dois últimos anos foi realizado pela Prefeitura Municipal, um carnaval noturno, na quadra de esportes do Bairro Buritizinho com a participação da comunidade da localidade. Mas existem idéias controversas a respeito dessa iniciativa.

Para algumas pessoas do bairro, essa providência municipal foi uma ação discriminatória para com a comunidade do Buritizinho, no sentido em que, um carnaval só para eles, em seu bairro, garantiria a sua não presença no carnaval do centro. Uma discriminação que não ocorreria nas eleições, por exemplo.

Para outros a leitura é contrária, eles já não participam do carnaval noturno do centro da cidade, então, foi melhor que tivesse um carnaval só para eles, uma dádiva que poderá ter um preço alto nas eleições. Creio que tanto a primeira idéia, quanto a segunda, apresentam a evidência da separação real entre periferia e centro, fazendo aparecer a discriminação e a possibilidade do carnaval se tornar moeda de troca nas eleições para o preenchimento dos cargos políticos.

No discurso de preservar este tipo de carnaval, estão, tanto os arraianos que moram na cidade, quanto os que moram em Palmas, Brasília e Goiânia, por meio das

Organizações AFA, Paralelo 13 e “Viva-Arraias” e os grupos pertencentes as linhagens. Estes procuram confeccionar camisetas, e faixas da divulgação carnavalesca.

Já nos dizeres de muitas camisetas de outros blocos estão propagandas políticas de apoio a uma determinada facção, em outras, demonstrações do prestígio das suas famílias. Além desses blocos existem as comissões formadas pela prefeitura e correligionários que doam camisetas com desenhos de sol, caretas alegres, e baldes a despejar água, figuras correlacionadas ao carnaval e o slogan de seu governo: “*Carnaval com Entrudo só Arraias sabe fazer*”, “*Arraias carnaval 2005, vai ficar fora desta?*”, “*Amigos do Entrudo*”. No verso desenhado está o Logotipo da Prefeitura Municipal, do Estado do Tocantins ou da organização que patrocinou.

Quanto ao patrocínio que vem da esfera estadual, as mensagens também trazem frases e logotipos propagando o governo que patrocinou, a exemplo, “Carnaval, mais perto de Você”, “Entrudo é para todos nós”, isto porque um dos slogan do atual governo é o “Governo mais perto de Você”, e “O governo do Tocantins é de todos nós!”. A presença da mensagem do governo do Estado está no jogo das palavras, presente no corpo de quem a veste, fazendo lembrar a todos o seu slogan, e a sua ideologia.

Enquanto os dizeres das camisetas das comunidades mais pobres, se restringem a algumas mensagens, voltadas apenas à festa: “Arraia folia”, “Pega fogo Cabaré”, “Bloco da rua do Cristo”, “Fuzuê”. Existem também as preventivas: “Carnaval sim, droga não”, “Brinque sem se esquecer da camisinha”, dentre outros. O que estas comunidades, muitas vezes não percebem é a força dos escritos das camitesas primeiras.

A Associação dos Filhos e Amigos de Arraias, o time de futebol Paralelo 13, e a organização não-governamental, o “Viva Arraias”, agregam algumas pessoas que se ocupam, ao longo de todo o ano, de viabilizar a festa “Viva Arraias” e do Carnaval. Durante a festa, se juntam a multidão, se fazem visíveis e merecedores de reconhecimento. A ação destes grupos é um misto de entusiasmo, folia e bairrismo de uns e interesses políticos de outros.

Para alguns atores políticos locais, estes membros das diferentes associações que estão à frente destes projetos, se portam dessa forma, por interesse puramente político,

eles querem pleitear num futuro próximo, alguma função para legislatura ou de dirigentes na política local. Crêem que as instituições e associações das quais participam, lhes servem como forma de demonstrar seus trabalhos em prol da comunidade, manter os vínculos com a comunidade da cidade e se projetarem para fins políticos futuros.

De fato, dois membros do “Viva-Arraias”, ultimamente se manifestaram interessados em fazer parte do poder local. Um deles, nesse ano de eleição (2008), foi um dos possíveis candidatos, e a presidente da Ong “Viva-Arraias” já enviou um e-mail (em anexo) aos arraianos se declarando pré candidata a Prefeitura de Arraias. Fato que confirma a hipótese dos políticos interessados, que reafirmam que estes membros fomentam por meio das associações o seu pleito de cargos, e o seu desejo de liderar o município, mesmo morando distante dele, já que esta é residente em Brasília.

Portanto, o carnaval de Arraias, a cada nova edição de três décadas para cá, vem se tornando a festa, por exelência, da alegria e da política, pois conta com a participação da população e dos visitantes (foliões eleitores e possíveis de ser). Tem se tornado a festa, barata e alegre, por ser regada de dádivas, e conta, desde a sua organização (meses antes) nas vésperas, durante e depois, de intenções e ações impregnadas de proposições, de relações e consolidação do exercício de poder dominante.

Estas relações existiam antes, não de forma tão estratégica como agora. É que o carnaval, como outros festejos, por aglomerar um grande número de pessoas, se tornou uma oportunidade de convívio (entre todas as classes), de iniciar e ampliar relacionamentos, inclusive, o contato direto com o eleitor num clima de festa, descontração e visibilidades dos patrocínios.

Este espaço coletivo se tornou um palco de proferidos discursos e articulação de outros, para o alcance de diferentes objetivos, especialmente os políticos. Como a política em Arraias não tem um tempo determinado, o carnaval torna-se uma das oportunidades de se colocá-la em prática. Qualquer situação é momento de política, de lutar pelo tomada ou exercício do poder.

b) Aniversário de Arraias

Quando Arraias era parte do Estado de Goiás, o 1º de agosto, dia do aniversário de sua fundação, era lembrado somente nas escolas, apenas, como uma data da história do município e pela Igreja que celebrava uma missa comum a todos os arraianos, que colocavam em suas preces, intenções e fé da população. Posteriormente, já como município tocantinense, especialmente de 1997 para cá, à simples lembrança, tornou-se uma comemoração propriamente dita, em razão do aniversário do ex-governador Siqueira Campos.

A partir de 1989, os prefeitos passaram a fazer nessa data, solenidades cívicas na praça da cidade, com discursos alusivos à história do município, de sua fundação à atualidade. Cultuavam aspectos culturais, como comidas típicas e danças do catolicismo rústico e aproveitavam para falar de seus feitos e dificuldades. A partir de 1997 para os correligionários de Siqueira Campos foi a oportunidade de organizar uma grande festa combinando o aniversário da cidade com o aniversário do ex-governador, um bom motivo para reativar e fortalecer a política partidária.

O propósito dessa festa nesta última década foi mudado, deixou de ser aquele comemorativo para afirmar a identidade da velha cidade, dos seus habitantes, reforçar as tradições vividas em seus possíveis 267 anos de existência. Este evento passou a ser um cenário com diferentes palanques: um em que se divulga as obras dos governantes, alternados de atividades lúdicas, como gincanas, jogos e shows para a população da cidade, e ultimamente no distrito da Canabrava. O outro palanque fica situado na missa, onde a presença de autoridades locais e estaduais, incluindo a figura do ex-governador José Wilson Siqueira Campos¹¹, foi incorporada para ser homenageada junto com as homenagens ao Município aniversariante. Este não tem perdido as oportunidades, sobretudo, nos anos pré-eleitorais, de vir comemorá-lo junto com os festejos onde está reunida grande parte de seu eleitorado.

¹¹ José Wilson Siqueira Campos é natural de Crato Ceará. Chegou ao norte goiano na década de 60, foi eleito vereador em Colinas -TO em 1966, e posteriormente, deputado federal em 1972. No ano de 1978 apresentou à Câmara dos Deputados o projeto de lei Complementar para criar o Estado do Tocantins. Estado do qual foi governador por duas vezes, exerceu o primeiro mandato-tampão por um ano, em 1989, em decorrência da criação do novo Estado, e o segundo mandato, pelo período constitucional de quatro anos de 1995-1999.

Em 2005, já se comentava na cidade, que, por causa de ser um ano pré-eleitoral, o aniversário da cidade seria uma data para muitos fatos políticos interessantes. E realmente foi, pois o governador em exercício não veio, mas evidentemente o Ex-governador sim. Primeiro, pela comemoração do seu aniversário junto com o da cidade, segundo, porque teria uma oportunidade para fazer do altar o espaço de sua visibilidade política, como ocorreu.

A missa foi o espaço preparado para concretizar a cenário político e religioso. Nas palavras introdutórias da homilia, alguns trechos da missa demonstram a reverência e homenagem ao ex-governador como ponto de destaque:

Sejam todos bem vindos, pois aqui é o nosso lar de Cristão e no dia de hoje, *como filhos desta terra ou visitantes dela*, devemos comemorar efusivamente o seu aniversário. [...]
E quis a providência divina que neste mesmo dia nascesse o grande *estadista do nosso Estado, o amigo e também arraiano naturalizado, o cidadão emérito José Wilson Siqueira Campos* que temos a honra de tê-lo entre nós neste momento. [...]

A representação das palavras de que, *no dia de hoje* (aniversário do município e do Siqueira Campos) *devemos comemorar efusivamente*, fortalece a idéia não de convite, mas do dever, da obrigação de comemorar, não só o município, mas do homem aniversariante. Em seguida, para reforçar a idéia do dever, vem e *quis a providência divina* que nesse dia nascesse o homem-grande estadista, o amigo arraiano naturalizado. Ou seja, Deus providenciou o nascimento desse grande estadista, Siqueira Campos no dia do aniversário de Arraias.

Daí surgem as indagações: quem pode afirmar a coexistência dessas datas e a fusão *tão perfeita*? Deus ou a intencionalidade do homem político partidário, que aproveita a oportunidade para promover o político? A profanação desse querer da providência divina é acatada pela Igreja que dá prosseguimento a cerimônia.

Com a Igreja cheia de fiéis de Nossa Senhora e dos santos protetores, os rituais foram ocorrendo até que, após o sermão do padre “amigo”, a palavra foi dada ao ex-governador, que agradeceu o carinho da comunidade, a Nossa Senhora dos Remédios pela graça alcançada na época de sua cirurgia. Em seguida, fez um caloroso discurso, demonstrando descontentamento com o governador em exercício, pois este, já não mais o

ouvia e havia tomado providências e ações que não estavam contribuindo para o desenvolvimento do Estado e da população tocantinense.

Deixou explícito seu ressentimento com relação ao andamento da atual política do Estado e prometeu que com as bençãos de Nossa Senhora dos Remédios e dos arraianos, voltaria “para governar este Estado com mais justiça, trabalho para com este povo, tão necessitado como o tocantinense” e “que buscaria resolver todos os problemas que estavam existindo, com fé na Virgem dos Remédios, todos, não apenas alguns, seriam respeitados”. Proferiu um discurso muito mais político que religioso, praticamente fez o pré-lançamento de sua candidatura no altar da Igreja Católica de Senhora dos Remédios.

A missa é continuada e no momento das preces, há que se observar à ênfase dada aos pedidos:

Preces:

1)Pelo Papa Bento VI pelos bispos e sacerdotes, por todo os ministros da Igreja para que sejam iluminados e protegidos pelo Pai, rezemos;

[...]paz no mundo, [...] Igreja.

4)Pelos aniversariantes de hoje em especial pelo nosso irmão José Wilson Siqueira Campos pedindo a Deus que de saúde, força e muitos anos de vida, rezemos;

5)pelos nossos governantes para que governem para o povo propiciando melhores condições de vida de subsistência, de dignidade humana, rezemos;

6) Por esta cidade de Arraias, que por intercessão de nossa mãe e Padroeira Nossa senhora dos Remédios e co-padroeiro São Sebastião, conceda a graça de continuar uma cidade simples, bela acolhedora e *pacífica*, rezemos (*Grifos meu*).

A leitura a partir de uma ordem hierárquica permite observar a seqüência disposta nas preces, ela demonstra a ordenação das hierarquias. Primeiro os pedidos são dirigidos às autoridades legítimas da Igreja, o *Papa, bispos, sacerdotes, ministros*, para que sejam iluminados e protegidos. Em seguida vêm os aniversariantes (*anônimos*) e em especial Wilson Siqueira Campos o aniversariante especial, o *predestinado, o mais apropriado*, para que tenham saúde e muitos anos de vida. Como governante, (que governará o povo, e *não com e pelo povo*) propiciará melhores condições de vida de subsistência e dignidade. Por Arraias, para continuar uma cidade acolhedora, simples, e pacífica, ou seja, que acolhe, não apresenta complexidade ou dificuldade *para a*

manipulação, abraça tudo e *todos que vier*, inclusive a *dominação* e seja pacífica, serena diante *dela* (grifos meus).

A missa “cuidadosamente preparada” teve continuidade como o cântico do Santo, intitulado de “Hosana Hei”.

Ele é o Santo/ Ele é o filho de Maria./ Ele é o filho de Israel/ Ele é o filho de Davi/ Santo é o seu nome./é o Senhor Deus do Universo/ Glória a Deus de Israel/ Nosso Rei e Salvador.

O que muito foi questionado pelos fiéis perplexos, é que diante da variedade de cânticos “Hosanas”, o escolhido para essa missa “cuidadosamente preparada”, sugere muitas leituras, e uma delas é a correlação da imagem do Deus Salvador, ao “homem predestinado, escolhido, que veio salvar, que liberta e promove a redenção, o condutor dos homens” (RIBEIRO, 2001:121) que é vinculada diretamente à pessoa do Siqueira Campos.

As autoridades eclesiais da Igreja católica estavam ali presentes, demonstrando perante seus fiéis, sua conivência e fidelidade com a política estadual de um dos candidatos, representantes de uma das facções mais conservadora na política brasileira, quando privilegiaram no ritual sagrado da missa o discurso de um deles.

A Igreja, nesse momento, sinaliza que está optando por um projeto em que os seus representantes legais interagem com os protagonistas do mandonismo e da dominação. Este foi o exemplo presenciado naquela oportunidade e presente também em outras ocasiões religiosas quando se juntam os atores católicos e políticos.

Mas é importante salientar que, essa relação entre atores da Igreja Católica de Arraias, e os políticos muitas vezes se apresenta de forma ambígua, enquanto discurso, já que nos sermões dos padres no dia-a-dia, professam a liberdade, a participação, à emancipação, outras vezes apresentam uma crítica contundente aos políticos nacionais, mas as garantias de fala nas festas principais, onde reúnem o maior contingente de pessoas são sempre dadas aos políticos locais e estaduais.

No aniversário de Arraias em 2006, a festa foi ainda melhor *preparada*, tanto pela Prefeitura Municipal, quanto pelas autoridades da Igreja católica no alcance dos objetivos políticos. A festa foi anunciada por dois convites, um oficial, distribuído por toda

a cidade, contendo apenas a programação, o outro, *especial*, foi deixado nas soleiras das portas das casas e seus dizeres estavam assim escritos:

Deputado Estadual [...], o futuro deputado Federal [...], Vereadores e Lideranças políticas convidam você e sua família para recepcionarmos o *Eterno* governador Siqueira Campos, o Senador Eduardo Siqueira Campos, Deputados Estaduais e Federais, no Aeroporto local no dia 1º de Agosto às 16 horas, de onde seguiremos em carreata pelas principais ruas da cidade.

Convidamos também para a missa, a realizar-se às 19 horas e para o grandioso comício da União do Tocantins na Praça da Matriz, após o termino da Cerimônia. Vamos prestigiar quem muito *fez e fará* por Arraias e pelo Tocantins.

Ao lado direito do Convite está a foto do ex-governador, ladeado da flor girassol (hoje flor símbolo do estado do Tocantins, mas ainda atrelada à imagem do ex-governador) e um trecho do Concílio Vaticano II: “e a criatura sem seu Criador perde o sentido, pois sem o Criador, a criatura não subsiste” (*Gaudium et spes*, 36). Frase que leva a dupla compreensão: a) de que a criatura Marcelo Miranda (o atual governador que se elegeu com apoio do Siqueira), portanto, *criado* por ele, não se manterá sem seu criador Siqueira; b) Como a idéia de que tudo foi Siqueira quem fez, que criou, e o Estado não progredirá, não se desenvolverá sem o seu criador.

O que se pode observar nesta sobreposição de imagens e dizeres é a intenção de se vincular todos os símbolos e feitos tocantinenses à imagem do ex-governador, como se um não existisse sem o outro. Há uma correlação de leitura entre criatura-criador: o Criador enquanto a entidade religiosa, “Deus”, e o “criador” político de um estado, o ex-governador.

Esta intenção pode também ser observada na análise de um adesivo de carros das campanhas eleitorais daquele ano que diz: “Por onde você olhar, foi o Siqueira quem fez”. Reforça-se aí a idéia do Criador de todas as coisas do Tocantins.

Foto Nº 2: Adesivo de carro para a campanha eleitoral



A festividade nesse ano (2006), em comemoração ao aniversário da cidade e do ex-governador englobou diversas atividades. Arraias acordou no dia 1º de Agosto com uma alvorada festiva¹² acompanhada pela Banda da Polícia Militar. Em seguida aconteceu uma Maratona pelas ruas da cidade. Às dez horas, uma exposição com direito a petiscos dos produtos e subprodutos do caju, fruta que vem sendo cultivada no município: é a VI Fest-Fruta, realizada na Praça João D´Abreu. Em seguida, um Show de Mágicas para as crianças, Torneio de Dama e Xadrez e a partida final do campeonato de Vôlei.

Às 19 horas com a Igreja toda enfeitada, aconteceu a Missa solene, concelebrada pelos padres convidados, e o que chama a atenção é porque o pároco titular da paróquia não fez o sermão do dia da festa da cidade. Quem o fez foi um dos padres amigos do ex-governador, que desejava ser candidato a prefeito de Arraias. Observa-se que no interior do folheto, não se fez menção ao nome do pároco responsável pela paróquia, e nem dos outros três padres que vieram como convidados para solenizar e sacralizar o momento religioso e político.

No ambiente interno, os primeiros bancos da igreja, aos pés do altar, foram reservados para o ex-governador e sua comitiva, que, logo entraram de forma destacada e ali se instalaram. Os correligionários foram chegando e ocupando os espaços nos bancos, alguns vestindo uma camiseta branca com o símbolo do “Super Homem” na frente, e no verso escrito “O retorno”. Este símbolo impresso nas camisetas demonstra o pensamento de

¹² **Alvorada Festiva:** É o repicar de sinos, além da queima de fogos de artifícios, normalmente às cinco da manhã, despertando a cidade para a grande festividade.

um grupo, a maioria deles, descendentes das linhagens familiares já estudadas anteriormente, de que o ex-governador é o *herói do povo*. O “S” representa a palavra super-homem e o nome do ex-governador, “o super-homem criador do Tocantins”.

Foto Nº 3: Camiseta usada pelos correligionários na carreato e na missa



No ofertório, outra cena que traz a correlação criatura-criador no momento em que foi introduzida uma dramatização de crianças vestidas com roupas de anjos trazendo “*os astros do céu; as coisas do Criador*”; o sol, em primeiro lugar, a lua, uma estrela e em seguida uma tocha de fogo e as flores amarelas com pétalas que confundem com os girassóis.

Entraram pelo centro da Igreja e se posicionaram de frente ao banco do Ex-governador, que sorria vislumbrando a grande arte ali exposta, exclusivamente para ele: os símbolos do Criador do Universo, e suas correlações com os símbolos utilizados na sua filosofia de governo, coerentes com suas intenções de melhor caracterizar o Criador e suas criações mundanas.

Qual a pretensão que pode ser lida em tal mensagem? Que se o ex-governador não criou o sol, mas criou o Estado e o girassol como flor símbolo para o Estado, não uma flor qualquer, mas aquela flor que gira em torno do sol. Na concepção ideológica dos que seguem a ideologia do ex-governador e autores da dramatização, é que o criador do Estado é o sol e os girassóis são as criaturas que vivem e crescem em torno do sol, portanto os eleitores que o seguem.

Por isso, os astros, criação do Deus Criador são introduzidos na dramatização. As crianças entram pelo centro da Igreja e se posicionam, não no centro do

altar, mas de frente ao banco onde o ex-governador estava sentado, numa menção exclusiva para ele. A tentativa era, mais uma vez a de reafirmar a correlação entre criador-criatura.

Um revelar da profanação praticada pelo clero, atores religiosos e políticos, que diante do altar sagrado, desejavam fazer crer aos outros fiéis, aquela irreverência ao verdadeiro Deus sagrado, Criador dos astros e das criaturas. Esses fiéis perplexos, não conseguiram entender o porquê haviam transformado o ritual da missa, em um momento profanador. Muitos deles saíram da celebração indignados, por causa do emprego abusivo dos rituais empregados que violavam a santidade do seu Deus.

Foto N° 4: Os símbolos do criador apresentados na missa



Para seguir os rituais da missa foram entregues os folhetos onde algumas pessoas que nunca foram vistas na função de distribuir folhetos¹³ estavam ali, demonstrando sua presença e companheirismo no evento da missa. Nesse folheto a manchete já anunciava o aniversário de Arraias e a presença do Ex-governador. Dentro dele, os cânticos e as palavras criteriosamente escolhidas com reverência ao Salvador.

¹³ Folhetos impressos com a programação da Missa e distribuídos na Igreja

As palavras de acolhimento nessa missa já trazem o discurso do ex-governador proferido no ano anterior “a esperança de uma mudança”. E o seu sentido, não era uma mudança da realidade econômico-social da vida dos seus habitantes, e sim mudança dos dirigentes políticos.

Senhores presentes sejam bem vindos a esta casa de oração, onde nos reunimos para louvar e agradecer a Deus os 266 anos desta nossa querida Arraias, o nosso boa noite.

São 266 anos de hospitalidade, de acolhimento, de fé e de esperanças em futuro promissor. Os anos passam a história continua as gerações se renovam a cada renascer de uma nova era, mas em cada ser que aqui nasce, vive ou mesmo vindo de outros horizontes e que aqui se identificam e se instalam passando a ser mais um arraiano, que adota esta terra e a sua gente como sua, confiam e amam-na.

Todos nós desejamos ver o despertar desta vetusta cidade para dias melhores, onde haja paz, justiça, estudo, trabalho e espaço onde todos possam conviver em harmonia e solidariedade. Onde o sol nasça para todos e não apenas para alguns onde seja possível a convivência entre todas as classes sociais, sem preconceitos raciais, ideológicos, econômicos ou religiosos, onde haja confiança e segurança para seus filhos.

Portanto vamos nos concentrar em orações nesta celebração suplicando aos céus, a nossa Mãe e Padroeira a virgem dos Remédios, bênçãos e proteção para nossa cidade e ao ilustre aniversariante e cidadão arraiano Jose Wilson Siqueira Campos, todos os aniversariantes do dia, como também proteção aos visitantes que entre nós estão e para todos nós. Fiquemos de pé [...]

Desse discurso inicial pode-se destacar:

a) [...] a identificação dos que vem de outros horizontes e passam a ser também arraianos, que adotam esta terra e a sua gente. Idéia que reforça a conduta daquele que adotou Arraias como sua cidade, a qual vem passar todos os anos a data do seu nascimento juntos com a comunidade nativa. Um discurso que visa o convencimento de sua predileção pela cidade arraiana, portanto merecedor de credibilidade, confiança e amizade e o voto do seu povo.

b) [...] o sol nascendo para todos e não apenas para alguns e a convivência entre todas as classes sociais, sem preconceitos raciais, ideológicos, econômicos ou religiosos, onde haja confiança e segurança para seus filhos.

Na missa do ano de 2005, o ex-governador quando praticamente lançou a sua pré-candidatura no altar, já anunciava uma mudança nos destinos do Estado, caso assumisse o governo. Dizia que iria “governar com mais justiça, trabalho para com este povo, tão necessitado como o tocantinense” e “que buscaria resolver todos os problemas que estavam existindo, com fé na Virgem dos Remédios, todos, não apenas alguns, seriam respeitados”.

Diante dos dois discursos utilizados tanto pelo ex-governador, quanto pelo ator católico que fez a abertura da celebração religiosa, percebe-se que o conteúdo a ser trabalhado em função dos objetivos políticos é o mesmo, sintetizando, portanto, os *slogans* do seu governo “O Estado da livre iniciativa e da justiça social, e o sol nascendo para todos”.

Na continuidade da homilia as preces continuam a fazer reverências às autoridades religiosas e políticas. Na sua elaboração, suplicavam a proteção aos:

1-Ao Santo Papa Bento XVI, os bispos em especial Dom Geraldo Vieira de Gusmão, os sacerdotes de modo particular ao Pe.Ramalho, Pe. Leomar e ao Pe. Pedreira que nos dão a honra de celebrar esta festa conosco para eu eles sejam iluminados na condução da nossa Igreja.

2-Protegei a nossa cidade para que ela se transforme numa verdadeira Jerusalém.

3-Protegei o nosso amigo José Wilson Siqueira campos, com também todos os aniversariantes deste dia, cumulando-os de muita saúde e força para darem continuidade a sua missão.

4-Abençoi e protegei a nossa prefeita e familiares e toda a sua equipe de trabalho para que encontre no cumprimento de seu dever a resposta do Cristo Redentor.

5-Iluminai as autoridades civis, religiosas e militares em âmbito Nacional, Estadual e Municipal, para que sejam exemplo de honestidade, justiça e responsabilidade com a coisa pública.

Novamente as preces seguem uma hierarquia que contempla as autoridades religiosas e políticas. Nelas percebe-se um discurso ambíguo, ao mesmo tempo em que, invocam saúde e força para os aniversariantes para continuarem sua missão, mas, qual a *missão*? Dos outros aniversariantes ou a do ex-governador? Logo em seguida, são pedidas bênção e proteção à representante do Executivo, no cumprimento do seu dever, para que a

mesma encontre a resposta do Cristo; pedidos para que as autoridades sejam exemplo de “valores como honestidade, justiça e responsabilidade com a coisa pública”.

Vale questionar porque os pedidos para o povo, os habitantes da cidade aniversariante são mencionados de forma tão generalizada, ou porque não foram pedidas a proteção e justiça contra as diferentes formas de domínio que tanta desigualdade traz?

Após este canto celebrou-se a Consagração, logo, o abraço da Paz. Esse momento foi de grande movimento dentro da igreja, todos se abraçavam como sempre, mas a euforia dos correligionários, em volta do ex-governador foi bastante intensa, diante dos olhos aturdidos dos adversários ali presentes. Era o corpo a corpo do candidato e eleitor aos pés do altar.

Na comunhão quase todos participantes da missa foram receber o Cristo na fila da comunhão numa postura de contrição, honra e dignidade, a espera da hóstia consagrada, Nesse momento, há uma demonstração de que não existem as intrigas, difamações, rancores e muito menos, o mal-feito ao adversário. Muitos, até não tinham o costume de comungar, mas o fazem para poder aproximar de um cenário de visibilidades e matar a curiosidade de ver as relações sutis, travadas apenas entre olhares dos políticos que ali comungavam.

Estar ali para muitos era presenciar as “visibilidades”, para depois serem tecidas as versões de bochichos por toda a cidade. Alguns com objetivo de reafirmar o “prestígio do político”, outros, foram para observar as transformações ocorridas entre o altar e o palanque. Muitos se revoltaram contra os padres por permitirem tal profanação. Isto, devido à crença dos bens simbólicos reafirmados pelos representantes legais das duas esferas, política e religiosa.

Um dos padres que acompanhava o ex-governador na sua campanha eleitoral demonstrava uma inquietação todo o tempo, sorria, e lançava olhares afirmativos de reencontro com os correligionários que aproximavam da mesa da comunhão. Postura que fazia lembrar seus braços abanando para os presentes na chegada do ex-governador no aeroporto da cidade.

Foto N° 5: Ator religioso na campanha política (no altar e no aeroporto)



A missa prosseguiu com o Canto Final, seguida do convencional, Parabéns. Convidaram outros aniversariantes, que por ventura estivessem dentro da Igreja, e em torno do principal, cantaram, festejando com palmas e felicitações. Todo o clero desceu do altar para o abraço respeitoso, reverenciando o político aniversariante.

Finalizada a missa, todos os presentes tiveram que sair pela lateral da igreja porque o palanque para o comício foi armado aos pés dos degraus do patamar da igreja, fechando a idéia da extensão do altar ao palanque, como se pode ver a foto n° 6.

Foto N° 6: Simbiose entre o altar e o palanque



Todas estas ações praticadas neste evento e relatadas aqui demonstram a intrínseca relação entre as esferas política e religiosa, uma vez que dentro de ambientes, atos e eventos religiosos (uma missa de aniversário da cidade, por exemplo) manifestaram-se diferentes discursos e práticas políticas, unindo o altar ao palanque. O que se tornou notório foi que se ressaltou muito mais o aniversário do ex-governador do que o do município, que completava mais de dois séculos e meio de existência.

Muitos daqueles que não compartilhavam da fusão política e religiosa ficavam perplexos, resignados e “obedientes, mesmo contra a sua vontade” diante de tudo que presenciavam: a utilização do espaço sagrado como um palco político. Outros saíram da Igreja por não conceberem tal profanação.

Vale ressaltar que o motivo do aniversário de Arraias ser comemorado junto com o do ex-governador, a partir de 1997, é porque este político tem um envolvimento social e político com representantes das esferas política, religiosa e das linhagens tradicionais do município. Este movimento está relacionado ao fato de que o ex-governador Siqueira Campos tenha ficado dez anos como governador, dos quase 20 anos de existência do Estado. Por isso, tentam fortalecer a própria idéia de ser ele, e não a Assembléia Constituinte, o criador do Estado.

Mas é a concepção de que Siqueira Campos é o único criador do Estado, o predestinado para governar por mais de dez anos ou talvez sempre. O seu retorno é o motivo que faz com que alguns grupos políticos com os mesmos interesses, se tornem articuladores e defensores de seus projetos. Por esta razão buscam manter a sua imagem vinculada a idéia da Criação, do “eterno governador”, na tentativa de influenciar *a volta, o retorno*, como se viu nas camisetas na foto nº3, mostrada anteriormente.

Para não deixar esquecida a sua imagem, esses grupos mantêm a ideologia, postura e estratégias do seu articulador, que representam investidas políticas todo o tempo e, sobretudo, durante os períodos eleitorais. Esquecem de que outros atores fazem parte da história tocantinense. Com isso, não pretendo desmerecer o trabalho do ex-governador, que, tanto quanto outros políticos, desde tempos remotos, lutaram para ver este Estado separado do estado de Goiás, como se pode ver pela história retratada no capítulo I.

Neste ano de 2006, em que a coleta de dados fora feita, percebe-se que mesmo na condição de ex-governador as oportunidades e os espaços foram cedidos pela Igreja Católica para que, o aniversariante discursasse e fosse homenageado em momentos da missa, não como um cidadão comum, mas como político.

No ano de 2007, a programação da festa exibia com arte, um relatório de prestação de serviços realizados pelo Executivo e as atividades diversificadas que deveriam acontecer. Eram maratonas, feiras (artesanato, produtores rurais), inaugurações de canteiros e obras, premiações, e shows. Interessante que o setor Buritizinho e o distrito da Canabrava tiveram atividades específicas comemorativas nesse aniversário.

Como não foi um ano de calendário eleitoral, o ex-governador não esteve presente no dia do aniversário da cidade. Dias, antes dessa festa, este passou pela cidade, solicitou a chave da Igreja que se encontrava fechada e orou como um cristão comum. E a missa do aniversário voltou a ter seus rituais normais, sem nenhuma reverência, ou aglomeração de fiés, curiosos ou políticos.

Portanto, a leitura feita sobre as atividades desenvolvidas no aniversário de Arraias, excetuando o ano de 2007, reporta ao conceito de poder pela lente sociológica, weberiana, nela, a percepção é a de que o grupo de políticos no exercício do poder, por meio da esfera executiva fez valer sua dominação, organizando desde a carreata até a missa, incluindo o patrocínio dos folhetos.

As missas, como os próprios folhetos demonstraram foram todas organizadas como um evento político, patrocinado pelos interesses dos (fazendeiros e linhagens) e Executivo municipal, que, por identificação partidária e interesses dominadores da localidade, são correligionários do político homenageado. Além disso, contou com a aliança dos atores religiosos que legitimaram durante esses anos, o tipo de domínio tradicional.

Nesse caso, vale ressaltar o conceito de poder de Weber (1991), que se assenta na capacidade de influenciar e no desejo de fazer valer sua vontade mesmo encontrando resistências. Ficou implícito o sentido e o grau de sua aceitação como norma válida, pois, os dominadores acreditam e afirmam ter autoridade para o mando, que é o caso da instância

executiva, legitimada pela instância religiosa. Já os dominados que não apresentam resistência, é porque crêem nesta autoridade e interiorizam seu dever de obediência tornando legítima a dominação.

c) **Viva-Arraias**

O mês de julho no município de Arraias, até pouco tempo atrás, era um mês com poucas atividades festivas, isto, devido ao recesso escolar e falta de um santo para se festejar. Mas em 2003, um grupo formado por arraianos que moram em Goiânia e Brasília, resolveu aproveitar esse período de férias para realizar um encontro dos ex-alunos do Instituto N. Senhora de Lourdes.

Esse primeiro encontro denominou-se de “Reminiscências”. O objetivo era reviver o passado naquela instituição, reencontrar as Irmãs dominicanas ainda vivas, e proporcionar um encontro dos ex-colegas. O Instituto como já citamos anteriormente, foi uma instituição educacional religiosa que, durante 30 anos contribuiu na formação dos jovens na região.

Outros encontros vieram, mas já com a denominação de “Viva- Arraias”, nome dado *a posteriori*, trazendo o sentido de felicitações. Conforme a organização dos organizadores, a intenção declarada era o de reviver as tradições, reencontrar amigos e valorizar, preservar aspectos do passado que perduram na cultura local.

Após algumas edições da festa “Viva-Arraias”, foi criada uma ONG de mesmo nome, tendo como presidente uma das organizadoras da festa “Viva-Arraias”. Esta procurou estruturá-la e legalizá-la. O certo é que os membros da Ong e os organizadores da festa “Viva-Arraias” parecem ser os mesmos.

Nos encontros posteriores as atividades agregaram números mais artísticos e culturais. Incluíram inclusive na programação homenagens para vultos importantes da cidade, sejam eles políticos ou religiosos. E como tudo em Arraias é movido pela política, essa atividade logo deu mostras de como os interesses políticos foram motivados. Muitas indagações sobre o porquê e como se escolhia os homenageados, provocou a nomeação de outras pessoas oriundas de famílias mais humildes a receberem o título. Afinal o destaque é o prestígio desse tipo de atividade, que envolve e reforça o prestígio de seus familiares.

Então os organizadores do “Viva-Arraias” se aliaram a Câmara Municipal, ao Executivo e as linhagens, para juntos concederem o título de cidadania arraiana às pessoas que realizaram algum trabalho em prol de Arraias. O critério, dizem ser, “pessoas que têm contribuído com a cultura e desenvolvimento do município”. Nesse ínterim, não somente os organizadores do “Viva-Arraias”, como também vereadores de diferentes partidos, têm se incumbido de indicar os nomes desses colaboradores.

Inclusive, no informativo circular nº 2 de agosto de 2007, distribuído na cidade por um dos vereadores, diz: “fugir a regra geral” e “concede o título especialmente a cidadãos humildes, que na sua simplicidade contribuíram para o crescimento de Arraias e, muitas vezes são esquecidas pelas autoridades constituídas”. O que se percebe é que este vereador não levou em conta que ele é uma das autoridades constituídas e legitimadas para deliberar sobre para quem deve ou não entregar os títulos de cidadania.

No “Viva-Arraias” do ano de 2006, a entrega dos títulos honoríficos teve uma seção religiosa interessante. A Presidente da Câmara abriu os trabalhos convidando todos os presentes para ficarem de pé para fazer uma prece ao Divino Espírito Santo, para iluminar aquele momento. Só que esta vereadora desencadeou tantas outras orações, invocando a Nossa Senhora dos Remédios, Senhora Aparecida e a tantos outros Santos, que as pessoas presentes pareceram constrangidas, sobretudo, um evangélico, que orou junto, mas que me pareceu incomodado e desrespeitado no seu credo. Apesar do título recebido, não foi dada a ele a oportunidade de expressar o seu credo. Mais uma vez, a relação entre religião e política se fez sentir. A ênfase dada pela vereadora à necessidade das bençãos de Deus para o início da solenidade, parece reforçar a busca do vínculo entre o campo religioso e o campo político como mais uma estratégia para os políticos demonstrarem sua condução política respaldada da anuência de Deus.

A entrega dos títulos é fato, sem desmerecer as contribuições dos homenageados e o mérito atribuído a cada um deles, outras perguntas devem ser feitas: sobre quais os critérios são selecionados as personalidades para receberem o título de Cidadão Arraiano? Quem são os responsáveis pela elaboração das biografias dos homenageados? Teriam trocas por traz da nomeação de cada nome para homenagear?

No ano de 2007, presenciei uma nova entrega de título na Câmara e a relação dos nomes a serem homenageados me fez refletir também sobre os nomes dos escolhidos nos anos anteriores. A evidência foi o grande número de títulos às pessoas que se casaram com os nativos de Arraias, deixando transparecer que o “título de cidadania” está se tornando um documento legal para que a pessoa venha se sentir um cidadão arraiano.

Isso reforça a idéia de que para ser cidadão daquele lugar, necessita ainda, de um título para quebrar àquela velha idéia de “forasteiro”. Ou seja, para ser considerado cidadão desse lugar, precisa do aval da Câmara dos vereadores, do Executivo e das linhagens tradicionais por meio da concessão do título.

Como essa festa está diretamente vinculada a Ong, há quatro anos seguidos, seus organizadores têm procurado animar a cidade com uma programação que contempla atividades diversificadas dentre elas os projetos que foram lançados com objetivos anunciados de valorização da cidade e de sua gente, de envolver a preservação dos rios à fundação da Casa da Cultura.

Numa leitura sobre os projetos pretendidos pela Ong, percebe-se que a intenção é a inserção de atividades culturais e sócio-educativas na cidade, não somente no sentido de divulgar Arraias, como sensibilizar e desenvolver “frentes de poder”¹⁴. Portanto, a entidade possui um cunho político, na medida em que terá projetos, aglomeração de pessoas na festa para a promoção de seus trabalhos, depois pelo fato de que em cada projeto terá que atuar junto à administração das esferas políticas local, estadual e federal.

Seria utopia pensar que qualquer dessas atividades que envolvem empreendimento de recursos financeiros, parcerias, atuação da comunidade local e das esferas executiva, legislativa e judiciária, não envolvesse os atores que tem interesses manifestos ou ocultos nas várias mediações. E a reciprocidade é a moeda vigente para a realização desses objetivos.

Foi percebido, portanto, na observação da festa “Viva-Arraias” é que essa festa apresenta atualmente, muito mais como uma festa para divulgação de projetos, realizações de uma Ong, que tem como mediadora sua Presidente e membros com seus interesses, que,

¹⁴ Frente de Poder aqui se refere às tentativas de administrar o poder local por outra via de foram colaborativa ao poder constituído do prefeito, vereadores e judiciário.

vinculados às esferas municipais, estaduais e federais projetam cenários e ações políticas onde cada uma delas procura assegurar a sua legitimidade, causando muitas vezes sentimentos de ciúme, propriedade e até intrigas. É uma luta pelo domínio.

Um olhar distanciado consegue perceber essa luta pelo poder. Por um lado as esferas legislativa e executiva querendo participar do evento, mas sem querer abrir mão de muitas ações que dizem respeito a sua jurisdição, portanto do seu domínio. As esferas estaduais e federais garantem seus patrocínios e promessas de sustentação dos projetos. Por outro lado se vê a presidente da Ong e seus membros, que também fazem parte das linhagens tradicionais, no meio das ações preocupadas com o coletivo e as mediações das esferas, mas com as intenções de mostrar seu potencial de governo, mesmo a distância, até que possa concorrer às eleições, as quais legitimarão o seu exercício direto no poder local

d) Dia da Pátria – Independência do Brasil

O sete de setembro é um dia comemorado como uma festividade cívica nacional, mas em Arraias também faz parte dos festejos da Padroeira Nossa Senhora dos Remédios, celebrada no dia seguinte. O clima mistura civismo e entretenimento. A cidade nesse dia já está repleta de devotos e romeiros que vieram de longe. São os provenientes de cidades distantes (como Palmas, Brasília e Goiânia) e de romeiros vindos dos sertões e das caatingas.

As escolas públicas e particulares e o pelotão da Polícia Militar são os atores principais do desfile que percorrem algumas ruas da cidade. A organização deste evento é marcada pela presença dos professores, alunos, funcionários, administrativos e gestores das escolas e pelos militares. A temática do desfile é definida em conjunto, após reuniões com os representantes das instituições que se apresentam no desfile. Destacam-se no evento as fanfarras da PM e das escolas estaduais.

O início do desfile dá-se em frente à Rodoviária, percorrendo as ruas da cidade e encerrando na Praça da Matriz. Naquele espaço coletivo estão as escolas estaduais, algumas municipais e particulares, que ultimamente têm desenvolvido uma política interna de demonstrar seu trabalho cotidiano, o envolvimento de seus funcionários e alunos, além de

trabalharem o tema escolhido por meio de dramatizações e descrições. Cada escola quer apresentar melhor sua identidade.

Apresentam-se no desfile, também, autoridades de algumas instituições e os representantes da ordem governamental. Ou seja, vereadores, prefeito, deputados e alguns atores políticos, que procuram se tornar visíveis pelos discursos feitos à platéia ali reunida para o evento cívico. Entretanto, não se percebe nos discursos algo que reflita a realidade local. Os temas versam, em sua quase maioria, sobre questões que referendam aspectos da economia, educação, desigualdade social, dentre outros vividos pela nação brasileira. Mas essas menções são proferidas apenas por alguns políticos, que se apresentam como intelectuais mais atualizados. Estes demonstram um nível de conscientização para a problemática nacional, de forma a chamar atenção pelo nível de criticidade e desejo de cidadania a todos os brasileiros.

No entanto, mesmo estes políticos intelectuais, distanciam-se ao máximo do político que está envolvido e atuante nas tramas locais do cotidiano, onde suas posturas são bem diferenciadas das proferidas nos discursos. Eles não se referem ao domínio e as causas do alto índice de desigualdade, pobreza e desemprego do município arraiano. Assim que os discursos são encerrados, o público se desfaz voltando para suas casas na expectativa das outras etapas da festa. A dura realidade da (pobreza, desigualdade e desemprego), mencionada nos discursos dos políticos ficam para eles mesmos, como mensagem a ser repetida em outras ocasiões. Para os cidadãos comuns, mais um discurso que não sairá do papel.

4.2. Festas Religiosas

a) Padroeira Nossa Senhora dos Remédios

A festividade em comemoração a padroeira do município, Nossa Senhora dos Remédios, é uma das atividades mais esperadas pelos arraianos. O fato da comemoração acontecer dia 08 de setembro, um dia depois do feriado cívico da Independência, possibilita aos muitos romeiros a oportunidade de vir de lugares distantes para participar destes festejos que duram praticamente de dez a doze dias.

A romaria a Nossa Senhora dos Remédios é permeada de muita devoção. E para entendermos esta devoção, precisamos entender o significado do que seja romaria, a história da devoção a Nossa Senhora dos Remédios e sua relação com o município em questão.

O sentido da palavra em diferentes dicionários significa uma peregrinação religiosa feita por um grupo de pessoas a uma igreja ou local, considerando o santo, seja para pagar promessas, agradecer ou pedir graças, ou simplesmente por devoção, podendo ser feita a pé ou em veículos. O nome do termo é uma referência a Roma, cidade sede da Igreja Apostólica Romana, e por esse motivo é usada para classificar especialmente peregrinações católicas, e, aquele que pratica a romaria é chamado de romeiro.

No município arraiano eram considerados romeiros, aqueles que vinham a cavalo do sertão ou das caatingas, hoje são todos que vêm participar da festa.

A romaria mostra-se como uma proposta contemporânea de continuidade de elementos das culturas tradicionalmente rurais. Idéia que difere dos estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, nos anos 1960 e 1970, que prenunciavam – que com o processo de urbanização e industrialização, os elementos fundamentais do catolicismo rústico¹⁵, tenderiam a desaparecer, inclusive as festividades, que organizavam os bairros rurais – a festa de romaria mantém traços de uma forma tradicional de devoção e não está fechada nem vulnerável às transformações que provém do mundo urbanizado.

Ao enfatizar o isolamento e a falta de ligação dos bairros rurais com a sociedade global, Queiroz previa um triste futuro para a organização tradicional dessas populações rurais. A urbanização e a industrialização terminariam por incorporá-las ao universo das cidades e elas perderiam seus traços característicos, inclusive as manifestações do catolicismo rústico, que organizavam os bairros rurais.

Em suas palavras, “não apenas o catolicismo rústico brasileiro se constituiu, segundo as necessidades do bairro rural tradicional, como também a ele está associado de maneira profunda, não sobrevivendo se por acaso o bairro rural desaparece” (QUEIROZ,1973a:96).

¹⁵ Maria Isaura P. de Queiroz (1973a) define o catolicismo rústico como formas de religiosidade populares católicas baseadas nas festas coletivas, danças, rezas, romarias que se realizam, tradicionalmente, sem a interferência direta de padres ou representantes oficiais da Igreja. Esse catolicismo está baseado no culto aos santos, realizado especialmente durante as festas de padroeiro.

Mas o catolicismo rústico nesse município tem se apresentado de forma renovada, na medida em que os padres da geração de 1980, para cá, têm introduzido alguns rituais desse tipo de catolicismo. Independentemente da valorização pelos padres, esses rituais continuam sendo manifestados entre as comunidades sertanejas e catingueiras no Brasil, e apresentam-se como um dos elementos formadores da chamada cultura rústica e que contribuem para a sua permanência.

Observa-se que nas cidades onde se cultuam romarias, os fiéis procuram realizar sua festa e sua peregrinação de acordo com o seu santo, a partir de uma data no calendário litúrgico. Arraias pertence à diocese de Porto Nacional, a qual celebra várias romarias, dentre elas, a romaria de Nossa Senhora dos Remédios, e a do Senhor do Bonfim, festejadas em datas muito próximas, além de se situarem geograficamente num raio de distância de apenas 150km.

É interessante focá-las juntas, pela semelhança na forma como são realizadas e pelas suas características que reforçam um dos pressupostos deste estudo, especificamente, o entrelaçamento entre o religioso e o político como o direcionamento ideológico que rege à mesma diocese.

Referenciar a Nossa Senhora dos Remédios parece, em primeira mão, festejar uma santa pouco conhecida no espaço religioso do Brasil. Mas não é, pois ela é a padroeira de muitos lugares, como: Tortosendo em Portugal e em diferentes estados do Brasil: São Paulo (Itatiba, Osasco), Minas Gerais (Caxambu), Paraná (Araucária), Piauí (Piripiri, União e Picos), Rio de Janeiro (Paraty), Pernambuco (Sousa) e Tocantins (Arraias) e Fernando de Noronha. Seus festejos são comemorados no dia 8 de setembro de cada ano.

Segundo a estudiosa Theresa Regina de Camargo Maia (1974), a organização desse festejo iniciou com a Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, a qual pertencia “as pessoas de destaque da Villa”.

Esta festa era uma das mais ricas da cidade, não só devido às doações feitas pelos Irmãos em testamentos e legados como pelo grande número de alfaias e jóias da santa. Os festejos têm início como uma novena preparatória, missa solene no dia da festa, procissão, leilão de prendas e danças, tudo acompanhado de foguetório. (Maia (1974:77).

Mais na frente, a estudiosa descreve a novena com o canto da jaculatória, menciona a forma como o leilão ocorria, o desenho da Santa com detalhes de sua imagem no andor. Do despertar da cidade no dia da festa, com a alvorada tocada pela Banda Santa Cecília, da Missa solene e da procissão e nomeação dos novos festeiros.

A razão da supracitação é que a organização das festas em Arraias segue de forma muito similar à festa de N.S. dos Remédios de Paraty. Hoje, além dessa organização básica, outros rituais foram acrescentados, os quais comentaremos adiante.

A justificativa da escolha de Nossa Senhora dos Remédios como Padroeira no Município prevaleceu sobre a lenda repassada pelos fiéis. Refere-se a imagem que teria vindo no bolso de um dos escravos, desaparecia do local e fora encontrada posteriormente no local onde hoje é a Igreja. Razão que se tornou a Padroeira do lugar.

No arquivo da paróquia não se encontra qualquer documento que faça referência ou relação às outras igrejas. As razões da não existência dessa documentação podem ser várias, dentre elas, a de que estas igrejas não existam mais, e até é melhor serem esquecidas, já que as imagens, e as peças em ouro que lhes pertenciam foram doadas ou vendidas para outras localidades. Outra razão é que essas histórias poderiam desenterrar histórias da dívida moral dos arraianos e, sobretudo, da Igreja Católica para com os escravos que viveram sob aquele mesmo chão.

O que foi encontrado nos livros de Documentos Históricos da Paróquia é que a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios foi construída de 1929 a 1942. Segundo um dos entrevistados, ela existiu antes com uma estrutura que permitia que as pessoas importantes que morriam fossem enterradas dentro dela. Mas o Padre Rosolindo de Freitas suspendeu esta prática, e criou logo o primeiro cemitério da cidade. Interessante que em seu inventário possui uma ata em que ele pedia para ser sepultado ao pé do altar.

Devido o movimento de sepultamento dentro da igreja suas paredes ficaram abaladas, sendo necessário reerguê-la dentro dos moldes de uma arquitetura que possibilitasse aproveitar suas bases e concluir a segunda versão.

Posteriormente esta igreja foi reformada de acordo com a estrutura atual. Possui dois espaços coletivos separados por um arco, que também dá o formato às suas portas.

O altar é composto na parte superior pelo sacrário com imagem de Nossa Senhora dos Remédios, ao centro outro sacrário com Corpo de Deus. Dos lados do altar estão as imagens de São Sebastião e São José. Há também nos fundos uma sacristia e um coro de madeira elevado na entrada da igreja.

A festividade de Nossa Senhora dos Remédios é atualmente a festa religiosa mais importante de Arraias, nela se agregam mais de dez mil romeiros vindo de todos os lugares do Brasil. Nesse período de festa, o município de Arraias atrai romeiros de diversas regiões do país, principalmente do Centro-Oeste, que chegam até lá, conduzidos nos mais variados meios de transporte como: caminhão, ônibus, carro, cavalos e a pé.

Até umas cinco décadas atrás, esta festa não tinha o padrão de romaria, era tida apenas como a “Missa da santa” e somente os moradores das comunidades rurais, os da cidade e, alguns arraianos que moram em Goiânia, Brasília, que por tradição familiar vinham para assisti-la. Com a vinda de novos padres para a paróquia é que foram introduzidos rituais que a transformaram em tal categoria. Nesse sentido concorda-se com a visão de Nascimento,¹⁶ de que:

A reprodução do modelo de romaria em outras festas tradicionais da região evidencia que essas manifestações do catolicismo popular estão sendo redefinidas: elas incorporaram as novas modalidades de festividades modernas, mas não deixaram de ter como parâmetro a sua tradição e a sua memória... Essas festas “urbanizaram-se” e trouxeram da cidade elementos para reelaborar suas tradições, provenientes da zona rural, e vice-versa.

Após o incremento dos novos rituais, esta festa tornou-se supervalorizada em Arraias e sua peculiaridade está no seu significado para os que a prestigiam com sua presença e fé. Para os mais velhos da sociedade local, ela é um momento de reencontro, de pagar promessas, de culto à Nossa Senhora dos Remédios. Enfim, é o momento de reviver rituais vividos com os parentes que já não estão mais vivos.

Para os mais jovens, essa festa é o período em que a cidade se transforma com suas múltiplas oportunidades de lazer, entretenimento, encontros e muita alegria. Para os

¹⁶ NASCIMENTO. NAU – Núcleo de Antropologia da USP, s/d.

comerciantes, tanto os locais, como os itinerantes, conhecidos como mascates, a festa é uma oportunidade de aumentar seus lucros.

Para a Igreja, é o momento de fortalecer a fé católica, demonstrando de sua influência sobre os fiéis, além do exercício de comercializar seus produtos religiosos. Para os representantes da política local, a festa é o ponto de encontro com seus eleitores, atores tanto da política quanto da igreja para articularem o grande momento de aparição pública nos espaços religiosos, na abertura dos rituais, enfim o momento de vincularem sua imagem ao sagrado e evidenciar a sacralização do seu poder.

A festa da romaria se constitui da mistura do profano com o sagrado, na medida em que, é divertimento e satisfação dos prazeres do corpo que se aliam à fé e a transcendência para o mundo divino.

Do dia 31 de agosto, data de início da novena, até o dia 9 de setembro, a cidade vive na expectativa das atividades programadas. As novenas têm início com o levantamento do Mastro que tem como ritual, o cortejo na residência dos mastreiros. Quem são eles? São os fiéis que se enquadram nas categorias dos atores políticos, antes citadas, podem ser membros da igreja ou de instituições políticas, como foi o caso deste ano, que foi um vereador. Os mastreiros, sobretudo, se forem políticos ou pertencentes às linhagens tradicionais, após receberem os fiéis em suas casas servem café, refrigerantes com muita fartura de comida, soltam muitos foguetes e ao som de tocata das folias, sob as luzes das velas, dirigem-se a pé até a Igreja local com o mastro sendo carregado pelos fiéis.

Estes percorrem as ruas até a chegada no patamar da Igreja onde já existe um local apropriado para o ato. Assim que levantam o mastro, todo enfeitado com cores vivas, flores e a bandeira de Nossa Senhora dos Remédios exposta na ponta da madeira, as mulheres e homens dançam rodadas da súcia em homenagem a santa. Essa dança na região é típica do catolicismo rústico.

A Súcia, segundo o dicionário de Aurélio, é o agrupamento de pessoas de má índole [...]; Suciado tem como sinônimo fazer parte de uma súcia, vadiar, vagabundar.

Ao contrário do que define o Aurélio, a dança da súcia em Arraias, é uma dança onde homens e mulheres se divertem saltitando em vários ritmos, entre eles a dança da

Jiquitaia. A parte mais interessante da dança acontece quando as mulheres equilibram, sem parar dançando com garrafas ou outros objetos sobre a cabeça. Depois formam pares que bailam, batem os pés todos juntos e dão voltas segurando na cintura, saltitavam no ritual da jiguitaia¹⁷, formando uma dança típica. Os cantos eram entoados enquanto dançavam todas as modalidades das danças. Normalmente as letras das músicas são histórias baseadas no cotidiano da vida deles. Essa dança traz as origens dos negros que aqui “suciaram”, deixando uma herança que ainda hoje é preservada na comunidade.

Após este ritual inicial, a novena é rezada com o canto da jaculatória e realização dos leilões durante as nove noites. Além da súcia, em alguns momentos da festa apresentam também a Dança de São Gonçalo, que também faz parte dos rituais do catolicismo rústico. Segundo Queiroz,

Trata-se de um antigo rito religioso português com função de agradecer ao santo graças alcançada. Embora proibida pela igreja durante o século XVII em Portugal, persistiu no Brasil e continua a existir hoje até mesmo em regiões rurais consideradas modernizadas (QUEIROZ, 1973a:80).

A referida dança é executada por mulheres, guiadas por dois homens. Cada “rodeira” ou “rodista” leva um arco ornamentado com flores e fitas em homenagem a São Gonçalo, percorrendo ruas, quintais e portas de residências. As mulheres representam as “mundanas” e os guias “santo” e todos se vestem de branco com uma fita vermelha no pescoço.

O acompanhamento instrumental é a viola, a caixa e o pandeiro. O número de “Rodas” e arcos depende da promessa feita. São momentos de trocas entre o fiel e o seu santo. Em fila, as rodeiras e guias, que avançam e recuam com arcos enfeitados de velas de cera acesas, seguradas por pares, causam um efeito surpreendente.

Enquanto no espaço religioso ocorrem estes rituais e rezas, na cidade ocorre uma espécie de frenesi com a chegada dos barraqueiros que lotam as ruas com suas barracas, trazendo os mais diferenciados produtos para comercializar. Várias novidades

¹⁷ Dançam pulando e levantando a saia como se estivessem sendo atingidos por um tipo de formiga chamada de jiguitaia.

tornam-se atração, que quebra a rotina da cidade, e o caráter puramente religioso da festa que fica entremeado pelo caráter comercial e político.

A maioria dos barraqueiros vêm pelos simples motivo do comércio, aproveitando a multidão que vem assistir a romaria. Acompanhamos o movimento das barracas no ano de 2006, observando o aspecto quantitativo e a religiosidade dos mesmos. As barracas eram em torno de 300, as quais, 194 eram barracas de camelôs que se diziam evangélicos, fiéis das mais diferentes igrejas. Suas barracas eram de roupas, bijouterias e calçados, enquanto 106 barracas que vendiam comidas, bebidas e algumas de roupas, seus donos diziam ser católicos. Em apenas quatro barracas, seus donos disseram ser espíritas.

Em Arraias, durante as festas, o caráter da oração e da contemplação à santa já não é o único sentido. Nos primeiros dados desta pesquisa, pode-se perceber a forte presença do econômico nas atividades religiosas propriamente católicas. Envolto nos rituais desta romaria, comercializam em seus templos as imagens de santos, seus CDs, suas fitinhas, seus quadros, velas, terços e outros objetos religiosos.

Dentre as atividades organizadas pelos festeiros da Romaria, mesclam-se rezas com diversão no tradicional “bailes da saudade” onde há dança, namoro e bebidas. Essas programações religiosas, sobretudo, das romarias, têm aproximado muito os mundos que Durkheim (1989) consideravam radicalmente separados: o mundo do sagrado e do profano.

Dentre os rituais em que mais se destaca o entrelaçamento entre o campo político e religioso, é a presença das autoridades políticas, como o atual governador Marcelo Miranda e secretários de seu governo, fazendo parte numa área do patamar da Igreja, especificamente onde ornamentam o altar do dia da grande missa, realizada em 08 de setembro. Embora ele não tenha proferido discurso para a multidão de romeiros presentes nesta missa, a presença dessas autoridades geravam um clima de política dentro do ritual da missa. De onde ficaram sentados, todos poderiam visualizá-los juntos, compartilhando um mesmo espaço religioso.

O mesmo fenômeno ocorre na romaria do Senhor do Bonfim, situado há 150km do município de Arraias, lugarejo pertencente a mesma diocese, por isso, os festejos são semelhantes. E o que as duas romarias possuem em comum? Praticamente em todos os

rituais, a presença dos mesmos padres e políticos. No ano de 2006, o atual governador Marcelo Miranda e o ex-governador Siqueira Campos, ambos candidatos ao novo pleito de governador do Estado do Tocantins, lá estiveram presentes, em procissão carregando o Cristo ou subiram em altares e deles fizeram seu espaço de visibilidade, reforçando ainda mais a legitimação e relações entre o poder político e o religioso.

Foto Nº 7: O ator político no altar (Festejos do Senhor do Bonfim)



Embora a missa do Senhor do Bonfim não apresentasse uma organização com uma homilia, cânticos e discursos tão adequados para reforçar o perfil de um político, como na missa do aniversário de Arraias, o padre passou a palavra para a primeira dama do Estado, que agradeceu o carinho, e a deferência dos padres e da população. Também agradeceu a presença de Dom Geraldo Gusmão, do Bispo de Porto Nacional e a todos os padres que ali estavam. E, demonstrando um ato de religiosidade, fez um pedido especial ao Senhor do Bonfim,

(...)Que Jesus possa abençoar também a todos que vieram aqui muitas vezes para agradecer e outras vezes pedir por um milagre, que Jesus possa os abençoar e que vocês voltem para casa com paz, amor e com muita fé no coração. Obrigada.

Após as palavras da primeira dama, o Padre passou a palavra para o Governador Marcelo Miranda que disse:

Mais uma vez é uma alegria muito grande poder retornar ao Senhor do Bonfim, Já viemos pedir e agora venho agradecer pelas nossas glórias. Eu devo dizer que venho mais uma vez pedir pela sabedoria, não só ao governo Marcelo Miranda, mas ao nosso País, e a todos aqueles que aqui estão, que tem fé e esperança.

Em sua fala agradece *as nossas glórias*, mas não menciona quais *glórias*, e de quem são as glórias, do povo ali presente ou da sua forma de governar? Se estivesse referindo aos romeiros presentes, vale perguntar se estes estariam mesmo em estado de bem aventurança? As condições de vida de cada romeiro permitiriam estar em estado de glória? É claro que a vida e as muitas bênçãos recebidas a cada dia pelas pessoas devem ser agradecidas, mas é inegável o quadro das condições de pobreza e desigualdade que a maioria dos tocantinenses e brasileiros vive.

Em seguida, o governador pede sabedoria para o governo, para o país e aos que ali estão, que tem fé e esperança. Também não é claro que tipo de sabedoria, bom seria se fosse a sabedoria para os governos no sentido etimológico de prudência, moderação, temperança, sensatez, reflexão diante da realidade de cada Estado e município. Assim, quem sabe todos estariam em condições dignas de vida.

Um dos padres condutores da missa retoma a palavra, dirige a multidão de romeiros dizendo:

Se vocês podem fazer gente, não vamos ficar só escanchado no governo, que tem outras providências a fazer. Eu que sou padre tenho que ir atrás do governo, e já falei pro Dr. Marcelo Miranda [...].

Esse discurso se apresenta de forma ambígua, pois, ao mesmo tempo em que o pároco profere suas palavras em defesa do governo, pedindo o povo para não ficar *escanchado no governo*, no sentido de não esperar tudo dele, logo em seguida, diz que vai atrás do governo quando a multidão ultrapassa a mil e quinhentas pessoas. Chama o governador de “*filho*”, demonstrando uma intimidade que lhe permite pedir às dádivas que mencionou posteriormente, e logo diz, que não é sem educação e nem ingrato, por isso agradece não só ao governador, mas as pessoas que ajudam na romaria.

Curioso quando diz que manda o seu recado para aqueles que moram nos barracos: “[...] esse ano o Governo mandou colocar barrotes nos tetos, porque no ano passado em 15 dias desabaram 12 barracos, a romaria despencou”.

Minha indagação é que recado? Quem mandou dar o recado? O governador? A igreja? Porque essa mensagem? Teria o sentido da reciprocidade, de algum comprometimento entre ambos ou entre os que moram nos barracos?

E continuou a falar dos benefícios enviados pelo governo:

Agora eu quero falar um pouco dos benefícios enviados pelo governo do Dr. Marcelo Miranda: Início da construção do poço, que infelizmente não deu pra concluir, mas após a romaria eles irão terminar o poço artesiano. Deram o pagamento solicitado pelo padre X de 10 mil livros de cânticos, estes que estão ai com vocês, bonitos até... Palmas pros livros; Limpeza geral do espaço da romaria; Shows, com frei Zeca, que vocês irão ouvir hoje a noite; Muita gente pra ajudar que o governo mandou; Mil camisetas para o bazar; Abastecimento com água mineral, todo mundo nas filas tão tomando água, que bonito! Providências do nosso governador. Tendas e suportes aos romeiros, com médicos, enfermeiros, alimentos, polícia militar com mais de duzentos homens nas ruas; caminhões para molhar as ruas; materiais para o consumo e necessidade do santuário; Material de limpeza para a romaria; Sacos de lixo, vocês recebem o saco de lixo pra colocar o godó e vocês tão colocando é roupa suja! Caminhão para puxar água do Manoel Alves; Caminhão BR Cultura; O padre X é um idiota em computação, mas ganhamos um computador para as utilidades do santuário, palmas gente!

Se o governador não quis em seu discurso mencionar o que doou para a romaria, o Padre X fez todos os romeiros saberem. Uma propaganda do governo recheada das dádivas recebidas. É evidente que os benefícios estão relacionados à infra-estrutura para os romeiros e não específicos para o padre, mas a forma de divulgação que o padre fez dos feitos do governo, demonstrando sua íntima relação com o governador é igualmente uma forma de demonstrar seu prestígio e o seu pertencimento ao governo.

Mas entre os romeiros a percepção era outra, quando perguntei sobre o que acharam do sermão do padre, alguns disseram que ele era um falso e que na noite anterior havia feito uma procissão, só para o adversário do governador andar com o Cristo Morto no meio da multidão, e seus companheiros poderem entregar os santinhos com suas propagandas.

Já outros acharam que o padre era um oportunista que tudo devia ao ex-governador Siqueira Campos e ali na frente de todo mundo, ficava fazendo média com o governador atual, e que muito do que o padre havia dito tinha começado na época do Siqueira. Disse mais, ele prega uma coisa, mas faz outra.

As falas desses romeiros que não quiseram ser identificados demonstram uma insatisfação com o discurso do padre, e entendi que o desagrado poderia estar relacionado também com o que o padre X havia dito também no seu discurso:

E ainda falam pra mim: “O senhor não deixa nós fazer casa, mais fica dentro dessa casa”. Mais tudo bem, eu esfrego, corro e depois na hora de dormir vou tomar sereno? Não sou banho de cal! Pelo jeito o povo quer ver o padre é oh, crucificado.

Quando a palavra é passada para o bispo, a missa toma um caráter mais religioso, ele chama a todos os romeiros para pedir perdão a Deus, porque todos são pecadores. Dá prosseguimento aos rituais da missa.

Queremos também acolher a todos vocês, que chegaram durante a noite e agora pela manhã. Nos que já estávamos damos uma salva de palmas para os romeiros e romeiras que chegaram. E agora irmãos e irmãs, nós todos voltados para o Senhor do Bonfim, neste ato estamos com a intenção de assumirmos que somos pecadores.

O que ficou evidente é que naquele ambiente de romaria, misturavam as falas dos políticos e dos padres que saudavam e pediam as bênçãos ao santo para a multidão presente, provocando nas mentes dos menos esclarecidos, a confusão entre o que estava ali sendo sacralizado, o Senhor do Bonfim ou os políticos.

Como foi evidenciado em 2006, ano de calendário eleitoral, a romaria do Senhor Bonfim serviu de espaço religioso, mas muito mais se prestou para legitimar os dois candidatos ao governo do Estado e aos deputados estaduais e federais. Pois um dia antes da grande festa, o ex-governador caminhou junto a multidão carregando o Senhor do Bonfim, e a noite teve seu momento com os romeiros. No dia da festa principal foi a vez do atual governador carregar a imagem do Senhor do Bonfim, no meio dos romeiros, de subir ao altar e proferir seu discurso, junto com a primeira dama.

Além da presença desses candidatos em lugares de destaque ou no meio do povo cumprimentando-o, existem ainda as faixas do governo e dos políticos aos cargos das esferas estaduais e federais. Elas estavam estampadas em árvores, nas portas das poucas casas do vilarejo. Uma poluição visual dos letreiros de todas as cores, que associada a chuva de papéis-propaganda, traziam as orações e foto dos santos de um lado e do outro, a propaganda do candidato.

No chão das ruas que entornam o altar, misturavam aos papéis “santo-propaganda”, outros com difamações dos candidatos entre si, tornando aquele ambiente de interesses políticos e de trocas simbólicas, profundamente profano. De romaria, oração, e concentração só se podia sentir no interior da igreja.

Assim como na romaria do Senhor do Bonfim, exemplos da intrínseca relação igreja católica e sistema político, estão nas propagandas da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado na romaria de Nossa Senhora dos Remédios. Nelas visualiza-se (foto nº 8) as estampadas nas costas das camisetas dos organizadores e dos cavaleiros que desfilaram pelas ruas da cidade. É a forma mais comum de se conhecer a dádiva das linhagens ou dos políticos para com as festas.

Foto Nº 8 : Propagandas políticas nas camisetas das festividades



Nos dizeres escritos nessas camisetas, as orações se misturam aos nomes dos políticos e logotipos das diferentes instâncias governamentais fazendo com que a leitura da mensagem tenha sobretudo, um direcionamento político.

De tão mescladas e legitimadas que são as esferas que a grande maioria das pessoas já não conseguem estranhar, apenas consentem. Observei durante o ano de 2005, a decoração do carro que carregava a padroeira no dia principal da festa, na qual mais dez mil fiéis estavam presentes. Nele misturaram a Santa padroeira com o manto azul cheio de flores de girassol, flor símbolo do governo do Estado, mas especificamente, usado pelo

governo de “Siqueira Campos”¹⁸, um dos representante da elite dominante do Estado do Tocantins e das linhagens tradicionais de Arraias.

Quando perguntei a um romeiro que estava do meu lado o que ele achou do carro alegórico, ele respondeu “muito lindo”. Perguntei, sobre as flores, acrescentou: “Ah são girassóis, deve ter sido o Siqueira que mandou para enfeitar Nossa senhora dos Rémedios, mas ela merece né!”

A entrevistada demonstrou uma automática leitura da mensagem, que não somente ela, como todos presentes estavam sendo condicionados a assimilar.

Foto Nº 9: O carro com a imagem religiosa e os girassóis



O que fica revelado também é que os atores religiosos responsáveis pela decoração, tiveram a validação dos padres para fazer a propaganda do governo Siqueira Campos, por meio de um dos símbolos criados por ele, para ser exibida e assimilada pelos romeiros presentes na procissão.

Na missa do ano de 2006, o atual governador Marcelo Miranda veio participar da missa de Arraias e junto com alguns dos seus secretários foram convidados a fazer parte do altar. Assim como ocorreu nas romarias do Senhor do Bomfim e de Nossa Senhora Aparecida, no município do Combinado. Embora os rituais da missa tivessem ocorrido em

¹⁸ No ano de 1997, o governador em exercício sancionou a Lei Nº 915, de 16 de Julho, que definiu o girassol como flor símbolo do estado, um símbolo até então atrelado a seu governo.

clima de oração, a visibilidade desses políticos naquele espaço, deixou transparecer a cena de uma solenidade que reúne autoridades políticas e eclesiásticas e as visibilidades exalam prestígio, status e domínio.

Nessa missa o atual governador não fez uso da palavra, como fez junto com a primeira dama, no ano de 2006, na romaria do Senhor do Bonfim. Por essa razão, sua presença foi destaque somente no altar ao lado das autoridades, de seus secretários e dos atores religiosos. Mesmo assim ao final da missa, houve aglomeração dos correligionários na porta da igreja, que tentavam vê-lo, abraçá-lo ou mesmo pedir uma dádiva.

Porque alguns padres fazem isso? Porque tem interesses em parcela de poder, de interesses econômicos que acesso ao governo permite viabilizar, por isso exaltam os feitos dos governantes, seus símbolos, dão oportunidade para que eles usem o altar para dirigirem-se a multidão de romeiros ou de fiéis das missas comuns. Esses são elementos usados para legitimar o poder dos políticos.

b) Festa de São Sebastião

A Festa de São Sebastião é uma festa religiosa, há muito tempo, comemorada no Município de Arraias, sobretudo, nas comunidades rurais, onde a fé dos sertanejos os fazia rezar para este santo, por serem que ele é o protetor dos seus animais e plantações.

Também é comemorada em diferentes partes do mundo. No Brasil é padroeiro de 144 paróquias, inclusive na cidade do Rio de Janeiro, cujo nome canônico é São Sebastião do Rio de Janeiro. Este nome dado e a determinação do dia comemorativo se deve a uma vitória de uma batalha travada no dia 20 de janeiro na região da Guanabara, entre os franco-tamoios e os portugueses. Idéia que une política e religião, tendo em vista que a cidade surgiu, lutando pela defesa do seu território, e, também, da própria fé católica.

Conta a literatura religiosa que por causa de suas práticas e convicções religiosas foi perseguido e entregue aos algos para ser morto a flechadas, amarrado a um tronco de árvore, sofreu o disparar das flechas contra seu corpo. Pela forma de sua morte é conhecido pelos cristãos como o santo mártir da violência. Há outras lendas em que São Sebastião morreu na batalha de Alcacer- Kibir, lutando contra os mouros e seu corpo nunca foi encontrado. Estas crenças foram construídas e disseminadas localmente.

Para os que moram nas comunidades rurais, o santo é tido como o protetor dos animais, pelo fato destes terem ficado ao seu lado na floresta, quando esteve amarrado em seu martírio. Segundo o imaginário dos roceiros mais velhos, os animais não se afastaram no momento do sofrimento, como se estivessem compartilhando da dor de São Sebastião. E apesar das feridas, do suplício, ele subsiste. E a fé dos roceiros consiste, justamente na fé de que nenhum mal possa atacar os animais, e mesmo que algum mal chegue, o santo os recuperará, assim como ele se salvou daquela dor e sofrimento.

Um dos padres que conduziu a Igreja católica de Arraias, na década de 1930 a 1960, apesar de fazer parte de uma geração de padres que possuía uma orientação ultramontana, contribuiu para que este festejo se tornasse vinculado mais às comunidades rurais. Uma das razões era sua inclinação para ser fazendeiro. Ficou conhecido como o “Padre fazendeiro”, que durante toda sua vida pastoral, fazia as desobrigas evangelizadoras ao mesmo tempo em que incentivava a devoção à São Sebastião.

Na sua peregrinação pelo sertão e caatingas, além de receber as ofertas de gado para São Sebastião, negociava outras cabeças também. Inclusive nos apontamentos no arquivo da Igreja estão muitos documentos demonstrativos de suas compras de bezerro e de madeira para o feitiço de currais.

Apesar das velhas listas de doações (de animais) pelos fiéis à São Sebastião e a Nossa Senhora dos Remédios, alguns membros da Igreja, como os beatos responsáveis pelo patrimônio da paróquia, alegam que estes bens não existem. A relação entre aquele sacerdote, os sertanejos e os fazendeiros do município era intensa em torno do Santo São Sebastião, onde o mesmo ficava na situação de respeito por ser um religioso, e com força para fazer negócios e acordos.

Os sertanejos vinham a cavalo para assistir a missa, carregando suas cargas, dentre elas as que continham as suas dádivas à São Sebastião, eram leitões, galinhas que chegavam amarrados na cangalha e as vezes até algumas pepitas de ouro aluvião, bateiados nas margens dos rios. Tudo isso em troca da proteção aos seus animais.

Chegavam cedo à igreja, eram acolhidos pelos *beatos*, que os orientavam para fazerem suas doações. Sentavam e centrados em sua fé assistiam a celebração da missa. Ao

final desta, ocorria o leilão, onde as prendas eram arrematadas e o dinheiro recebido era doado para a Igreja. Antes de irem embora os vaqueiros faziam suas pequenas compras nos armazéns da cidade e voltavam para suas casas.

Já os fazendeiros sempre doavam bezerros e bois que, posteriormente o padre recebia ou em dinheiro ou o animal vivo, os quais ficavam na fazenda do padre fazendeiro, no pé da serra.

Com a morte deste “padre fazendeiro”, outros o sucederam, e continuaram a comemorar o santo mártir. Como o propósito religioso era manter o sentido da crença, novos elementos foram incorporados a festividade.

A festa de São Sebastião atualmente é um festejo de grande porte. A cada ano, o festejo tem sido incrementado pelos *festeiros* que são responsáveis por cada dia de novena, pela arrecadação das prendas dos leilões, pela carreata com a imagem como se pode ver nas fotos (Nº 10).

Os *festeiros* exercem outras funções como buscar o patrocínio para cartazes de divulgação, faixas e ornamentos que têm a cor vermelha, dizem ser a cor representativa do santo. Na organização da festa, a imagem é descida do altar e colocada sob um andôr, onde permanece os nove dias de celebração até o dia principal da novena. Os *festeiros* convidam os vaqueiros e fazendeiros que queiram fazer parte da procissão de cavaleiros, ornamentam o carro que fará o cortejo do santo. A relação entre festeiros e os outros fiéis, festeiros e políticos parece ter um sentido mais organizativo, com isso não se quer afirmar que não haja espaços para a política, já que as doações de prendas circulam entre as pessoas que podem trocar.

A novena tem início com o canto ejaculatório. Nesse ritual *os fiéis, os beatos, o padre, as linhagens tradicionais, os ministros da eucaristia, o apostolado da oração* ficam ajoelhados enquanto rezam e cantam cânticos selecionados que ressaltam o martírio de São Sebastião. Ali estão também *os vaqueiros*, que podem vir ou não durante a semana, alguns poucos fazendeiros e outros fiéis da comunidade. A cada final de novena, acontece um leilão das doações dos fiéis que vão desde as bandejas mais simples, à galinhas, verduras e até bezerros.

O vinte de janeiro é dia da grande festa saudada com uma alvorada, realizada pelo grupo de *festeiros* que sai as ruas com um carro de som, tocando músicas sacras e soltando foguetes. Os foguetes sempre foram utilizados para alegrar as festas e segundo alguns, espantar os males do lugar. O altar, pela quantidade de fiéis, é preparado na porta da Igreja, com flores e as casas dos vizinhos enfeitadas com faixas, saudando São Sebastião. Os fiéis mais pontuais vão chegando e, tomando os assentos nos poucos bancos que estão do lado de fora da Igreja. Os que chegam mais tarde procuram a sombra das casas vizinhas, ou trazem seus banquinhos e tamboretas para sentar. A maioria faz o sacrifício de ficar de pé aguardando o evento iniciar.

Não demora muito os fogos pipocam anunciando a chegada do carro enfeitado de branco e vermelho que conduz o andor com o Santo, carregado pelos *festeiros* e escoltado pelos vaqueiros que estão montados em seus melhores cavalos. Entram na Praça da Matriz, onde todos com bandeirolas saudam o santo e seus acompanhantes. Sob cânticos retiram a imagem do carro e colocam-na no altar, enquanto os cavaleiros se posicionam ao lado da Igreja.

No ano de 2007, a festa apresentava de forma muito expressiva a mescla entre o catolicismo rústico e o oficial. Por uma lado, estão os rituais do rústico, é o Santo, os vaqueiros, os cânticos piedosos referentes a vida rural; por outro, o oficial, presente na praça em frente à Igreja, nas laterais também, por meio das faixas que o padre, os ministros e beatos mandaram confeccionar incentivando a utilização “dos Sacramentos da Igreja Católica”, inclusive em cada dia da novena foi trabalhado um Sacramento, o qual é um dos direcionamentos do catolicismo oficial.

Foto Nº 10: Festa de São Sebastião (Arraias-Tocantins)



A missa teve início com cânticos e mensagens de boas vindas àquele povo ali presente, entremeada de leituras e passagens que ressaltam o pedido de chuva para as plantações e proteção para os animais, bem como a vida dura da ruralidade, da agressão que os homens têm feito à natureza.. Muitos são os fiéis, mas predominam, os pequenos proprietários de fazendas, vaqueiros e fazendeiros. O padre, todo paramentado, os ministros da eucaristia, com seus vestuários brancos, específicos de quem representa o sagrado, começam a liturgia dando ênfase ao Santo, enquanto protetor dos pobres. Os cânticos versam sobre o desejo dos campos verdejantes, das fontes de águas puras, que contrastam com a realidade da zona do sertanejo que possuem as terras ácidas e secas com pouca água para a sobrevivência.

No sermão dessa missa o padre convida os fiéis à rezarem pela chuva, encoraja os vaqueiros e famílias sertanejas a não terem medo de nada, a confiar no Senhor e no Santo protetor. Critica os governos em todos os níveis por não estarem conduzindo o povo com sabedoria, e diz que Deus não nos quer no martírio e que as ações de São Sebastião são no sentido de combater as injustiças, a pobreza e a fome. Pede proteção do santo para a cidade e para o campo.

Após a missa os casais que estão vivendo juntos, sem contrair o sacramento do matrimônio, são convidados a entrar para dentro da Igreja onde é celebrado o casamento coletivo. Ali nos bancos estão os casais com seus filhos a assistirem a celebração.

Segundo Miguel Archângelo Santos (1976) em sua dissertação de mestrado *Trindade de Goiás: uma cidade santuário*, havia na cidade de Goiás um frei chamado Vilanova que ficou famoso pela sua campanha contra os “amancebados”. Segundo o autor, este frei saía de casa em casa para celebrar o sacramento e sua temática ao chegar na casa da família era “Larga ou casa”. Expressão usada para impor o sacramentos do Matrimônio.

Após os casamentos coletivos na Igreja Nossa Senhora dos Remédios, os presentes são convidados a arrematarem as prendas do leilão na porta da Igreja. Ali estão as dádivas oferecidas pelos comerciantes, vaqueiros, fazendeiros e escolas que ofertam bandejas com todos os tipos de alimentos, ovos, requeijão, queijos, galinhas, sacos de arroz, sela de montaria, arreio, carneiros e porcos. Junto aos produtos das fazendas, estão também frutas não típicas do lugar, e produtos industrializados como biscoitos de saquinho, garrafas de vinho, cimento e foguetes.

Doam o que têm em seus comércios, ou o que seja mais fácil de comprar, e não mais as ricas bandejas recheadas de biscoitos caseiros que as *linhagens tradicionais* ofereciam ao Santo.

Chama a atenção um caminhãozinho com grade, encostado ao lado do patamar da Igreja, onde a missa foi realizada. Estava cheio de bezerros doados pelos ricos fazendeiros e outros pequenos proprietários, crentes do Santo. Também estão alguns representantes das linhagens tradicionais para arrematarem os bezerros ofertados. Após os gritos do leiloeiro “*Dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe três... Quanto mais peço mais me oferecem*” e entrega a dádiva pelo último lance.

Folheando o caderno de anotações da Igreja, registrei os nomes dos arrematadores que tinham por sobrenomes **Correia, Frata Pintalgo, Matos Alencastro e Airano**. São linhagens tradicionais que desde sempre dão suporte à Igreja Católica em suas diferentes manifestações festivas, ao mesmo tempo que demonstram o seu poder econômico e confirmam o seu espaço para visibilidade em outras esferas de poder.

Nesta última festa, o desfile dos cavaleiros estava composto de mais vaqueiros do que de fazendeiros. Alguns vaqueiros desfilaram com seus cavalos cuidados, orgulhosos de seu único meio de transporte, seus animais. Outros estavam montados nos cavalos

bonitos dos seus patrões vaidosos por estar montando um cavalo bonito mesmo não sendo seu, e os donos felizes pela exibição de seus cavalos, que normalmente trazem sua marca a ferro.

a) Santos Juninos

No mês de junho as festas seguem uma agenda praticamente nacional, em que se comemoram os Santos, Antônio – o casamenteiro, São João, e São Pedro. Na cidade, estas festas têm sempre um caráter folclórico, vivenciado nas escolas com a realização das fogueiras, quadrilhas, casamento da roça e comidas típicas tais como: canjicas, pipocas e quentões. Procedimentos que também são realizados nas diferentes regiões do Brasil, variando apenas na forma de organizá-los e nos tipos de danças e de comidas.

As fogueiras que ainda existem na cidade, têm mais vigor nos bairros periféricos, onde os mais velhos ainda usam fazer sua fogueirinha, como antigamente, relembrando algum passado lá da roça com seus parentes que participavam das rodadas de café, bolo de arroz, petas, quentão, batata assada e uma reza.

É um momento de sociabilidades que hoje já não acontece como antes, podem até servir os mesmos alimentos, mas não conservam as características do passado, não fazem nenhuma reza e nem ocorre os batizados e casamentos de fogueira. O que ocorreu foi uma adaptação à vida moderna.

No entanto, para as comunidades rurais as festas do mês de junho possuem outros sentidos. Comemoram-nas com fogueiras e comidas típicas do lugar, assam batatas, servem bolos de arroz, petas e quentões com muito gengibre. Festas que veiculam o divertimento profano e, mais fortemente, os rituais religiosos, onde a crença tem um papel fundamental. Essa crença significa um ato de crer, uma convicção íntima que se traduz em algo material ou subjetivo.

Transportando esta discussão para a esfera religiosa católica, constata-se, que este campo possui seus agentes de produção e reprodução de crenças, desde que aqui chegaram para a colonização. Seu trabalho de socialização proporcionou a criação e a consagração cultural de seu capital social e, sobretudo, simbólico. Ganharam força e poder,

e o princípio da eficácia da crença, mantido por meio da energia acumulada pela história da religião.

A Igreja Católica acumulou *crenças* durante séculos sobre alguns santos, e foi legitimada pelos agentes envolvidos no campo da produção religiosa “autorizada”. Por conta dessa produção e criação é que a maioria das festas religiosas com seus santos é tomada pelos fiéis como uma força, ou mesmo pelos objetos (imagens, fitas, terços, e outros), e se traduzem sempre num ato de fé.

E por isso, rezam para o santo, seja Santo Antonio, João ou Pedro, em quem os moradores da zona rural têm essa forte fé, por acreditarem que estes santos os ajudam a curar os males dos animais, dos seus lares e a identificar o período das chuvas, e por meio delas fazem sua previsão para suas plantações. Uma delas pode ser denominada de calendário dos santos.

E como ela ocorre? Eles fecham a mão esquerda em punho e pelos “ossinhos” dos dedos que sobressaltam pela mão fechada, marcam do dia de São João dia (23) até o dia de São Pedro (29). Como fazem? Contam do primeiro “ossinho” do dedo indicador que corresponde ao mês de outubro, o espaço entre o outro osso é o mês de novembro, o próximo “osso”, corresponde ao mês de dezembro, e assim sucessivamente até o último ossinho do dedo mindinho que corresponde ao mês de abril.

A partir dessa disposição observam e anotam como será o tempo nestes dias. Começam a observar o tempo de cada dia, por exemplo, dia 23, se for um dia nebuloso, com muitas nuvens, aquele mês (outubro) será de chuva, caso seja um dia de sol, dizem ser de pouca chuva. A partir dessa previsão observam e marcam os meses subsequentes, e assim vão se norteando, “dias nebulosos” significam mês de chuva, portanto para plantar seus alimentos. “Dias de sol” significa mês sem chuva, e por isso não arriscam plantar.

Simultaneamente a esta previsão, contam com a ajuda dos santos de sua crença, e com eles fazem seu pacto de fé. Um pacto que envolve a dádiva: por um lado o seu santo que lhe dará a chuva, a proteção para sua plantação e a fartura dos alimentos, por outro, o fiel faz suas promessas, seus sacrifícios para alcançar a graça pedida.

Também nestas festas procuram evitar “do pecado” por meio do batizado do filho pagão que está em casa, ou “casando” aqueles que, estão morando juntos sem estarem casados. Ultimamente o casamento tem ocorrido por “prevenção”. Caso algum casal esteja namorando intensamente. O receio é que a mulher engravide sem estar casada. Confiados “Neles” (nos santos), realizam ao seu modo, os casamentos e os batizados seguindo as tradições dos seus antepassados. Muitos foram os casamentos que duraram toda uma vida, celebrados ao calor de uma fogueira dos santos juninos.

Ainda o fazem, não como antes, mas o fazem por indicação de familiares que por algum interesse e amizade cultuam o casamento de “João com Maria” que era “vizinha ou prima” do “compadre”. Nesse caso, são os mais velhos das famílias que ao perceberem o início da relação, começam a desejar aquela união e fazem de tudo para que ela aconteça.

Em outros casos, é o próprio interesse dos pais em ver a filha casada com determinado “fulano”. Assim que percebem uma simples aproximação do casal, incentivam o namoro, de tal forma, que o casal acabava por encontrar certa simpatia e se casavam.

Diante da minha pergunta sobre o porquê da persistência do casamento na fogueira, D^a Martinha, moradora das caatingas, responde: “hoje em dia os meninos (referindo-se aos jovens) começam uma “enceração”¹⁹ muito cedo, e ai para evitar que o “bucha cresce” e a criança nasça antes da hora, a gente casa aqui mesmo na “fogueira”.

Nesse caso a mãe conversa com a jovem sobre as funções da mulher, da dona de casa, da aceitação e submissão ao marido. Reforçam e reproduzem assim das velhas lições aprendidas dos seus pais. E por mais desfavorecida que seja essa família, diz ela:

[...] a gente faz bolos de arroz, enroladinho, petas, e servem com café, os mais velhos bebem uma pinguinha. Quando tem radiola ou aquele outro som, a gente toca um forró pra a gente dançar. Agora as meninas do compadre Caetano que têm mais ‘posses’, quando casá (*sic*), eles assam uma leitoa, frango e tem até vinho pro povo. Eles também têm mais pilhas e aí a festa amanhece o dia. (Entrevistada n° 09/2006)

Em conversa com algumas famílias visitadas, percebemos que a questão do casamento, ainda é algo muito levado a sério na zona rural, dificilmente se vêem solteiros (seja homem ou mulher) morando sozinhos. Tratam logo de se juntar a alguém e torná-lo

¹⁹ Enceração querendo dizer muito abraço, muito aconchego e envolvimento físico.

seu companheiro(a). Em cada cabana de palha ou de sapé está um casal com sua prole. Não se vêem como amasiados ou juntados, e sim como casados seja na fogueira ou na Igreja. E o casamento realizado na fogueira parece ser o instrumento mais utilizado para legalizar as uniões na zona rural, já que vir até a cidade custa caro e requer uma certa burocracia na papelada.

O que se observa é que na cultura de muitos sertanejos, não há problema na vida de concubinato. Ou melhor, o sertanejo até não considera casal que se casou na fogueira como uma relação de concubinato, tanto que para alguns entrevistados o “amigado com fé casado é”. A sua fé e seu amor é que ditam o casamento e sua durabilidade.

O ritual do casamento na fogueira se processa da seguinte forma: todos os presentes na festa, normalmente os parentes do noivo e da noiva, os amigos, vizinhos esperam pelos noivos, que após verem todos reunidos perto da fogueira, entram de braços entrelaçados. Os pais pegam um tição e colocam fora da fogueira, os noivos ficam um de frente para outro e como “cabeça da família” o homem inicia a fazer o seu juramento: “Eu juro, por São João Batista e todos os santos da Corte do Céu que ‘fulana’ é minha esposa de hoje em diante”. Depois ela diz o mesmo, que “fulano é meu esposo”. A idéia de “cabeça da família” é o reforço do machismo tradicional de que o homem é quem manda na família. Após o casamento ocorre a festa com comidas, bebidas e danças.

Devido à questão de ter ou não validade jurídica, os casamentos nessa modalidade da fogueira têm diminuído. Muitos esperam a Missa da padroeira Nossa Senhora dos Remédios, nela o padre faz os casamentos coletivos, uma forma encontrada pela Igreja católica para combater as uniões, sem o sacramento do matrimônio.

Os casamentos coletivos também são demonstrações do poder da Igreja, enquanto instituição responsável pelos sacramentos que buscam moralizar as uniões dos casais e o sentido da formação da família. Por outro lado, os casais têm a garantia de que o padre anotou o casamento e existe um papel que reafirma a união. Contudo, os batizados de adolescentes e adultos ainda continuam a ser feitos a beira da fogueira junina, e dos batizados coletivos na festa da Padroeira.

Quanto aos batizados nas fogueiras, eles acontecem com crianças já crescidas ou mesmo quando adultos que não tenham se batizado quando eram pequeninas. Os rituais são os mesmos dos casamentos, só que os atores nessa cerimônia são “afilhados e padrinhos”, que também fazem o juramento usando os mesmos palavreados, diferenciando apenas que “fulano é meu afilhado (a)” que fulano é “meu padrinho ou madrinha”. O ato do batizado possui duas funções, a primeira delas “é o livramento do pecado, a pessoa já não é mais pagã” e a segunda, o fortalecimento das relações entre os compadres²⁰.

A relação de compadrio que ocorre atualmente nas comunidades rurais no município arraiano se diferencia do fenômeno na época do Brasil-colônia e do Brasil-império. Conforme Vitória Fernanda Schettini de Andrade (2006), no período escravocrata, os cativos procuravam criar vínculos de parentescos com os livres. Dessa forma buscavam encontrar um intermediário nas questões de conflito junto ao seu senhor, assim como seus possíveis aliados que os auxiliavam materialmente a sobreviver no cativeiro e bem mais raramente, a comprar sua alforria.

O compadrio de hoje na cidade, possui ainda muito do Queiroz afirma:

[...] liga uns aos outros vários indivíduos: padrinho, afilhado, compadre, comadre, transformando-os num grupo altamente solidário com deveres e direitos recíprocos. O padrinho tem o dever de auxiliar o afilhado pela vida afora, constituindo assim, um apoio com que este possa contar; mas, envelhecendo, é ele que passa a ser auxiliado pelo afilhado (1973a:91).

Nas comunidades rurais no município, é evidente a dependência entre os membros envolvidos nas relações de compadrio, como dívidas e favores, sobretudo do sertanejo para com seu patrão. “Ser compadres” implica ter alguém que possui poder econômico na cidade, que possa colaborar com o futuro do afilhado, sobretudo, no tocante aos estudos. Ou seja, o padrinho após o batizado acaba se envolvendo com o afilhado e com os compadres. Estes esperam que a entrega do filho para batizar seja o sinal da confiança dele no compadre. Também se constata que, a relação de compadrio cria vínculos mais próximos, minimizando o duro trato de patrão com o novo “compadre”.

²⁰ Compadres são amigos onde conforme o Aurélio XXI, um deles é padrinho de um neófito em relação aos pais dele. Pode ser compreendido também como a relação espiritual firmada na pia batismal, alcançando convivências íntimas entre vários níveis sociais.

Pelo descrito destas festas juninas a questão da religiosidade do catolicismo rústico é retomada onde a crença no Santo é capaz de direcionar a vida daqueles que nele têm fé. O catolicismo rústico para Queiroz (1976), é uma forma da fé católica que persistiu até o século XIX, onde o sagrado e o profano se misturam na medida em que os homens do campo se apegam tanto ao seu Santo, a Deus e à Virgem Maria quanto às forças cósmicas para protegê-los das doenças e infortúnios da vida. Por eles, nutrem o sentimento religioso, com rezas, ladainhas e rituais festivos. A intenção é de “saudar, agradecer, pedir proteção, revigorar a crença no seu Santo”. O catolicismo rústico representa a garantia da proteção pessoal e, ao mesmo tempo, coletiva na medida em que as festas e rezas são celebradas na intenção das famílias, no lugar onde acontecem as rezas.

Essa forma de catolicismo rústico sempre existiu na zona rural desse município. Eram as formas que os catingueiros e sertanejos encontravam para professarem sua fé ao seu santo, já que sentiam necessidade de fortificá-la, conduta que muito se aproxima das formulações religiosas de Durkheim (1989:149) quando dizia que “o fiel que comungou com seu Deus não é apenas o homem que vê verdades novas que o incrédulo ignora: é homem que pode mais. Ele sente em si a força maior para suportar as dificuldades da existência e pra vencê-las”.

c) Semana Santa

A Semana Santa é celebrada conforme o calendário litúrgico em todo o país, após os quarenta dias decorridos do Carnaval. Em Arraias não é diferente. A partir da quarta-feira até o domingo de Páscoa muitas atividades são realizadas. Até umas quatro décadas atrás, a Semana Santa era considerada uma semana “dos dias grandes” ou seja, dias fortes de reverência e de maior respeito pelo sofrimento de Cristo. Portanto, deveria vigorar o espírito de penitência que inclui a reflexão de vida, o perdão aos inimigos e a prática da caridade. Pontos bastante incentivados por meio das celebrações realizadas na missa de quarta feira santa.

Na quinta-feira, a missa reúne os católicos para reviverem a encenação do “Lava-pés”, realizada pelo grupo jovem da Igreja. Daquele momento em diante começa-se

a vigília, organizada por ruas, escolas e associações que deverão cumprir a sua hora de adoração a Jesus, que está lá exposto.

A imagem do Cristo na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios é do tamanho e formato de um homem adulto, deitado, como se fora um morto real. De hora em hora, mudam-se os adoradores, de tal forma que em nenhum momento a Igreja com o corpo de Cristo ali exposto, fique sozinho.

A sexta feira santa amanhece com o trânsito das pessoas que continuam cumprindo seu horário de vigília e com outro grande contingente de pessoas fazendo a subida ao morro da cruz. A escaladação dessa íngreme e difícil montanha, é compreendida pelos que a fazem como uma forma de sacrifício e penitência. Outros já preferem fazer visitação às pessoas doentes na periferia da cidade ou a um Asilo de velhinhos, denominado de Vicente de Paula.

Nesse dia, os bares são fechados e nenhuma atividade de lazer pode ser promovida, a não ser nas casas particulares, de forma muito privada. A noite, uma multidão acompanha a encenação da paixão de Cristo na via-sacra, que tem os altares organizados nas portas das casas situadas nas diferentes ruas da cidade. O ápice da celebração é a crucificação de Cristo, concluída no patamar da Igreja, com a presença e participação daqueles que acompanharam todo o trajeto da via-sacra.

Importa assinalar que na madrugada do sábado de Aleluia se realiza uma brincadeira, há muito usada, mas sem o teor que hoje ela possui: a caretagem. A forma como atualmente ela é conduzida, tem levado a muitas reflexões sobre o caráter de sua continuidade, pelo simples fato de ser uma brincadeira há muito utilizadas pelos arraianos.

Nessa brincadeira os rituais implicam na corrida dos cavaleiros pelas ruas da cidade, levando consigo pertences das casas por onde passam. São objetos sem muito valor, tais como vasos de plantas, móveis dispostos nas varandas. Além disso empurram carros velhos encontrados nas ruas, e levam para uma praça, onde constroem a “Quinta”,²¹ obrigando seus donos a ir buscá-los posteriormente.

²¹ Segundo Aurélio Século XXI é quinta é uma grande propriedade rústica, com casa de habitação. Extensão de terreno cultivado. Aqui se refere a um espaço amplo onde reúnem os pertences roubados na noite.

Logo ao amanhecer, os cavaleiros fazem a leitura do “Testamento do Judas”, um documento que foi alterado de sua forma original, que somente continha escritos humorísticos sobre a comunidade. Ultimamente ele tem sido um espécie de diário que envolve a vida pública e privada. Há relatos da atuação do poder político local, incluindo prefeitos, vereadores e deputados.

Atrai a atenção da população devido ao seu conteúdo de caráter denunciatório ou mesmo fofoqueiro. Esse testamento, com ares de documento, além de fazer críticas difamatórias aos políticos, é bastante curioso porque revela alguns conchavos até então desconhecidos publicamente. Uma certa estratégia de difamação.

O documento discorre também sobre alguns segredos e fofocas da vida privada de alguns cidadãos. Revela traições, sejam políticas, econômicas ou conjugais de pessoas, que alguns querem ver na berlinda. Cabe então as seguintes perguntas: Quem escreve o conteúdo deste testamento? Fica sempre uma suspeita, seria um curioso? Um político desejoso de fazer parte do poder? Um adversário político, que na zombaria faz emergir o conflito e desgaste para o outro político ou ainda um provocador de desordem na comunidade?

Ao expor os desmandos dos políticos locais, suas falhas, seus pontos frágeis, provoca a população para a especulação da veracidade, ou difamação. Mas quando se trata de difamação de pessoas, assunto que não se relaciona ao exercício de poder, se torna uma brincadeira de mau gosto e até caso de ação na justiça. Muitos apelam para a questão da desonra, talvez com receio de que diante do boato podem até perder o seu prestígio, e sua honra, o que não deixa de ser uma possibilidade. Conforme Carla Teixeira a honra é “um sinal de poder e uma fonte de poder”.

Segundo esta estudiosa, a questão da honra e desonra estão vinculados a vida política, mesmo porque, “a honra indexa o indivíduo ao seu papel social e permite, assim, a atribuição de responsabilidades diferenciadas aos sujeitos políticos” (TEIXEIRA, 1998).

Por isso, nenhum sujeito político se sente em lugar confortável diante da difamação que fica por muitos dias, correndo na cidade. Nessa situação podemos colocar ainda que, conforme Teixeira, há que indagar de que forma e quem pode reconhecer e

atribuir honra a alguém, segundo que padrões de conduta honrada. Pois se o político difamado não tiver um desempenho individual coerente, que confirme sua condição de honrado, pode ocorrer que a difamação tome proporções maiores, pois cada pessoa que ouve o boato, aumenta mais um fato, e fica valendo o desgaste, uma possível resposta do ofendido, ou as dores tomadas por quem o defende. Essa brincadeira, exercida dentro da programação religiosa da Semana Santa, deixa entrever as questões da vida da política local.

d) Divino Espírito Santo

O culto ao Divino Espírito Santo é uma das mais antigas práticas do catolicismo popular. Sua origem remonta às celebrações realizadas a partir do século XIV em Portugal. Tais celebrações acontecem “cinquenta dias após a Páscoa, comemorando o dia de Pentecostes, quando o Espírito Santo desceu do céu sobre os apóstolos de Cristo, sob a forma de línguas de fogo”.

Nessa comemoração, muitos símbolos trazem a idéia da descida do Divino, a bandeira vermelha que traz a figura da pomba branca, um dos instrumentos legitimados pela Igreja católica para as folias percorrerem o giro. Nas comunidades rurais, normalmente seus moradores guardam o dia, como um *dia santo*, por isso, não fazem trabalhos pesados, ficam mais em casa com o sentido da santidade do espírito santo, a partir da simbologia que lhes ensinaram a adorar.

Já as fitas coloridas segundo o pároco entrevistado estão associadas à crença nos sete dons do Espírito Santo: fortaleza, sabedoria, inteligência, piedade, conselho, prudência e o temor. É uma prática comum às pessoas amarrarem estas fitas coloridas nas bandeiras como pagamento de suas promessas.

Em alguns municípios brasileiros esta festa mobiliza centenas de pessoas de todos os estratos sociais. No município de Arraias, ultimamente, com a devoção dos últimos padres este festejo se tornou mais expressivo em suas manifestações, apesar de que o Divino sempre foi festejado pelos sertanejos e caatingueiros, mesmo sem alguns dos símbolos utilizados por outras culturas.

Para estes, a celebração nas fazendas começa com os rituais de arreo de seus cavalos, a saída com suas bandeiras vermelhas enfeitadas de tiras compridas e de cores diferentes, mesmo sem saber do significado delas. No entanto, amarram-nas no pau da bandeira e saem com suas folias a cantar pela vizinhança afora.

A folia do Divino é normalmente constituída de grupos de até cinco pessoas que cumprem sua jornada na visitação a vizinhança de até uns 10 km. Quando a folia vai para lugares mais distantes, a organização é maior, e por isso, fica constituída por um alferes e foliões, o chefe da folia e um capitão do mastro.

Se a folia girar em um percurso maior, outras definições são tomadas, inclusive as relacionadas à política. Quem organiza, faz o roteiro das fazendas que a receberão. Este quase sempre é conhecido ou compadre de algum cabo eleitoral, que já está atento ao período da festa. Assim que o cabo toma conhecimento do itinerário da folia, aciona o político interessado e juntos prepararam as ações políticas. Dentre elas está a matança de gado, a presença de algum candidato a vereador ou a outro cargo, a compra de pinga, o tocador para animar a festa depois do canto da folia.

Depois de tudo combinado, os foliões saem pelos caminhos das fazendas. Ao chegarem na casa determinada, fazem um canto inicial solicitando apoio ao dono da casa, batem os seus tambores feitos de couro de vaca e anunciam a chegada do Divino. Na porta antes de adentrarem as residências, balançam a bandeira vermelha com a intenção de abençoar a casa e seus moradores. Logo os cantores com suas violas começavam o canto acompanhado pelo coro que aclama a vinda do Divino.

Vem Santo Espírito de Deus, vem iluminar a nossa vida!

Vem Santo Espírito de Deus, vem nos conduzir Divina Luz!

Após este canto os donos das casas recebem a bandeira, e com ela benzem todos os cômodos de suas casas. Servem o costumeiro café com o bolo, beiju, cuscuz de arroz ou de milho, ou mesmo a pinga. Dão algum donativo aos foliões que as recebem cantando e fazem o 'remate', ou seja, a conclusão do canto, que representa para os participantes, uma benção deixada por Deus na terra.

As comitivas que acompanham as folias, incluindo os políticos, participam do momento das orações. Depois dos cantos eles permanecem conversando, rindo, é o início da festa. Bebem pinga da terra e, logo as negociações começam a serem articuladas, entre o dono da fazenda e os políticos, este e os foliões. As promessas são feitas e os possíveis novos encontros são marcados.

Continuam a festejar até mais tarde, quando as comitivas se despedem e os foliões se acomodam no pouso preparado pelo morador. Mas o mais importante é que pelos seus cantos, sua fé no Divino Espírito Santo foi reavivada. Ritual que se repete em outros pousos.

Nas três últimas décadas com a chegada de um padre muito devoto do Espírito Santo, chamado Pedreira, este festejo ganhou novas configurações na cidade, sobretudo, depois que o pároco construiu uma igreja de igual nome, onde a festa do Divino atualmente é comemorada com novenas na sua própria Igreja. Foi tão oficializada que o festejo é divulgado na Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, e a folia que antes percorria somente as comunidades rurais, agora percorre várias casas da cidade, onde se entoam cânticos referentes ao Divino pedindo algo ou agradecendo-o por alguma benção recebida.

O que se percebe é que, diferentemente dos padres antigos que condenavam os velhos foliões nos seus rituais, os padres das últimas décadas têm incentivado os moradores das comunidades rurais a continuarem com seus festejos, valorizando-os em suas rezas e convidando-os para também rezar na Matriz. Uma tentativa de aproximação do catolicismo rústico com o catolicismo oficial.

A peculiaridade é que a partir dessas duas décadas tanto as folias que fazem o giro pelas fazendas, como e principalmente na cidade, contam com a presença de pessoas representativas da política, ou que desejam ser. Alguns vão por interesses próprios de estarem presentes naquele espaço coletivo religioso, aproveitando do momento de concentração de um número maior de pessoas para se tornarem *visíveis* junto àquela comunidade mais humilde, para no tempo específico da política, serem lembrados para receber um voto.

Outros vão, porque são convidados a estarem nos pousos e ali se tornarem conhecidos pelo aval do dono do pouso, dos cabos eleitorais que articulam algumas mediações entre o político, o fazendeiro e os foliões.

Interessante é que, quem vai à folia com este propósito não é só o político, o próprio eleitor também já espera por esta oportunidade para fazer seu pedido, para planejar sua troca.

Portanto, o ritual da folia que faz parte do festejo religioso tem servido como uma das mediações entre os políticos e o eleitorado das comunidades rurais e urbanas. Essa estratégia está presente nas folias de São Sebastião, do Divino Espírito Santo e na festa a Padroeira de Arraias. Tudo porque no município de Arraias, todo o tempo e toda oportunidade possível é sempre tempo de fazer política.

d) Cerimônia Mortuária

A morte de um arraiano requer a comunicação imediata à comunidade do fato ocorrido. Para esse fim, os familiares do falecido católico solicitam aos responsáveis da Igreja Católica, que o sino fúnebre seja tocado, e comunicam por meio de um carro de som que sai pela cidade convidando os amigos e parentes para participarem do velório na casa do falecido.

Em alguns casos, especialmente quando a família que sofreu a perda é abastada ou muito religiosa, o corpo é levado à igreja para realizar a *encomendação*, ou seja, o ritual da missa de corpo presente, onde as rezas e homenagens são feitas. Parentes e outras pessoas próximas à família se fazem presentes na igreja para fazer a “encomenda do corpo”.

Os políticos se aproveitam da situação de sofrimento da família enlutada para prestar solidariedades. Por isso, marcam presença no velório, durante o ritual das rezas que acontecem na casa do falecido. Vão à igreja para a “encomenda” do corpo e, depois no cemitério para participar do ritual de enterro, quando freqüentemente pronunciam discursos alusivos à experiência de vida do sujeito, à sua personalidade e aos seus feitos, procurando ressaltar os valores e qualidades do falecido, para assim sensibilizar a família enlutada.

O ritual de “encomenda dos mortos” é mais um momento, no qual se dá a íntima relação entre o político, membros das linhagens tradicionais e o religioso. O político que mais se fizer presente na cerimônia, mais valor e prestígio poderá ter com a família em épocas de eleição. Fato que serve para definir posições políticas futuras, tanto da família enlutada quanto do candidato.

São sociabilidades que o candidato procura manter mesmo “fora do tempo da política”, ou seja, do período eleitoral. Para Palmeira (1996), o processo eleitoral só é compreendido levando em consideração os rearranjos de compromissos que foram se delineando no período entre as eleições. É preciso levar em consideração as esferas de sociabilidade regidas pelo compromisso pessoal, pois são através dos múltiplos fluxos de trocas – presentes, favores, ajudas – dentro e fora do “tempo da política”, que se trava o processo de adesão que vai comprometendo o indivíduo, a família, ou outra unidade social significativa, ao longo do tempo (PALMEIRA, 1996).

Por isso, a *encomenda dos mortos* pode ser considerada um momento em que os políticos procuram conquistar a adesão de toda a família, pelas múltiplas atenções dadas, que acabam muitas vezes, comprometendo toda a família com o político.

Através das descrições e estudos realizados neste capítulo, evidencio como este processo de “adesão”, apresentado por Palmeira (1996), é tecido nos festejos religiosos, que ocorrem tanto nos espaço coletivos quanto nos privados. Perpassa desde as atividades sociais de menor proporção, até aquelas aguardadas o ano todo pelos habitantes de Arraias.

São oportunidades de exposição social, de trocas de atenções que vão, conforme o autor, produzindo uma teia de comprometimento. Cientes deste processo, os atores políticos entram em ação para a perpetuação de sua posição ou o início de sua atuação política. O espaço coletivo passa a ser encarado como uma arena onde se digladiam os diversos discursos e interesses políticos e econômicos.

Foram nesses espaços, que, como pesquisadora-participante, ou apenas como observadora, foi possível registrar as inúmeras manifestações, convivências, e relações legitimadoras do domínio tradicional e racional legal, nas diferentes esferas sociais. E por meio delas, procurei evidenciar os fundamentos para o presente estudo: as *oportunidades*,

os oportunismos políticos e as reciprocidades básicas do processo das dádivas, focadas em uma pequena sociedade, onde o poder da dominação e da linhagem tradicional possui ainda uma força capaz de inviabilizar muitos avanços democráticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como me propus na metodologia, de diferentes modos, em momentos e situações variadas, percorri este caminho, combinando a descrição etnográfica com o estudo de caso de uma realidade local, denominada Arraias, na tentativa de descrever e refletir sobre a dinâmica do poder local, ali efetivada. Os estudos aproximaram, pela ótica weberiana, a existência de dois dos domínios de sua proposta teórica: pelo domínio tradicional, observam-se as práticas das ordens religiosa, patriarcal e da reciprocidade e pelo domínio racional-legal, as práticas político-partidária e governamental.

A materialização dessas práticas mostrou que muitas conclusões podem ser extraídas ou encaminhadas para outros méritos acadêmicos, dependendo da perspectiva de pesquisa dos interessados. No entanto, fiz a opção de expor, minuciosamente, os fenômenos que envolvem a organização social da localidade estudada, e analisei alguns pontos gerais importantes para sustentar o objeto desse estudo. Nessa conclusão, entretanto, traçarei uma seqüência de **permanências**, compreendidas como a continuidade de condutas, de ações realizadas pelos atores envolvidos, desde muito tempo; e também, os indícios de **mudanças**, compreendidas como formas de alterações impulsionadas pelos indivíduos e por algumas esferas da sociedade.

Das Permanências

Dentre os pontos gerais, as permanências no município de Arraias, têm apresentado uma realidade social marcada, por uma continuidade de suas tradições políticas e culturais, mas que têm se defrontado com as mudanças que surgem dos vários segmentos da sociedade, elas são decorrentes das próprias mudanças do mundo moderno da atualidade.

A modernidade vem se processando a cada instante, de maneira muito veloz e fluída. No pensamento de Zygmunt Bauman (2001), é o tempo da modernidade líquida, que não fixa espaço, não prende o tempo e determina que os indivíduos se movimentem e atuem com maior rapidez e flexibilidade.

Embora nesse município as mudanças não ocorram nesse ritmo e sigam de forma lenta, as mudanças vêm ocorrendo. Não tem sido um processo fácil, devido à organização existente entre as linhagens tradicionais e os fazendeiros que buscam manter o seu poder de domínio, utilizando-se das dádivas e das influências político-partidárias e governamentais. Por meio dessas ordens, estabelecem vínculos entre os atores políticos, religiosos e comunitários.

Com isso, não se quer dizer, que o referido município não sofra as influências das racionalidades da modernidade que ocorrem no mundo globalizado. Ele vem se modernizando sim, em alguns aspectos, mas deixa também transparecer o que de mais forte e enraizado permeia toda sua tessitura social, o poder tradicional caracterizado pelo coronelismo e seus desdobramentos.

Para efeito de análise tomarei esses elementos, acima citados, como aquilo que preserva a estrutura de dominação no município em estudo. Analisarei os elementos na seguinte ordem: as linhagens tradicionais, as dádivas e as práticas da Igreja Católica.

Em relação às linhagens tradicionais, pode-se dizer que elas buscam manter seu controle sobre os outros da localidade a partir de diferentes mecanismos de sujeição. Um deles é manter-se na liderança do poder Executivo, como foi exposto no capítulo III, onde essa instância de domínio se manteve durante mais de dois séculos.

De acordo com as figuras 1 e 2 do Capítulo III, observa-se que, até praticamente a década de 1990, os prefeitos e a maioria dos vereadores (com exceção de alguns poucos) eram fazendeiros, ou seja, pertencentes às linhagens tradicionais. Apesar da perda parcial de sua posição hegemônica, tendo em vista os avanços democráticos, do aperfeiçoamento dos sistemas eleitorais e governamentais, eles continuam sendo os chefes políticos ou coronéis do município.

Não são os coronéis característicos dos tempos mencionados por Victor Nunes Leal (1976), mas são chefes políticos que agem muito próximos do modelo do antigo coronel. Primeiro, porque a sustentação do poder dominante continua atrelada à “superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (LEAL, 1976:20).

Há uma superposição utilizada por alguns chefes políticos, que, ainda permanecem vinculados às instâncias governamentais estaduais e federais que utilizam mecanismos novos para o financiamento do eleitorado e suas demandas. Tentam garantir seu prestígio e domínio local em troca da fidelidade e do voto desses mesmos eleitores, que elegerão os atores das esferas estaduais e federais.

Embora estes chefes políticos permaneçam com vinculação junto às instâncias governamentais, algumas mudanças já se fazem perceptíveis, sobretudo, no sentido do financiamento do eleitorado. Primeiro, porque nas esferas da ordem governamental a prestação de contas dos recursos públicos tem passado por crivos mais apurados e os chefes políticos da atualidade não têm as condições financeiras para garantirem sozinhos os financiamentos e demandas eleitoreiras por muito tempo. Segundo, porque as leis eleitorais estão cada vez mais rigorosas e a fiscalização mais constante, sobretudo, no período eleitoral.

Essas linhagens tradicionais, que incluem os fazendeiros e políticos, donos das terras e do gado, se mantêm como membros unidos em torno de um mesmo propósito: buscam e conservar sempre o poder e o domínio sobre os outros. Uma das formas concretas de domínio dessas linhagens da coesão de seus membros, que mesmo num grau de parentesco distante, preserva o “nome” dessas famílias. A existência de uma figura ancestral da família (com seus valores, suas graças, seu poder), permeia no imaginário dos parentes reais e fictícios. É o exemplo a ser imitado, respeitado e seguido pela linguagem tradicional que transforma relações de parentesco em fonte de honra.

Pelo pertencimento à determinada família, seus membros incorporam valores e crenças dos familiares nucleares mais antigos, reforçando a identidade da família. Mantêm-se fiéis a ela por meio de uma coesão que se prolonga de várias maneiras. Dentre elas, está a união em torno da Igreja Católica, da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios. Lá sentados ou não nos bancos que trazem seus nomes nas plaquetas, coladas na parte externa do encosto dos mesmos, doados por suas famílias, rezam e seguem o mesmo credo e o mesmo partido político.

Quando ocupam cargos públicos, buscam garantir o acesso mais fácil e os privilégios da parentela. Mas a esse respeito vale ressaltar que, a realização dos concursos

públicos que selecionam os profissionais dos diversos órgãos públicos tem enfraquecido a ocupação por indicação política ou familiar, embora os chefes políticos insistam em manter os cargos comissionados, conhecidos como CADS e DAS para seus familiares e eleitores.

A proximidade de moradia é outra forma de manter coesão, de tão perto, que seus quintais são comuns. Normalmente os patriarcas moram nas casas viradas para as ruas e praças principais. Enquanto seus filhos moram nas ruas de fundo com as de seus pais, permitindo a comunicação e o convívio interno entre muros. Estes fecham os quarteirões, demarcando suas propriedades e seus espaços. Assim como estão nos espaços dos cemitérios e nos bancos da igreja.

Essa organização espacial das ruas e bairros é um fato revelador da interpenetração do privado e do público existente na história colonial brasileira. E Arraias, não foge à regra, apenas cultiva a cultura nacional transplantada das origens ibéricas. Dessa forma, essas linhagens reafirmam o seu *status* e prestígio: coesos nas crenças, nos valores, na demarcação de território político, e do espaço público, com notório uso das missas, festejos, romarias e de tudo mais que se refere domínio religioso.

Em Arraias, alguns políticos e detentores de cargos públicos ignoram a distinção fundamental entre estes dois domínios. Suas vontades particulares, como privilégios e privacidades demonstram estar acima de qualquer princípio democrático. O imperativo que vigora nesses grupos é considerar a função e o cargo público dos quais estão responsáveis, como se fosse objeto de sua propriedade. Portanto, algo seu, extensão de sua casa, distante de qualquer componente que dê acesso ao bem coletivo.

A não diferenciação entre o público e o privado, persiste por meio do processo de socialização primária e secundária a ensinarem aos filhos que são poderosos e em tudo mandam, pois, possuem dinheiro, terra, crédito e prestígio. Observa-se que desde a mais tenra idade, a criança vê os pais em muitas cenas do jogo político, como, no trato com os eleitores, na gestão da coisa pública, e sem muita cerimônia, utiliza-a para o seu próprio bem estar. Pode-se citar, por exemplo, o uso de carros oficiais para irem às suas fazendas, transportando seus interesses. Utilizam-se das máquinas da prefeitura ou do Estado para realizar seus investimentos. São os tratores, escavadeiras, pás mecânicas e outras “benesses” que solucionam negócios das suas fazendas ou mesmo de seus amigos.

Nesse aspecto, também se observam mudanças por parte da sociedade civil que está mais atenta e tem exercido maior vigilância, incluindo o Ministério Público Estadual. Em razão desse controle, a representante do poder executivo, atualmente se encontra respondendo a processo por denúncia do uso de máquinas do domínio público em propriedade privada.

O segundo elemento relevante na dinâmica do poder na localidade em estudo são as práticas da ordem da reciprocidade, sustentadas pelo sistema de trocas. Apesar de ser um fenômeno estudado por Mauss (2003), nas culturas das Ilhas de Andamam, célticas, Polinésias, Indianas e outros países não ocidentais, ele continua muito presente, nas sociedades ocidentais, como nos afirma Lévi-Strauss e outros estudiosos da área.

Neste município não é diferente, a vida social é uma constante relação de “dar e receber”, não no sentido da dádiva como doação e generosidade, mas sim, como “cultura do favor”¹, uma forma de sociabilidade que domestica o conflito, enquanto as várias formas de dominação ocorrem. O processo de dádiva existente em Arraias implica a troca, a reciprocidade de bens materiais e espirituais.

Inclui dinheiro, empregos, alimentos, vestuários, calçados, animais e, sobretudo, o bezerro. Quem possui a dádiva de maior valor (normalmente são os poderosos), fica na situação mais privilegiada. Pois, além do poder do domínio, conta ainda com a obrigação moral do possuidor da dádiva de menor valor. Isto porque os sertanejos, caatingueiros e eleitores menos esclarecidos, pensam que pelo fato de terem recebido tal bem, são devedores por quase toda a sua vida. Para tanto, lhes dão os filhos para batizarem, e tornam-se como compadres, aliados para sempre.

Por meio das dádivas, das relações afetivas e cordiais com seus dominados, os fazendeiros e as linhagens realizam, então, a domesticação dos possíveis conflitos. Contam ainda com a colaboração da Igreja Católica que por meio do púlpito diário, e dos rituais das missas e romarias, acalma as inquietudes que poderiam impulsionar ações de enfrentamentos dos dominados em relação aos dominantes. A dádiva espiritual subjaz ao sacrifício, às danças e as orações oferecidas pelos fiéis ao seu santo, bem como se perpetua

¹ Sobre “Cultura do favor” ver: SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. In: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

a crença de que o apoio à rede de parentesco e ao político o leva a possuir espaço garantido no altar da Igreja Católica, em forma de ação espiritual.

As dádivas entre estes atores, dificilmente serão uma dádiva em seu significado etimológico, aquilo *que se dá; presente, oferta, donativo, dom*. Seu caráter é acertadamente o da reciprocidade que implica *troca* ou *permuta*, funcionando como um desvio do conflito, da violência e do questionamento. Além disso, as trocas estabelecem alianças entre eleitores e políticos, entre fiéis e párocos, entre párocos e políticos. Um processo que acaba por gerar legitimidade dada pelos que vivem essas relações, ou seja, pela coletividade.

Apoiada ainda na idéia de Mauss (2003:21) quando afirma que, a dádiva se “funda sobre a união de uma dualidade de contrários”, insisto na noção de que o sistema de troca gera neste município, tanto reciprocidades, quanto o seu contrário, ou seja, refiro-me especificamente, sobre as dádivas políticas. Isto porque a relação entre os políticos e eleitores só se sustenta se for uma relação recíproca e cordial, efetuada com as claras regras das trocas: “eu faço isso e você me retribui com aquilo”. Quando a dádiva ocorre de forma unilateral ou é percebida como ineficiente para o fim proposto, emerge um outro mecanismo de ação: a violência. Esta se torna uma ação empreendida pelo ofertante com relação ao não recebedor da oferta e, pode ser verbal ou simbólica.

Neste município, a relação da dádiva unilateral tem gerado ações do doador contra a pessoa que não quis receber a doação. O primeiro investe em insultos, boicotes, difamações da vida particular além de perseguições nos empregos do não recebedor. Usam de diferentes práticas antidemocráticas.

As linhagens tradicionais quando usam estas práticas, tomam o cuidado para que tal situação não se volte contra elas. Até porque seus membros assumem uma “determinada postura” de neutralidade que se chega a pensar na impossibilidade que tal atitude seja dominadora. Na verdade essa ética faz parte do cinismo do Estado Moderno², tão bem assimilada pelos dominadores. Ela existe e ofusca por meio da opressão, da obediência o acesso do dominado ao universo da cidadania.

² Expressão utilizada por Enriquez (2001) para a falsa preocupação das nossas democracias que promove a destruição do laço social, suscitando cada vez menos adesões às possibilidades de mudanças.

A garantia de domínio dos chefes políticos do município de Arraias, que, fazendo parte ou mesmo na condição de aliados das linhagens tradicionais, é alimentada pela *política da reciprocidade*. Nela as trocas perpassam diretamente do dinheiro para o voto, como tem ocorrido (às escondidas no período eleitoral), particularmente nos bairros mais pobres da cidade (Buritizinho, Mirante, Dois Irmãos) e nas comunidades rurais do Mimoso e do Distrito da Canabrava.

A política da reciprocidade é visível também por outras vias como: os favores pessoais, oferecidos pela política assistencialista–paternalista que ofertam os CADS³, os DAS⁴, pela acolhida dos romeiros na festa da Padroeira, com pousada e refeição, pelo pagamento das bebidas e do divertimento nessa festa religiosa ou no carnaval; pelo empréstimo de dinheiro nas doenças dos eleitores e seus familiares; pela cessão de animais para as viagens de romaria na cidade, no batismo dos filhos, ou apadrinhamento nos casamentos, nas festas da padroeira ou de São Sebastião.

Na ordem da reciprocidade, incluem ainda, *a banda* da casa, ou seja, a moradia negociada com a população mais pobre, especificamente, os sertanejos e caatingueiros. Nesse caso, os “merecedores” dos primeiros conjuntos das casas eram apontados pelos políticos que privilegiavam os seus eleitores. Mas as pressões da comunidade e os próprios eleitores necessitados das casas populares começaram a brigar e a denunciar o critério adotado das escolhas. Hoje os dados apontam que para receber este benefício é necessário uma inscrição e um demonstrativo das reais condições das famílias proponentes. Embora não se possa afirmar a inexistência do apontar político, os responsáveis pela seleção das famílias estão cientes de que a vigilância dos critérios está presente, e em caso de denúncia há possibilidades de punição.

O terceiro elemento de permanência refere-se, especificamente, a continuidade da legitimação do poder local pela ordem religiosa Católica. Se ela existiu desde a colonização, se nossas raízes fundantes trouxeram esse pacto, por meio do padroado, e permaneceu por quase três séculos, os dados desse município revelam permanências, mas que nesses dois últimos anos já tem apresentado pequenas mudanças.

³ Comissão que inclui uma gratificação às pessoas que já são funcionárias efetivas ou não.

⁴ Comissão igualmente ao CAD, entretanto de maior valor.

O entrelaçamento entre as esferas religiosas e estado historicamente construído e verificado nessa localidade, no período de coleta de dados e pode ser até considerado como natural e legítimo, na medida em que tanto a esfera do Estado, quanto à Igreja são consideradas como instâncias responsáveis pela preservação dos aspectos culturais da sociedade. Isto, porque os valores religiosos, éticos, costumes e tradições vão sempre influenciar tanto a ordem governamental quanto a ordem religiosa. Portanto, não há obstáculos para que a religião continue tendo influência junto ao governo e a sociedade.

Contudo, é preciso perceber os limites que cercam estas ações em sua capacidade de influenciar e interferir na cidade. Atentar para que a influência não se torne uma interferência no sentido de legitimar a dominação, por meio da Igreja Católica. O ato de intervir supõe impor medidas, ações, enquanto a influência é mais tênue, tolerável e nebulosa e pode ser aceita ou não. No caso da religiosidade, a influência é um fator decorrente da condição humana, da convivência e das relações coletivas em torno de uma crença, de uma fé, e, não pela reticente interferência, que tende a ser mais uma intromissão indébita voltada para uma obediência que não seja da vontade do sujeito em obedecer, ou mesmo contra a livre opção de seguir os rituais de sua fé.

Mas neste município, até o final desse estudo foi evidenciado pelos dados, uma influência intensa de alguns padres e atores religiosos da Igreja Católica sobre os fiéis mais humildes. Predominou uma orientação para que eles exercessem ou participassem de diferentes rituais, discursos, celebrações e eventos. Nesses acontecimentos, sobressaia a autoridade de quem conduzia e administrava o sagrado, como também as orientações de segui-los em suas concepções políticas partidárias. Estas, na maioria dos casos, eram concepções de conformidade e de convivência com as decisões do Estado e das políticas dominadoras dos chefes políticos locais.

Outro aspecto percebido era o discurso cotidiano proferido pelo clero e ministros religiosos. Apresentava-se coerente com o discurso de que a cidade é *acolhedora, pacífica e sem violência*. Dessa forma qualquer iniciativa de confronto, pressão ou reivindicação mais dura, caso surgissem, eram inibidas mesmo que fosse para assegurar direitos desrespeitados e perseguições políticas.

Alguns atores religiosos ainda continuam em seus discursos contra as pessoas que ousam posturas críticas a qualquer desmando, ou que exigem e cobram seus direitos. Estas são sempre censuradas e interpretadas como “violentas”, “brigonas”, e o aconselhável é o distanciamento delas. Assim, as pessoas ficam isoladas e desmotivadas em lutar contra a dominação e, os conflitos são desarticulados e abafados.

As permanências reveladas pela ordem religiosa, especificamente a católica, podem ser elencadas a partir de outros dados. A aliança da ordem política partidária e de seus atores e linhagens tradicionais. A legitimação pela entrega do santinho nas desobrigas, à visibilização dos poderosos que doavam e arrematavam as bandejas dos leilões de São Sebastião e Nossa Senhora dos Remédios. Nessas duas últimas décadas, sobretudo, a legitimação foi concretizada por meio das oportunidades que os atores das esferas Executiva e Legislativa tiveram de apropriarem-se dos espaços sagrados para tornarem-se visíveis, proferirem seus discursos e promoverem a imagem de políticos “bondosos”.

A Festa de São Sebastião continua sendo a oportunidade na qual os fazendeiros, os produtores de gado se reúnem para ofertar dádivas, fazer promessas e, sobretudo, ressaltar seu poder financeiro, quando arrematam as prendas dos leilões e, se revelam como os mais poderosos e prestigiados.

Nas festas da romaria de Nossa Senhora dos Remédios, por meio das missas, os atores políticos, como os governadores do Estado e seus secretários, continuam com seus lugares garantidos no altar, não na função de *ministros da eucaristia*, *beato*, *vicentino*, *festeiro* ou *pároco*. Mas como um ator político, chefe político, governante, ou ex-governante, marcando presença, e tornando-se visível diante da multidão de uma romaria.

Os atores políticos têm tido a licença para pregarem suas faixas que se misturam às orações de fé e propaganda; dão oportunidade para que eles profiram seus discursos fortalecendo seus governos. São convidados para carregarem a imagem do Cristo Morto, no meio dos fiéis, sobretudo, dos sertanejos e caatingueiros, romeiros que nem sempre conseguem distinguir os personagens divinizados e sacralizados dos homens reais que estão no comando dos governos.

Alguns atores religiosos tiveram o consentimento de divulgar um partido de governo, quando a imagem da Nossa Senhora dos Remédios foi posta no carro alegórico,

enfeitada com as flores do girassol, símbolos de um dos governos. Em outra oportunidade expandiram o altar até a porta, permitindo que um palanque fosse assentado no patamar da Igreja. De tanta proximidade, que os fiéis ao saírem da missa tiveram que sair pelas laterais, revelando assim a extensão entre o altar e o palanque.

A legitimação é percebida ainda quando intercalaram no sermão da romaria a palavra da Bíblia com a do governador e da primeira dama. Ou mesmo, quando permitiu que um candidato usasse o altar para fazer crítica a um determinado governo e lançar sua pré-candidatura nesse mesmo altar. Alguns atores religiosos têm sido coniventes com a presença dos chefes políticos no espaço sagrado das folias das festas religiosas mencionadas, pois sabem que o objetivo de tal presença é para articular votos e se tornarem visíveis na próxima eleição. Incluindo nesse fato a pretensão de um dos párocos a candidatura para prefeito da cidade, que desistiu em troca de empregos para seus adeptos e familiares.

Na festa do aniversário da cidade em 2005 e 2006 a missa se converteu no espaço de excelência para o político (nesses anos, como governador ou na condição de ex-governador), se tornar o aniversariante mais importante do que o município aniversariante. Teve o respaldo das homilias e dramatizações que ressaltaram seus *slogans*, ideologias e o personificou como o “criador” do Estado, de outras criaturas políticas, como o governador adversário. Contou ainda com a associação de sua imagem à do Salvador, por meio dos cânticos. O que se intencionou foi criar a imagem de um salvador humano para a população tocantinense e arraiana, aquele capaz de livrá-las das injustiças sociais.

Diante desses fatos evidenciados, a pertinência é que fossem estabelecidos limites na influência-interferência existente entre as esferas religiosa e política. Pois, essa aliança desvelada entre religião e política, tem funcionado como força negativa e impeditiva do desenvolvimento dos processos democráticos. E porque o é? Porque os elos configurados dão mostras de que, a sacralização do político e de suas posturas dominadoras são os meios legítimos de se governar, sobretudo, nos pequenos municípios do Tocantins.

Dessas permanências apontadas, sobressaltam a tentativa de conservação daqueles que estão no exercício do poder e, a busca dos que também desejam fazer parte dele. Corre o risco, inclusive de um possível surgimento da “fé política”. A história tem

mostrado que a união dessas esferas política e religiosa, evidenciada durante o absolutismo é altamente contrária ao avanço da modernidade e da construção de um Estado laico.

Arraias tem se modernizado em muitos aspectos, embora conviva com práticas do tradicional sob o domínio das ordens religiosas, das linhagens, com o racional legal, por meio dos sistemas burocratizados em procedimentos eleitorais que garantem uma dominação legitimada. Mesmo assim Arraias possui atualmente muitos mecanismos da modernidade, tais como a organização burocrática dos empregos, o acesso ao serviço público pelos concursos, a utilização dos produtos tecnológicos, diferenciados meios de comunicação que permitem a conectividade com o mundo globalizado. Vale sobressaltar que a Constituição de 1988, as normativas do código eleitoral, a postura do magistrado em Arraias mesmo diante da pressão dos chefes políticos vem modificando esta ordem no sentido da moralização em favor dos princípios democráticos.

Das pequenas resistências às mudanças

O sentido das resistências nesta parte do trabalho pode ser considerado como condutas de rebatimento a um comportamento ou prática de grupos dominantes que queiram imprimir suas vontades pessoais. As contestações e embates nas sociedades têm se apresentado como formas de evidenciar os descontentamentos, idéias contrárias, bem como, o nível de conscientização de uma população diante dos processos de convivência humana. Sobretudo, naquelas em que faltam aberturas para o diálogo e para a participação coletiva. Por isso, as resistências podem ser consideradas como mecanismos de aperfeiçoamento das instituições sociais.

Foram mencionados no interior dos capítulos constitutivos desta tese, diferentes momentos de dominação na trajetória dos grupos sociais na tentativa de manter seus poderes sobre outros grupos, mas também algumas de suas formas de luta e resistência e mudanças. No Capítulo I foi evidenciada a dominação dos Estados mais desenvolvidos sobre os menos desenvolvidos. Especificamente no caso do estado de Goiás, as regiões mais desenvolvidas também exerceram poder sobre as menos desenvolvidas por meio das ações das oligarquias. Entretanto, o autoritarismo e o clientelismo destes grupos foram rebatidos por meio de resistências, tais como denúncias em jornais, músicas, pichações em

lugares públicos, pelas reuniões secretas para difamações dos atos políticos ou da vida privada dos poderosos.

Foi apresentado no Capítulo II o movimento da região norte do Estado de Goiás, que impulsionou a luta dos seus habitantes e dos políticos pela emancipação e criação do Estado do Tocantins. Uma demonstração de que as resistências são também formas de combate.

Em um contexto de dominação, como no caso deste município em estudo, as resistências podem aparecer acanhadas, mas elas ocorreram. As atas da Câmara Municipal evidenciam resistência e oposição ao exercício do Executivo ocorrido na década de 1940, quando certo vereador renunciou do seu cargo, em razão de discordâncias em relação a determinadas ações municipais. Nos fins da década de 1950 o foco de resistência parece ser menos individual e um pouco mais coletivo, uma vez que alguns vereadores indignados exigiram a prestação de contas do prefeito à sociedade arraiana. Desejavam saber as razões pelas quais o mesmo não cumpriu os acordos partidários, oferecendo uma satisfação plausível de seus atos.

Pelas atas da Câmara das décadas de 1970, 1980 e 1990, percebe-se um legislativo um pouco mais atuante pelas discussões referentes às gestões dos prefeitos, proposições de interesse da comunidade. Essa melhor atuação do Legislativo refere-se ao trabalho dos vereadores opositoristas, quando apresentam suas proposições e contestações ao poder local vigente na época.

No caso dos vereadores de base do governo, atuaram na maioria dos casos como uma vidraça protetora dos interesses do Executivo. Dentre suas condutas nota-se, o esvaziamento das sessões ou votação contra matérias propostas pelos partidários opositores. Diante desta postura do legislativo, a esfera do Executivo conseguiu manter seu caráter de domínio quase absoluto, realizando pela metade ou deixando engavetados os projetos e propostas que não lhe interessam ou que não lhe rendiam dividendos políticos posteriores.

Considero também como uma forma de resistência, a entrada de vereadores eleitos que não são de origem das linhagens tradicionais, no exercício do legislativo a partir de 1992, até os dias atuais, ainda que muitos deles tenham sido eleitos com a ajuda dos fazendeiros das linhagens tradicionais. A atuação desses vereadores tem demonstrado

posturas reflexivas sobre o fazer política. Embora não sejam ações tão relevantes diante do caráter dominador do Executivo, já demonstram o seu ensaio democrático.

Nessas últimas décadas, a presença dos vereadores mais jovens na Câmara, alguns com formação universitária, tem revelado posturas e ações mais preocupadas em garantir uma maior participação da sociedade e estão desenvolvendo um trabalho mais voltado para as comunidades dos bairros e rurais.

Com relação à esfera do Judiciário, até final da década de 1980 pode se dizer que em razão do coronelismo e da mínima intervenção do juiz e do promotor no cenário local, pouco importou sua atuação ao Executivo. Menos ainda ao Legislativo. Por isso, seus atores foram expectadores dos desmandos políticos. Eram autoridades respeitadas nas causas judiciárias específicas, que faziam o uso dos códigos penais que mais serviram para amedrontar e silenciar os humildes, do que para fazer justiça a eles. Mais fortaleceram aqueles que faziam valer suas próprias leis, a lei do privilégio, do clientelismo e domínio do que qualquer ação de impedimento ou resistência contra aos que desviavam as questões legais.

Se até a década de 1970 e 1980 a esfera do judiciário esteve muito mais voltada para sua área específica, as pressões da sociedade e as conquistas materializadas na Constituição de 1988 vieram reforçar a necessidade de uma nova postura dessa instância. E a bem da verdade, esta foi forçada a mostrar sua face mais humana do que divina, deixando de ser concebida como uma instância de poder intocável.

Há que se ressaltar, no entanto, que neste município após a criação do Estado do Tocantins, a esfera do judiciário tem sido a instância que mais tem apresentado controle sobre as formas dominadoras vigentes. O cumprimento das leis eleitorais fez com que a ordem político-partidária e a governamental saíssem da tutela das linhagens tradicionais e dos chefes políticos, para se colocar no seu devido lugar, naquele que deve assegurar a constitucionalidade racional dos processos que garantem a justiça e a cidadania.

Apesar das investidas dos chefes políticos e resistências das linhagens tradicionais, a maioria da população tem tomado consciência desse *locus* para recorrer, no sentido de se livrar das formas opressoras e defender seus direitos constitucionais.

Esse canal de abertura e posicionamento proporcionado por esta esfera tem dado sustentação legal para que os grupos dominados sejam ouvidos, ou seja, tem se posicionado como um espaço de discussões sobre a equidade e, possibilitado assim, o reconhecimento da igualdade e do direito de cada um. As mudanças têm sido percebidas e se afirmado em diferentes espaços.

Evidentemente que as influências dos movimentos sociais, das políticas públicas, das transformações das economias e comunicações no mundo, iniciadas na década de 1970, trouxeram ecos para a sociedade brasileira, de tal forma, que facilitaram a obtenção de informações sobre as questões públicas. Ofereceram novas oportunidades para que os cidadãos das pequenas localidades tomassem iniciativas de enfrentamentos, diante das agendas públicas dos estados e municípios. Sobretudo, àquelas que tentam administrar sem a participação do coletivo.

Somente o apontar das resistências parece não ampliar o surgimento e o movimento das muitas mudanças que estão ocorrendo, mas elas podem ser vistas que como “caramujos” vêm se afirmando e dando uma nova configuração à realidade arraiana. Recuam se necessário a sua sobrevivência, mas continuam; paulatinamente, vão seguindo e deixando a marca de sua passagem. Nessa apropriação da forma de vida destes moluscos, passo a registrar algumas dessas mudanças.

Uma alteração importante na esfera religiosa diz respeito à reafirmação do catolicismo rústico nos rituais do catolicismo oficial. As festas de São Sebastião, do Divino Espírito Santo, e as folias, a romaria, permaneceram como cultos importantes vivenciados pelos fiéis, moradores tanto das comunidades rurais quanto das comunidades urbanas, até serem incorporadas nas atividades e rituais do catolicismo oficial.

No período de 1970 e 1980, o Instituto Nossa Senhora de Lourdes era uma instituição educacional particular, conveniada com o Estado. Entretanto, uma postura política das Irmãs dominicanas, em favor das famílias mais pobres, causou um impacto na comunidade, quando enfrentaram e quebraram o controle dos políticos que intermediavam as bolsas de estudo do governo federal para os alunos (filhos das famílias pobres). As Irmãs passaram a determinar os critérios de quem realmente necessitava da referida ajuda, tirando das mãos dos políticos o “objeto de troca de votos”. Além do mais, proporcionaram aos

estudantes carentes outras formas de pagamentos de seus estudos que fugiam das regras de quem possuía o prestígio político e a fazenda.

A determinação de inúmeros arraianos, que, ao saírem para estudar nas capitais, não retornaram para Arraias, pode ser considerada como uma alteração. Isto porque estes encontraram outros espaços para investir e habitar, outras formas de luta, em defesa da construção de si mesmos. Buscaram não depender dos inúmeros fatores e elementos eleitoreiros, clientelistas que envolvem a realidade daquele município.

A chegada de profissionais de diferentes instituições públicas que vêm de outras regiões tem sido outro fator influente para alterações culturais. Essas pessoas têm estabelecido diálogos significativos e mediadores de suas culturas, hibridando a cultura local.

Nota-se que também que ultimamente a postura das mulheres dos sertanejos já não é como antes. Elas vêm do sertão para a cidade e não voltam mais para seus maridos, pelo fato delas resistirem à vida de sofrimento, abandono, e as imposições do machismo dos seus maridos. Também se observa a decisão dos homens sertanejos que buscam as mulheres mais velhas, ou muito jovens para contraírem matrimônios.

Também os sertanejos, caatingueiros e eleitores dos bairros têm se tornado mais exigentes na relação das trocas. Ameaçam “dar o troco”, ou “bandear”, quando sentem lesados e quando coagidos ou ameaçados pelas trocas unilaterais, recorrem ao judiciário para denunciar o abuso de poder. Demonstram nesse processo, que se existe um jogo, eles estão aprendendo as regras.

Percebe-se na população uma postura de maior vigilância e capacidade de denúncias dos abusos da indiferenciação entre o público e o privado, por políticos e detentores de cargos públicos, ações que têm alterado algumas práticas viciadas. Inclusive a atual representante do Executivo está respondendo processo por este tipo de denúncia, apontada pelo Ministério Público Estadual.

Há que se registrar uma perceptível mudança a partir de 2007 nas posturas de alguns atores religiosos, sobretudo, do clero e ministros que diferenciaram suas práticas na condução dos cultos e rituais das missas e romaria, em relação ao trato com a esfera política.

No âmbito institucional registram-se mudanças provocadas pela Universidade que a partir de 1991 tem contribuído para a educação e, para a conscientização da situação de dominação, vivida neste município. Embora seu tempo de exercício em Arraias tenha somente uma década e meia, seus efeitos já se refletem na sociedade. A postura crítica dos professores universitários tem mudado e influenciado a formação dos professores do Ensino Fundamental e Médio das redes de ensino público e privado.

Os constantes cursos de qualificação promovidos pela Secretaria de Educação, as especializações com apoio do MEC têm se tornado também canais provocadores de conscientização e mudanças de posturas, fazendo com que seus profissionais assumam seus papéis e funções de forma mais compromissada com a cidadania.

Esta melhoria na formação dos professores já pode ser observada por meio das ações evidenciadas nas escolas. São textos críticos trabalhados, e produzidos por alunos, numa busca intensa de formação de cidadãos críticos. Inclui ainda como resultado desse trabalho, os eleitores universitários (embora sejam poucos) que têm se lançado à candidatura para vereadores e conseguido se elegerem. Suas posições no plenário têm sido de enfrentamentos e questionamentos da ordem governamental e político partidária.

Dessa crescente atuação dos professores da rede estadual de educação, egressos da Universidade Estadual de Goiás, da Universidade Federal do Tocantins (antes Universidade do Tocantins), vale destacar o nível de conscientização estimulado na nova geração dos bairros periféricos e comunidades rurais. A exemplo, vale citar a encenação pública da escola do distrito da Canabrava que mostrou a relação dos políticos com seus eleitores no desfile cívico de sete de setembro de 2007 e 2008; como também os versos de um poema (em anexo) de duas crianças do Bairro Buritizinho: “Agora quero saber / Quando isso irá mudar / Quem é que está disposto / Tudo isto transformar / Não podem lembrar de nós / Só na hora de votar”.

Mediante estas questões, algumas indagações são necessárias: que fatores poderiam modificar tal situação domínio ainda existente? Que estratégias mais legítimas poderiam desarticular a velha história de dominação deste município? Seria a inserção política dos dominados? Melhor apropriação de seus direitos políticos e sociais? Quais as

melhores estratégias para diminuir as formas de conflitos e melhorar as condições de vida dessa população?

Não teria uma resposta concisa diante à fortaleza do aparato de dominação que estes fazendeiros e linhagens ainda possuem. Mas acredito que a participação ativa dessa população, nas decisões locais seria um dos passos importantes. E isso já vem sendo desenvolvido. O trabalho de conscientização seria outra forma de quebrar a obrigação moral que os eleitores, sobretudo, sertanejos e caatingueiros, têm para com os políticos. Perceberiam que aqueles que lhes proporcionam as dádivas minimizam momentaneamente suas necessidades e domesticam os possíveis conflitos em troca de suas lealdades e manipulações.

Algumas sugestões de resposta aos questionamentos anteriores já estão sendo dadas pela população através de sua resistência e a sua ação. Esta atitude de busca pela democracia vem provocando pequenas mudanças no cenário arraiano, percebidas e demonstradas nesta pesquisa. Concluo, deixando a minha crença na passagem do “caramujo das mudanças”, pois, se ele percorrer outros espaços do município e da cidade, deixando seus rastros luminosos, novos cenários políticos e sociais surgirão em Arraias.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luiz Eduardo Lacerda de. **Os labirintos do Minotauro: política, troca e linguagem**. Brasília (DF): UNB, 1999. Tese de doutorado.
- ABREU, Luiz Eduardo Lacerda de. **A lei o poder e a lógica: estudo antropológico do universo político de Corte de Pedra, povoado do interior da Bahia**. São Paulo: USP, 1993. Dissertação de mestrado.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. **Batismo e apadrinhamento de filhos de mães escravas**. São Paulo do Muriaé, 1852-1888. *Dissertação de Mestrado*. USS, 2006.
- AQUINO, Napoleão Araújo de. “A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins”. In: GIRALDIN, Odair. **A (Trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG, 2002.
- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983.
- BACZKO; BRONISLAW. O imaginário social. **Enciclopédia Einaudi**. V. 5. Lisboa. Imprensa Nacional/Casa da Moeda. s/d.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.
- BENEDICT, Ruth. **Padrões Culturais**. Lisboa, 2000. (Coleção Vida e Cultura)
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- _____; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. I e II. 12ª ed. Brasília: Editora UnB, 2004
- BOGDAN R.C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

- BORDIEU, Pierre. **A produção da crença:** contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed. São Paulo: Zouk, 2004.
- BORGES, Pedro Célio Alves. **Ruralismo, síndrome de periferia e Estado:** Mitos e identidade regional em Goiás. Tese de Doutorado. Brasília: UnB, 1998.
- BOURDIN, Alain. **A questão local.** Trad. Orlando Santos. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BROWN, Radcliffe. Social Organizations of Australian Tribe. 1913.
- CAMPANTE, Rubens Goytacá. **O patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira.** Dados, 46(1), v. 40. Rio de Janeiro, 2003. 153-193.
- CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em Goiás.** 1ª reimpress. Goiânia: Ed UFG, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo:** Uma Discussão Conceitual. 1997. CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo:** Uma Discussão Conceitual. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?lng=en> > Acesso em 20 de set. 2006.
- CASCUDO, Luís Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro.** 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.
- CASSIMIRO, M^a do Rosário. **Uma Universidade para o Tocantins.** Goiânia: Kelps, 1996.
- CHAUL, Nars Fayad. **A Construção de Goiânia e a transferência da Capital.** 2ª ed. Goiânia: UFG, 1999.
- _____. **Caminhos de Goiás:** da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed.da UFG, 1997.
- CORDEIRO, Rosolinda Batista de Abreu. **Arraias:** suas raízes e sua gente. Goiânia, 1989.
- COSTA, Emilia Viotti. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. 6ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- DURKHEIM, E. **As Formas Elementares da Vida Religiosa.** São Paulo: Paulinas, 1989.
- DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder Local.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

- ENRIQUEZ, Eugéne. “A arte de governar”. In: ARAUJO, José Nilton Garcia de; SOUKI, Leila Guimarães; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Figura paterna e ordem social: tutela, autoridade e legitimidade na sociedade contemporânea**. Belo Horizonte: Autêntica, PUC Minas, 2001.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 9ª ed. São Paulo: Globo, 1975.
- FERREIRA, Felipe. **O livro ouro do carnaval brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18º ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FRASER, N. **Rethinking the Public Sphere**. *Kattering Review*, Winter, 1997.
- FREIRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 2002.
- FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. Rio de Janeiro: Forense, 1970.
- FURTADO, Celso. “Brasil: da república oligárquica ao Estado Militar”. In: **Tempos Modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 1-23.
- GAETA, Maria A. J.Veiga. **Estudo sobre o catolicismo brasileiro: nos finais do século XIX e início do século XX**. *Revista brasileira de História*, v. 17, n. 34, p. 3 – 8, 1997.
- GURGEL, H. e AMARAL, E.. **Paraty: caminho do Ouro**. Rio de Janeiro: São José, 1973.
- GOIÁS. *Estrutura Agrária do Governo Mauro Borges 1963*.(Reed Brasília:Centro Gráfico do Senado Federal,dez/1987).
- HYMES, Dell. **Foundations in Sociolinguistics: An Ethnographic Approach**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press: 1974.
- HOLANDA, S. B. de. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1981.
- _____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LANNA, Marcos. **Nota Sobre Marcel Mauss e O Ensaio Sobre A Dádiva**. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, 14: p. 173-194, jun. 2000.

- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto** - o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- LEAL, Oscar. **Viagens às terras goyanas: Brasil Central**. Goiânia: Ed.da UFG, 1980.
- LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Las estructuras elementares del parentesco**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1981.
- MACHADO, Maria Salete Kern. "Cidade e Literatura". In: ROUANET, Sérgio Paulo; SOUSA, Nair Heloisa Bicalho de; COELHO, Maria Francisca Pinheiro (Org.). **Itinerários de Bárbara Freitag**. Brasília: Editora UnB: Finatec, 2005.
- MAIA, Theresa Regina de Camargo. **Paraty: Religião e Folclore**. Editora Nacional, 1974.
- MARIE, Alan. "Filiação, consangüinidade, alianças matrimoniais". In: AUGÉ, Marc (dir.). **Os Domínios do Parentesco (filiação, aliança matrimonial, residência)**. (Trad. Ana M^a Bessa, Les Domaines de la Parenté, Librairie François Maspero). Lisboa: Edições 70, 1978.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: **Sociologia e Antropologia**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MOESCH, Eduardo Pretto. **O Padroado e a Igreja no Rio Grande do Sul Português**. Disponível em: <<http://www.forumdaigrejacatolica.org.br/artigos/PadroadoeIgrejanorsport.pdf>>. Acesso em 20 de set. 2007.
- NASCIMENTO, Silvana S. **A romaria do Divino Pai Eterno: uma festa para a cidade**. São Paulo: USP, 2000. Dissertação de mestrado em Antropologia.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias: Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira (1780-1870)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso..** Campinas (SP): Pontes, 1999.
- ORTIZ, Renato (Org). **Pierre Bourdieu**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1994. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PALACÍN, Luís G. **Coronelismo no extremo norte de Goiás**. São Paulo: Loyola, 1990.

_____; MORAES, Maria Augusta Sant'Anna. **História de Goiás**. 6 ed. Goiânia: Editora da UCG, 1994.

PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio (Orgs.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. 240 pp.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: Editora UFG, 2003.

POLONIAL, Juscelino Martins. **Terra do Anhanguera: história de Goiás**. Goiânia: Editora Kelpes, 2004.

PÓVOA, Liberato. **História didática do Tocantins**. Goiânia: Kelpes, 1999.

PÓVOA, Oswaldo Rodrigues. **Quinta Feira Sangrenta**. Dianópolis: 1984.

PRANDI, R; DE SOUZA, A. R. A carismática politização da Igreja Católica. In: PRANDI, Reginaldo; ANTÔNIO, Flávio Pierucci. **A realidade social das religiões no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

_____. **O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1973a.

_____. **Bairros Rurais Paulistas**. São Paulo: Duas Cidades, 1973b.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. "Introduction". In: **African Systems of Kinship and Marriage**. London: Oxford, 1950.

RIBEIRO, Fabrício de Almeida. **A invenção do Tocantins: memória, história e representação**. Dissertação de mestrado. Goiânia: UFG, 2001.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROUANET, Sérgio. **Interrogações**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2003

- SANTOS, Marisa Veloso Motta & MADEIRA, M^a Angélica. **Leituras brasileiras:** itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- SANTOS, Edivaldo Antonio dos. **Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881 -1930):** Fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil. Goiânia: UFG, 1996. Dissertação de mestrado.
- SANTOS, Miguel Archângelo. **Trindade de Goiás:** uma cidade santuário. Goiânia: UFG, 1976. Dissertação de mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Letras.
- SANTOS, Jocyléia Santana dos. *A Cenog no discurso dos seus integrantes*. In: GIRALDIN, Odair (Org.) **A Trans(formação) histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2002.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar”. In: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- SENA, Custódia Selma. **Interpretações dualistas do Brasil**. Goiânia: Editora UFG, 2003.
- SILVA, Ernesto. **História de Brasília**. 4^a ed. Câmara de Dirigentes Lojistas do DF, 1999.
- SILVA, Otávio de Barros. **Breve histórico do Tocantins e de sua Gente:** Uma luta secular. Araguaína: Solo Editores, 1996.
- SILVA, Samuel Aureliano da; XAVIER, Odiva Silva. **Campos Belos:** sua história, sua gente. Brasília: Editora Ser, 2004.
- SIQUEIRA, Deise. “Práticas místicas e esotéricas na capital do Brasil: a construção do sujeito-objeto de investigação”. In: **Série Sociológica**. Nº 158. Brasília: UnB, 1991.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade Política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- SUÁREZ, Mireya. Sertanejo: “Um personagem mítico”. In: **Sociedade e Cultura**. Goiânia v1-nº1-jan/jun. 1998.

SUÁREZ, Mireya (et alli). **O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero**: O desafio de promover o reordenamento do espaço doméstico e acesso das mulheres ao espaço público. Relatório de pesquisa apresentado ao Minis Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento, Brasília: 2006.

SUÁREZ, Mireya. **Everlasting Golden Sertões**: The study of a productive process in the Brazilian central plateau. Tese de Doutorado. Cornell University: 1990.

TEIXEIRA, Carla. **A Honra da Política**: Decoro Parlamentar e cassação de mandato no Congresso Nacional (1949-1994). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

TOSTA, Sandra de F. Pereira. **A missa e o culto visto do lado de fora do altar**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1997. Tese de doutorado.

TORRES, J. C. de O. **História das Idéias Religiosas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1968.

TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. **Os rituais da missa e do culto vistos do lado de fora do altar**: religião e vivências cotidianas em duas comunidades eclesiais de base do bairro Petrolândia - Contagem – MG. São Paulo: USP, 1997. Tese de Doutorado.

VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova Cristandante (1891-1955)**. Goiânia: UFG, 1997. Dissertação de Mestrado.

WILSON, B.R. “Contemporary Transformations of religion”. In: PETER & GLANSNER. **Dicionário do Pensamento Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

WEBER, Max. **A ética Protestante e o espírito do Capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 2003.

_____. **Economia e sociedade**. Volume I. Brasília: Ed. UNB, 1991.

_____. **Política e ciência como vocação**. 1974.

_____. **Ciência e Política**: Duas vocações (Trad. Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota) São Paulo, Cultrix, 1998.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1982.

Órgãos Estaduais e Federais

ADAPEC - Agência de Defesa Agropecuária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Dados de 2000, 2001, 2004 e 2007.

Enciclopédias

Enciclopédia dos municípios brasileiros - Documento do IBGE. Volume XXXVI - Rio de Janeiro-1958

Arquivos

Arquivo Histórico de Goiás

Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios

Arquivo da Câmara Municipal de Arraias

Arquivo do Cartório do 1º Ofício de Arraias

Arquivo de Processos do Fórum Municipal de Arraias

Dicionários

Aurélio Século XXI (eletrônico)

Dicionário do Pensamento Social Brasileiro do Século XX Zahaar 1996.

Dicionário de Política-Editora UnB L.G.E Editora –Vol I e II

Dicionário de Filosofia (José Ferrater Mora)–Martin Fontes- São Paulo 1998

Sites consultados:

www.ibge.gov.br/home/IBGE, contagem populacional de 2007,

www.tse.gov.br/institucional/centro_memoria/historia_eleicoes_brasil/principal/historia. Acesso em setembro de 2007.

http://www.tse.gov.br/servicos_online/catalogo_publicacoes/pdf/codigo_eleitoral/codigo_eleitoral2006_vol1.pdf

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em março de 2008.

www. "http://pt.wikipedia.org/wiki/Entrudo

ANEXOS

ANEXO 1: ATAS TRANSCRITAS DO LIVRO DE ATAS DE 1857.

Ata de instalação do Collegio eleitoral Ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta e três quadragésimo segundo da Independência do Império aos cinco dias do mês de abril do dito anno nesta Vila de Arraias, Comarca de Cavalcante da Província de Goiás no corpo da Igreja Matriz, lugar designado pela Portaria do Exçelentíssimo Presidente da Província de dois de janeiro do corrente anno para reunião do Collegio Eleitoral que na conformidade da Lei numero trezentos e oitenta e sete de dezanove de agosto de mil oitocentos e quarenta e seis e decreto numero mil e oitenta e dois de dezoito de agosto de mil oitocentos e sessenta mês de proceder a eleição de um Deputado a Assembléa Provincial pelo Distrito desta Província para suprir a falta do Reverendo João Luiz Xavier Brandão que faleceu.....citou-se os nomes dos eleitores que tomaram assento.Procedeu-se a eleição dos dois Secretários e escrutinadores na forma determinada do artigo dezoito das citadas instruções de 23/de agosto de 1856, recolhidos e apurados quatorze cédulas numero igual de eleitores presentes foram eleitos secretários o Vigário Francisco Pires do Prado com doze votos e João Pedro de Oliveira com onze votos e Escrutinadores Pedro de Alcântara e Silva com onze votos e Felipe Furtado de Freitas com oito votos também obtiveram Lazaro José dos Santos seis votos Eliseu de Abreu Caldeira cinco votos, procedeu-se a eleição do Presidente recebidas e reconhecidas e appuradas quatorze cédulas igual numero de eleitores, foi eleito Presidente o coronel Luiz Pinheiro Pinto Guimarães com treze votos, tendo também obtido um voto o Reverendo Vigário Miguel Gomes dos Anjos. Findo este acto o presidente eleito tomou assento a mesae em virtude do artigo cento e quatorze da Lei número trezentos e oitenta e sete de dezanove de agosto declarou que se procederia a colação de um Deputado sem mais exame dos Diplomas assim como acto religioso do qual se dirigio o collegio eminentemente por convite do Presidente.E de tudo para constar lavrei a presente acta que assinada pelo Presidente do Colégio e por todos os membros da mesa e mais eleitores.. (itou-se os membros.) publicou-se os nomes das pessoas que obtiverao votos para Deputado e formou-se uma lista geral por ordem dos numero deste o Maximo e o mínimo a qual é de teor seguinte:Pacifico Antonio Xavier de Barros oito votos Tenente coronel Antonio José de Castro seis votos.Quando este Colégio compôs de quarenta e sete eleitores a saber, nove por esta Parochia, seis pela do Chapeo, trese pela de Santa Maria da Taquatinga, trese pela de São Domingos e seis pela de Posse faltando vinte e nove(cita os nomes) os quais forão multados em trinta mil réis cada um.Do que tudo para constar, lavrei a presente acta depois publicada a porta da Igreja o resultado do Colégio com parecer do Tabelião de Nottas a convite da mesa do Colégio para transcrever no livro de

Nottas esta acta a fim de ser assinada pelos eleitores aquiserem ao Secretario João Pedro de Oliveira extrair três copias autenticas dela para depois de assinadas pela mesa do Colégio conferidas e cersertadas pelo Secretario da Câmara Municipal serem remetidas com officios assinados pela mesa , s primeira a Câmara Municipal da Província, cabeça de Distrito, a segunda ao Presidente da Província a terceira a Assembléia Legislativa desta Província e sendo o livro das actas enviado a Câmara deste Município inutiliza-se as cédulas da votação do Colégio por dissolvido.(Assinaturas).Nada mais continha de apreço aqui a qual me reporto, dou fim u poder de Secretario da Comarca pelo ler escrever conferir e asinar nesta Villa de Arraias Comarca de Cavalcante Província de Goiás aos dez dias do mês de Abril de mil oitocentos e sessenta e três quadragésimo da Independência do Império Eu , Domingod Batista de Araújo Tabelião Público do Judicial e de Nottas escrevi, conferi e assignei,

ANEXO 2: REGISTRO DA ATA DA ELEIÇÃO DE DOIS DEPUTADOS A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO IMPÉRIO PELO DISTRITO ELEITORAL DA PROVÍNCIA DE GOYAS

Ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e sessenta e três quadragésimo segundo da Independência do Império aos nove dias do mês de setembro no corpo da Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios de Arraias, Província de Goiás reuniu o Collegio Eleitoral sob a Presidencia do cidadão Coronel Luis Pinheiro Guimarães a fim de proceder as eleições de dois deputados pelo Distrito desta Província a nova Assembléia Geral Legislativa do império convocada pelo decreto de dois de maio, deste anno.....Terminado este acto o Secretário Padre Francisco Pires do Prado contou em voz alta as cédulas e declarou ter achado trinta e nove, numero igual ao dos eleitores presentes oir ter comparecido no acto da chamadaO Presidente designou o Padre Rosolindo Furtado de Freitas para ler as cédulas debaixo de sua inspecção immediata e directa e procedeu a apuração dos votos pelo método estabelecido no artigo 54 da citada lei. Terminada a apuração o Secretario Padre Francisco Pires pelas relações da apuração publicou os nomes de todas as pessoas que obtiveram votos para Deputados e formou na lista geral dos números desde o Maximo e o mínimo o qual obtiveram votos para Deputados pelo Distrito desta Província a nova Assembléia Geral Legislativa do império na Legislatura de 12864 o Ilustríssimo Senhor Doutor André Augusto de Pádua Freury, morador na corte do Rio de Janeiro, trinta e oito votos O Ilustríssimo e Excelentíssimo Doutor Theodoro Rodrigues de Moraes morador na cidade de Goyas terceiro Vice-Presidente desta Província trinta e um votos.O ilustríssimo Senhor Coronel Felippe Antonio Cardoso Santa Cruz residente na cidade de Goiás nove votos. Devendo este colégio

compôr de 47 e sete Eleitores sendo nove por esta Parochia seis do Chapeo, treze pela de S. Domingos seis pela de Posse .Concluída a apuração e publicado o resultado dela na porta da Igreja Matrizcomparecer a convite da mesa.....Termo para transcrever no Livro de Notas Assinaturas 1857 Livro de NOTAS N° 01 Arraias-Goiás –Encapado pelo Tabelião Roldão Sandoival Veiga em 17-12 1937. Pág 40 a 43

ANEXO 3: ATORES POLÍTICOS E PAPÉIS NA ARENA POLÍTICA

<u>Chefes políticos</u> - Representantes que mantêm a troca, mas se estabelecem com funções renovadas.	Estes exercem ou pretendem exercer o poder local. Possuem dinheiro, gado e fazendas. Não reconhecem nenhum poder superior e têm o poder de conseguir empregos na administração pública.
<u>Agentes públicos</u> Representantes que mantêm a troca, mas se estabelecem com funções renovadas.	São aqueles que dirigem alguma instituição pública em cargo comissionado ou exercem mandatos legislativos. Além das funções administrativas, têm um papel “político” nas instituições, onde defendem os interesses do chefe político que apóiam. (Delegados de ensino, diretores de escolas não-eleitos)
<u>Líderes comunitários</u> Constituem-se como novos atores, mas mantêm a troca como moeda de reciprocidade.	São líderes de algum carisma ou liderança no local em que moram. Vistos de forma diferenciada dos outros políticos, destacam-se pelo carisma, origem popular e a legitimidade inicial de sua prática pública.
<u>Articuladores</u> - São atores que transitam em todos os ambientes do município com o intuito de identificar e usar diferentes relações e vínculos que possam favorecer, ou ameaçar, aos chefes políticos que apóiam. Mantêm a troca, mas se profissionalizaram na função.	Possuem habilidades intelectuais, sabem dos acontecimentos da localidade e fora dela e buscam mapear as relações e vínculos sociais a fim de encontrar oportunidades de usá-los como instrumentos para fortalecer o chefe político que apóiam. Agem muitas vezes como conselheiros e como o “braço direito” do político maior.
<u>Cabos eleitorais</u> - São os agentes que executam serviços diversos durante o período eleitoral. São velhos atores, mas assumem funções renovadas.	São marcados pela diversidade das funções que exercem. Entregam propaganda nas ruas, bandeirolas, chaveiros. Ficam na espia de algum fato, ensinam os eleitores a votar, dão recados, são fiscais no dia das eleições.
<u>Eleitores</u> - Estes velhos atores se tornaram mais representativos a partir da diferenciação conquistada nas últimas três décadas. Embora muitos já tenham consciência no ato de votar, outros ainda percebem o voto como mera de troca.	Os eleitores são os votantes e variam entre si quando vão às urnas. Os não-alfabetizados normalmente precisam levar o número escrito, a propaganda ou o santinho para copiar. Os votantes alfabetizados são os que já sabem votar e sabem melhor em quem estão votando.
<u>Igreja Católica</u> - Uma instituição religiosa composta de padres, beatos, e associações que se constituem de velhos e novos atores que legitimam o poder político.	Associações católicas como o apostolado da oração, vicentinos – entre outras – exercem um papel político vital ao abrir espaços para a sacralização do político.

ANEXO 4: ATORES RELIGIOSOS E SEUS PAPÉIS NA ESTRUTURA RELIGIOSA

<p><u>Padres</u></p> <p>Os padres são os sacerdotes encarregados de uma paróquia.</p>	<p>São responsáveis pela administração das igrejas e pela evangelização dos paroquianos sob sua responsabilidade. Além dessas funções, podem ou não se envolver nas questões políticas locais ou regionais.</p>
<p><u>Ministros da Eucaristia</u> -Considerados os mais intelectuais dos paroquianos, são os auxiliares diretos do padre nas celebrações.</p>	<p>Realizam celebrações e pregações na ausência do padre. Vestem roupas específicas ficam presentes no altar durante as missas. Distribuem as hóstias.</p>
<p><u>Beatos</u></p> <p>Encarregam-se dos serviços básicos e auxiliam o padre na evangelização.</p>	<p>Pelo Direito Canônico, os beatos homens ou mulheres candidatos a santo. Em Arraias, são membros da Igreja que estão sempre a seu serviço: rezam, ajudam na manutenção e sabem de todos os seus afazeres. Encarregam-se dos serviços básicos e auxiliam o padre na evangelização. Arrumam o altar, colocam hóstias nas patenas e óleos nas âmbulas (pequenos vasos onde se guardam os santos óleos) e vinhos nos cálices.</p>
<p><u>Apostolado da Oração</u></p> <p>É uma associação voluntária de fiéis da Igreja, instituída em Goiás.</p>	<p>O apostolado da Oração é um grupo de senhoras e senhores de entre 30 e 80 anos fiéis a Igreja. Usam, nas missas, uma roupa azul e a fita vermelha com a medalha do Coração de Jesus, pagam o dízimo como uma obrigação. Não têm muito poder político e decisório dentro da Igreja.</p>
<p><u>Vicentinos</u></p> <p>São os fiéis chamados de apóstolos da caridade. Criado em 1994, o grupo tem entre seus objetivos específicos a prática da caridade.</p>	<p>São também fiéis e chamados de apóstolos da caridade. Distribuem cestas para famílias carentes, assistindo-as por meio da palavra de Deus e por meio do alimento material. As famílias são cadastradas, e por meio das visitas, pratica-se a caridade como forma de aviar uma receita, dar uma passagem além da cesta básica.</p>
<p><u>Renovação carismática</u></p> <p>É um grupo de fiéis que, criado em 1993, desenvolve um trabalho de conversão por meio da Pastoral nos bairros da cidade.</p>	<p>Reúnem-se aos domingos e os ministros fazem celebrações, distribuem a comunhão na Capela de Santa Luzia, do Bairro Buritizinho. Durante a novena da santa, o grupo assume também a coordenação das atividades dos rituais.</p>
<p><u>Festeiros</u></p> <p>São fiéis responsáveis pelas atividades que envolvem a festa da padroeira Nossa Senhora dos Remédios e São Sebastião.</p>	<p>A cada ano, escolhem pessoas diferentes para preparar a festa da padroeira. Organizam eventos para angariar fundos para as festas da romaria. Nesta época, assumem as novenas, decoração da Igreja, os cantos, procissões. Também ajudam nos batizados, casamentos, acolhidas das folias, e fortalecem os políticos nas folias realizadas tanto nos bairros urbanos como nas comunidades rurais.</p>

ANEXO 5: EMAIL DA PRESIDENTE DA ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL VIVA ARRAIAS, VERA MARIA CAVALCANTE ALVES

- Date: Tue, 8 Apr 2008 22:31:16 -0300 > Subject: matéria > From: contato@vivaarrais.org.br > To: akeib@hotmail.com; herondr@gmail.com; amandameire@yahoo.com.br; anadilla.ramalho@hotmail.com; ajmsan@bol.com.br; nainhaaires@yahoo.com.br; eloateixeira@bcb.gov.br; heldelon@yahoo.com.br; cardiologiahf@hotmail.com; lucreciaaires@hotmail.com; arraiasto@yahoo.com.br; magdasuelycosta@hotmail.com; marcelo-estor@uol.com.br; r1junior@hotmail.com; rossanamedeiros05@hotmail.com
- >Caros amigos e conterrâneos,
- A Presidente da Organização Não-Governamental VIVA ARRAIAS, Vera Maria Cavalcante Alves > Carrico, criada por ela em 2003 para, além de ações próprias, dar o necessário > suporte às ações governamentais notadamente no campo social, cultural e ambiental em > Arraias, visando o desenvolvimento da nossa querida cidade, afirma que deixará a > presidência da Ong para concorrer à prefeitura de Arraias-TO. > Com este seu comprometimento com Arraias não é de se admirar que Vera Carrico se > apresente agora como pré-candidata pelo PMDB à prefeitura de sua cidade. > Com muita determinação, coragem, preparo intelectual, está sempre focada nos > problemas do município, o que vem de encontro às necessidades de Arraias/TO, que > merece e está sedenta de prefeito comprometido com seu desenvolvimento. Contamos com o seu apoio Vera Carrico

ANEXO 6: CONVITE PARA FESTA DO ANIVERSÁRIO DE ARRAIAS

O Deputado Estadual **CACILDO VASCONCELOS**, o futuro Deputado Federal **FREIRE JR.**, Vereadores e Lideranças políticas convidam você e sua família para recepcionarmos o Eterno Governador **SIQUEIRA CAMPOS**, o Senador **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS**, Deputados Estaduais e Federais, no Aeroporto local, dia 1º de agosto, às 16 horas, de onde seguiremos em carreata pelas principais ruas da cidade.

Convidamos também para a missa, a realizar-se às 19 horas, e para o grandioso comício da União do Tocantins na Praça da Matriz, após o término da cerimônia.

**VAMOS PRESTIGIAR QUEM MUITO FEZ
E FARÁ POR ARRAIAS E PELO
TOCANTINS!!!**



*"... e a criatura sem o seu Criador perde o sentido,
pois, sem o Criador, a criatura não subsiste"*
(Gaudium et spes, 36).

ANEXO 7: POEMA DE UMA CRIANÇA DO SETOR BURITIZINHO

COISAS DA VIDA

Laerth, João Paulo Escola Buritinho Arraias-To



Porque será que os ricos/Tem mais oportunidade
Vivem todos no conforto/Sem ter solidariedade
Com aqueles que são pobres/Esquecidos na cidade.
Rico cada vez mais rico/Pobre cada vez mais pobre

Dólares até na cueca/E eu sem nenhum
cobre.Se eu roubar serei preso/Se ele
roubar será nobre.

Meu setor Buritizin/ É fome e agonia.

Pois os prefeitos esquecem/ Da nossa
periferia.Passando necessidade/ Vivendo
sem alegria.

Aqui ninguém tem emprego/ Mas
queremos trabalhar.Pois vivemos na
tristeza/ Bolsa escola não dá.

Nossa família é grande/ E não queremos
roubar.

Aqui o povo é honesto/ Mas vive sem
direção Não tem oportunidade/ De
sustentar seu pão E os pais deixam seus
filhos/ Pra irem para o sertão.

Os filhos ficam aqui /Esperando o que
comerAs mães ficam sozinhas/ Será o que
vão fazer? O filho ficou doente/ Chá-
receita para beber.

Agora quero saber/ Quando isso irá
mudar Quem é que está disposto/ Tudo
isto transformar Não podem lembrar de
nós/ Só na hora de votar.

ANEXO 8: GOVERNADOR NA ROMARIA DO SENHOR DO BONFIM



Oração ao Senhor do Bonfim

Eu vos adoro, meu Salvador Jesus Cristo,
expirando na cruz por meu amor.
Eu vos agradeço por terdes morrido para me resgatar.
Eterno Pai, eu vos ofereço vosso amado Filho,
Pendente na cruz, despido, dilacerado, traspassado,
coroado de espinhos, desfalecido e agonizante.
Sim, meu Deus, é Vosso amado Filho que Vos ofereço
neste lastimoso estado.
Recebei seu divino sacrifício: aceitai esta oferta que vos
faço: É meu resgate, é o sangue do meu Deus:
é o mesmo Deus que Vos ofereço
por prêmio e paga da minha dívida.
Eu Vô-lo ofereço, também,
pelo alívio das almas do purgatório,
dos corações angustiados, dos doentes,
Dos agonizantes, pela conversão dos pecadores
e perseverança dos justos
e para Vos pedir a graça de bem viver e morrer
santamente.
Amém.

Irmão, Romeiro,
Que a graça de Deus e
do Senhor do Bonfim
ilumine a sua caminhada.
Um abraço amigo,

Marcelo Miranda
Marcelo Miranda

Kátia Abreu
Kátia Abreu

ANEXO: FESTA DO SENHOR DO BONFIM E A CARTA ÀS ROMEIRAS – LADO 1

José Wilson Siqueira Campos

O trabalho afasta de nós três grandes males:
o tédio, o vício e a necessidade.
Voltaire

CARTA ÀS ROMEIRAS

Bonfim do Tocantins, 15 de agosto de 2006.

Querida devota do Senhor do Bonfim,

Com o pensamento em Deus, em sintonia com o Senhor do Bonfim, dirijo-me a Você, de devoção igual a minha, unindo-me nas orações pelas graças pedidas, salvação das almas dos nossos mortos, fortalecimento da nossa fé e pela superação das nossas dificuldades.

As nossas súplicas ao Senhor do Bonfim nos dão força para vencer o sofrimento, o medo e a falta de emprego ou ganho para o sustento da família. Quem tem fé e ora ao Senhor do Bonfim, sempre encontra uma resposta positiva para suas aflições e para a sua vida.

Neste último dia das festividades do Senhor do Bonfim, do Tocantins, peço à Santíssima Trindade, por intercessão de Nossa Mãe Maria Imaculada e em nome do Senhor do Bonfim, que Você tenha obtido todas as graças e se fortalecido para vencer as forças do mal, a doença, a falta de meio para dar melhores condições e garantia de vida às pessoas que Você ama.

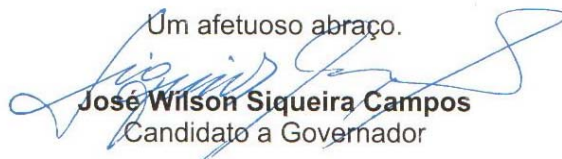
Que Você e os que lhe acompanham façam uma boa viagem de volta aos seus lares e encontrem os seus familiares e amigos com saúde, alegres e felizes.

Se lhe for possível, evite viajar à noite e não deixe que ninguém tome bebida alcoólica. Afinal, quem leva o Senhor do Bonfim no coração não pode botar álcool no sangue.

Ano que vem, se Deus quiser, na condição de Governador do Estado do Tocantins, vou esperar Você aqui para pagarmos nossas promessas e orarmos juntos.

Vá e volte com Deus! Que o Senhor do Bonfim abençoe e ilumine Você e as pessoas que Você ama.

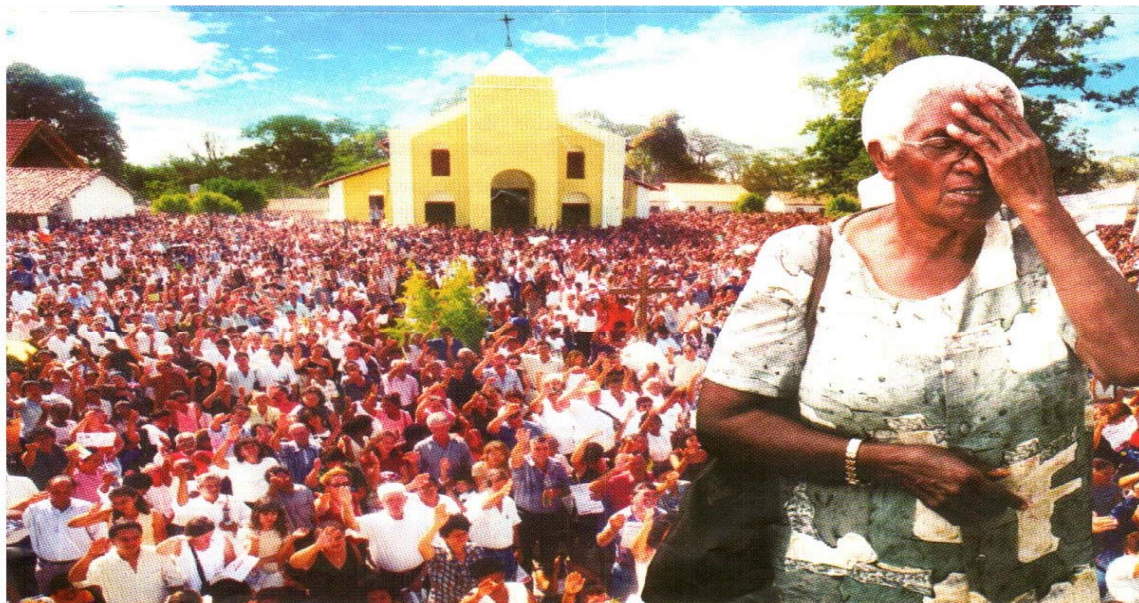
Um afetuoso abraço.


José Wilson Siqueira Campos
Candidato a Governador

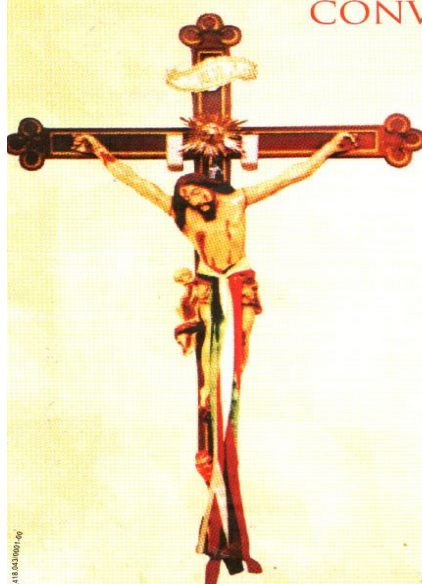
O tempo e o silêncio são dois bons remédios para curar qualquer mal. *Alexandre Dumas*

204 Sul - Alameda 02, Nº 54 - CEP 77020-494 - PALMAS - TOCANTINS - BRASIL
Tels: 00XX - 55 - 63 - 3212-2006 / 3225-1999 - Fax: 00XX - 55 - 63 - 3225-1998
E-mail: jwsiqueiracampos@uol.com.br - Site: www.siqueiracampos-to.com.br

Lado-2



CONVERSA COM O SENHOR DO BONFIM



CONVERSA COM O SENHOR DO BONFIM

OH! MEU SENHOR DO BONFIM, EM VÓS DEPOSITO TODA A MINHA CONFIANÇA. VÓS SABEIS DE TUDO, MEU PAI. VÓS SOIS O SENHOR DO UNIVERSO, SOIS O REI DOS REIS. VÓS QUE FIZESTES O PARALÍTICO ANDAR, O MORTO VOLTAR A VIVER, O LEPROSO SARAR, FAZEI COM QUE ME LIBERTE DE TODO O PECADO E MAL. VÓS QUE VISTES MINHAS ANGUSTIAS E LÁGRIMAS, CONSOLAI-ME. BEM SABEIS, DIVINO AMIGO, COMO PRECISO DE VÓS. CONVOSCO, SENHOR, ME DAIS ÂNIMO E ALEGRIA PARA VIVER E AMAR. SOMENTE DE VÓS ESPERO A PROTEÇÃO DA MINHA VIDA. FAZEI, SENHOR DO BONFIM, QUE ANTES DE TERMINAR ESTA CONVERSA CONVOSCO, DURANTE A ROMARIA. EU ALCANCE A MAIOR GRAÇA: MINHA SATISFAÇÃO E SALVAÇÃO! E COMO GRATIDÃO, OFEREÇO A VIDA E A PARTICIPAÇÃO MINHA PARA SERVIR O VOSSO REINO EM VOSSA IGREJA. ASSIM COMO O SOL CLAREIA O DIA, ILUMINAI OS MEUS PASSOS. DANDO TESTEMUNHO DE VÓS COM OS IRMÃOS EM MINHA COMUNIDADE. AMÉM.

OBRIGADO POR TUDO, SENHOR DO BONFIM!

ANEXO 13: FOLHETO DA MISSA PELOS 265 ANOS DE ARRAIAS E HOMENAGEM A JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS

